



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2010

Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA. Sociedade Aberta

Av. Fontes Pereira de Melo, 14 – 10º 1050-121 Lisboa · Tel. (351) 213 184 700 · Fax (351) 213 521 748

Mat. Cons. Reg. Com. de Lisboa e N° Pessoa Colectiva 502 593 130 · Capital Social 118.332.445 Euros

Relatório do Conselho de Administração**ÍNDICE**

1	ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO.....	2
2	SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO GRUPO SEMAPA	3
3	ÁREA DE NEGÓCIOS DE PAPEL E PASTA DE PAPEL - PORTUCEL SOPORCEL	9
	3.1.Principais Indicadores Económico-Financeiros	9
	3.2.Principais Indicadores Operacionais	9
	3.3.Síntese Global da Actividade do Grupo Portucel Soporcel	10
	3.4.Evolução dos Negócios	11
	3.5.Actividade industrial	14
	3.6.Recursos e Funções de Suporte	17
4	ÁREA DE NEGÓCIOS DE CIMENTOS E DERIVADOS – SECIL	28
	4.1.Principais Indicadores Económico-Financeiros	28
	4.2.Principais Indicadores Operacionais	29
	4.3.Síntese Global da Actividade do Grupo Secil	29
	4.4.Evolução dos Negócios	32
	4.5.Recursos e Funções de Suporte	42
5	ÁREA DE NEGÓCIOS DE AMBIENTE – ETSA	44
	5.1.Principais Indicadores	44
	5.2.Síntese da Actividade do Grupo ETSA	45
6	RECURSOS HUMANOS DO GRUPO SEMAPA	46
7	RESPONSABILIDADE SOCIAL NO GRUPO SEMAPA	47
8	ÁREA FINANCEIRA DO GRUPO SEMAPA.....	48
	8.1.Endividamento	48
	8.2.Gestão de Risco	48
	8.3.Pensões e Outros Benefícios Pós-Emprego	50
	8.4.Evolução da Performance Bolsista	51
	8.5.Dividendos	51
	8.6.Resultado Líquido de 2010	52
9	ACONTECIMENTOS MAIS RELEVANTES EM 2010.....	53
10	PERSPECTIVAS PARA 2011	54
11	REFERÊNCIAS FINAIS	56
12	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	56

1 Enquadramento Macro-Económico

A economia mundial cresceu em 2010, acima dos 4%, com especial destaque para as economias emergentes que continuaram a evidenciar um elevado dinamismo. A taxa de crescimento do PIB na China terá atingido os 10%, passando a ser a 2ª maior economia a nível mundial, destronando o Japão. Também se destaca o comportamento da economia brasileira com uma taxa de crescimento do PIB a chegar aos 7,5%, a mais elevada desde 1986.

Nos EUA, após a contracção económica sofrida em 2009, o PIB aumentou 2,8% suportado, em larga medida pela actuação do FED, que manteve inalterada a taxa de referência no nível mais baixo de sempre e levou a cabo uma política expansionista, com um programa bastante agressivo de compra de activos.

O ano de 2010 na Zona Euro foi dominado pela crise da dívida soberana e que afectou particularmente os países periféricos. A intervenção conjunta da União Europeia e do FMI na Grécia e na Irlanda, em Abril e Novembro, respectivamente, não fez acalmar os investidores, receando-se um efeito de contágio a outras economias.

No entanto, a economia da Zona Euro registou um comportamento bastante acima das estimativas iniciais, que apontavam para níveis bastante anémicos de crescimento. Assim, a taxa de crescimento atingiu 1,7%. O maior destaque vai para a maior economia do euro, a Alemanha, cuja economia terá crescido 3,6%, o ritmo mais célere desde a reunificação, em 1990, dinamizado pelas exportações. Já no caso de França, a taxa de crescimento anual deverá ficar pelos 1,5%.

No que respeita à economia portuguesa, o PIB cresceu 1,4% em 2010 beneficiando da forte dinâmica do sector exportador. No entanto, os dados relativos ao 4º trimestre, apontam para uma contracção de 0,3% no PIB, deixando antever a possibilidade de entrada em recessão técnica já no 1º trimestre de 2011.

O BCE manteve inalterada a principal taxa de referência em 1%, bem como manteve a política de concessão de liquidez em condições preferenciais. O BCE adquiriu dívida pública em mercado secundário, numa tentativa de aliviar a pressão sobre as dívidas soberanas. A Euribor a 6 meses subiu de 0,996% para 1,227%.

As empresas de países afectados pela crise da dívida soberana, viram o acesso aos mercados de capitais e de crédito fortemente restringido, para além do agravamento dos *spreads* que tiveram de suportar em novos financiamentos.

A inflação média anual na zona euro subiu de 0,3% em 2009 para 1,6% em 2010. Em Portugal, o IHPC situou-se nos 1,4% em 2010, devido essencialmente ao aumento do preço dos bens energéticos e dos impostos indirectos.

O euro registou uma depreciação de 6,7% face ao USD no conjunto de 2010, tendo encerrado o ano nos 1,336 em relação ao USD.

Um dos problemas comuns às economias dos EUA e da Europa é o desemprego, para o qual no futuro se espera vir a encontrar uma resposta. Em Portugal, no quarto trimestre de 2010, a taxa de desemprego subiu para 11,1%, terminando assim o ano nos 10,8%.

2 Síntese da Actividade do Grupo Semapa

Os Indicadores Económico Financeiros referentes a 2010 comparam favoravelmente com os de 2009:

Volume de Negócios: 1.688,2 milhões de euros (+19,2%)

EBITDA Total: 452,7 milhões de euros (+ 54,8%)

Margem EBITDA: 26,8% (+6,2 p.p.)

Resultados antes de impostos: 238,3 milhões de euros (+86,1%)

Resultado Líquido: 126,7 milhões de euros (+ 60,7%)

Dívida Líquida: 1.050,2 milhões de euros (-92,8 milhões de euros)

Quadro de Indicadores Económico Financeiros

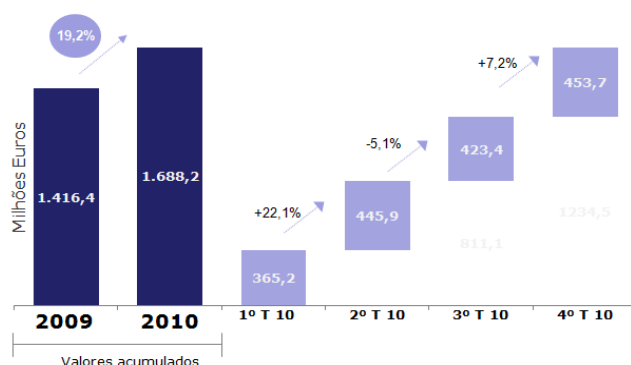
IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	Dez 10	Dez 09	Dez 10/Dez 09 (Var%)
Volume de Vendas	1.688,2	1.416,4	19,2%
Outros Proveitos	43,5	54,7	-20,4%
Gastos e Perdas	(1.279,1)	(1.178,7)	-8,5%
EBITDA Total	452,7	292,4	54,8%
EBITDA Recorrente	451,8	289,8	55,9%
Amortizações e perdas por imparidade	(166,4)	(160,3)	-3,8%
Provisões (reforços e reversões)	(3,5)	22,1	-115,6%
EBIT	282,8	154,2	83,4%
Resultados Financeiros	(44,5)	(26,2)	-70,0%
Resultados Antes de Impostos	238,3	128,0	86,1%
Impostos sobre Lucros	(63,9)	(22,3)	-187,1%
Lucros Retidos do Exercício	174,3	105,7	64,9%
Atribuível a Accionistas da Semapa	126,7	78,8	60,7%
Atribuível a Interesses Minoritários	47,6	26,9	77,1%
Cash-Flow	344,2	243,9	41,1%
Margem EBITDA (% Vol. Vendas)	26,8%	20,6%	6,2 p.p.
Margem EBIT (% Vol. Vendas)	16,8%	10,9%	5,9 p.p.
	31-12-2010	31-12-2009	Dez10 vs Dez09
Activo Líquido total	3.569,7	3.373,5	5,8%
Capitais Próprios (antes de IM)	933,4	865,7	7,8%
Dívida Líquida	1.050,2	1.143,0	-8,1%

Notas:

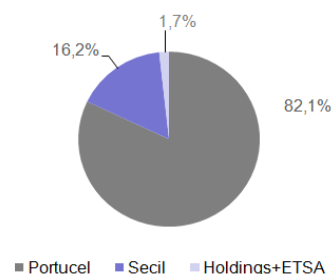
- EBITDA total = resultado operacional + amortizações e perdas por imparidade + provisões – reversão de provisões
- Cash-Flow = lucros retidos do período + amortizações e perdas por imparidade + provisões – reversão das provisões
- Dívida líquida = dívida remunerada não corrente (líquida de encargos com emissão de empréstimos) + dívida remunerada corrente (incluindo dívida a accionistas) – caixa e seus equivalentes – valor de mercado das acções próprias e outros títulos em carteira

Volume de Negócios Consolidado: 1.688,2 milhões de euros (+19,2%)

Evolução do Volume de Negócios Consolidado



Contribuição por Área de Negócio (2010)



O volume de negócios consolidado aumentou 19,2% relativamente a período idêntico do ano anterior, tendo para o qual concorrido as seguintes áreas de negócio:

- **Papel e Pasta – Grupo Portucel: 1.385,5 milhões de euros (+26,5%)**

O Grupo Portucel registou em 2010 um forte crescimento na sua actividade, nomeadamente com o aumento de produção de papel proveniente da nova fábrica de Setúbal e com a entrada em funcionamento dos recentes investimentos na área de energia.

O volume de negócios cresceu 26,5%, para cerca de 1,4 mil milhões de euros, com as vendas de papel UWF a atingir perto de 1,1 mil milhões de euros, i.e. um crescimento de cerca de 29% face a 2009.

O negócio de pasta do Grupo reflecte uma evolução bastante favorável dos preços (o índice PIX para a pasta *hardwood* em euros aumentou 58,8% em 2010, passando de 402 para 639 €/ton.), incorporando também, no entanto, uma menor quantidade de pasta disponível para venda em mercado, devido à integração crescente em papel na nova fábrica de Setúbal. Assim, apesar das vendas em quantidade se terem reduzido em 42,4%, o valor das vendas de pasta manteve-se praticamente inalterado.

- **Cimentos – Grupo Secil: 535,8 milhões de euros (-6,4%)**

O volume de negócios em 2011 foi de 535,8 milhões de euros, tendo o Grupo Semapa apropriado de 273,3 milhões de euros. Este desempenho representou um decréscimo de 6,4% face ao verificado em idêntico período do ano anterior, fundamentalmente devido à menor performance das unidades de negócio situadas em Portugal e em Angola.

A actividade de construção e procura de cimento continuam em queda em **Portugal** essencialmente devido à crise acentuada em que permanece o sector da construção residencial. De acordo com o INE, a actividade da construção e obras públicas terá caído cerca de 9,8% em termos anuais (Índice da produção na construção e obras públicas INE – Janeiro 2011).

A unidade de negócio de cimento em Portugal, apresentou um volume de negócios de 227,4 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 3,4% face ao ano anterior.

Destaque-se (i) o incremento da actividade de exportação, permitindo minimizar a redução das vendas no mercado interno e (ii) o menor desempenho da Cimentos – Madeira, decorrente da paralisação da actividade de construção no arquipélago, na sequência do temporal ocorrido na Região Autónoma da Madeira em Fevereiro do presente ano.

As actividades não cimenteiras desenvolvidas em Portugal, apresentaram um desempenho bastante inferior ao

verificado em 2009, já que ao dependerem quase exclusivamente do mercado interno, foram directamente afectadas pelo penalizador enquadramento sectorial.

O volume de negócios da unidade de negócio de cimento na **Tunísia** ascendeu a cerca de 61,1 milhões de euros, registando um crescimento de 3,0% face ao período homólogo de 2009 devido ao aumento das quantidades vendidas e do preço médio unitário de venda no mercado interno.

Durante o exercício de 2010, o volume de negócios da unidade de negócio de cimento no Líbano atingiu cerca de 69,5 milhões de euros, o que representou um aumento de 8,8% face a idêntico período do ano anterior. Para esta evolução contribuiu essencialmente o aumento das vendas no mercado interno.

A unidade de negócio de cimento em **Angola** teve um desempenho inferior ao verificado no ano anterior, tendo o volume de negócios ascendido a cerca de 27,8 milhões de euros, uma redução de 42,8% em relação a 2009.

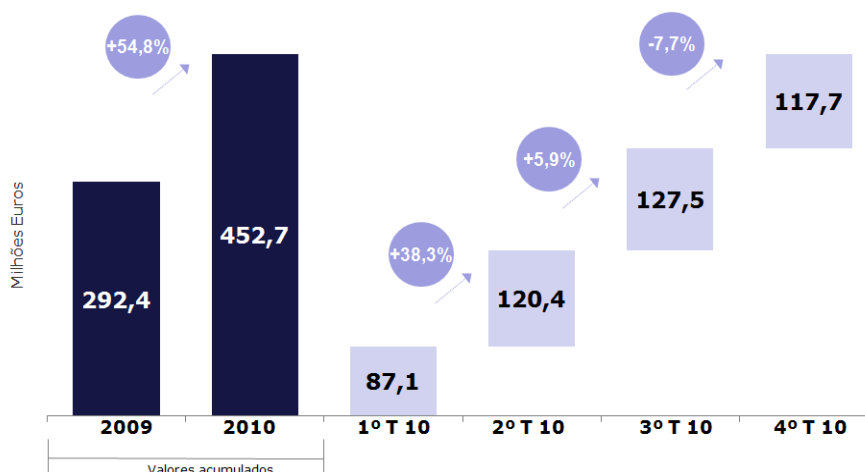
Este decréscimo foi essencialmente explicado pela redução de consumo de cimento em cerca de 20% e pela forte concorrência de cimento importado da China a baixos preços.

- **Ambiente – Grupo ETSA: 29,4 milhões de euros (+1,5%)**

Apesar da diminuição do nível de abates de animais, fruto do actual enquadramento económico de Portugal e Espanha, o volume de negócios cifrou-se em 29,4 milhões de euros, representando um aumento de 1,5% face a 2009.

EBITDA Consolidado: 452,7 milhões de euros (+54,8%)

Evolução do EBITDA Consolidado



- **Papel e Pasta – Grupo Portucel: 400,2 milhões de euros (+80,1%)**

O EBITDA da área de negócios de Papel e Pasta foi de 400,2 milhões de euros, apresentando uma melhoria de 80,1% em relação ao ano transacto.

Comparativamente com 2009, destaca-se o incremento de cerca de 29% no valor de vendas de papel (com correspondente aumento de volume e preço médio de venda), a evolução favorável de alguns factores de produção, nomeadamente dos custos com os produtos químicos, assim como os custos de manutenção e de logística. Por outro lado, o aumento do volume de madeira importada certificada e o incremento dos custos com o pessoal, o qual resulta essencialmente das admissões feitas para a nova fábrica de papel bem como da

atribuição da remuneração variável relativa a 2010, induziu um acréscimo nos custos de produção.

- **Cimentos – Grupo Secil: 128,9 milhões de euros (-16,3%)**

Na área dos cimentos, o EBITDA foi de 128,9 milhões de euros, tendo o Grupo Semapa apropriado de 65,7 milhões de euros, registando-se uma quebra deste indicador de cerca de 16,3% face ao período homólogo de 2009 devido à conjuntura adversa já referida anteriormente.

Apesar do crescimento do EBITDA nas unidades de negócio de cimento no Líbano e na Tunísia, este foi insuficiente para compensar a menor performance das operações em Portugal e Angola, que registaram uma diminuição do EBITDA de 19,8% e 90% respectivamente.

Em **Portugal**, conforme anteriormente mencionado, conseguiu-se amortecer parcialmente o decréscimo de actividade no mercado doméstico com o incremento da actividade de exportação. Ao nível dos custos, salientam-se os aumentos expressivos dos custos de energia, a prevalência de um controlo apertado dos custos de produção, de distribuição e de estrutura, assim como a intensificação de utilização de combustíveis alternativos.

Na **Tunísia**, no que respeita à actividade cimenteira, o crescimento do EBITDA em 15,3% deveu-se ao aumento do volume de vendas, dos preços unitários de venda no mercado interno, ao incremento da produção de clínquer e, ainda à capacidade de manter os custos unitários de produção aos níveis de 2009.

A actividade cimenteira no Líbano registou igualmente um crescimento do EBITDA de 6,3%. Esta evolução deveu-se ao aumento das quantidades vendidas e dos preços unitários no mercado doméstico, como também à performance fabril, que permitiu minimizar o efeito negativo do aumento dos combustíveis térmicos.

- **Ambiente – Grupo ETSA: 7,7 milhões de euros (+9,8%)**

O EBITDA da área do ambiente totalizou 7,7 milhões de euros, registando um ligeiro incremento face aos valores de 2009.

- **Holdings (Semapa SGPS e suas sub-holdings instrumentais) (-37,3%)**

O EBITDA das holdings contribuiu negativamente em 20,9 milhões de euros, comparando desfavoravelmente com os valores registados no exercício anterior, devido essencialmente ao aumento dos custos de Fornecimentos de Terceiros e ao incremento dos custos com Pessoal.

Margem EBITDA Consolidada: 26,8% (+6,2 p.p.)

- **Papel e Pasta – Grupo Portucel:** registou uma melhoria significativa de 8,6 p.p. para os 28,9% em 2010.
- **Cimentos – Grupo Secil:** situou-se nos 24,1% no período em análise, 2,8 p.p. abaixo da margem observada no exercício anterior.
- **Ambiente – Grupo ETSA:** totalizou 26,2%, o que se traduziu numa redução de 2 p.p face à margem de 2009.

Resultados Financeiros: -44,5 milhões de euros (-70,0%)

Os resultados financeiros sofreram um agravamento de 18,3 milhões de euros face a 2009, situando-se nos -44,5 milhões de euros.

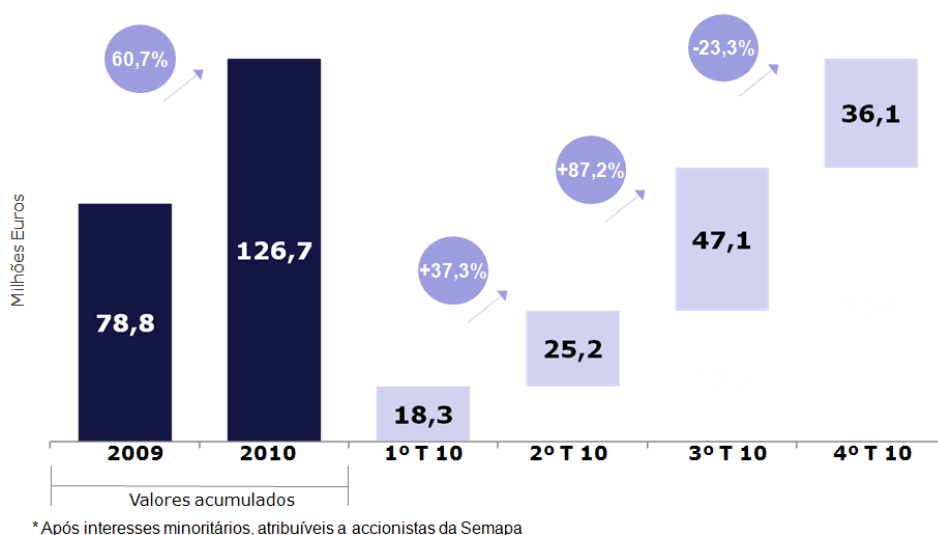
- **Papel e Pasta – Grupo Portucel:** o contributo de -20,1 milhões de euros compara desfavoravelmente com os -7,5 milhões de euros registados em 2009. De notar, porém, que esta rubrica estava em 2009 positivamente influenciada em cerca de 10,3 milhões de euros pela reversão de juros relativos a questões fiscais, assim como pelo valor positivo de cerca de 9,3 milhões de euros relativo a ganhos com operações

cambiais.

- **Cimentos – Grupo Secil:** o contributo de -2,1 milhões de euros denota uma melhoria de 0,4 milhões de euros em relação aos valores do período homólogo, em resultado de ganhos obtidos com operações cambiais e da redução do nível médio do endividamento.
- **Ambiente – Grupo ETSA:** apresentou um contributo de -0,6 milhões de euros, registando um agravamento de 0,1 milhões de euros, em resultado do aumento do nível médio do endividamento, designadamente por via dos investimentos concretizados.
- **Holdings:** contribuíram com -21,8 milhões de euros, valor superior em 6,2 milhões de euros ao registado em 2009. Esta evolução desfavorável é fundamentalmente explicada pela variação do justo valor dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro e pelas variações de justo valor do portfólio de acções detidas pela Semapa SGPS e sub-holdings, apesar de se ter assistido no período em análise à redução do nível médio do endividamento e dos níveis de taxas de juro.

Resultados Líquidos Consolidados: 126,7 milhões de euros (+60,7%)

Evolução do RL Consolidado*



Os resultados líquidos consolidados em 2010 registam um acréscimo de 60,7% em comparação com 2009.

Esta evolução resulta essencialmente dos seguintes factores:

- Melhoria do EBITDA em cerca de 160,2 milhões de euros, devido ao efeito combinado do aumento do volume de negócios e controlo apertado de custos;
- Aumento das amortizações em cerca de 6,1 milhões de euros. Este valor inclui o acréscimo resultante da entrada em funcionamento dos equipamentos adquiridos no âmbito do ambicioso plano de investimentos do Grupo. No entanto, refira-se que este aumento foi em parte compensado pela extensão das vidas úteis dos equipamentos industriais do Grupo Portucel Soporcel;
- Agravamento dos custos financeiros (+18,3 milhões de euros comparativamente a 2009);
- Acréscimo significativo dos impostos sobre os lucros essencialmente por via da introdução da derrama estadual, que resultou num aumento da taxa de imposto em Portugal de 26,5% para 29% em Junho do ano corrente, que incidiu sobre o resultado antes de impostos e sobre todos os impostos diferidos em balanço,

produzindo nestes um agravamento, de carácter não recorrente, de 21,3 milhões de euros.

Dívida Líquida Consolidada: 1.050,2 milhões de euros (-92,8 milhões de euros)

A 31 de Dezembro de 2010, a dívida líquida consolidada totalizou 1.050,2 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 92,8 milhões de euros face ao valor verificado no final do exercício de 2009, tendo a Portucel distribuído dividendos e reservas no valor de 183,4 milhões de euros, a Secil 37,0 milhões de euros, a ETSA 4 milhões de euros e a Semapa 59,1 milhões de euros.

Quadro-resumo da Contribuição por Segmentos de Negócio (IFRS)

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	Papel e Pasta	Cimentos	Ambiente	Holdings	Consolidado
Volume de vendas	1.385,5	273,3	29,4	0,1	1.688,2
EBITDA Total	400,2	65,7	7,7	(20,9)	452,7
EBITDA Recorrente	400,2	64,8	7,7	(20,9)	451,8
Amortizações e perdas por imparidade	(141,3)	(22,0)	(2,9)	(0,3)	(166,4)
Provisões (reforços e reversões)	(1,2)	(0,7)	-	(1,6)	(3,5)
EBIT	257,7	43,1	4,8	(22,8)	282,8
Resultados Financeiros	(20,1)	(2,1)	(0,6)	(21,8)	(44,5)
Resultados Antes de Impostos	237,7	40,9	4,3	(44,6)	238,3
Impostos sobre Lucros	(51,1)	(10,9)	(1,8)	(0,1)	(63,9)
Lucros Retidos do Exercício	186,6	30,0	2,4	(44,7)	174,3
Atribuível a Accionistas da Semapa	143,6	25,3	2,5	(44,7)	126,7
Atribuível a Interesses Minoritários	43,0	4,7	(0,0)	-	47,6
Cash-Flow	329,0	52,7	5,3	(42,8)	344,2
Margem EBITDA (% Vol. Vendas)	28,9%	24,1%	26,2%	-	26,8%
Margem EBITDA Recorrente (% Vol. Vendas)	28,9%	23,7%	26,2%	-	26,8%
Margem EBIT (% Vol. Vendas)	18,6%	15,8%	16,4%	-	16,8%
Activo líquido total	2.660,2	498,6	70,4	340,5	3.569,7
Dívida Líquida	652,7	39,6	11,0	346,9	1.050,2

Notas:

- Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de consolidação efectuados
- A participação financeira de 51% na Secil detida pelo Grupo Semapa é consolidada pelo método proporcional

3 Área de Negócios de Papel e Pasta de Papel - PORTUCEL SOPORCEL

3.1 Principais Indicadores Económico-Financeiros

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	Dez 10	Dez 09	Dez 10/Dez 09 (Var. %)
Volume de vendas	1.385,5	1.095,3	26,5%
Outros Proveitos	22,1	34,7	(36,5%)
Gastos e Perdas	(1.007,4)	(907,9)	(11,0%)
EBITDA	400,2	222,2	80,1%
EBITDA Recorrente	400,2	220,6	81,4%
Amortizações e perdas por imparidade	(141,3)	(136,4)	(3,5%)
Provisões (reforços e reversões)	(1,2)	21,5	(105,4%)
EBIT	257,7	107,2	140,4%
Resultados Financeiros líquidos	(20,1)	(7,5)	(166,1%)
Resultados Antes de Impostos	237,7	99,7	138,5%
Impostos sobre Lucros	(51,1)	(12,9)	(297,0%)
Lucros retidos do Exercício	186,6	86,8	115,0%
Atribuível aos Accionistas da Portucel*	186,6	86,8	115,0%
Atribuível a Interesses Minoritários (IM)	(0,0)	(0,0)	(10,7%)
Cash-Flow	329,0	201,7	63,1%
Margem EBITDA (%)	28,9%	20,3%	42,4%
Margem EBIT (%)	18,6%	9,8%	90,1%

	31-12-2010	31-12-2009	Dez10 vs Dez09
Activo líquido total	2.660,2	2.574,4	3,3%
Capitais Próprios (antes de IM)	1.189,2	1.180,2	0,8%
Dívida Líquida	652,7	670,0	(2,6%)

Nota: Os valores poderão diferir dos apresentados individualmente pelo Grupo Portucel Soporcel na sequência de ajustamentos de consolidação efectuados

* dos quais 76,97% são atribuíveis à Semapa

3.2 Principais Indicadores Operacionais

	Unid.	Dez 10	Dez 09	10/09
Produção				
Papéis finos não revestidos	1.000 t	1.433	1.133	26,5%
Pasta branqueada de eucalipto	1.000 t	1.316	1.340	-1,8%
Energia	GWh	1.696	1.148	47,7%

3.3 Síntese Global da Actividade do Grupo Portucel Soporcel

O Grupo Portucel registou em 2010 um forte crescimento na sua actividade, nomeadamente com o aumento de produção de papel proveniente da nova fábrica de Setúbal e com a entrada em funcionamento dos recentes investimentos na área de energia.

O volume de negócios cresceu 26,5%, para cerca de **1,4 mil milhões de euros**, com as vendas de papel UWF a atingir perto de 1,1 mil milhões de euros.

Dado que a esmagadora maioria das vendas do Grupo se dirige aos mercados externos, o valor global das suas **exportações** teve **um incremento de 25%** para cerca de **1,2 mil milhões de euros, representando mais de 3% das exportações de bens nacionais**.

O mercado europeu de papéis finos não revestidos (UWF) apresentou ao longo do ano uma evolução positiva dos seus preços médios, recuperando dos mínimos registados no final de 2009 e princípio de 2010. De facto, em particular na primeira metade do ano, o balanço oferta-procura melhorou de forma muito expressiva, tendo a indústria atingido a plena utilização de capacidade, com 98% de taxa de ocupação, fruto da recuperação de volumes nos mercados europeus, das exportações e da redução líquida de capacidade que, no primeiro semestre, atingiu 180 mil toneladas.

O nível médio do preço do papel em 2010, aferido pelo índice de referência no mercado europeu, PIX Copy B do Foex, situou-se em 814 euros/ton, registando uma subida de 1,3% face ao nível médio de 2009. Em termos globais, o preço médio de venda do Grupo apresentou um crescimento de 4,2%, explicado em boa medida pela política comercial seguida nos mercados fora da Europa e pela evolução positiva da taxa de câmbio EUR/USD na primeira metade do ano. Deste modo, as vendas de papel em valor cresceram cerca de 29% face a 2009.

No mercado da pasta de celulose de eucalipto (BEKP), 2010 ficou marcado por uma evolução muito favorável durante toda a primeira metade do ano, com uma forte procura e uma subida sustentada dos preços em todos os mercados. Esta tendência alterou-se no segundo semestre, com algum desequilíbrio entre a oferta e a procura e a consequente descida dos preços, que se mantiveram, no entanto, em níveis elevados comparativamente ao ano anterior.

De facto, o índice PIX para a pasta hardwood em euros registou em 2010 uma variação positiva de 58,8%, passando de 402 para 639 euros/ton. O negócio de pasta do Grupo reflecte esta evolução de preços, incorporando também, no entanto, uma menor quantidade de pasta disponível para venda em mercado, devido à integração crescente em papel na nova fábrica de Setúbal. Assim, apesar das vendas em quantidade se terem reduzido em 42,4%, o valor das vendas de pasta manteve-se praticamente inalterado.

Em termos da actividade na área de energia, as centrais termoeléctricas a biomassa em Cacia e em Setúbal funcionaram em pleno ao longo de 2010, e a nova turbina a vapor para a central de cogeração a biomassa na Figueira da Foz iniciou a sua produção no final do terceiro trimestre.

Do lado dos custos, destaca-se a evolução favorável de alguns factores de produção, nomeadamente dos custos com os produtos químicos, de manutenção e de logística e, em sentido contrário, o aumento do volume de madeira importada certificada, o que, no conjunto, induziu um acréscimo nos custos de produção de pasta. Verificou-se também um incremento nos custos com o pessoal, o qual resulta essencialmente das admissões feitas para a nova fábrica de papel, bem como da atribuição da remuneração variável relativa a 2010.

Neste contexto, o Grupo atingiu um EBITDA consolidado de **400,2 milhões de euros**, superior em 80,1% ao registado em 2009, que traduz um aumento na margem EBITDA / Vendas de 8,6 pp.

Os resultados operacionais de 2010, no valor de **257,7 milhões de euros**, apresentam um crescimento de 140,4% face a 2009.

Durante o período, o Grupo procedeu à avaliação técnica dos seus activos industriais, conforme recomendado pelo International Accounting Standard (IAS) 16, tendo como objectivo aferir a respectiva vida útil remanescente. Esta análise, levada a cabo por uma firma internacional de avaliadores independentes, concluiu que os principais activos do Grupo apresentam vidas úteis remanescentes superiores às até aqui consideradas, tendo as respectivas taxas de reintegração sido revistas em conformidade, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2010.

Os resultados financeiros, **negativos em 20,1 milhões de euros**, comparam com um valor também negativo de 7,5 milhões de euros em 2009. De notar, porém, que esta rubrica estava no período homólogo de 2009 positivamente influenciada em cerca de 10,3 milhões de euros pela reversão de juros relativos a questões fiscais, assim como pelo valor positivo de cerca de 9,3 milhões relativo a ganhos com operações cambiais. Em 2010, o resultado das operações de financiamento teve uma evolução muito positiva, devido essencialmente à redução das taxas de juro.

Os resultados de 2010 encontram-se ainda influenciados, negativamente, pela alteração da taxa nominal de IRC para 29%, correspondente à taxa base de 25%, acrescida da derrama municipal de 1,5% e da derrama estadual de 2,5%. A introdução da derrama estadual, resultante das medidas temporárias do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), e conforme aprovado pela Lei 12-A/2010, originou ainda a remensuração de todos os impostos diferidos reconhecidos no 2º trimestre de 2010, apesar de ser entendimento da empresa que a sua reversão irá ocorrer maioritariamente num período posterior ao abrangido pelo PEC, isto é, após 2013.

O valor de imposto a pagar pelo Grupo encontra-se influenciado pela utilização de uma parte dos benefícios fiscais relativos à nova fábrica de papel de Setúbal, bem como pela reversão de provisões.

Neste contexto, o resultado líquido consolidado em 2010 foi de **186,6 milhões de euros**, o que representa um crescimento de 115,0% em relação a 2009.

3.4 Evolução dos Negócios

3.4.1 Papel

3.4.1.1 Enquadramento de Mercado

A procura de papéis finos não revestidos (UWF) cresceu cerca de 6% na Europa face ao ano anterior não compensando, no entanto, a totalidade das perdas verificadas em 2009 e registou nova quebra de 1,5% nos EUA, mercados chave na estratégia comercial do Grupo. A Europa e os EUA constituem os principais blocos consumidores do tipo de papel produzido pelo Grupo Portucel.

O crescimento da procura na Europa, associado a uma redução líquida na capacidade instalada, de cerca de 150 mil toneladas no final do ano, permitiu, não obstante o arranque da nova fábrica de papel de Setúbal, a melhoria das taxas médias de ocupação da indústria em quase 8 pontos percentuais, para mais de 92%. Saliente-se que o Grupo Portucel operou novamente em plena utilização da capacidade instalada.

A situação de mercado anteriormente mencionada, associada a elevada pressão em diversas componentes de custo, nomeadamente da pasta de celulose de eucalipto, permitiu quatro incrementos de preço no mercado Europeu durante 2010.

Os mercados de *overseas* registaram, sobretudo na primeira metade do ano, uma significativa pressão da procura, o que se traduziu em ajustamentos consecutivos de preços, motivando um crescimento das exportações dos produtores Europeus, e condicionando as importações para os mercados Europeus.

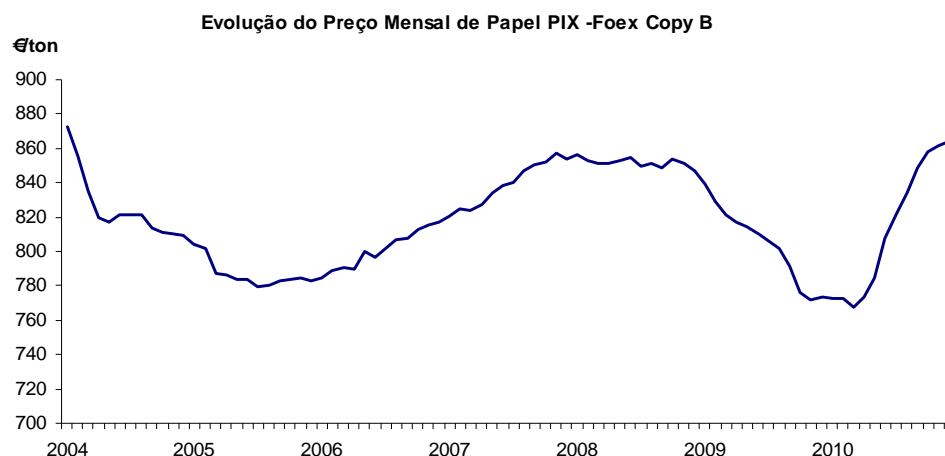
Também nos EUA se assistiu a uma recuperação no nível médio dos preços em USD/t, tendo o principal índice de preços de papéis de escritório subido 2,7%, em média, face a 2009 (em USD/t). Este desenvolvimento foi

particularmente evidente na primeira metade do ano, período em que a indústria local beneficiou de um importante incremento na taxas de ocupação, que rondaram os 90%, com um ligeiro abrandamento no segundo semestre.

Um aspecto relevante a salientar é a importância crescente do Grupo Portucel nos mercados extra-europeus, traduzida, designadamente, no elevado peso que as vendas do Grupo representam no total das exportações europeias de papel UWF para esses mercados. Em 2010 estima-se que essa participação tenha atingido cerca de 59% nas exportações para a América do Norte, 55% para África, 39% para o Médio Oriente, 37% para a América Latina e 2% para a Ásia.

Como se referiu anteriormente, os preços de venda de papel UWF na Europa iniciaram no segundo trimestre do ano um movimento de subida, tendo o índice PIX "A4-copy B" médio do ano crescido 1,3% relativamente à média de 2009.

Apesar do forte aumento do volume colocado, o preço de venda do Grupo na Europa acompanhou o desenvolvimento do mercado. No entanto, e como se referiu, a política de preços nos mercados de *overseas*, associado ao câmbio USD/EUR favorável, permitiu que o crescimento do preço médio do Grupo tenha sido de cerca de 4,2%.



3.4.1.2 Desempenho Operacional

As vendas globais de papel ascenderam a 1,4 milhões de toneladas, um aumento de 24% em relação a 2009. Este desempenho foi alicerçado num crescimento de dois dígitos em todas as regiões do mundo e no alargamento da cobertura geográfica das vendas. De facto, o Grupo cresceu cerca de 20% na Europa, 30% nos EUA e consolidou-se como um dos principais actores portugueses nos mercados internacionais. Só no mercado europeu, o Grupo conquistou cerca de 190 mil toneladas de quota adicional.

O Grupo colocou com sucesso no mercado todo o volume disponível, aproveitando o contexto moderadamente positivo acima descrito na Europa e forte nos mercados de *overseas*, nomeadamente através de uma adequada gestão do mix de mercados e de produtos, o que conduziu a uma melhoria dos níveis de preço.

O aumento global do volume de vendas contou com um forte impulso das vendas de produtos transformados em folhas e de produtos *premium*. Importa salientar que o Grupo manteve, ao longo do ano, um elevado peso dos produtos *premium* no seu volume de vendas, num contexto de forte acréscimo do volume vendido.

3.4.1.3 Branding

Fruto do enfoque no desenvolvimento de uma estratégia de *branding* inovadora e coerente com a valorização e

crescimento do seu negócio papel, ao longo dos anos, o Grupo tem vindo a reforçar a presença das suas marcas a nível internacional, as quais registaram novamente em 2010 uma posição de relevo nos mercados europeus.

De facto, o estudo independente de referência no sector (Cut-size Mill and Mill Brand Positioning & Image Survey 2010, da EMGE Paper Industry Consultants), ao nível dos profissionais da distribuição de papel e produtos de escritório em toda a Europa Ocidental, confirmou, mais uma vez, o Navigator como a marca com maior índice de notoriedade espontânea e como líder em termos de Brand Performance e Brand Reputation, média ponderada de vários atributos técnicos e de marketing. Refira-se que, além da Navigator, também as marcas Discovery, Pioneer, Inacopia e Explorer alcançaram lugares de destaque na lista das melhores marcas em termos de Brand Performance.

O forte crescimento do volume de vendas de marcas de fábrica, de mais de 20%, permitiu a manutenção do peso das vendas destas marcas no total das vendas do Grupo nos 60%, valor ímpar em produtores de grande dimensão.

Especial destaque para Navigator, marca líder mundial no segmento *premium* de papéis de escritório, com um crescimento de 13% face a 2009 e Soporset, marca líder no segmento print na Europa, com reforço de 19% no volume vendido.

3.4.2 Pasta

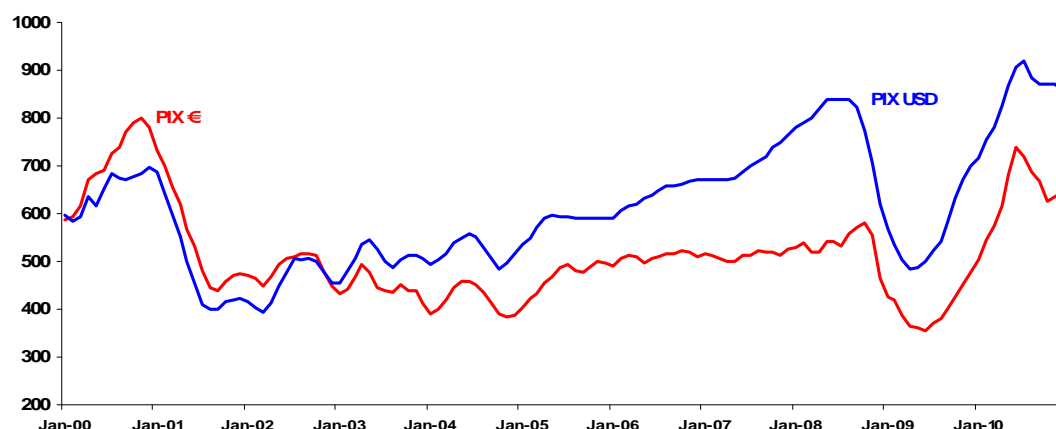
3.4.2.1 Enquadramento de Mercado

O mercado mundial da pasta atravessou em 2010 duas fases distintas. O primeiro semestre foi marcado por uma tendência, que já vinha do semestre anterior, de aumento mensal dos preços em todos os mercados. O desastre natural que ocorreu no Chile em Fevereiro, e que retirou do mercado cerca de 900 mil toneladas, as perdas de produção estimadas em cerca de 500 mil toneladas devido a restrições de disponibilidade de madeira em consequência de problemas meteorológicos em diferentes regiões e ainda a boa evolução da procura em importantes áreas do Mundo, contribuíram decisivamente para o comportamento positivo do mercado na primeira metade do ano.

Esta situação alterou-se no segundo semestre, com o retorno ao mercado de produção proveniente do Chile, Indonésia e Canadá, com o início de laboração de uma fábrica na China e com o forte abrandamento da procura neste último mercado. As importações de pasta pela China diminuíram 16,9% em relação a 2009, percentagem que sobe para 25,9% na pasta de fibra curta. De referir que ainda assim a procura na China em 2010 foi 20% superior à verificada em 2008.

Como resultado dos aspectos referidos, verificou-se na segunda metade do ano uma subida gradual dos stocks, uma certa deterioração no balanço entre a oferta e a procura da pasta de eucalipto e a paragem no movimento ascensional dos preços que, no entanto, ainda se mantém a um nível remunerador.

Evolução mensal do preço PIX – BHKP Eucalipto / Birch



À semelhança do ano anterior, também em 2010 a valorização cambial acentuada face ao dólar americano, mas também ao euro, das moedas de importantes *players* do mercado, como Brasil, Chile e Uruguai, e do dólar canadiano, prejudicando fortemente a competitividade destes produtores, contribuiu primeiro para aumentar e depois para sustentar os preços em USD a níveis interessantes, tornando-se um dos principais *drivers* desta indústria.

3.4.2.2 Desempenho Operacional

A produção de pasta branca de eucalipto (BEKP) ascendeu a cerca de 1,3 milhões de toneladas em 2010, mantendo-se assim ao mesmo nível do ano anterior.

Como era esperado, com o maior nível de integração de pasta no Grupo verificado após o arranque da máquina de papel de Setúbal, as vendas de pasta para mercado ficaram limitadas ao volume disponibilizado pela fábrica de pasta de Cacia.

As vendas foram dirigidas, na sua quase totalidade, para os mercados europeus, com uma percentagem muito elevada no segmento das especialidades, que subiu 30 pontos percentuais em relação ao ano anterior, mantendo-se assim inalterada a política comercial do Grupo que tem privilegiado estes mercados e este segmento como destinatários preferenciais da pasta produzida, em virtude de serem neles que se posicionam os produtores de papéis de maior valor acrescentado e na vanguarda tecnológica e ambiental.

3.5 Actividade industrial

3.5.1 Produção

O ano de 2010 foi marcado pelo aumento expressivo da produção de papel do Grupo Portucel que atingiu cerca de 1,54 milhões de toneladas, acréscimo que se deve à produção da nova fábrica de papel de Setúbal.

A excelência tecnológica dos activos industriais do Grupo Portucel, e a sua permanente adaptação às melhores técnicas disponíveis, culminando com o arranque da nova fábrica de papel de Setúbal, onde o Grupo procurou instalar os mais recentes desenvolvimentos tecnológicos a nível mundial, contribuíram decisivamente para manter em 2010 o Grupo na vanguarda da produção de papéis finos de impressão e escrita não revestidos de elevada qualidade.

Relativamente às restantes unidades de produção de papel do Grupo, destaca-se o bom desempenho da fábrica de Setúbal, onde foi atingido um novo máximo correspondente a cerca de 311 mil toneladas, e da fábrica da

Figueira da Foz que manteve os seus níveis de produção.

Na actividade de produção de pasta, é de realçar o novo máximo de produção obtido pela fábrica de pasta de Setúbal que representou um acréscimo superior a 1,6% face a 2009.

Em termos globais, a produção de pasta do Grupo situou-se ao nível dos anos anteriores, tendo sido realizadas as habituais paragens anuais para manutenção, essenciais para garantir um nível de desempenho cada vez mais exigente.

A crescente integração da pasta fabricada em Setúbal na produção de papel da nova unidade fabril fez reduzir significativamente a venda directa no mercado das pastas, cuja principal proveniência é agora a fábrica de Cacia.

No seu conjunto, todas as unidades fabris do Grupo, com especial relevância para a produção de papel, laboraram no máximo da sua capacidade produtiva, com elevados níveis de eficiência global.

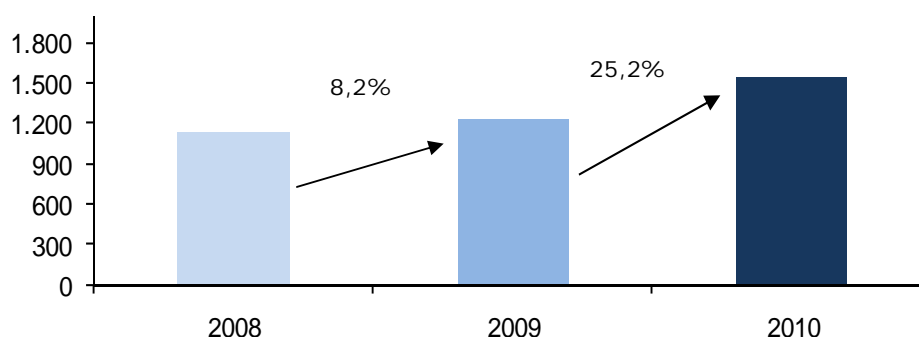
Os custos de produção das fábricas de papel foram afectados negativamente pelo incremento dos preços das pastas, mantendo um bom desempenho nos restantes factores, com especial relevância para os custos energéticos e de produtos químicos.

Na produção de pasta constatou-se uma ligeira tendência para inverter a redução dos custos variáveis verificada no ano anterior, essencialmente motivada pelo acréscimo de custos decorrente da importação de madeiras.

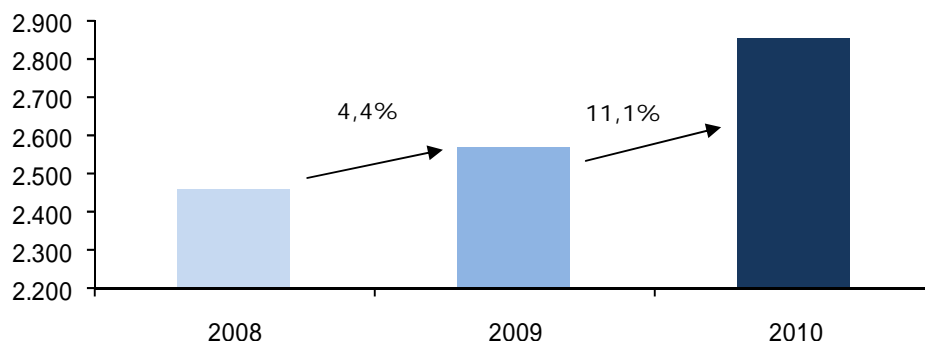
A plena laboração das unidades produtivas, associada ao bom desempenho das cogerações de ciclo combinado a gás natural, contribuiu para o óptimo desempenho energético do Grupo, tendo o custo da componente energética nos seus produtos sido reduzido pela operação de cogerações de elevada eficiência e pela utilização intensiva de biomassas como fonte de energia.

Durante o ano de 2010, foi concluído um projecto de melhoria da eficiência da actividade de produção. Novas oportunidades de melhoria de eficiência, entretanto detectadas, conduziram ainda ao lançamento nas fábricas do Grupo de um outro projecto, cujo início se verificou no final de 2010.

Produções de Papel nas Bobinadoras (milhares de ton)



Produção Total de Pasta e Papel (*) (milhares ton)



(*) O valor de produção de papel refere-se às bobinadoras

A actividade de manutenção desenvolveu-se neste período dentro dos parâmetros definidos, tendo sido assegurada pela empresa de manutenção do Grupo (EMA 21), que estendeu a sua actividade à nova fábrica de papel de Setúbal e às centrais de produção de energia.

Os custos associados a esta actividade, quando comparados com os verificados no período anterior, registaram um decréscimo de 3,8% para o mesmo universo de instalações.

3.5.2 Projectos de Investimento

Os investimentos mais relevantes levados a cabo pelo Grupo Portucel neste período centraram-se na área da energia e na conclusão do projecto da nova fábrica de papel.

Na área da energia, o ano de 2010 ficou marcado pela conclusão da turbina a vapor para cogeração a biomassa na fábrica da Figueira da Foz. Este equipamento, que entrou em operação no 3º trimestre, permite aumentar a produção eléctrica do complexo da Figueira da Foz e o aproveitamento integral das condições de operação da caldeira de recuperação, ficando assim o complexo dotado de uma das maiores turbinas industriais em Portugal.

De realçar também neste período o funcionamento em pleno das centrais termoeléctricas de biomassa de Cacia e Setúbal cujo início de operação se verificou em Dezembro de 2009.

Estas centrais, com a capacidade nominal de 12,5 MW deram um contributo decisivo para o desenvolvimento da componente energética de base renovável do Grupo, reforçando assim a sua posição de maior produtor nacional de “energia verde” a partir de biomassa.

Ao longo do ano ficou concluído o ciclo do investimento associado ao projecto da nova fábrica de papel do Grupo em Setúbal. Este processo envolveu, não apenas um conjunto de pequenos investimentos de optimização a acompanhar a evolução da curva de aprendizagem do sistema na sua globalidade, mas também, com maior relevância, o aumento de capacidade de produção de formatos reduzidos já previsto no orçamento e no planeamento global.

Na primeira semana de Junho entrou em funcionamento uma segunda linha de formatos reduzidos (A4), em tudo semelhante à primeira linha já instalada à data do arranque da fábrica, elevando a sua capacidade de produção para 350.000 toneladas/ano neste tipo de formatos. Esta linha é constituída por uma cortadora com 3.400 mm de largura, o que permite o corte simultâneo de 16 resmas. A cortadora integra duas linhas

automáticas de acabamento, assegurando os processos de enresmagem, etiquetagem de resmas, embalagem e etiquetagem de caixas e paletização.

Associado à instalação desta nova linha concretizou-se um investimento complementar nas respectivas unidades de transporte robotizado AGV- *Automatic Guided Vehicules* de bobinas de alimentação à cortadora e de recolha de paletes da linha.

3.6 Recursos e Funções de Suporte

3.6.1 Sustentabilidade

Poucas indústrias têm hoje uma tão boa história de sustentabilidade para contar, como a indústria papelreira europeia em geral, e o Grupo Portucel em particular.

O caso do Grupo Portucel é expressivo: a sua actividade baseia-se numa matéria-prima renovável (a floresta plantada) e gerida de forma comprovadamente sustentável; produz energia a partir de fontes renováveis (sem emissões de CO2 fóssil); reduziu de forma muito significativa as emissões líquidas e gasosas (bem para além das exigências legais); minimizou drasticamente a utilização de água; reutiliza e valoriza mais de 80% dos resíduos industriais produzidos; gera riqueza e bem-estar entre Colaboradores e restantes *stakeholders*; fabrica um produto amigo do ambiente, suporte de cultura e sempre reciclável.

É, pois, com estas credenciais, e com respeito pelos princípios da sua Política de Sustentabilidade (aprovada e publicada em Fevereiro de 2005), que o Grupo desenvolve um trabalho activo em prol do Desenvolvimento Sustentável e da sua promoção.

Nesta linha, há ainda a destacar, em 2010, a continuidade da presença do Grupo Portucel no WBCSD- World Business Council for Sustainable Development (desde 1995) e a presidência ao longo deste ano do BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, organismo de que foi co-fundador, em 2001.

A Política de Sustentabilidade constitui um forte compromisso, que envolve todas as áreas da Empresa. Uma das iniciativas do Grupo que merece aqui destaque refere-se à organização de um Seminário Internacional sobre Biodiversidade, que decorreu em Lisboa em Novembro de 2010, contando com a participação de especialistas mundiais na área da valorização e economia dos serviços que assentam nos ecossistemas.

Na vertente ambiental, o Grupo continua a contar com um Conselho Ambiental activo, constituído por cinco respeitados membros da Academia, abrangendo áreas científicas que vão da floresta à protecção ambiental, passando pela engenharia e pelo processo fabril.

3.6.2 Logística

Em 2010, o Grupo Portucel expediu 1,75 milhões de toneladas de pasta e de papel para mais de 100 países espalhados pelos cinco continentes.

O transporte destes produtos continuou a ser feito maioritariamente por via marítima (53,1% do volume) durante o ano de 2010, o que representou um aumento face a 2009, sendo de referir que o Grupo é o maior exportador nacional, e provavelmente Ibérico, de carga contentorizada.

O Grupo registou uma ligeira redução dos custos com a expedição dos seus produtos como resultado de operações de optimização e racionalização logística.

3.6.3 Floresta e Abastecimento de Madeiras

Gestão Sustentável

O ano de 2010 ficou claramente marcado pela aprovação do PGF - Plano de Gestão Florestal do Grupo pelas autoridades nacionais e ainda pela intensa participação do Grupo nas actividades de comemoração do Ano Internacional da Biodiversidade, assim consagrado pelas Nações Unidas, através de diversas iniciativas que passaram não só por acções de gestão no terreno, como também pelo apoio a acções de terceiros, reporting, comunicação e sensibilização.

É de assinalar também a integração do conhecimento e da experiência do Grupo em matéria de gestão florestal num Código de Boas Práticas Florestais, um documento de referência para a sua actuação em qualquer contexto geográfico, não se limitando ao território nacional. A publicação deste Código no final do ano prepara a celebração do Ano Internacional das Florestas em 2011, uma vez que constitui um documento enquadrador das boas práticas de gestão, alinhado com os requisitos dos principais programas de certificação florestal, destinando-se à divulgação interna e externa e prosseguindo a política de divulgação de conhecimento e boas práticas através das chamadas «Montras Tecnológicas». Existem actualmente 6 montras tecnológicas que permitem aos proprietários florestais, prestadores de serviços e fornecedores do Grupo conhecer o resultado destas boas práticas e incentivar a sua adopção.

A concretização destas iniciativas reflecte a posição de referência do Grupo enquanto promotor das melhores práticas no sector e o seu peso como produtor florestal. Efectivamente, no final de 2010 o património do Grupo distribuía-se por 161 concelhos do País e integrava 1.409 Unidades de Gestão, subdivididas em cerca de 6.700 talhões, ocupando uma área total de 120 milhares de hectares, dos quais 87,4 mil hectares de eucalipto (72%) com a finalidade de abastecer as fábricas de pasta do Grupo.

A certificação deste património de acordo com os sistemas FSC - Forest Stewardship Council e PEFC - Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes foi confirmada em 2010, evidenciando o empenho do Grupo na gestão responsável dos seus recursos florestais.

O Grupo tem sido um forte impulsionador da expansão do processo de certificação florestal em Portugal através dos protocolos de cooperação estabelecidos com as organizações de produtores florestais e de acções de sensibilização desenvolvidas com proprietários. Destaca-se, neste âmbito, que o Grupo foi pioneiro a nível mundial na atribuição de um prémio na aquisição de madeira certificada tendo, por esse facto, Portugal sido alvo de referência no relatório "Forest Products 2007/2008" da FAO (Food and Agriculture Organization).

Em 2010, iniciaram-se ainda as obras de duplicação da capacidade e modernização do Viveiro de Espirra, na sequência dos estudos previamente efectuados para aumentar a capacidade de produção daquela estrutura e responder, assim, ao acréscimo de consumo próprio e de procura de plantas certificadas por parte dos agentes da floresta privada. No cômputo geral, em 2010 a actividade dos Viveiros Aliança evidenciou um aumento de 15% em relação ao ano anterior.

Do total de produção de plantas de eucalipto mais de 60% correspondeu a plantas clonais. Cerca de dois terços da produção de plantas clonais destinou-se às plantações do Grupo, e o restante a particulares, no âmbito dos protocolos celebrados com associações de produtores florestais e outras entidades. O número de clones em produção nos Viveiros manteve-se em relação a 2009.

A área plantada pelo Grupo em 2010 foi superior em cerca de 68% à do ano anterior. Este acréscimo, apesar das dificuldades sentidas no processo de licenciamento de projectos que passa por vários organismos públicos, reflecte o esforço do Grupo na angariação de novas áreas e na reflorestação de áreas actualmente sob gestão, com o objectivo de maximizar o potencial produtivo da sua floresta, através de melhores materiais genéticos e melhores práticas de silvicultura. De referir que para este incremento de área contribuíram condições

meteorológicas que se saldaram num ano em geral favorável às plantações, embora o excesso de pluviosidade do último mês de 2010 tenha criado condições que impediram a florestação de área adicional.

A destacar em 2010, estão também uma série de operações de manutenção em cerca de 19.100 hectares de floresta, designadamente as acções de controlo de matos e selecção de varas de eucalipto, além das operações de manutenção em 4.600 quilómetros da rede de caminhos e aceiros do património florestal sob gestão do Grupo. Ainda no âmbito da actividade silvícola, foram realizadas adubações de manutenção em aproximadamente 9.020 hectares de eucalipto.

Apesar da rolaria de eucalipto para a produção de pasta e papel ser o principal produto da floresta do Grupo, a empresa não descarta outros produtos e actividades, diversificando o aproveitamento de benefícios do seu património agro-florestal. Neste campo, são de realçar as produções de cortiça (31,59 mil arrobas), vinho (84 mil litros), resina (mais de 8,5 mil bicas), caça e pastagens, entre outras.

Certificação Florestal e Gestão da Biodiversidade

Prosseguindo o compromisso com a certificação florestal, como garantia e elemento distintivo em relação à origem responsável dos seus produtos, o Grupo Portucel manteve em 2010 ambas as certificações obtidas em anos anteriores de acordo com os sistemas FSC - Forest Stewardship Council, desde 2007, e PEFC - Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes, desde 2009. De facto, o Grupo assume, na gestão do património florestal sob sua responsabilidade, um conjunto de preocupações ambientais e sociais que são tratadas de forma integrada com os objectivos técnico-financeiros que persegue. Para o Grupo, é este o caminho para fortalecer a sua presença num mercado internacional cada vez mais exigente quanto à origem da matéria-prima dos produtos, e responder aos legítimos anseios da sociedade.

O certificado PEFC do Grupo Portucel - SATIVA-2010/GFS001 - corresponde à primeira licença de utilização da marca PEFC para a gestão florestal em Portugal, abrangendo todo o património sob sua gestão e os diversos produtos, desde a rolaria de eucalipto para a produção de pasta e papel, a principal produção do Grupo, à rolaria de pinho, cortiça e pinhas. O certificado FSC - SA-FM/COC-001785 - abrange já cerca de 99% do património e os produtos rolaria de eucalipto e cortiça.

O Grupo Portucel continuou a desempenhar em 2010 um papel relevante junto das direcções das iniciativas nacionais FSC e PEFC e a promover os processos de certificação junto de organizações de produtores florestais. É nesse âmbito que, visando incentivar a certificação dos proprietários e produtores que garantem cerca de 80% da matéria-prima para as suas fábricas, o Grupo tem mantido, desde 2007, protocolos com organismos directamente relacionados com a produção florestal, designadamente a CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal, a Forestis - Associação Florestal de Portugal, a Fenafloresta, o Fórum Florestal e a UNAC - União da Floresta Mediterrânea.

Paralelamente, promoveram-se acções de formação e de comunicação activa sobre o tema da certificação florestal no País, nas quais o Grupo divulgou os benefícios da certificação, alertou para o risco de não se perseguir este objectivo e partilhou a forma como abordou, na prática, alguns dos seus requisitos. Exemplo disso foi a disponibilização de património do Grupo como área de demonstração da implementação, na prática, da abordagem seguida para o Princípio 9 do FSC, relativo às Florestas de Alto Valor de Conservação. A demonstração enquadrou-se na agenda do grupo de trabalho da Interpretação Nacional das Florestas de Alto Valor de Conservação e destinou-se ao grupo de partes interessadas da iniciativa nacional, tendo estado presentes representantes da área da produção, ONGs ambientais, centros de investigação, empresas de consultoria e entidades certificadoras.

Outro destaque no âmbito da certificação vai para a escolha de uma representante do Grupo para integrar o PSC - Policy and Standards Committee do FSC internacional, um organismo criado no início de 2010 para apoiar o processo de decisão do Board of Directors daquela organização, cabendo-lhe o papel de representante da sub-câmara económica norte.

O ano de 2010 foi também de progresso no domínio da Conservação da Biodiversidade, tendo o Grupo

sistematizado a informação sobre os valores naturais presentes no seu património, além da sua participação activa nas comemorações do Ano Internacional da Biodiversidade. A biodiversidade foi, de resto, o tema central da edição do Relatório de Sustentabilidade relativo ao biénio 2008-2009 e da organização de um Seminário Internacional sob o tema “Biodiversidade. Um Valor com Futuro”, que contou com a participação de alguns dos mais reputados especialistas. Neste seminário, a conservação dos valores naturais e a sua gestão numa óptica de valorização económica, social e ambiental foram o mote para uma reflexão com o objectivo de sensibilizar as entidades relevantes, desde organismos públicos a organizações não governamentais ambientais, para o valor e importância que a Conservação da Biodiversidade tem para o País, e para as indústrias de base florestal em particular.

De destacar ainda em 2010 que o Grupo Portucel esteve representado pelo Presidente da Comissão Executiva num simpósio em Paris organizado pela EpE - Entreprises pour l'Environnement e WBCSD. O evento teve como público alvo principal o sector dos negócios e visou demonstrar o envolvimento de grandes empresas europeias na conservação da biodiversidade. No âmbito da sua participação neste evento, o Grupo colocou a tónica na dinâmica entre gestão florestal e biodiversidade, tendo sido dada como exemplo a estratégia de integração da conservação da biodiversidade no seu modelo de gestão florestal e os resultados concretos alcançados pelo Grupo neste domínio.

Ciente que as operações associadas à gestão florestal e à produção industrial podem causar impactes potenciais directos ou indirectos ao nível dos habitats ou das espécies, o Grupo integrou a conservação da biodiversidade no seu modelo de negócio, uma estratégia cuja adopção sustenta um dos pilares da Gestão Florestal Certificada.

A gestão florestal praticada tem, desta forma, envolvido um importante trabalho à escala local na avaliação, gestão e monitorização dos valores naturais. No final de 2010, estavam efectuadas avaliações de biodiversidade em grande parte do património, identificados cerca de 12 000 hectares de zonas classificadas com interesse para a conservação e elaborados manuais de avaliação da Biodiversidade e Planos de Acção de Conservação para uma cobertura de mais de 40% da área gerida pelo Grupo. Dos cerca de 36 habitats que se encontraram nas unidades de gestão do Grupo, verificou-se haver uma boa representatividade dos habitats classificados na RNAP - Rede Nacional de Áreas Protegidas e na RN2000 - Rede Natura 2000, havendo ainda outros habitats com área expressiva, em particular os montados e os bosques de quercíneas de folha perene, como o sobreiro e a azinheira, além dos habitats ribeirinhos.

É de salientar que a abordagem do Grupo às questões da Biodiversidade foi considerada matéria de case-studies apresentados em quatro publicações nacionais e internacionais, duas das quais foram recentemente divulgadas na 10ª Conferência das Partes (COP10) em Nagoya, Japão, em e-publications lançadas pelo WBCSD - World Business Council for Sustainable Development e pelo projecto NGP - New Generation Plantations. Este último é inteiramente dedicado ao tema das plantações, sendo liderado pelo WWF International e tendo por parceiros diversas empresas do sector papelheiro dos diferentes continentes e delegações regionais do WWF. Enquadrado no projecto NGP, o Grupo organizou ainda um Workshop Internacional subordinado ao tema “New Generation Plantations and Responsible Forest Finance”, com o objectivo de definir abordagens colectivas que sustentem uma indústria baseada em plantações mais sustentáveis e a transição do sector para um modelo mais responsável do ponto de vista ambiental e social.

Outro exemplo de boas práticas na gestão das áreas florestais do Grupo, no domínio da preservação da biodiversidade, refere-se à protecção da águia de Bonelli, ave de rapina com o estatuto de “ameaçada” em território nacional, em resultado da parceria estabelecida com o CEAI - Centro de Estudos da Avifauna Ibérica.

A integração destes temas diversos em torno da conservação da biodiversidade no modelo de gestão florestal tem sido a base da implementação da filosofia “Business and Biodiversity” adoptada em finais de 2007, na sequência do protocolo assinado com o ICNB – Instituto para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, e da adesão à iniciativa global Countdown 2010, projectos que visam travar a perda de biodiversidade até 2010, e que representam compromissos efectivamente assumidos pelo Grupo.

Prevenção de Incêndios Florestais

Defender a floresta contra incêndios é uma prioridade para o Grupo Portucel. Em 2010, o investimento de cerca de 3 milhões de euros no programa de prevenção e apoio ao combate aos incêndios florestais continua a posicionar o Grupo como a entidade privada que mais contribuiu para o esforço do País na redução de risco nesta área.

Para este nível de investimento contribuiu, de forma significativa, a estratégia de gestão do risco de incêndio e as suas componentes de planeamento e coordenação das actividades com vista a aumentar ou diminuir a carga de combustível florestal. Foram executados tratamentos de combustíveis florestais em mais de 11 000 hectares e operações de manutenção em mais de 4 600 quilómetros de caminhos e aceiros.

O dispositivo de apoio ao combate aos incêndios florestais mobilizou em 2010 mais de 300 pessoas, das quais 70 Colaboradores do Grupo, que foram decisivos para a eficácia das operações, tendo sido activadas 7 torres de vigia, 39 unidades de primeira intervenção, 16 unidades de semi-pesados e 2 helicópteros que visam, em complemento ao dispositivo nacional, cobrir o património do Grupo Portucel.

Como resultado, manteve-se o impacto reduzido dos incêndios na área sob gestão do Grupo (0,85%).

De salientar que a actuação do Grupo em matéria de defesa da floresta contra incêndios beneficia a floresta em geral, pois mais de 85% das intervenções do dispositivo de combate a incêndios, em que o Grupo participa maioritariamente através da Afocelca, foram efectuadas em propriedades de terceiros, apoiando de forma relevante a Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Abastecimento de Madeira

O Grupo Portucel abasteceu às suas fábricas, em 2010, cerca de 4 milhões de metros cúbicos de madeira descascada. A insuficiência da oferta de madeira nacional manteve-se em 2010, o que obrigou a reforçar o recurso a mercados externos. Estes mercados constituíram também importantes alternativas para o fornecimento de madeira certificada, de que o Grupo tem necessidade e não encontra, ainda, em quantidade suficiente no mercado nacional.

No seguimento da política de responsabilidade corporativa e de envolvimento com as comunidades em que se insere, o Grupo manteve a forte aposta quer na certificação da gestão florestal quer na certificação da cadeia de custódia, como garantes do desenvolvimento sustentado do negócio.

É de salientar que o volume de abastecimento de madeira certificada registado em 2010 evoluiu positivamente face ao ano transacto.

Compras

O arranque da nova fábrica de papel de Setúbal provocou em 2010 um acréscimo significativo das necessidades globais do Grupo, em termos de materiais para consumo e transformação, no conjunto das suas unidades.

Ao longo de 2010 distinguiram-se dois períodos com características diferentes: o primeiro semestre, que correspondeu a uma fase de maior oferta do mercado, levou a que as aquisições fossem efectuadas com alguma tranquilidade; o segundo semestre revelou-se mais complicado, tendo o Grupo registado algumas dificuldades em obter produtos para garantir o ritmo de produção desejado.

Estas dificuldades decorreram essencialmente dos seguintes factores:

- Diminuição de produtos originários da agricultura, devido a catástrofes naturais como terremotos no Chile,

incêndios na Rússia, pragas nas colheitas na Tailândia, inundações, etc.;

- Aumento da procura pela China de produtos europeus, proporcionando uma melhor remuneração e originando uma deslocalização da oferta europeia;
- Problemas nas unidades de produção europeias da indústria química;
- Conflitos sociais com greves e lock-out no centro da Europa;
- Deslocalização parcial da indústria química europeia associada ao sector da pasta e do papel para regiões onde estão previstos investimentos (América do Sul).

Com o objectivo de ultrapassar estas situações, o Grupo tomou as seguintes medidas:

- Dar continuidade à política de diversificação de fornecedores, procurando alternativas noutras regiões do globo ou em diferentes áreas de actividade, tradicionalmente não ligadas à indústria da pasta e do papel;
- Consolidar os abastecimentos por via marítima, aumentando a capacidade de armazenamento junto aos portos;
- Aperfeiçoar, cada vez mais, os aspectos logísticos, para fazer face à diminuição de stock de segurança e à consequente diminuição dos custos de abastecimento.

No que se refere aos fornecedores de mercado nacional, dada a sua fragilidade estrutural, o Grupo procurará contribuir para o seu robustecimento através da celebração de contratos de prazo alargado e nas melhores condições possíveis.

3.6.4 Energia

Em 2010, o Grupo Portucel atingiu uma produção bruta de energia eléctrica de 1.696 GWh o que corresponde a um aumento de cerca de 48% face ao ano anterior.

Este acréscimo deve-se essencialmente à produção da nova central de cogeração de ciclo combinado instalada em Setúbal, às duas novas centrais termoelectricas a biomassa de Cacia e Setúbal e a entrada em funcionamento, no final do terceiro trimestre, do novo turbogerador a vapor no âmbito da alteração da central de cogeração a biomassa da fábrica da Figueira da Foz.

A energia eléctrica produzida ao nível do Grupo Portucel correspondeu, em 2010, a 3,4% da produção total nacional.

A produção de electricidade a partir de centrais a biomassa (três cogerações e duas centrais dedicadas) atingiu 1 099 GWh e representou 52% da estimativa da produção total nacional em 2010 a partir deste recurso renovável, mantendo o Grupo o estatuto de maior produtor nacional de energia eléctrica a partir de biomassa.

Com a entrada em funcionamento do novo turbogerador a vapor (TG4) para a cogeração do complexo da Figueira da Foz, cuja primeira injeção de energia na rede para testes decorreu a 23 de Agosto de 2010, ficou concluído um conjunto de investimentos estruturantes do Grupo na área de energia, que na sua totalidade ascenderam a cerca de 200 milhões de euros.

Apesar do incremento na energia obtida a partir de gás natural, associada às necessidades energéticas da nova fábrica de papel em Setúbal, a produção de energia do Grupo foi assegurada em 65% por centrais de cogeração e centrais termoelectricas a biomassa, que fazem recurso a combustíveis renováveis (biomassa florestal e subprodutos da madeira resultantes do processo de produção de pasta).

De destacar em 2010 o reconhecimento internacional da estratégia seguida pelo Grupo na área das energias renováveis com a atribuição do prémio da revista Pulp & Paper International (PPI) na categoria "*Green Energy and Biofuels Awards*".

Bioenergia e Combustíveis Fósseis

O Grupo Portucel tem mantido uma política de investimento vultosa com vista a minimizar o uso de combustíveis fósseis.

Os investimentos realizados nos últimos anos que mais contribuíram para a redução de emissões de CO₂ no Grupo foram a instalação de novas caldeiras de recuperação nas fábricas de Cacia e Figueira da Foz, a reconversão das caldeiras de biomassa para leito fluidizado nos três complexos industriais e, ainda, a alteração do forno da cal no complexo da Figueira da Foz.

O funcionamento em pleno das duas novas centrais termoeléctricas a biomassa nas fábricas de Cacia e de Setúbal, atingido no início de 2010, permitiu consolidar a posição do Grupo no domínio da produção nacional de energias renováveis na vertente biomassa. Com estes investimentos o Grupo contribui, de forma significativa, para diminuir a dependência do país da importação de combustíveis fósseis, gerando também um impacto muito positivo no balanço das emissões de CO₂ a nível nacional. Estima-se que as duas novas centrais do Grupo poderão evitar emissões de CO₂ superiores a 70 mil toneladas em termos do balanço nacional.

O investimento no novo turbogerador a vapor na central de cogeração a biomassa no complexo da Figueira da Foz, substituindo dois turbogeradores de vapor antigos, permite um aumento considerável da eficiência energética desta instalação. Este projecto, apesar de não ter um impacto na redução de emissões de CO₂ para o Grupo (pois consiste num aumento de eficiência a partir de um recurso que já era biomassa), vai possibilitar, indirectamente, uma redução de emissões de CO₂ em cerca de 40 mil toneladas para o País, ao evitar a produção de electricidade em grandes centrais de gás e/ou de carvão.

Biomassa Florestal para Fins Energéticos

O Grupo Portucel tem vindo a reforçar a sua posição como entidade produtora e fornecedora de biomassa florestal e de subprodutos de madeira.

A exploração integrada da floresta, dentro de princípios sustentáveis e com a preocupação de preservar a biodiversidade, são para o Grupo a base fundamental para o equilíbrio na obtenção de matéria-prima para a produção de bens transaccionáveis de elevado valor acrescentado, com é o caso da pasta e papel, e para a valorização de recursos sobranes de biomassa para produção de energia.

Em 2010, o Grupo teve em operação plena as duas novas centrais a biomassa para produção de electricidade. O abastecimento dessas centrais, em Cacia e em Setúbal foi o objectivo principal da actividade da Enerforest, empresa do Grupo que se dedica à produção e comercialização de biomassa e à gestão de resíduos para fins energéticos. Foi ainda assegurado o fornecimento just-in-time aos clientes. Ao longo do ano, é de referir que o mercado de biomassa manteve os níveis de preços estáveis.

Foi ainda dado apoio ao projecto de trituração estacionária nas fábricas do Grupo, com arranque previsto para 2011. Durante o ano, prosseguiu-se o programa de produção de fardos de biomassa residual (projecto PackinStock), contribuindo para a limpeza das matas do Grupo e para a melhoria do stock de biomassa.

No segundo semestre de 2010, foi autonomizada a gestão dos parques de biomassa das centrais, conseguindo-se desta forma uma operacionalidade acrescida na gestão de stocks, permitindo simultaneamente centrar a actividade da Enerforest na área comercial, para garantia dos fluxos de abastecimento de biomassa.

3.6.5 Ambiente

O Grupo Portucel desenvolveu, em 2010, várias iniciativas com o objectivo de melhorar a eficiência dos seus processos produtivos, através do uso racional dos recursos naturais, mitigação dos impactes ambientais das suas unidades industriais, consciencialização e formação, procedimentos documentados, rotinas operacionais e

exigências contratuais, além do investimento em infra-estruturas e equipamentos no sentido da utilização das Melhores Técnicas Disponíveis (MTDs).

Como resultado desse esforço, a avaliação do desempenho ambiental dos processos produtivos, através da sistematização de indicadores de eco-eficiência e de impactes ambientais, indica um desempenho positivo e sustentado de todas as instalações fabris do Grupo, generalizadamente em todos os domínios: ar, água, resíduos e recursos naturais, e em consonância com as MTDs para o sector, reflectidas nas Licenças Ambientais das fábricas do Grupo Portucel.

No domínio das emissões gasosas, verificaram-se reduções significativas nos últimos cinco anos, com destaque para a emissão de partículas, SO₂ e CO₂, como resultado do esforço de investimento em melhorias processuais iniciadas em 2009, designadamente a reconversão para tecnologia de leito fluidizado da caldeira a biomassa da fábrica de Cacia e a optimização do desempenho ambiental da caldeira de biomassa, por substituição dos economizadores e das condutas dos gases de combustão da fábrica de Setúbal.

No caso particular das emissões de CO₂, e considerando para efeitos de avaliação de desempenho apenas as instalações em funcionamento até 2009, verificou-se uma redução de cerca de 18% para o mesmo período.

Em Setembro de 2010, entrou em funcionamento, na fábrica da Figueira da Foz, a nova turbina a vapor para a central de cogeração a biomassa. Com a finalização deste projecto e o arranque de duas novas centrais termoeléctricas a biomassa em Cacia e Setúbal (final de 2009), o ano de 2010 ficou marcado pelo aumento significativo na eficiência energética do Grupo Portucel, contribuindo deste modo para o balanço energético nacional a partir de biomassa.

No que se refere às emissões para a água, verificaram-se nos últimos cinco anos reduções de cerca de 40% para sólidos suspensos e fósforo, cerca de 60% de matéria orgânica biodegradável.

No domínio da gestão de resíduos, o Grupo Portucel continua a apostar na melhoria dos processos produtivos, tendo como principais objectivos a redução da produção de resíduos, bem como a sua reutilização e valorização. Também tem sido dada continuidade ao desenvolvimento de projectos de I&D, em parceria com o Instituto RAIZ e entidades potencialmente utilizadoras de resíduos, promovendo a sua valorização como matéria-prima para outros processos. Do total dos resíduos processuais produzidos, cerca de 80% são encaminhados, através de operadores licenciados, para valorização.

Em 2010, com vista a garantir uma gestão efectiva e eficaz de toda a informação relativa ao circuito de resíduos (produção, acondicionamento, transporte e destino), bem como a uniformização das práticas nas fábricas do Grupo Portucel, foi implementado um procedimento de gestão, com recurso a software desenvolvido para o efeito.

No sentido de dar cumprimento à legislação em vigor, foi efectuada a análise de aplicabilidade dos diplomas nacionais e comunitários relativos aos vários domínios na área de ambiente.

Das acções implementadas, é de destacar ainda o Regulamento REACH (“Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals” e o Regulamento CE n.º 1907/2006 de 18 Dezembro), que tem como objectivo responsabilizar a indústria relativamente à gestão dos riscos que as substâncias químicas podem representar para a saúde e meio ambiente.

Como produtor de químicos, na sequência do pré-registo dos químicos produzidos (efectuado em 2008, 2009 e 2010, de modo a garantir o cumprimento das obrigações de registo das substâncias produzidas), o Grupo desenvolveu, através da adesão a consórcios a nível europeu, todo o trabalho necessário para garantir, com sucesso, o registo das substâncias produzidas até final de Novembro. Deste processo, decorreu a elaboração de documentos que contêm informações sobre as propriedades e classificação de cada substância, além de utilizações e orientações para um uso seguro a todos os utilizadores dos químicos produzidos.

Neste âmbito, tem também sido assegurado o contacto regular com os fornecedores, de modo a garantir o

cumprimento dos requisitos legalmente exigidos aplicáveis aos produtos fornecidos.

Rótulo Ecológico da União Europeia

Ao Grupo Portucel foi atribuída, em Setembro 2010, a licença para utilização do Ecolabel no papel que produz e comercializa (PT/11/002). O «Rótulo Ecológico da União Europeia» promove produtos e serviços que cumprem rigorosos critérios de desempenho ambiental, que há já vários anos integram o modelo de gestão adoptado pelo Grupo.

No segmento de papel para escritório e papel para usos gráficos, o Ecolabel obriga à utilização de madeira certificada e de origem controlada, inibe o uso de substâncias nocivas ao meio ambiente e à saúde, promove a utilização de energia renovável, a implementação de um rigoroso sistema de gestão de resíduos, a redução das emissões de gases com efeito de estufa, bem como a de outros poluentes do ar e da água.

Consciente da importância crescente do desempenho ambiental da sua actividade, o Grupo Portucel participa activamente no desenvolvimento dos novos critérios para atribuição do Rótulo Ecológico da União Europeia, aguardando-se a publicação dos mesmos no início de 2011.

3.6.6 Inovação

Dando continuidade a um ambicioso plano de desenvolvimento de novos produtos, o Grupo Portucel obteve em 2010 o reconhecimento do mercado com a excelente aceitação dos mesmos. Merece particular destaque o reforço da gama de produtos de elevado desempenho e qualidade, com baixa gramagem, tirando partido do conhecimento disponível no Grupo e da capacidade tecnológica instalada em todas as suas unidades fabris.

No mercado dos produtos para web inkjet, uma tecnologia emergente e de elevado potencial para aplicações premium, o Grupo Portucel destacou-se em 2010 com uma nova gama de produtos com tratamento superficial e optimizado para o elevado grau de exigência técnica desta aplicação.

Em 2010, o Grupo finalizou o trabalho de renovação de imagem das marcas Navigator, Discovery e Pioneer, tornando-as mais modernas e apelativas ao consumidor final, facto comprovado nos estudos de mercado realizados. Consequentemente melhorou-se a oferta de valor para mercado.

A nova pasta de elevada porosidade contribuiu para reforçar a carteira de produtos do Grupo, permitindo a conquista de novos clientes e premiando o esforço de investigação e desenvolvimento tecnológico realizado de forma sistemática nos últimos anos.

O Grupo Portucel desenvolveu ainda um conjunto significativo de acções de promoção e divulgação do uso do papel como veículo de comunicação, enaltecendo as características excepcionais e sustentáveis deste recurso.

A AIFF - Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal, da qual o Grupo é um dos membros fundadores, organizou um congresso sob o lema “Crescer Forte, Grow Stronger”, com o objectivo de apresentar ao País a força da fileira industrial florestal nacional e lançar um espaço de reflexão sobre formas de construir o futuro. A AIFF foi reconhecida como pólo de competitividade e tecnologia e coordena um conjunto significativo de projectos orientados para a inovação.

A relevância dos projectos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) em que o Grupo está envolvido tem sido reconhecida pelos organismos oficiais competentes, designadamente a Agência de Inovação, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Fundação para a Ciência e Tecnologia.

No âmbito do SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento Empresarial, estes organismos têm vindo a certificar como elegíveis investimentos nesta área, que em 2007 e 2008 ascenderam a 3,8 e 4,1 milhões de euros, respectivamente. Para 2009 e 2010 prevê-se obter a certificação de investimentos

de 3,7 e 3,4 milhões de euros, respectivamente.

3.6.7 Investigação e Desenvolvimento

No âmbito dos projectos de melhoramento genético desenvolvidos pelo Instituto RAIZ, e numa perspectiva de disponibilizar no futuro clones mais adaptados a condições climáticas menos favoráveis ao crescimento do eucalipto, foi feito um elevado esforço no aumento da diversidade de materiais genéticos, através de aquisições ao estrangeiro de lotes de semente híbrida e de espécies puras, a par da execução de um plano de cruzamentos controlados entre estas espécies e *Eucalyptus globulus*.

Na área da biotecnologia e propagação de plantas, prosseguiu-se o trabalho de certificação molecular da identidade das plantas clonais produzidas no Grupo Portucel, tendo sido apuradas tendências relevantes no sentido de melhorar a eficiência da propagação clonal ao nível operacional, especialmente no que refere à adubação e controlo de infestantes.

Os projectos de solos e nutrição florestal dedicaram-se sobretudo ao aperfeiçoamento das soluções silvícolas vigentes, com destaque para o estudo sobre o potencial da rega e/ou gel durante a instalação de povoamentos de eucalipto e para a elaboração de indicadores de risco de “erosão do solo”. Na protecção florestal, foi dada prioridade ao desenvolvimento dos meios de luta biológica contra a praga *Gonipterus platensis*, gorgulho australiano que tem provocado desfolha e perda de produtividade nas plantações de *Eucalyptus globulus* a nível nacional.

No campo da ecofisiologia florestal, com o objectivo de melhorar o conhecimento acerca da relação entre a produtividade sustentável do eucalipto e os recursos hídricos, foram iniciados, em parceria com o Instituto Superior de Agronomia (ISA), estudos sobre os mecanismos responsáveis pelo comportamento diferencial de clones no âmbito da resistência à secura.

Na área da consultoria florestal do RAIZ, procedeu-se à caracterização edafo-climática de cerca de 10 000 hectares de terras em 2010, gerando informação de base para a elaboração de projectos silvícolas, planeamento florestal e realização de negócios de arrendamento e aquisição de terras. A consultoria do RAIZ realizou ainda acções de formação e transferência de tecnologia para técnicos do Grupo, que se estenderam a produtores florestais e fornecedores de madeira, além de ter contribuído de forma significativa na prospecção e análise do potencial de novos negócios florestais para o Grupo Portucel em diferentes países do hemisfério Sul.

A produção e qualidade do papel foi a principal tónica ao nível dos projectos de I&D tecnológico. Neste campo, estudou-se utilização de enzimas no pré-tratamento da pasta antes da refinação, tendo-se obtido poupanças de energia da ordem de 20% do consumo total nesta operação e uma diminuição da compactação da folha com o correspondente ganho no índice de mão.

Em 2010, foi realizado um estudo sistemático da influência das condições processuais no índice de mão do papel na máquina de papel (MP3) da fábrica de Setúbal, tendo-se identificado as condições que optimizam este parâmetro, mantendo o nível de *runnability* da máquina e preservando as outras propriedades funcionais do papel.

Em colaboração com a Universidade da Beira Interior, no âmbito do projecto PADIS - Papéis de Alto Desempenho à Impressão, foi construído um sistema óptico inovador que permite obter imagens da interacção de uma gota de tinta com a superfície do papel, e que se afigura de grande relevância para o estudo de fenómenos que determinam a qualidade final da impressão.

Foi também desenvolvida uma solução de tratamento da superfície do papel, com base em nano partículas de copolímeros de estireno, que permite ganhos significativos na densidade óptica das cores e na qualidade da impressão jacto de tinta. Esta solução foi já testada com êxito à escala piloto.

Desenvolveram-se ainda novas metodologias para determinação de alguns parâmetros relevantes na avaliação da aptidão à impressão dos papéis, nomeadamente do consumo de tinta na impressão offset e avaliação da adesão do toner na impressão a laser.

No domínio ambiental, concluiu-se o estudo experimental de estabilização de misturas de lamas biológicas e cinzas das caldeiras de biomassa através de pilhas de compostagem, obtendo-se um material óptimo do ponto de vista de nutrição florestal e especificações do eucalipto.

Foi concluído em 2010 o estudo do sistema de águas da máquina de papel (PM2) da fábrica da Figueira da Foz, que permitiu identificar um potencial de redução do consumo de água de 6%, apesar desta máquina já apresentar um elevado desempenho neste domínio.

Na área da bioenergia, prosseguiu-se o estudo da pré-hidrólise das hemiceluloses da madeira de eucalipto como fonte potencial para a produção de bio-etanol associada à produção de pasta, estando em curso a optimização das melhores soluções encontradas. Em colaboração com a Universidade de Coimbra, estudou-se a fermentação das pentoses, tendo-se identificado soluções com um bom rendimento de transformação em etanol.

Foram ainda desenvolvidos, em colaboração com a Universidade de Aveiro, processos de extracção e purificação de triterpenóides presentes na casca do eucalipto, compostos com aplicação nas indústrias alimentar, cosmética e farmacêutica. Trata-se de um processo com viabilidade económica, apresentando uma rentabilidade muito interessante para as actuais condições de mercado.

4 Área de Negócios de Cimentos e Derivados – SECIL

Conforme mencionado anteriormente, o Grupo Semapa detém uma participação de 51% no Grupo Secil, sendo este integrado nas suas contas pelo método proporcional por aquela percentagem.

Por forma a permitir uma melhor compreensão da evolução real da actividade desenvolvida pela Secil e suas subsidiárias, optou-se por apresentar apenas **neste capítulo** do presente Relatório **a totalidade da Secil** (após ajustamentos de consolidação) ao invés da percentagem detida pela Semapa.

4.1 Principais Indicadores Económico-Financeiros

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	Dez 10	Dez 09	Dez 10/Dez 09 (Var.%)
Volume de vendas	535,8	572,2	(6,4%)
Outros Proveitos	41,5	35,7	16,3%
Gastos e Perdas	(448,4)	(454,0)	1,2%
EBITDA	128,9	153,9	(16,3%)
EBITDA Recorrente	127,1	153,1	(17,0%)
Amortizações e perdas por imparidade	(43,1)	(42,9)	(0,5%)
Provisões (reforços e reversões)	(1,3)	(0,5)	(198,4%)
EBIT	84,4	110,6	(23,6%)
Resultados Financeiros líquidos	(4,2)	(5,0)	15,7%
Resultados Antes de Impostos	80,2	105,6	(24,0%)
Impostos sobre Lucros	(21,4)	(15,4)	(38,9%)
Lucros retidos do Exercício	58,8	90,1	(34,8%)
Atribuível aos Accionistas da Secil*	49,6	77,5	(36,0%)
Atribuível a Interesses Minoritários (IM)	9,2	12,6	(27,4%)
Cash-Flow	103,3	133,5	(22,6%)
Margem EBITDA (%)	24,1%	26,9%	(10,6%)
Margem EBIT (%)	15,8%	19,3%	(18,4%)

	31-12-2010	31-12-2009	Dez10 vs Dez09
Activo líquido total	977,7	945,4	3,4%
Capitais Próprios (antes de IM)	498,2	483,5	3,1%
Dívida Líquida	77,7	95,3	(18,5%)

* dos quais 51% são atribuíveis e integrados nas contas consolidadas da Semapa

4.2 Principais Indicadores Operacionais

Os principais indicadores operacionais de 2010 são apresentados no quadro seguinte:

	Unid.	Dez 10	Dez 09	10/09 (%)
Capacidade produtiva anual de cimento	1 000 t	6.850	6.850	0%
Vendas Cimento cinzento	1 000 t	4.909	5.005	(2%)
Vendas Cimento branco	1 000 t	98	94	3%
Vendas Cal artificial	1 000 t	55	60	(8%)
Vendas Clinquer	1 000 t	632	655	(4%)
Betão-pronto	1 000 m3	1.740	2.034	(14%)
Inertes	1 000 t	3.160	2.755	15%
Prefabricação em betão	1 000 t	143	160	(11%)
Argamassas	1 000 t	298	350	(15%)
Cal hidráulica	1 000 t	18	21	(15%)
Cimento-cola	1 000 t	8	5	68%

4.3 Síntese Global da Actividade do Grupo Secil

A actividade de construção e a procura de cimento decresceram significativamente a nível mundial atingindo particularmente os países mais desenvolvidos, onde se enquadra Portugal, um dos mercados de referência do Grupo Secil. Na União Europeia estima-se que o consumo de cimento tenha regredido cerca de 11%.

Neste contexto adverso, o volume de negócios consolidado do Grupo Secil ascendeu a **535,8 milhões de euros**. Este desempenho representou um decréscimo de 6,4% face ao ano anterior, fundamentalmente devido à menor performance das unidades de negócio situadas em Portugal e Angola.

O EBITDA atingiu **128,9 milhões de euros**, registando uma quebra de cerca de 16,3% face ao período homólogo de 2009 devido à conjuntura adversa referida anteriormente.

O crescimento do EBITDA nas unidades de negócio de cimento no Líbano e na Tunísia, foi insuficiente para compensar o desempenho menos favorável das operações em Portugal e Angola, que registaram uma diminuição do EBITDA de 19,8% e 90% respectivamente.

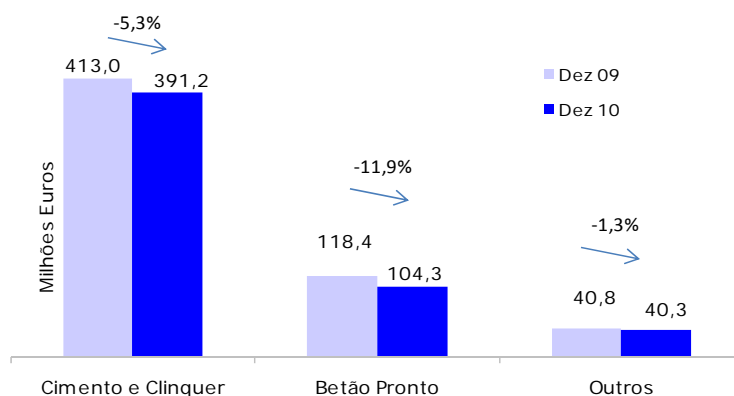
O resultado líquido atribuível aos accionistas da Secil ascendeu a **49,6 milhões de euros**, tendo diminuído 36% face a 2009.

O investimento global totalizou **47,1 milhões de euros**, dos quais 46,9 milhões de euros corresponderam a investimentos operacionais e 160 mil euros ao reforço da participação numa empresa subsidiária.

A 31 de Dezembro de 2010, a dívida líquida cifrava-se em **77,7 milhões de euros**, que representou uma redução de **17,6 milhões de euros** relativamente a 31 de Dezembro de 2009.

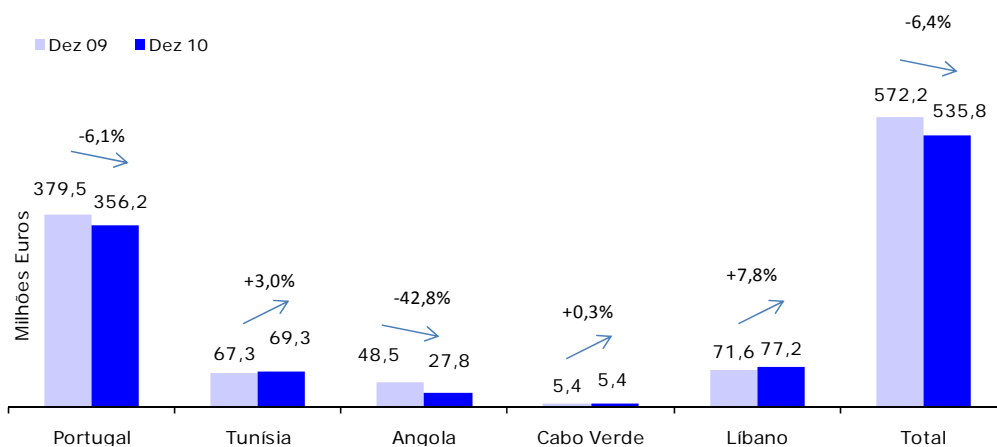
Distribuição do Volume de Negócios por Segmentos e Geografia

Segmentos



O volume de negócios do segmento Cimento e Clinquer diminuiu 5,3% face ao ano de 2009, em resultado da queda do volume de negócios da unidade de negócio que opera em Portugal. Os segmentos Betão Pronto e Outros (Argamassas e Pré-fabricados) registaram igualmente uma contracção face aos valores verificados em 2009.

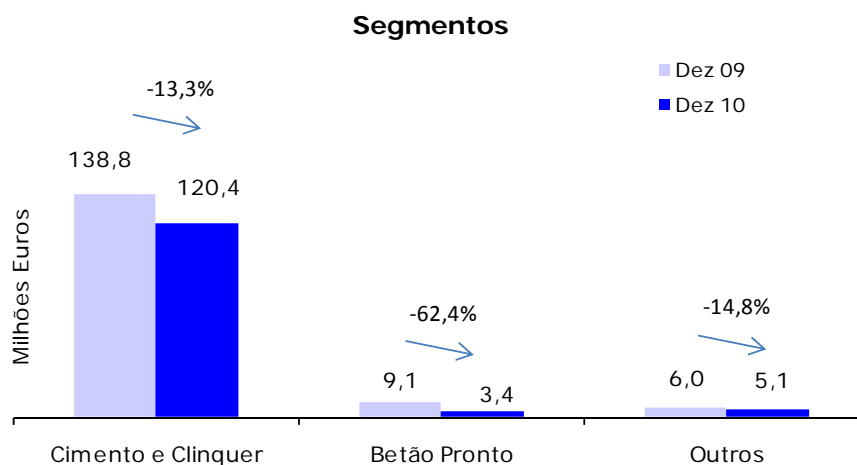
Geografia



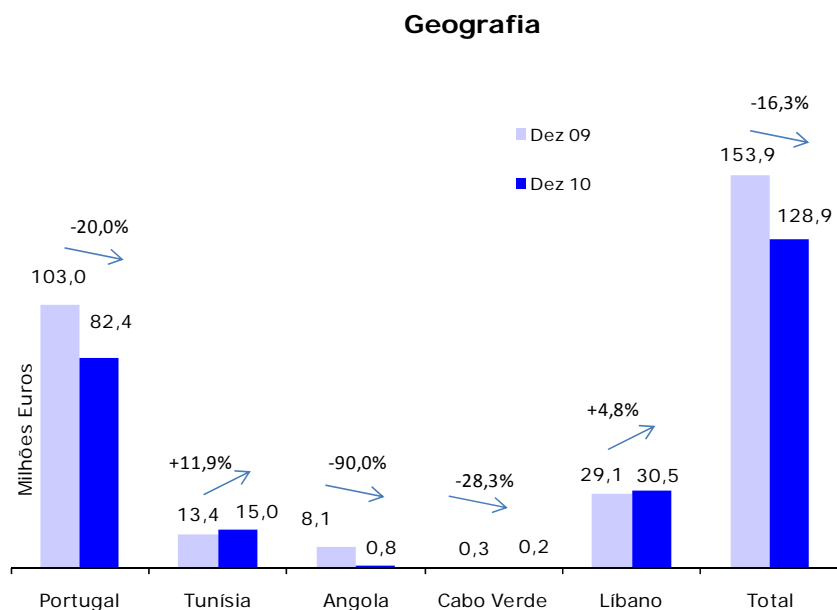
O volume de negócios resultante de operações fora de Portugal apresentou um peso de cerca de 34% do total, com destaque para o aumento do peso relativo das operações no Líbano e Tunísia.

Conforme referido anteriormente as operações desenvolvidas em Portugal (principal mercado de actuação do Grupo) e Angola, registaram um decréscimo respectivamente de -6,1% e de -42,8%. Já a Tunísia e Líbano cresceram mas não compensaram o decréscimo verificado nos restantes pelo que o Grupo Secil registou um decréscimo de 6,4% relativamente a igual período do ano anterior.

Distribuição do EBITDA por Segmentos e Geografia



O segmento Cimento e Clínquer aumentou o seu peso absoluto e relativo face ao ano de 2009, apresentando um contributo de cerca de 93% para a formação do EBITDA total do Grupo Secil.



Em termos de repartição geográfica, o EBITDA apresentou uma maior dispersão face ao ano anterior, sendo que as operações fora de Portugal representaram cerca de 36% do total do EBITDA do Grupo Secil.

4.4 Evolução dos Negócios

4.4.1 Portugal

4.4.1.1 Enquadramento de Mercado

Em 2010, a economia portuguesa apresentou uma evolução positiva, ligeiramente acima das expectativas iniciais. Segundo dados publicados pelo Banco de Portugal (Boletim Económico – Janeiro 2011) o produto interno bruto cresceu 1,4%, embora tenha apresentado uma desaceleração no final do ano. Este comportamento da economia portuguesa deveu-se essencialmente, ao crescimento das exportações e ao aumento do consumo privado. De acordo com a mesma fonte, prevê-se um decréscimo de 0,8% em 2011, em consequência das medidas de restrição orçamental previstas no orçamento de estado e, em geral, das medidas de combate ao endividamento excessivo da economia portuguesa.

O investimento, medido pela formação bruta de capital fixo, terá diminuído cerca de 5%, agravando-se a tendência de queda verificada nos anos anteriores.

A actividade de construção civil continuou em queda em resultado da recessão económica e da contracção do segmento da construção residencial. De acordo com o INE, a actividade da construção e obras públicas terá caído em termos anuais em cerca de 9,8% (Índice de produção na construção e obras públicas INE - Janeiro 2011).

Segundo a Euroconstruct – principal rede europeia de análise da construção, o produto da construção em Portugal apresentou um decréscimo na ordem dos 7,5% (Relatório de Dezembro 2010).

Apesar desta conjuntura negativa, a Secil continua a mostrar uma grande resiliência. Com efeito os indicadores globais da actividade desenvolvida em Portugal pelo Grupo Secil no exercício 2010, apresentaram uma evolução que apesar de inferior à registada no ano transacto foi positiva:

Portugal (milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA			Quantidades Vendidas			
	Dez 10	Dez 09	10/09 (%)	Dez 10	Dez 09	10/09 (%)	Unid.	Dez 10	Dez 09	10/09 (%)
Cimento e Clínquer	227,4	235,4	-3,4%	75,5	90,2	-16,4%	1.000 t	3.041,3	3.080,6	-1,3%
Betão Pronto	88,8	103,2	-14,0%	2,0	7,1	-71,3%	1.000 m3	1.419,8	1.708,0	-16,9%
Inertes	16,0	13,8	16,5%	3,0	4,0	-25,4%	1.000 t	3.103,9	2.684,4	15,6%
Argamassas	14,5	16,4	-11,6%	1,8	2,5	-30,2%	1.000 t	323,2	375,0	-13,8%
Pré-fabricados	8,8	9,3	-5,5%	1,0	0,0	47333,0%	1.000 t	129,6	139,9	-7,3%
Total	355,5	378,0	-6,0%	83,3	103,9	-19,8%				

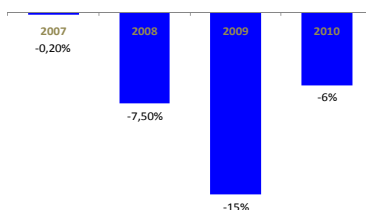
4.4.1.2 Cimento e Clínquer

O consumo de cimento na União Europeia terá decrescido cerca de 11%, mantendo-se a trajectória descendente verificada nos anos anteriores.

Estima-se que em 2010 o consumo de cimento em Portugal tenha decrescido cerca de 6%, situando-se nas 5,8 milhões de toneladas, mantendo-se a tendência de queda continua iniciada em 2002.

As importações de cimento e clínquer terão atingido cerca de 415.000 toneladas, valor ligeiramente acima do verificado no ano anterior.

Variação Anual de Consumo de Cimento e Clinquer em Portugal

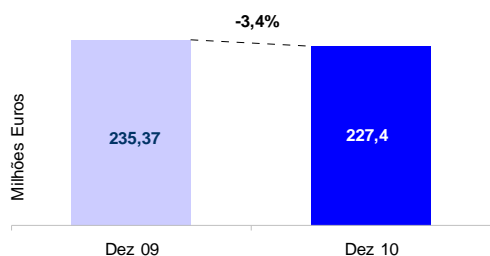


Fonte: Grupo Secil

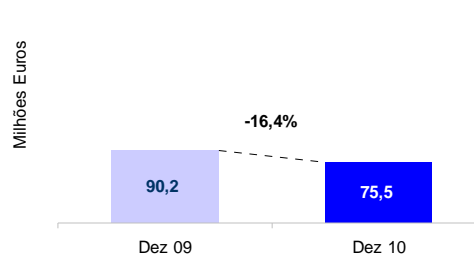
Por fim resta-nos referir que o ano foi marcado por um forte ambiente competitivo, fruto da actuação dos operadores nacionais e das importações provenientes do mercado espanhol que se encontra em contracção e, ainda, pelo excesso de capacidade de produção instalada no território nacional face ao actual nível da procura. Foi nesse contexto que se prosseguiu uma actuação marcada pelo dinamismo comercial e por uma postura de proximidade ao cliente.

Indicadores

Volume de Negócios



EBITDA



O volume de negócios atingiu **227,4 milhões de euros**, tendo diminuído 3,4% relativamente a 2009 devido à redução significativa dos volumes vendidos e do preço médio unitário no mercado interno (-7,0% e -1,5% respectivamente). De realçar o incremento da actividade de exportação, que permitiu atenuar a redução das vendas no mercado interno.

Tendo em conta o enquadramento atrás descrito, a unidade de negócio de cimento em Portugal obteve uma performance inferior à verificada no ano anterior, tendo o EBITDA atingido um valor de **75,5 milhões de euros**, 16,4% inferior ao valor registado em 2009.

Destacam-se favoravelmente o aumento da actividade de exportação, tendo apresentado um crescimento de 20,61%, com incrementos do preço médio unitário de venda (+7,5%) e o aumento das quantidades vendidas (+12,2%).

Ao nível dos custos, verificou-se um aumento expressivo dos custos de energia térmica e eléctrica e um menor desempenho da Cimentos Madeira, decorrente da paralisação da actividade de construção no arquipélago, na sequência do temporal ocorrido na Região Autónoma da Madeira em Fevereiro do presente ano.

O sistema de distribuição respondeu cabalmente às solicitações do mercado. Num ano em que se verificaram aumentos significativos nos preços dos combustíveis e dos fretes marítimos, a gestão dos custos de transporte foi uma prioridade gerida com sucesso; com efeito, verificou-se um aumento de apenas 2,3% no custo médio de transporte para a rede de entrepostos de distribuição.

De referir que o Conselho de Administração da Secil tem alertado o Governo Português para a necessidade de

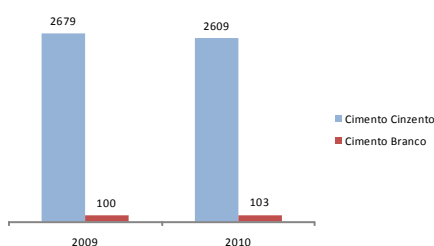
prosseguir uma política no sector da energia eléctrica que permita a redução dos enviesamentos competitivos a que a indústria portuguesa, e particularmente a indústria cimenteira, está sujeita.

Por fim destacamos a incorporação de cimento Secil em várias obras relevantes e de prestígio, já concluídas ou em curso de realização, designadamente o Palácio da Justiça de Gouveia, o Museu dos Coches (cimento branco), a reabilitação do edifício do Banco de Portugal em Lisboa e varias barragens nomeadamente Alqueva, Picote, Bemposta e Venda Nova.

Actividade Industrial

A produção de cimento nas fábricas do Grupo Secil em Portugal durante o ano de 2010 atingiu 2,7 milhões de toneladas, o que representou uma redução de 2%.

Produção de Cimento ('000 ton)



O cimento produzido nas três fábricas do Grupo Secil em Portugal continua a apresentar características finais bastante homogéneas e elevados padrões de qualidade, aspecto que se considera essencial para garantir um reconhecimento geral no mercado sobre o alto nível de exigência requerido pela Secil.

De registar o esforço empreendido pelas fábricas na redução dos custos de produção. As acções de racionalização foram fundamentais para atenuar os efeitos negativos da baixa utilização da capacidade produtiva merecendo especial destaque o incremento do uso de resíduos como energia e como matéria-prima, a redução da percentagem média de clínquer incorporado nos cimentos e o controlo dos custos de manutenção.

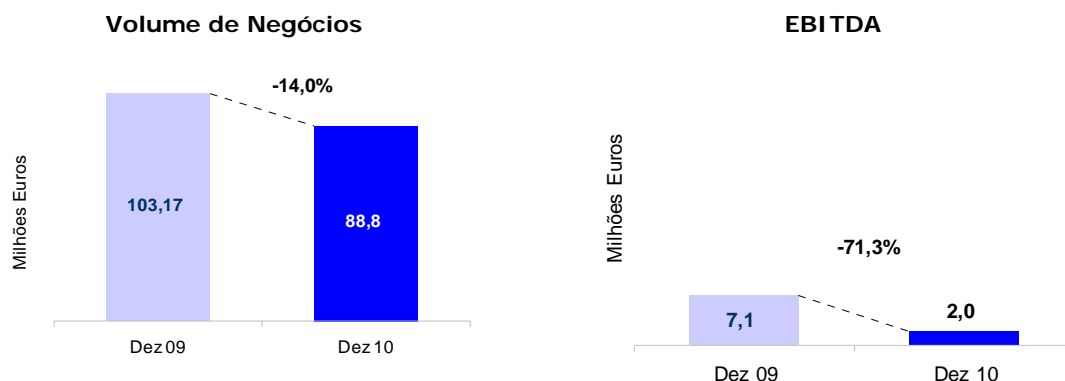
Prosseguiu-se e incrementou-se a utilização de resíduos industriais como combustível térmico. Globalmente aumentou-se a taxa de utilização de combustíveis térmicos alternativos de 24%, em 2009, para 32%, em 2010.

As emissões de CO₂ das três fábricas da Secil não ultrapassaram o volume anual de licenças atribuído no âmbito do PNALE.

Investimento

Os investimentos realizados totalizaram 13,4 milhões de euros e orientaram-se fundamentalmente para: (i) a optimização do desempenho fabril, (ii) a aquisição de equipamentos destinados à valorização energética de vários tipos de resíduos (sendo de destacar a preparação das três fábricas para a utilização de CDRs – combustíveis derivados de resíduos e o prosseguimento, na fábrica Cibra-Pataias, de um projecto de investigação e desenvolvimento tendo em vista a utilização de CO₂ para a criação de micro-algas), (iii) a melhoria da qualidade dos produtos fornecidos, e (iv) o aperfeiçoamento dos serviços prestados aos clientes.

4.4.1.3 Betão-Pronto



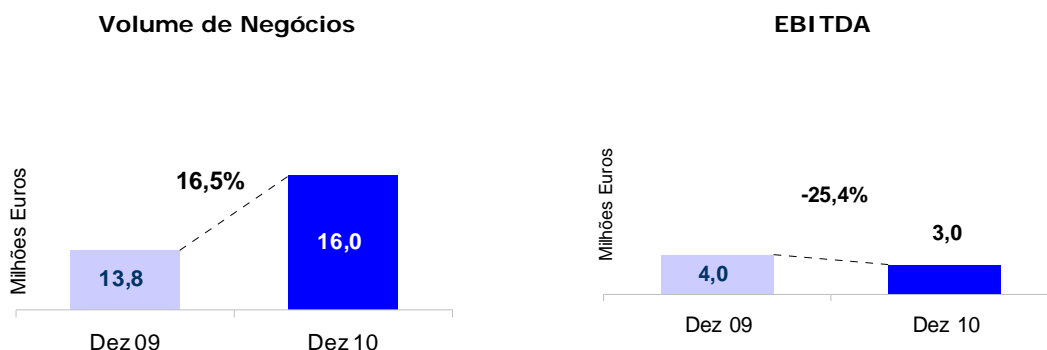
Estima-se que o mercado de betão-pronto tenha atingido 7 milhões de metros cúbicos, o que resultou numa redução em cerca de 18% face ao ano de 2009, em resultado da contracção do sector da construção residencial.

Neste contexto negativo, as vendas do Grupo Secil diminuíram 16,9% em quantidade, e 14,0%, em valor, afectando fortemente o desempenho operacional. Com efeito, o EBITDA atingiu **2,0 milhões de euros** tendo diminuído 71,3% face a 2009.

Prosseguiu-se o esforço de reestruturação tendo em vista a adaptação da capacidade produtiva e dos meios humanos a níveis de produção mais reduzidos.

Ao longo do ano assistiu-se à deterioração do risco de crédito e da situação financeira de muitos clientes, que conduziu à insolvência de numerosas empresas, algumas de dimensão razoável.

4.4.1.4 Inertes



As vendas de inertes registaram um aumento de 16,5%, em valor, e de 15,6%, em quantidade fundamentalmente devido ao aumento da capacidade obtida com a aquisição da empresa Quimipetra.

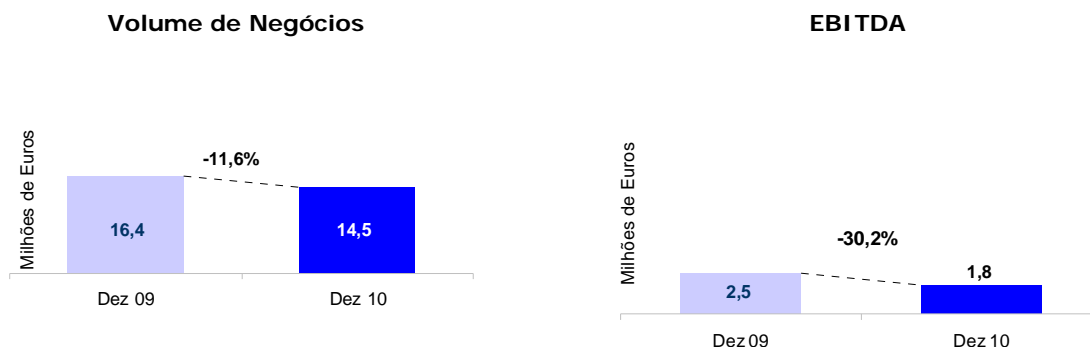
Apesar do crescimento do volume de negócios, o EBITDA atingiu **3,0 milhões de euros** tendo diminuído 25,4% relativamente ao ano anterior. O menor desempenho deveu-se, essencialmente, à diminuição dos preços em cerca de 10%, sendo que parte dessa variação decorreu do mix dos produtos vendidos.

Igualmente neste sector assistiu-se a aumento significativo do risco de crédito e à degradação da situação financeira de uma parte significativa dos clientes.

Enalteçamos a celebração, em Dezembro, de um contrato com vista à aquisição da totalidade do capital da sociedade Lafarge Betões, SA que opera no mercado dos betões e dos inertes em Portugal. O negócio aguarda

aprovação por parte da Autoridade da Concorrência com vista à sua concretização.

4.4.1.5 Argamassas



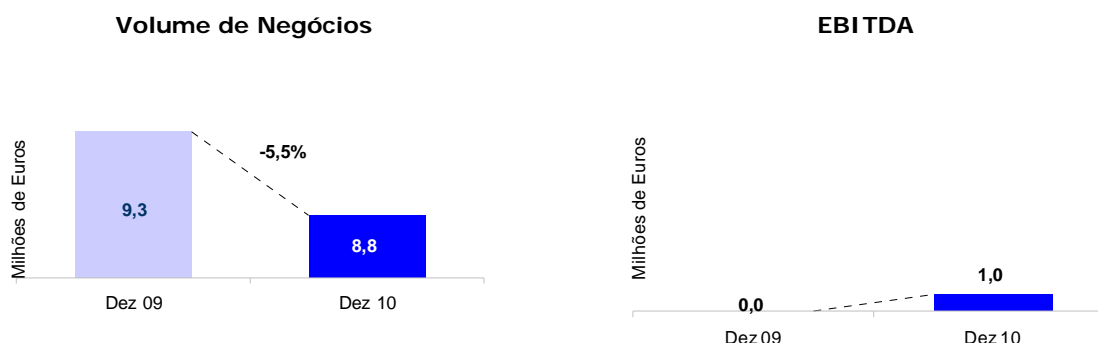
Dada a crise no sector da construção civil, e em particular no segmento da construção residencial, o mercado das argamassas registou uma contracção pelo segundo ano consecutivo, decrescendo cerca de 15%. Também no mercado da cal hidráulica se verificou esta tendência decrescente que perdura nos últimos doze anos.

Neste contexto, o volume de negócios desta unidade de negócios foi de 14,5 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 11,6% face ao ano de 2009. O EBITDA atingiu 1,8 milhões de euros e decresceu 30,2% devido, essencialmente, à diminuição das quantidades vendidas.

Como factos relevantes salientam-se o lançamento da nova gama de cimentos cola “Adhere” e dos pavimentos decorativos “Scala”.

Ao nível dos investimentos destaca-se o início da construção da nova fábrica de argamassas localizada no Montijo.

4.4.1.6 Pré-Fabricação em Betão



Neste mercado, a oferta continua largamente excedentária o que tem gerado uma situação de concorrência muito agressiva, num cenário de preços em queda nos últimos oito anos, com a consequente falência de muitas empresas.

Ainda assim, o volume de negócios da unidade Pré-fabricação em Betão foi de **8,8 milhões de euros**, -5,5% que o valor registado no ano anterior. Em termos de desempenho operacional, esta unidade de negócios apresentou um EBITDA de 1,0 milhões de euros, tendo sido influenciado por uma operação de carácter não recorrente, nomeadamente a alienação de um terreno na Região Autónoma da Madeira.

4.4.2 Tunísia

4.4.2.1 Enquadramento de Mercado

Em 2010, o PIB terá crescido a níveis bastante inferiores aos da previsão governamental de 6,1%, tendo-se quedado pelos 3,8% (World Economic Outlook, FMI Outubro 2010), ainda assim ligeiramente acima de 3% verificado em 2009. Os efeitos da crise financeira e económica mundial, a subida dos preços dos combustíveis e das principais matérias-primas contribuíram para a desaceleração face às estimativas iniciais para 2010.

A taxa de inflação situou-se em 4,5%, acima dos 3,4% verificados em 2009. Tal como em anos anteriores, assistiu-se à desvalorização do dinar tunisino face ao euro, que se cifrou em 1.1% em termos médios.

O sector da construção e obras públicas beneficiou de um pacote de medidas governamentais com vista a estimular a economia tunisina. Em resultado, este sector acabou por ser um dos principais motores do crescimento económico, tendo o consumo de cimento e cal artificial registado um incremento de +9,7% que em 2009 (7,2 milhões de toneladas).

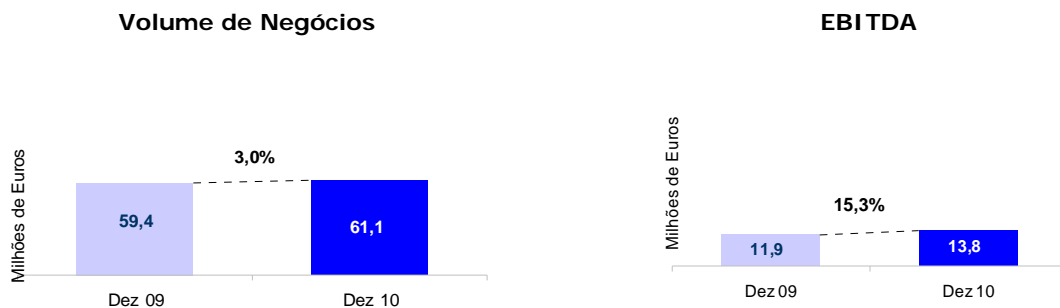
Os indicadores globais da actividade desenvolvida na Tunísia pelo Grupo Secil, nos exercícios de 2010 e 2009, apresentaram a seguinte evolução:

Tunisia (milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA			Quantidades Vendidas			
	Dez 10	Dez 09	10/09 (%)	Dez 10	Dez 09	10/09 (%)	Unid.	Dez 10	Dez 09	10/09 (%)
Cimento e Clínquer	61,1	59,4	3,0%	13,8	11,9	15,3%	1.000 t	1.286,5	1.290,3	-0,3%
Betão Pronto	7,9	7,6	4,1%	7,9	7,6	4,1%	1.000 m3	182,9	175,3	4,3%
Pré-fabricados	0,3	0,4	-18,1%	0,0	0,4	-87,9%	1.000 t	12,0	16,2	-26,2%
Total	69,3	67,3	3,0%	21,7	19,9	9,1%				

4.4.2.2 Cimento e Clínquer

O consumo de cimento e cal artificial no mercado Tunisino atingiu cerca de 7,2 milhões de toneladas, superior em 1,4 milhões de ton que o consumo em Portugal, e representou um crescimento significativo de 9,7% relativamente ao ano anterior. Na Região Sul, local onde se encontra localizada a unidade fabril do grupo Secil, esse crescimento foi inferior, na ordem dos 5,7%.

Indicadores



O volume de negócios da unidade de negócio de cimento e Clínquer na Tunísia ascendeu a cerca de **61,1 milhões de euros**, registando um aumento de 3,0% face a 2009 em resultado do aumento das quantidades vendidas e do preço médio unitário de venda no mercado interno.

O EBITDA desta área de negócio foi cerca **13,8 milhões de euros** e cresceu 15,3% face ao ano de 2009. Este desempenho deveu-se essencialmente ao aumento do volume de vendas e dos preços unitários no mercado

doméstico, ao incremento da produção de clínquer e, ainda, à capacidade de manter os custos unitários de produção aos níveis de 2009.

Mais uma vez, e contrariamente às expectativas e aos compromissos solenemente assumidos pelo Governo Tunisino, os preços do cimento não foram liberalizados. Recorde-se que no processo de privatização da indústria cimenteira, a sua liberalização constava do respectivo caderno de encargos.

Assim sendo, em Maio e ao abrigo do sistema de homologação de preços, o Governo estabeleceu um aumento médio destes na ordem dos 6%.

Salientamos que os preços praticados no mercado Tunisino são substancialmente inferiores aos praticados nos países vizinhos. Por este motivo, o Governo impôs fortes restrições às exportações onde recorrentemente se obtém uma margem superior à do mercado interno.

Actividade Industrial

A produção de cimento e cal artificial atingiu 1,4 milhões de toneladas e cresceu 2% face ao ano anterior.

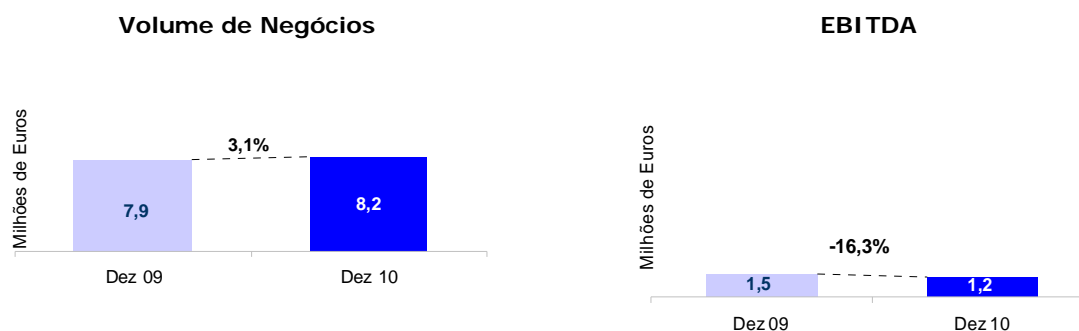
O custo dos combustíveis subiu ligeiramente face a 2009, apesar do forte aumento de preços do gás, do petcoke e do carvão verificado no último trimestre. Neste domínio a SCG foi especialmente afectada pela medida unilateral do Ministério do Ambiente em não permitir o uso do carvão enquanto combustível térmico.

Investimento

Conforme programado, decorre o investimento de expansão da capacidade de moagem através da instalação de um terceiro moinho de cimento cujo contrato de fornecimento foi assinado em Fevereiro.

Este investimento permitirá atingir uma produção na ordem dos 2 milhões de toneladas de cimento estando o arranque da produção previsto para Novembro de 2011.

4.4.2.3 Betão Pronto e Pré-fabricação em Betão



O mercado do betão-pronto apresentou um crescimento nas regiões onde operam a Sud Béton e a Zarzis Béton (Sfax, Gabès e Zarzis), enquanto que o mercado da prefabricação em betão registou uma diminuição de actividade.

Neste contexto, as vendas de betão-pronto em quantidade cresceram na ordem dos 4,3%, em resultado da expansão obtida com a conquista de mercados através de centrais de betão móveis, nomeadamente na ilha de Djerba. Na área da prefabricação registou-se uma diminuição de 26,2%.

Globalmente o volume de negócios desta unidade de negócio cresceu cerca de 3,1%, atingindo **8,2 milhões de euros**.

O EBITDA de **1,2 milhões de euros** decresceu 16,3%. Esta redução deveu-se, fundamentalmente, ao facto de no ano anterior se terem concluído diversas obras importantes com margens elevadas, o que não se verificou neste exercício.

Em matéria de investimento refere-se a montagem de duas centrais móveis para fornecimento de betão-pronto, uma em Djerba e outra na auto-estrada Sfax-Gabès.

4.4.3 Líbano

4.4.3.1 Enquadramento de Mercado

A economia libanesa terá apresentado um crescimento de 8% no ano de 2010, ligeiramente inferior à verificada no ano anterior: cerca de 9% (World Economic Outlook, FMI Outubro 2010).

Para este crescimento terá contribuído a manutenção de uma situação política estável. Com efeito os sectores da construção e do imobiliário tiveram um crescimento muito apreciável em resultado do dinamismo do sector imobiliário e da abundância de projectos de obras públicas.

A taxa média da inflação terá atingido 5%, acima dos 1,2% registados em 2009.

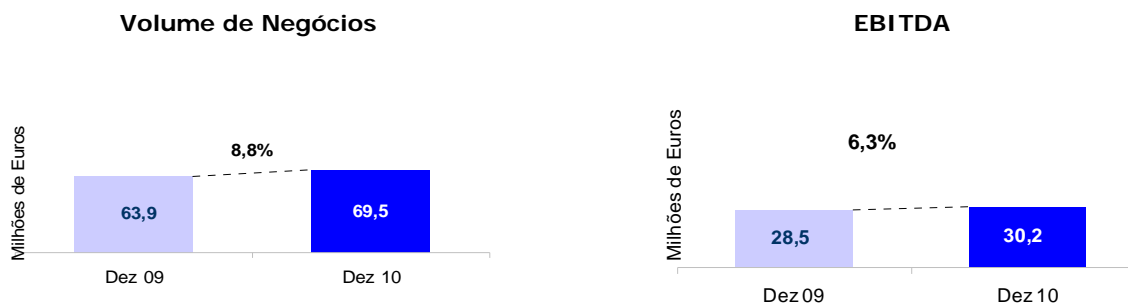
Os indicadores globais da actividade desenvolvida no Líbano pelo Grupo Secil, nos exercícios de 2009 e 2010, apresentaram a seguinte evolução:

Líbano (milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA			Quantidades Vendidas			
	Dez 10	Dez 09	10/09 (%)	Dez 10	Dez 09	10/09 (%)	Unid.	Dez 10	Dez 09	10/09 (%)
Cimento e Clínquer	69,5	63,9	8,8%	30,2	28,5	6,3%	1.000 t	1.117,4	1.087,7	2,7%
Betão Pronto	7,6	7,7	-0,3%	0,2	0,6	-66,9%	1.000 m3	137,2	150,6	-8,9%
Total	77,2	71,6	7,8%	30,5	29,1	4,8%				

4.4.3.2 Cimento e Clínquer

A procura de cimento atingiu 4,5 milhões de toneladas, o que representa um crescimento de 16% face a 2009, sendo de referir que parte dessa procura foi destinada ao mercado dito de paralelo que tem a Síria como destino final. Considerando somente a procura dirigida ao mercado interno, o crescimento situou-se em cerca de 7%.

Indicadores

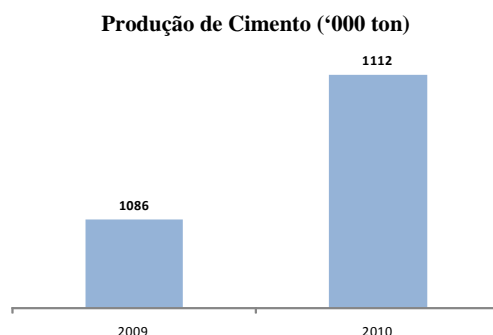


Durante o ano de 2010, o volume de negócios da unidade de negócios de cimento no Líbano atingiu cerca de **69,5 milhões de euros**, o que representou um aumento de 8,8% face a idêntico período do ano anterior. Para esta evolução contribuiu essencialmente o aumento do volume de negócios no mercado interno que cresceu 12%, enquanto que o mercado de exportação diminuiu cerca de 96%.

O EBITDA foi de cerca de **30,2 milhões de euros** e cresceu 6,3% relativamente ao ano anterior. Para este crescimento contribuiu o aumento do volume de negócios no mercado interno e a performance fabril, que permitiu minimizar o efeito negativo do aumento dos combustíveis térmicos.

Actividade Industrial

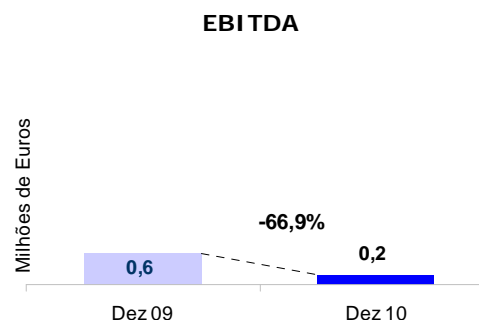
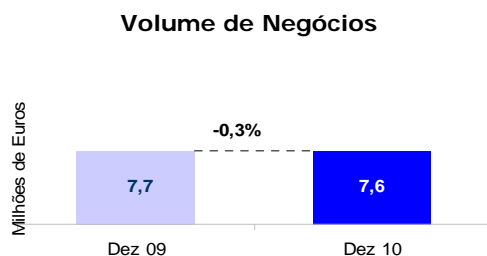
A produção de cimento atingiu mais de 1,1 milhões de toneladas tendo alcançado o maior volume de sempre e registado um crescimento de 2% face a 2009.



Investimento

Ao nível dos investimentos destaca-se a aquisição de terrenos que permitiram aumentar as reservas de pedra para a produção de cimento.

4.4.3.3 Betão Pronto



Nesta área de negócios, actividade em quantidades, foi inferior à do ano anterior em 8,9%. No entanto, o volume de negócios, em valor atingiu **7,6 milhões de euros**, mantendo-se no mesmo nível de 2009.

Em 2010, o EBITDA atingiu **0,2 milhões de euros**, ligeiramente inferior ao do ano anterior (0,6 milhões de euros), essencialmente devido ao atraso do início de exploração da nova central de betão localizada em Dora (Norte de Beirute).

Ao nível dos investimentos destaca-se a construção da nova central de betão em Beirute e a substituição de parte de autobetoneras que se encontram bastante envelhecidas.

4.4.4 Angola

4.4.4.1 Enquadramento de Mercado

Ao longo do ano, a economia angolana teve uma trajectória de retoma do crescimento. Segundo informação

divulgada pelo FMI o produto interno bruto deverá ter crescido 5,9% (World Economic Outlook, FMI Outubro 2010).

Apesar dos sinais de recuperação económica, quer ao nível do sector petrolífero quer ao nível do sector não-petrolífero, o governo impôs uma política de grande contenção das despesas públicas destinada a liquidar os compromissos vencidos em 2008 e 2009 e a repor as reservas cambiais.

O investimento público foi muito reduzido, tendo a paralisação das obras públicas afectado a procura de cimento.

A taxa de inflação situou-se em 13,3%, ligeiramente abaixo da verificada em 2009 (13,7%).

Em termos anuais, verificou-se uma desvalorização do kwanza face ao dólar americano de cerca de 4%, menos acentuada que a desvalorização ocorrida no ano anterior (18%).

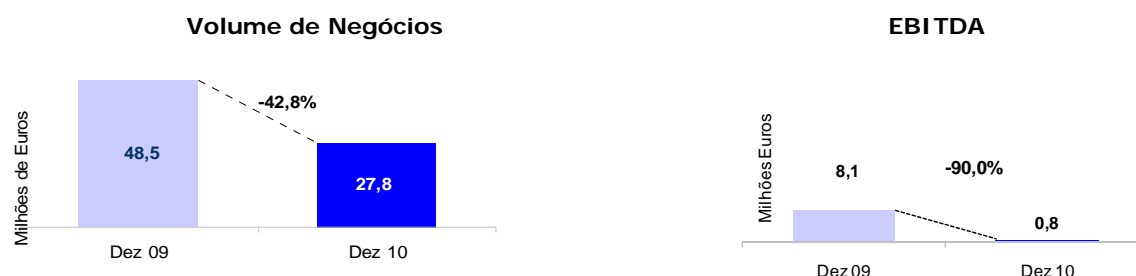
Os indicadores globais da actividade desenvolvida na Angola pelo Grupo Secil, nos exercícios de 2009 e 2010, apresentaram a seguinte evolução:

Angola (milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA			Quantidades Vendidas			
	Dez 10	Dez 09	10/09 (%)	Dez 10	Dez 09	10/09 (%)	Unid.	Dez 10	Dez 09	10/09 (%)
Cimento e Clínquer	27,8	48,5	-42,8%	0,8	8,1	-90,0%	1.000 t	196,0	306,8	-36,1%

4.4.4.2 Cimento e Clínquer

No ano de 2010, o consumo de cimento terá atingido 2,8 milhões de toneladas o que representa uma redução significativa de 20% face ao período homólogo o que, aliado à forte concorrência do cimento importado da China a preços mais baixos, afectou a produção nacional de cimento.

Indicadores



Neste contexto adverso, o volume de negócios de cerca de **27,8 milhões de euros** em 2010 representou uma redução de 42,8% face a 2009.

Para fazer face à concorrência chinesa colocou-se no mercado um cimento tipo II/BL, a um preço competitivo, o que levou a alguma recuperação das vendas na segunda metade do ano.

A performance da unidade de negócio de cimento em Angola diminuiu significativamente, tendo o EBITDA atingido **0,8 milhões de euros**, -90% do que o valor registado em 2009.

Este menor desempenho é fundamentalmente explicado pela diminuição dos volumes vendidos e dos preços médios unitários de venda.

4.5 Recursos e Funções de Suporte

4.5.1 Sustentabilidade

Como aspecto fundamental das práticas relacionadas com a Sustentabilidade, privilegiam-se os conceitos de racionalização e respeito pelas expectativas das diferentes partes interessadas, nomeadamente a exploração mais racional dos recursos naturais utilizados (substituindo matérias-primas naturais e combustíveis fósseis por materiais alternativos), a maior eficiência energética e o forte apoio e participação das entidades locais nas actividades, numa política de acção social junto dos nossos colaboradores, suas famílias e comunidades envolventes.

As acções desenvolvidas neste âmbito foram particularmente significativas ao nível da unidade de negócio Portugal-Cimento merecendo especial destaque as seguintes:

- Aumento da utilização de combustíveis alternativos de 24%, em 2009, para 32%, em 2010, o que permitiu incrementar a substituição de combustíveis fósseis.
- A taxa de incorporação de clínquer no cimento aumentou ligeiramente para os 73%.
- Conseguiu-se uma redução do valor das emissões específicas de CO₂ de 660 para 647 kg de CO₂ por tonelada de produtos cimenteiros devido essencialmente ao aumento significativo da taxa de substituição de combustíveis alternativos.

4.5.2 Ambiente

O ano de 2009 ficou marcado pela realização de acções que permitiram ao Grupo Secil o desempenho da sua actividade numa envolvente de crescente responsabilidade ambiental. Destacam-se as acções efectuadas para a obtenção de sistemas integrados de qualidade, ambiente e segurança envolvendo as unidades industriais em Portugal e o desenvolvimento de projectos relacionados com a protecção do meio ambiente.

A insistência verificada no sentido da introdução na União Europeia de taxas penalizadoras para as indústrias que tenham consumos energéticos significativos, sem que taxas equivalentes penalizem os fabricantes dos mesmos produtos situados fora da União, continua a preocupar o Conselho de Administração. Se não vier a existir um mecanismo equilibrador, como sejam taxas compensatórias incidindo sobre conteúdos energéticos de produtos vindos de terceiros países, criam-se condições para a deslocalização da produção para fora da União Europeia, com consequências sociais significativas pela via da redução do volume de emprego e custos ambientais agravados com a poluição a nível mundial.

4.5.3 Energia

A Secil participa em vários projectos empresariais cujo objectivo é apoiar a valorização de resíduos como combustíveis e como matérias-primas.

Através da AVE – Gestão Ambiental e Valorização Energética, o Grupo Secil prosseguiu a sua estratégia de valorização de resíduos industriais como matérias-primas secundárias e como combustíveis alternativos utilizando as melhores práticas ambientais.

Em 2010 diversificou-se a actividade com a gestão de novas fileiras de resíduos por forma a dotar as fábricas de cimento de uma maior quantidade e diversidade de combustíveis alternativos.

4.5.4 Investigação e Desenvolvimento

O Centro de Desenvolvimento e Aplicações de Cimento tem por objectivo incentivar a actividade de Investigação e Desenvolvimento na área dos produtos cimenteiros. Coordena as actividades de desenvolvimento de produto, é responsável pela avaliação da performance e qualidade do cimento e colabora no apoio técnico a clientes.

Em 2010 destaca-se o apoio ao desenvolvimento de novos produtos da unidade de negócio Portugal-Cimento (Cimento Cem II B-L 42,5), da unidade de negócios Portugal-Argamassas (pavimento Scala e nova gama de cimentos cola) e da Viroc (Viroc acústico e Viroc resistente ao fogo) e o apoio técnico ao projecto e construção de várias obras relevantes, nomeadamente a Fundação Champalimaud, o Palácio da Justiça de Gouveia, o Museu dos Coches e a reabilitação do edifício do Banco de Portugal.

O Centro Técnico Corporativo que tem por objectivo a coordenação dos investimentos, o apoio técnico, a formação profissional e a promoção e desenvolvimento de benchmarking entre fábricas com vista à generalização das boas práticas. São de realçar as seguintes acções:

- Na área dos investimentos, o início do projecto de valorização das cinzas das centrais de biomassa e das cinzas de cinzeiros nas fábricas Maceira-Liz e Secil-Outão, a melhoria dos sistemas de gestão da expedição de produto nas fábricas Maceira-Liz e Cibra-Pataias e o arranque do projecto do sequestro do CO₂ (micro-algas) na fábrica Cibra-Pataias.
- Na área do Desenvolvimento Industrial, o apoio às fábricas do Lobito e da Sibline, a conclusão do diagnóstico da biodiversidade nas fábricas Maceira-Liz (fauna) e Cibra-Pataias (fauna e flora) e a conclusão da 2ª fase do Plano de Acção destinado à implantação de modelos de gestão e monitorização da biodiversidade na fábrica Secil-Outão, o início dos projectos para utilização de combustíveis derivados de resíduos derivados de resíduos sólidos urbanos e lamas da ETAR como combustíveis alternativos.

5 Área de Negócios de Ambiente – ETSA

5.1 Principais Indicadores

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	Dez 10	Dez 09	Dez 10/Dez 09 (Var%)
Volume de vendas	29,4	28,9	1,5%
Outros Proveitos	0,2	1,0	(79,5%)
Gastos e Perdas	(21,9)	(23,0)	4,6%
EBITDA	7,7	7,0	9,8%
EBITDA Recorrente	7,7	7,0	9,8%
Amortizações e perdas por imparidade	(2,9)	(1,8)	(56,7%)
Provisões (reforços e reversões)	-	0,2	(100,0%)
EBIT	4,8	5,4	(10,8%)
Resultados Financeiros líquidos	(0,6)	(0,5)	(11,3%)
Resultados Antes de Impostos	4,3	4,9	(13,1%)
Impostos sobre Lucros	(1,8)	(1,5)	(25,5%)
Lucros retidos do Exercício	2,4	3,4	(29,5%)
Atribuível aos Accionistas da ETSA *	2,5	3,5	(29,5%)
Atribuível a Interesses Minoritários (IM)	(0,0)	(0,0)	30,3%
Cash-Flow	5,3	5,0	5,1%
Margem EBITDA (%)	26,2%	24,2%	8,2%
Margem EBIT (%)	16,4%	18,7%	(12,1%)

	31-12-2010	31-12-2009	Dez10 vs Dez09
Activo líquido total	70,4	26,3	168,0%
Capitais Próprios (antes de IM)	49,7	7,0	613,8%
Dívida Líquida	11,0	12,8	(14,0%)

* dos quais 96% são atribuíveis à Semapa

Indicadores Operacionais

	Unid.	Dez 10	Dez 09	10/09
Recolha Matéria Prima - Resíduos de Animais(categoria 1,2)	1.000 t	49,3	44,5	10,6%
Recolha Matéria Prima - Resíduos de Animais(categoria 3)	1.000 t	46,3	60,3	-23,2%
Vendas Gorduras Animais	1.000 t	17,0	20,4	-16,5%
Vendas Farinhas	1.000 t	8,5	9,7	-12,2%
Vendas Produtos Congelados para Petfood	1.000 t	7,8	14,4	-46,0%

5.2 Síntese da Actividade do Grupo ETSA

O ano de 2010 foi marcado pela consolidação da estratégia de diversificação da actividade do Grupo ETSA.

O Grupo alargou a sua actividade para a recolha de resíduos provenientes das cadeias de distribuição.

No entanto, tal não foi suficiente para evitar o decréscimo no segmento de recolhas de matéria-prima de categoria 3, uma vez que se assistiu à redução do número de abates de animais em Portugal e em Espanha e à alteração dos hábitos de consumo, com o redireccionamento de matéria-prima, anteriormente recolhida pelo Grupo, para a alimentação humana.

De referir ainda que, com a possibilidade da incorporação de matéria-prima na produção de farinhas de aves no petfood, os grandes fornecedores verticalmente integrados, optaram por valorizá-la em detrimento da sua venda ao Grupo ETSA.

Durante o ano de 2010, a obrigatoriedade da recolha de cadáveres de suínos por imposição das normas comunitárias, permitiu um acréscimo das quantidades recolhidas de matéria-prima de categorias 1 e 2.

O volume de negócios do Grupo ETSA em 2010 foi de **29,4 milhões de euros**, representando um aumento de 1,5% relativamente a 2009. A recolha de subprodutos de categoria 1 e 2, representou em 2010, cerca de 45% do total do volume de negócios do Grupo.

O aumento do preço de mercado das gorduras diluiu o efeito negativo da redução das quantidades de matéria-prima recolhidas.

A comercialização de gorduras animais, farinhas, congelados para petfood e recolha de óleos usados, representou cerca de 55% do total do volume de negócios.

De salientar que na actividade de recolha de óleos alimentares usados, verificou-se um crescimento do nível de actividade, fruto do aumento do volume e do preço médio de venda, em resultado da forte procura nos mercados internacionais para a produção de biodiesel.

Em 2010, o EBITDA atingiu **7,7 milhões de euros** o que representou um crescimento de 9,8% relativamente a idêntico período de 2009.

Os Resultados Líquidos atingiram **2,5 milhões de euros**, tendo diminuído 29,5% face a 2009.

A 31 de Dezembro de 2010, a dívida líquida do Grupo ETSA cifrou-se em **11,0 milhões de euros**, que representou uma redução de 1,8 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2009.

6 Recursos Humanos do Grupo Semapa

A política de recursos humanos do Grupo SEMAPA está orientada para a melhoria contínua da produtividade através do reforço de qualificação dos Colaboradores e do desenvolvimento das suas competências, a par de um esforço de racionalização e redimensionamento.

A aposta em recursos humanos qualificados, com carreiras profissionais especializadas, bem como o esforço na qualificação profissional através da realização de acções de formação adequadas continuam a ser vectores estratégicos da política de recursos humanos do Grupo.

O total de colaboradores do Grupo Semapa passou de 5.167 no final de Dezembro de 2009 para 5.172 no final de Dezembro de 2010, conforme pode ser observado no quadro seguinte:

Segmento	31-12-2010	31-12-2009	Var. 10/09
Papel e Pasta	2.331	2.288	43
Cimentos	2.630	2.676	-46
Ambiente	190	182	8
Holdings	21	21	0
TOTAL	5.172	5.167	5

O acréscimo do número de colaboradores verificado no segmento de Papel e Pasta resultou, essencialmente, da contratação de quadros para integração na nova fábrica de papel do Grupo inaugurada no ano passado.

No que respeita ao Grupo Secil, a redução do número de colaboradores, resulta fundamentalmente de reestruturações de quadros/programa de saídas voluntárias em alguns segmentos de negócio do Grupo e da cessação de contratos de trabalho a termo de elementos contratados para fazer face a tarefas pontuais, designadamente na unidade de negócios de Angola.

7 Responsabilidade Social no Grupo Semapa

A promoção do desenvolvimento das comunidades com que se relaciona é um dos princípios estratégicos que norteia a actuação do Grupo Semapa. Neste sentido todo o Grupo se encontra envolvido em inúmeras iniciativas que visam, em última análise, melhorar a qualidade de vida das comunidades onde se insere o conjunto das suas actividades e a preservação do meio ambiente.

A Semapa, enquanto holding, apoiou os seguintes projectos:

- Associação Salvador – Associação que promove a defesa dos interesses e direitos das pessoas com mobilidade reduzida, em especial das pessoas portadoras de deficiência motora.
- MDV Projecto Família – Projecto pioneiro em Portugal na intervenção junto de famílias com crianças em risco. O objectivo é preservar a família através do apoio intensivo, imediato e individualizado.
- A Associação Qe - Associação sem fins lucrativos que desenvolve actividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento.

Em 2010, o Grupo Portucel deu continuidade à sua política de responsabilidade social apoiando um conjunto significativo de instituições que desenvolvem actividades nas regiões onde se situam as suas unidades fabris e áreas florestais, salientando-se os seguintes projectos:

- Hospital de São Bernardo em Setúbal – aquisição de equipamento para o Serviço de Medicina Física e de Reabilitação. Este equipamento será utilizado por crianças portadoras de deficiências motoras graves oriundas de famílias com baixos recursos económicos.
- Bombeiros de Aveiro Novos - apoio para a aquisição de uma viatura pesada que terá como principal funcionalidade o desencarceramento e resgate em operações de socorro.
- Acções de apoio à florestação - no Dia da Floresta o Grupo participou em várias acções, tendo no seu conjunto, oferecido mais de 3.600 plantas. Estas iniciativas realizaram-se de Norte a Sul do País e tiveram como objectivo sensibilizar a população para a preservação da Natureza.

Foram também atribuídos donativos em papel a escolas e instituições de solidariedade social, localizadas nas áreas de influência das unidades fabris. Em 2010 foram efectuadas 167 doações para projectos de cariz social, educacional, cultural, correspondendo a mais de 49 toneladas de papel.

Dando continuidade ao reforço da ligação com as várias partes interessadas, no âmbito das actividades que desenvolve, o Grupo dinamizou a realização Workshop *"New Generation Plantations & Responsible Forest Finance"* – a WWF - World Wildlife Fund for Nature, em parceria com o Grupo Portucel, organizou este evento que teve como principal objectivo reunir representantes do sector financeiro com elementos do projecto NGP - *New Generation Plantations* com o intuito de definir abordagens colectivas capazes de sustentar uma indústria baseada em plantações cada vez mais sustentáveis e a consolidação no sector de um modelo muito responsável do ponto de vista ambiental e social.

O Grupo Secil celebrou, pelo sétimo ano consecutivo, protocolos de colaboração com associações culturais, desportivas e de inclusão social de Setúbal.

O Grupo ETSA, estabeleceu uma parceria com a AMI, no âmbito da qual, pela utilização do logótipo desta organização nas viaturas de uma das suas empresas – a Biological - e a recolha de óleos usados em municípios através de óleões, entrega sob a forma de donativo valores acordados com a AMI.

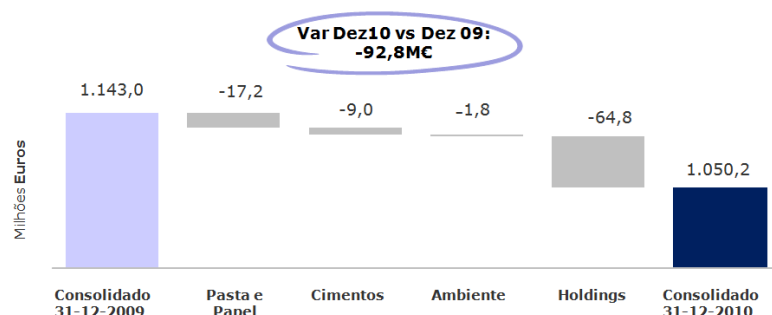
8 Área Financeira do Grupo Semapa

8.1 Endividamento

No final de 2010, a dívida líquida consolidada da Semapa totalizou cerca de **1.050,2 milhões de euros**, o que compara com **1.143,0 milhões de euros** registado em 31 de Dezembro de 2009. De seguida apresenta-se a evolução da dívida líquida consolidada, bem como da sua decomposição:

Dívida Financeira Líquida

	Dez 10	Dez 09	Var
Pasta e Papel	652,7	670,0	-17,2
Cimentos	39,6	48,6	-9,0
Ambiente	11,0	12,8	-1,8
Holdings	346,9	411,7	-64,8
Total	1.050,2	1.143,0	-92,8



Tendo em conta (i) o valor dos investimentos que ultrapassou os 900 milhões de euros nos últimos 2 exercícios; (ii) o facto das subsidiárias do Grupo Semapa terem procedido ao pagamento de dividendos e reservas no montante global de 224,4 milhões de euros; e, iii) que a Semapa distribuiu cerca de 59,1 milhões de euros de dividendos; a evolução do endividamento não deixa de traduzir a forte capacidade de geração de cash flows dos negócios do Grupo Semapa,

Apraz-nos registar o elevado nível de solidez financeira do Grupo, traduzido pelo valor do rácio Net Debt/EBITDA de 2,3.

8.2 Gestão de Risco

Tal como se detalha em nota própria do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, as actividades do Grupo Semapa estão expostas a um conjunto de riscos, quer de natureza financeira, quer de natureza operacional.

A gestão de riscos tem como prioridade a detecção e cobertura dos riscos que possam ter um impacto materialmente relevante no “resultado líquido” e nos “capitais próprios” ou que criem restrições significativas à prossecução do desenvolvimento dos negócios do Grupo.

8.2.1 Riscos Financeiros

Risco Cambial

A Semapa SGPS e as suas sub-holdings instrumentais assim como o Grupo ETSA não se encontram expostas ao risco de taxa de câmbio uma vez que não efectuem transacções em divisas diferentes do euro.

Na esfera do Grupo Portucel, a variação da taxa de câmbio do Euro face a outras divisas pode afectar

significativamente as receitas da Grupo de diversas formas.

Por um lado, uma parte significativa das vendas do Grupo é denominada em moedas diferentes do Euro, nomeadamente em USD, entre outras com menor preponderância, pelo que a evolução do Euro face a estas moedas poderá ter um impacto significativo nas vendas futuras da Empresa. Por outro lado, o preço da BEKP no mercado mundial é tradicionalmente fixado em USD, e a evolução do Euro face ao USD poderá ter um impacto nas vendas futuras da Empresa, independentemente dessas vendas serem denominadas em Euros ou noutra moeda.

Adicionalmente, e uma vez concretizada uma venda em moeda diferente do Euro, a Empresa incorre em risco cambial até ao recebimento do montante dessa venda, caso não contrate instrumentos de cobertura deste risco. Deste modo, existe permanentemente, no seu activo, um montante significativo de créditos a receber expostos a risco cambial.

O Grupo detém uma filial comercial nos Estados Unidos da América, a Soporcel North America, cujos capitais próprios ascendem a cerca de USD 25 milhões e estão expostos ao risco cambial. Para além desta operação, o Grupo não detém mais investimentos em operações externas que sejam materialmente relevantes e cujos activos líquidos estejam expostos ao risco cambial.

Pontualmente, quando tal se afigura oportuno, o Grupo recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados para a gestão do risco cambial, de acordo com uma política definida periodicamente e que tem como objectivo limitar o risco de exposição cambial associado às vendas futuras, aos créditos a receber e a outros activos denominados em moedas diferentes do Euro.

Deste modo, para cobrir uma parte das vendas sujeitas ao risco cambial do EUR/USD orçamentadas para 2010, foi contratado um conjunto de instrumentos de cobertura, denominado collars de custo zero, num montante de 75 milhões de USD cuja maturidade ocorreu no final de 2010.

Relativamente à exposição cambial do saldo de clientes, manteve-se a política de cobertura permanente da sua exposição líquida, nomeadamente em termos de exposição ao USD e à GBP, através da contratação de forwards cambiais para os prazos previstos nos recebimentos.

De modo a cobrir a exposição ao risco cambial dos capitais próprios da sua filial comercial no EUA, o Grupo contratou também um forward cambial de 25 milhões de USD.

O Grupo Secil detém activos localizados na Tunísia, Angola e Líbano, pelo que a variação das moedas dos referidos países poderá ter impacto no balanço da Semapa.

Neste enquadramento, o Grupo Secil prosseguiu a política de maximização do potencial de cobertura natural de exposição cambial, via compensação dos fluxos cambiais intra-grupo. Relativamente ao USD, principal divisa de exposição, o hedging natural ultrapassou os 90%.

Risco de Taxa de Juro

Os principais indexantes do mercado, utilizados como referência nos financiamentos do Grupo, mantiveram-se em níveis muito reduzidos ao longo do 1º semestre de 2010, tendo posteriormente registado uma tendência de subida até ao final do ano e em todas as maturidades.

A Semapa SGPS detém desde Julho de 2009 uma cobertura de taxa de juro para dois empréstimos obrigacionistas com maturidade em 2016, cujo montante total coberto foi de 225 milhões de euros. Esta operação consistiu na contratação de *Zero Cost Collars* com algumas instituições financeiras nacionais. A restante dívida bancária contraída pela Semapa SGPS encontra-se exposta a risco de taxa de juro, uma vez que os respectivos financiamentos se encontram em regime de taxa de juro variável.

O Grupo Portucel tem recorrido à utilização de instrumentos financeiros derivados, nomeadamente a *swaps* de taxa de juro, com o objectivo de fixar a taxa de juro dos empréstimos que obtém, dentro de determinados parâmetros. Os diversos *swaps* contratados em 2005 venceram-se durante 2010, não havendo no final do ano qualquer cobertura de taxa de juro em vigor.

A exposição do Grupo Secil ao risco de taxa de juro no final do ano de 2010 era reduzida, sendo que do total da dívida contraída pelo Grupo Secil, apenas cerca de 20% se encontrava em regime de taxa de juro variável.

No decorrer de 2009, o Grupo Secil contratou um *Swap Forward Start* para um *notional* de 40 milhões de euros com vencimento em 2017.

O Grupo ETSA tem o custo da totalidade da dívida financeira contraída indexada a taxas de referência de curto prazo – geralmente Euribor 6m.

Risco de Liquidez

A adequada maturidade da dívida do Grupo Semapa, face às características das áreas de negócios onde actua, a existência de linhas de crédito por utilizar (cerca de 338 milhões de euros no final do exercício de 2010), garantem ao Grupo um elevado nível de liquidez.

A maior parte da dívida bancária contratada pelo Grupo Semapa tem maturidades de médio e longo prazo.

Risco das licenças de emissão de carbono

O mercado de licenças de emissão de CO₂ ficou marcado por uma relativa estabilidade, com os preços das licenças de emissão na União Europeia - EUAs - a oscilarem entre 12,5 e 16,5 euros, cotando-se a cerca de 13,75 euros por tonelada no final do ano.

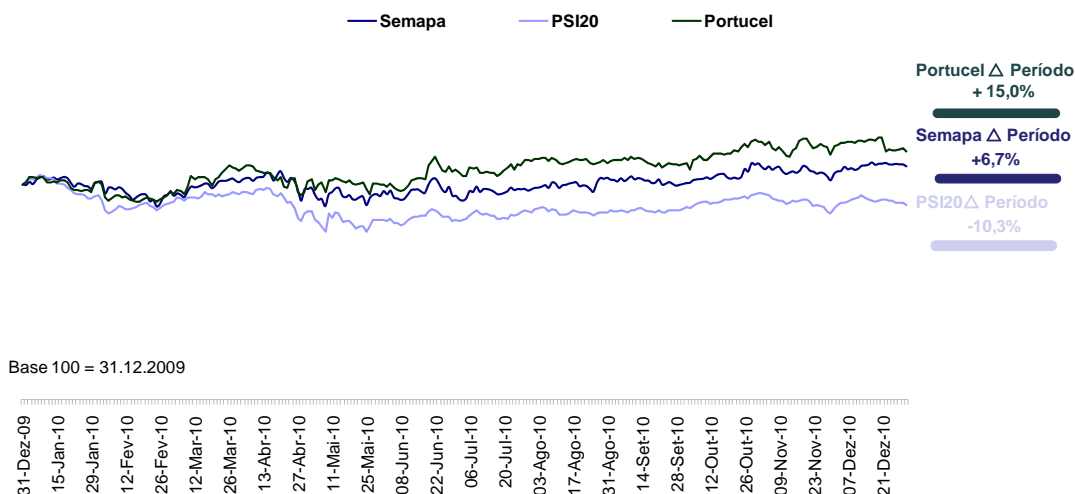
Na sequência da alocação dos direitos de emissão de CO₂ para a 2ª fase do EU-ETS, que vigora entre 2008 e 2012, efectuaram-se operações de cobertura do respectivo risco de preço, nomeadamente a venda do excesso previsto de licenças de emissão.

8.3 Pensões e Outros Benefícios Pós-Emprego

O total das responsabilidades com pensões, em termos consolidados, apurado a 31 de Dezembro de 2010, ascendia a 235,2 milhões de euros, dos quais 119,4 milhões de euros encontravam-se cobertos através de fundos de pensões autónomos. As responsabilidades não cobertas nessa data, no montante de 115,8 milhões de euros, respeitam a i) 10,6 milhões de euros do Grupo Portucel, ii) 5,3 milhões de euros do Grupo Secil e iii) 99,9 milhões de euros da Semapa.

Adicionalmente, o Grupo Semapa apurou também responsabilidades com outros benefícios pós-emprego no total de 10,5 milhões de euros (3,1 milhões de euros do Grupo Portucel e 7,4 milhões de euros do Grupo Secil).

8.4 Evolução da Performance Bolsista



Nota: Cotações de fecho

O índice do mercado nacional PSI 20 registou uma perda de 10,3%, não tão pronunciada como a que ocorreu no mercado espanhol, com o IBEX 35 a desvalorizar 17,4% no ano de 2010 mas ainda assim pior que o comportamento do Euro Stoxx 50, que desvalorizou 5,6%.

Em contraste, o título Semapa registou uma valorização de 6,7%, apresentando a 5ª melhor performance bolsista no decurso de 2010. A cotação variou entre o valor mínimo de 6,961 euros para máximo de 8,569 euros. O título apresentou uma liquidez média diária de 112.616 acções.

O título Portucel acabou o ano com uma valorização de 15%, registando o terceiro maior ganho do índice da bolsa de Lisboa. A cotação atingiu um mínimo de 1,824 euros/acção durante o 1º trimestre (em 25 de Fevereiro), após o qual se verificou uma subida sustentada do preço da acção ao longo do ano para um máximo de 2,415 euros/acção (em 20 de Dezembro). O volume médio de transacções foi de cerca de 480 mil acções por dia.

8.5 Dividendos

No que se refere à distribuição de dividendos, a Sociedade tem seguido a política de distribuir um montante tal que não seja necessário recorrer a endividamento adicional significativo e que não ponha em causa a sua solidez financeira. Procura-se manter, por um lado, uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo e diversas áreas de negócio, e por outro, indicadores sólidos de solvabilidade. Deste modo:

- Na Assembleia Geral da Semapa, realizada em 22 de Abril de 2010, foi deliberada a distribuição de um dividendo de 25,5 cêntimos por acção, no montante total de 29.481.173 euros.
- O Conselho de Administração na reunião de 29 de Novembro de 2010, aprovou um adiantamento sobre os lucros do exercício em curso no montante de 29.481.173 euros, tendo sido pagos 25,5 cêntimos por acção no dia 10 de Dezembro.

- Na Assembleia Geral da Portucel, realizada em 15 de Março de 2010, foi deliberada a distribuição de um dividendo de 8,25 cêntimos por acção, que foi pago em 14 de Abril, no montante total de 63.318.750 euros.
- Na Assembleia Geral Extraordinária de 17 de Dezembro de 2010, foi deliberada a distribuição aos accionistas de reservas livres no valor de 120.037.000 euros, correspondentes a 15,64 cêntimos por acção e pagos no dia 27 de Dezembro de 2010.
- Na Assembleia Geral da Secil de 2010 foi deliberada a distribuição de um dividendo no montante total de um dividendo de 74 cêntimos por acção, no montante total de 37.017.345,60 euros.
- Na Assembleia Geral da ETSA, realizada em 31 de Março de 2010, foi deliberada a distribuição de um dividendo no montante total de 2.000.000 euros.

A 12 de Maio de 2010, foi deliberado em Assembleia Geral do Grupo ETSA a distribuição de resultados transitados no montante total de 2.000.000 euros.

8.6 Resultado Líquido de 2010

O Resultado Líquido Consolidado da Semapa de 2010, antes de interesses minoritários foi de 174,3 milhões de euros, dos quais são atribuíveis aos accionistas da Semapa 126,7 milhões de euros.

9 Acontecimentos mais Relevantes em 2010

Holdings – Semapa SGPS e suas *sub-holdings* instrumentais

- No decurso do 1º semestre de 2010, a Semapa adquiriu em Bolsa 150.000 acções da Portucel por um montante de 290 mil euros, reforçando a sua posição accionista para 76,97% do capital do Grupo Portucel.
- Na Assembleia Geral de 22 de Abril, foram eleitos os titulares dos órgãos sociais para o quadriénio 2010-13.
- Em Setembro, a Semapa, através de uma subsidiária, adquiriu à SGVR (parceiro da Semapa na ETSA) 16% dos 20% detidos pela primeira no capital da ETSA.

Papel e Pasta de Papel - Grupo PORTUCEL

- O Conselho de Ministros de Moçambique aprovou uma resolução que inclui uma autorização provisória à Portucel do direito de uso e aproveitamento de terra, relativo a uma área de 173.327 hectares na Província da Zambézia, destinada à silvicultura, assim como um conjunto de benefícios associados a eventuais investimentos industriais que a Portucel venha a decidir desenvolver em Moçambique. A mesma Resolução inclui igualmente o direito de uso e aproveitamento de uma área adicional de 220 000 hectares, na Província de Manica, logo que concluídas as formalidades em curso.

Cimentos e Derivados - Grupo SECIL

- Adquiriu uma participação adicional na subsidiária Britobetão passando a deter 82% da mesma.
- Em Maio, a Secil atribuiu o Prémio Secil de Engenharia Civil 2009 ao Engº Fernando Silveira Ramos pelo projecto do Molhe Norte da Barra do Douro.
- Em Novembro, ocorreu o lançamento da primeira pedra de uma nova fábrica da Secil Martingança, no Montijo, destinada à produção de argamassas industriais.
- Em Outubro a Secil foi distinguida com o estatuto de membro honorário da Ordem dos Arquitectos em cerimónia que decorreu na Sede Nacional da Ordem.
- Em finais de Dezembro, celebrou um contrato com vista a aquisição da totalidade do capital da sociedade Lafarge Betões, S.A., que opera no mercado de betões e agregados. A concretização do negócio encontra-se ainda dependente da aprovação por parte da Autoridade da Concorrência.

Ambiente – Grupo ETSA

- Ocorreu uma alteração societária no Grupo ETSA, no último trimestre de 2010 e no âmbito da qual a sociedade ETSA – Transformação de sub Produtos Animais, SA foi incorporada por fusão na ETSA – Investimentos SGPS, SA (ex-Verdeoculto, SGPS SA).

10 Perspectivas para 2011

As perspectivas macro-económicas para a economia mundial para 2011 são optimistas, embora se espere um ligeiro abrandamento a nível global. O ritmo de crescimento dos mercados emergentes poderá desacelerar, nomeadamente na China e no Brasil, para níveis mais sustentáveis. Estima-se que a economia norte-americana também possa crescer a um bom ritmo.

As expectativas para a zona euro e para o Japão são mais moderadas.

Existem diversos factores de incerteza e de risco que poderão afectar o desempenho económico em várias latitudes: tensão nos países do norte de África que se poderá estender ao Médio Oriente, com repercussões no preço do barril de petróleo, pressões inflacionistas que se têm acentuado nos últimos tempos, o aumento do preço dos bens alimentares, a crise da dívida soberana dos países periféricos da zona euro, as incertezas nos mercados imobiliário e laboral nos Estados Unidos.

Para Portugal, em particular as previsões são pessimistas, tendo em conta o plano de austeridade que está a ser implementado com vista a controlar o défice público e o nível de endividamento externo.

Constituem motivo de preocupação:

- Níveis elevados de taxa de desemprego que parecem não mostrar sinais de melhoria no curto prazo;
- Falta de liquidez do sistema financeiro português que está a encontrar dificuldades em se financiar, tornando o crédito num recurso cada vez mais escasso. Em consequência, os spreads de crédito têm vindo a aumentar penalizando os resultados financeiros das empresas;
- Sustentabilidade da política orçamental de Portugal e sua capacidade de fazer face ao serviço da sua dívida soberana que poderá ditar a intervenção conjunta do FMI e/ou do Fundo de Estabilização Financeira da União Europeia;
- As elevadas taxas de juro a que a República se tem vindo financiar nos mercados financeiros.

Papel e Pasta (Grupo Portucel)

Tendo em conta o enquadramento macro-económico, as expectativas de evolução da actividade de **papel** para os próximos meses têm que se manter prudentes. As medidas de consolidação orçamental, transversais a grande parte dos países europeus, assim como as baixas, ou mesmo negativas, taxas de crescimento económico que se espera para os países periféricos da zona euro, importantes mercados para o Grupo Portucel, podem influenciar negativamente o consumo.

A manutenção de uma taxa de desemprego elevada na Europa e EUA também penaliza de forma importante o consumo de papel, nomeadamente de papel de escritório, segmento que representa mais de 50% do volume de vendas do Grupo.

Adicionalmente, a entrada em funcionamento de novas capacidades de papel na Ásia poderá trazer algum desequilíbrio ao mercado, principalmente se a taxa de câmbio EUR/USD registar uma evolução desfavorável aos produtores europeus, retirando-lhes competitividade em mercados *overseas*, nomeadamente no Médio Oriente e no Norte de África, que têm sido destino importante das exportações europeias.

Por último, também a evolução futura dos preços da pasta, cujo valor elevado tem sustentando o preço de venda de papel, poderá ter um impacto significativo na actividade.

No mercado da **pasta**, o principal factor de incerteza advém da sustentabilidade dos níveis de procura

provenientes da China. Algum abrandamento do consumo neste mercado, já evidenciado durante quase todo o ano passado, associado à reentrada em funcionamento da capacidade temporariamente retirada, provocou alguns desequilíbrios, que se traduziram num ajustamento no preço. Por outro lado, os aumentos de capacidade de produção de papel que se estão a verificar na Ásia, nomeadamente na China, e o fecho de capacidade obsoleta que está em curso neste País poderão constituir factores de sustentabilidade da procura a médio prazo. A retoma das importações chinesas verificada no final de 2010 constitui um indicador positivo dessa tendência.

De realçar, no entanto, que a decisão do Grupo de progredir ao longo da cadeia de valor, aumentando significativamente a produção de papel, integrando cada vez mais pasta em papel e aumentando a produção de energia, faz com que a exposição da Portucel à volatilidade do mercado da pasta seja muito reduzida.

No negócio de **energia**, após a entrada em funcionamento da nova turbina a vapor para a central de co-geração a biomassa no complexo industrial da Figueira da Foz, concluiu-se o programa de investimentos que o Grupo decidiu realizar nesta área e que constitui uma forte aposta no seu crescimento sustentável. Com a actual capacidade instalada, o Grupo irá produzir o equivalente a cerca de 5% de toda a energia eléctrica produzida em Portugal, obtida na sua grande maioria a partir de recursos renováveis – biomassa florestal e subprodutos de exploração.

O Grupo prossegue igualmente o processo de análise das possibilidades de expansão internacional no Hemisfério Sul, de forma a tomar as respectivas decisões com a segurança necessária.

Cimento (Grupo Secil)

No principal mercado do Grupo Secil – Portugal – não se antevêem melhorias significativas devido à actual situação económica do país, nomeadamente, a incerteza quanto ao efeito das medidas de consolidação orçamental em curso, as restrições de financiamento bancário à economia e a crise de dívida soberana. Em resultado, no mercado interno não é previsível qualquer evolução positiva da actividade de construção e da procura de cimento. As exportações estarão condicionadas pela evolução da situação económica mundial.

As perspectivas para a evolução da envolvente macroeconómica no Líbano são favoráveis, estimando-se taxas de crescimento do PIB de 5,0%, o que deverá influenciar positivamente as operações do Grupo nestes países.

Em relação à Tunísia, os recentes acontecimentos ocorridos neste país, poderão influenciar negativamente a actividade operacional do Grupo.

Em Angola, para 2011 prevê-se uma aceleração da economia – crescimento de 7.1% do PIB - e a retoma dos investimentos públicos na área de reconstrução nacional que terá como reflexo um aumento da procura de cimento e na actividade do Grupo Secil.

Ambiente (Grupo ETSA)

A actividade do Grupo ETSA em Portugal está condicionada pelo enquadramento macroeconómico do país, para o qual não se antecipa melhorias.

Em Espanha, perspectiva-se uma redução do nível de actividade em resultado de uma quebra generalizada no consumo e de um aumento de concorrência nos mercados de actuação do Grupo ETSA.

Holdings – Semapa SGPS e suas sub-holdings instrumentais

Espera-se no decurso do segundo semestre de 2011, uma decisão no âmbito do Tribunal Arbitral constituído para dirimir as questões existentes entre a Semapa e a CRH relativas à participação na Secil.

11 Referências Finais

2010 foi um ano em que o Grupo acentuou a sua vocação exportadora, corolário dos avultados investimentos efectuados dos anos anteriores. Este Grupo de raiz industrial português assumiu a sua importância viu assim confirmada a sua aposta estratégica, assumindo um papel crescente na economia nacional.

Para o resultado obtido muito contribuíram e, por isso, aqui deixamos expressos os nossos agradecimentos:

- Aos nossos Colaboradores, cujo esforço e dedicação tornou possível o desenvolvimento e dinâmica da sociedade;
- O apoio e compreensão dos nossos Clientes e Fornecedores, assumindo-se como parceiros do nosso projecto;
- A cooperação das Instituições Financeiras, das Autoridades de Regulação e de Fiscalização;
- A colaboração do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral; e
- Aos nossos Accionistas que continuamente nos têm acompanhado e cuja confiança acreditamos que continuaremos a merecer.

12 Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que a Empresa deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo que tutela nas diversas Áreas de Negócio onde opera,

Considerando que a independência da Empresa perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, médio e longo prazos de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de indicadores sólidos de solvabilidade,

Considerando que a Empresa teve um resultado líquido individual de 126.720.229,28 euros (cento e vinte e seis milhões, setecentos e vinte mil, duzentos e vinte nove euros e vinte e oito cêntimos), apurado segundo o normativo SNC, e

Considerando que deste resultado líquido foi já aplicado o montante de 29.481.173,48 euros (vinte e nove milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, cento e setenta e três euros e quarenta e oito cêntimos) na distribuição antecipada de lucros deliberada em 29 de Novembro de 2010 pelo Conselho de Administração e cujo pagamento teve lugar em Dezembro de 2010,

Propõe-se que a parte ainda não aplicada do resultado líquido do exercício, no montante de 97.239.055,80 euros (noventa e sete milhões, duzentos e trinta e nove mil, cinquenta e cinco euros e oitenta cêntimos) seja integralmente aplicada em Reservas Livres.

Lisboa, 4 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Presidente

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Vogal

José Alfredo de Almeida Honório
Vogal

Francisco José de Melo e Castro Guedes
Vogal

Carlos Maria Cunha Horta e Costa
Vogal

José Miguel Pereira Gens Paredes
Vogal

Paulo Miguel Garcês Ventura
Vogal

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral
Vogal

António da Nóbrega de Sousa da Câmara
Vogal

Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Vogal

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista
Vogal

Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves
Vogal

Informação sobre o
Governo Societário

INTRODUÇÃO

O novo Código de Governo das Sociedades, aprovado pela CMVM em Janeiro de 2010, aplica-se agora e pela primeira vez por referência ao exercício de 2010. Sobre algumas das novas Recomendações, que aquando da elaboração do último relatório já estavam aprovadas, a Semapa manifestou já a sua intenção de cumprimento. Fizemos, como sempre, o possível para melhorar no acolhimento das recomendações cuja adopção acreditamos que possa ter um efeito positivo no governo da sociedade, mantendo no entanto as mesmas reservas quanto a recomendações que subsistem e alguma apreensão quanto às opções da CMVM nalgumas matérias.

Também é por referência ao exercício de 2010 que o Regulamento da CMVM n.º 1/2010 se aplica na íntegra e se torna obrigatória a adopção do novo esquema de Relatório, anexo a esse Regulamento, o que se reflecte neste documento.

A estrutura desta Informação mantém-se inalterada relativamente ao último exercício, estando dividida nas seguintes partes:

- I. Relatório sobre a estrutura e as práticas do governo societário elaborado nos termos do Regulamento da CMVM n.º 1/2010;
- II. Declaração sobre política de remunerações;
- III. Informações a que se referem os artigos 447.º e 448.º do CSC e os n.º 6 e 7 do artigo 14.º do Regulamento 5/2008 da CMVM, e
- IV. Avaliação do modelo de governo adoptado e actividade dos membros não executivos do Conselho de Administração

I. RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO ELABORADO NOS TERMOS DO REGULAMENTO DA CMVM N.º 1/2010

Capítulo 0 Declaração de cumprimento

► 0.1. CÓDIGOS ADOPTADOS

A Semapa, não tendo voluntariamente optado por se sujeitar a outros códigos de governo das sociedades, encontra-se sujeita ao “Código de Governo das Sociedades” aprovado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em Janeiro de 2010.

Estes textos encontram-se disponíveis no sítio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários na Internet em www.cmvm.pt.

► 0.2., 0.3. E 0.4. RECOMENDAÇÕES ADOPTADAS, NÃO ADOPTADAS E RAZÕES DE DIVERGÊNCIA

A opção da sociedade e dos seus accionistas quanto ao cumprimento das recomendações que constam do texto aprovado pela CMVM foi a seguinte:

I. ASSEMBLEIA GERAL

I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- I.1.1** O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DEVE DISPOR DE RECURSOS HUMANOS E LOGÍSTICOS DE APOIO QUE SEJAM ADEQUADOS ÀS SUAS NECESSIDADES, CONSIDERADA A SITUAÇÃO ECONÓMICA DA SOCIEDADE.

ADOPTADA

A sociedade cumpre esta recomendação, sendo a avaliação efectuada quanto à adequação dos meios confirmada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

- I.1.2** A REMUNERAÇÃO DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DEVE SER DIVULGADA NO RELATÓRIO ANUAL SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE.

NÃO ADOPTADA

Tal como nos anteriores relatórios, a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral não é divulgada por ser entendimento da sociedade que não devem ser divulgadas remunerações individuais dos titulares dos órgãos sociais, muito embora, face ao novo imperativo legal, esteja obrigada a fazer essa divulgação no tocante aos membros do conselho de administração e fiscalização. Não cremos, no entanto, que este facto deva obstar a que a sociedade mantenha a reserva onde lhe é permitido, tendo em conta os princípios que defende, e não obstante o Presidente da Mesa da Assembleia Geral não se opor à divulgação.

I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

- I.2.1 A ANTECEDÊNCIA IMPOSTA PARA A RECEPÇÃO, PELA MESA, DAS DECLARAÇÕES DE DEPÓSITO OU BLOQUEIO DAS ACÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLEIA GERAL NÃO DEVE SER SUPERIOR A CINCO DIAS ÚTEIS.

ADOPTADA

Os estatutos da sociedade fixam o prazo para a recepção das declarações em dias corridos (cinco) e não em dias úteis, o que constitui um prazo mais favorável para os accionistas do que o recomendado pela CMVM. Esta matéria foi, no entanto, objecto de alteração legislativa pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio, que introduzindo o artigo 23.º-C ao Código dos Valores Mobiliários veio isentar de bloqueio as acções, bastando-se com a mera titularidade no 5.º dia de negociação anterior ao da realização da assembleia. A par desta alteração o referido diploma estabeleceu regras e prazos diferentes para a participação dos accionistas: (i) que os accionistas manifestem por escrito ao Presidente da Mesa e ao intermediário financeiro, até ao 6.º dia de negociação anterior ao da realização da assembleia, a sua intenção de participação na assembleia e (ii) que o intermediário financeiro informe o Presidente da Mesa do número de acções registadas em nome do seu cliente no 5.º dia de negociação anterior ao da realização da assembleia. O Conselho de Administração da Semapa pretende propor aos seus accionistas a necessária alteração estatutária por forma a tornar o seu pacto social conforme com o novo normativo. Esta matéria é adiante referida no capítulo I.4 deste Relatório.

- I.2.2 EM CASO DE SUSPENSÃO DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL, A SOCIEDADE NÃO DEVE OBRIGAR AO BLOQUEIO DURANTE TODO O PERÍODO QUE MEDEIA ATÉ QUE A SESSÃO SEJA RETOMADA, DEVENDO BASTAR-SE COM A ANTECEDÊNCIA EXIGIDA NA PRIMEIRA SESSÃO.

ADOPTADA

Como já foi referido no passado, é este o entendimento do Presidente da Mesa da Assembleia Geral da sociedade, tendo confirmado que adoptará esta solução se se vier a verificar a situação em causa. Julgamos, no entanto, que com a alteração legislativa referida no ponto anterior, esta recomendação, com a sua actual redacção, deixa de ter razão de ser uma vez que deixou de se exigir o bloqueio das acções para a participação dos accionistas na assembleia, como vem dizer expressamente o número 2 do artigo 23.º-C: *“O exercício dos direitos referidos no número anterior não é prejudicado pela transmissão das acções em momento posterior à data de registo, nem depende do bloqueio das mesmas entre aquela data e data da assembleia gera”*.

Pode no entanto ser dado um sentido actualizado ao texto da recomendação, sendo agora entendida como a necessidade de usar uma nova data de referência - titularidade no 5.º dia de negociação anterior ao da nova sessão -, que não a primeira data - titularidade no 5.º dia de negociação anterior ao da primeira sessão. Ainda que seja esta a nova interpretação, por maioria de razão a recomendação é adoptada pela sociedade. Esta matéria é adiante referida no capítulo I.5 deste Relatório.

I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

- I.3.1 AS SOCIEDADES NÃO DEVEM PREVER QUALQUER RESTRIÇÃO ESTATUTÁRIA AO VOTO POR CORRESPONDÊNCIA E, QUANDO ADOPTADO E ADMISSÍVEL, AO VOTO POR CORRESPONDÊNCIA ELECTRÓNICO.**

ADOPTADA

A sociedade adopta esta recomendação uma vez que os seus estatutos não prevêem, por um lado, qualquer restrição ao exercício do direito de voto por correspondência e, por outro, permitem que o Conselho de Administração venha a regular formas de exercício do direito de voto alternativas ao suporte em papel. Esta matéria é adiante desenvolvida nos capítulos I.9 a I.12 deste Relatório.

- I.3.2 O PRAZO ESTATUTÁRIO DE ANTECEDÊNCIA PARA A RECEPÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VOTO EMITIDA POR CORRESPONDÊNCIA NÃO DEVE SER SUPERIOR A TRÊS DIAS ÚTEIS.**

ADOPTADA

A sociedade aceita todas as declarações de voto recebidas até à véspera do dia da Assembleia Geral, sendo pois esta recomendação adoptada. Esta matéria vem também adiante referida no capítulo I.11 deste Relatório.

- I.3.3 AS SOCIEDADES DEVEM ASSEGURAR A PROPORCIONALIDADE ENTRE OS DIREITOS DE VOTO E A PARTICIPAÇÃO ACCIONISTA, PREFERENCIALMENTE ATRAVÉS DE PREVISÃO ESTATUTÁRIA QUE FAÇA CORRESPONDER UM VOTO A CADA ACÇÃO. NÃO CUMPREM A PROPORCIONALIDADE AS SOCIEDADES QUE, DESIGNADAMENTE: I) TENHAM ACÇÕES QUE NÃO CONFIRAM O DIREITO DE VOTO; II) ESTABELEÇAM QUE NÃO SEJAM CONTADOS DIREITOS DE VOTO ACIMA DE CERTO NÚMERO, QUANDO EMITIDOS POR UM SÓ ACCIONISTA OU POR ACCIONISTAS COM ELE RELACIONADOS.**

ADOPTADA

A nova redacção desta recomendação vem ao encontro do entendimento que a sociedade tem vindo a defender sobre esta matéria, sendo inequívoco que a sociedade adopta esta recomendação. O foco passa agora a ser o de assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista.

Como temos vindo a referir, e como resulta das preocupações do legislador no Código das Sociedades Comerciais, que consigna na alínea a) do n.º 2 do artigo 384.º a possibilidade de fazer corresponder um voto a cada 1.000 euros de capital, o direito de acesso e discussão em Assembleia Geral por parte de quem tem fracções inexpressivas do capital, acaba muitas vezes por ser prejudicial aos interesses da sociedade e dos accionistas em geral. Esta circunstância não prejudica a proporcionalidade que é assegurada pelo direito de agrupamento e pela inexistência de limite máximo ao número de votos que podem ser emitidos por cada accionista, individual ou conjuntamente. No que concerne ao direito de agrupamento, se todos os accionistas estiverem presentes ou representados, com os agrupamentos necessários, o número de votos que podem ser emitidos é igual ao número total de acções da sociedade dividido por 385, número de acções a que corresponde um voto. Não há pois acções sem voto.

Esta matéria é também referida nos capítulos I.6 e I.7 deste Relatório.

I.4 QUÓRUM DELIBERATIVO

AS SOCIEDADES NÃO DEVEM FIXAR UM QUÓRUM DELIBERATIVO SUPERIOR AO PREVISTO POR LEI.

ADOPTADA

Os estatutos da sociedade não fixam um quórum deliberativo superior ao previsto na lei, pelo que a recomendação é adoptada pela sociedade. Esta matéria vem adiante referida no capítulo I.8 deste relatório.

I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS

EXTRACTOS DE ACTA DAS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA GERAL, OU DOCUMENTOS DE CONTEÚDO EQUIVALENTE, DEVEM SER DISPONIBILIZADOS AOS ACCIONISTAS NO SÍTIO NA INTERNET DA SOCIEDADE, NO PRAZO DE CINCO DIAS APÓS A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL, AINDA QUE NÃO CONSTITUAM INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA. A INFORMAÇÃO DIVULGADA DEVE ABRANGER AS DELIBERAÇÕES TOMADAS, O CAPITAL REPRESENTADO E OS RESULTADOS DAS VOTAÇÕES. ESTAS INFORMAÇÕES DEVEM SER CONSERVADAS NO SÍTIO NA INTERNET DA SOCIEDADE DURANTE PELO MENOS TRÊS ANOS.

ADOPTADA

A nova redacção desta recomendação restringiu o âmbito da informação a divulgar através do sítio na Internet à informação que a sociedade considera relevante para todos os accionistas, ainda que com participação inferior a 1%, e que é bastante para a protecção dos seus interesses. Como tal, já em 2010 a sociedade divulgou no seu sítio na Internet o extracto da acta da reunião da assembleia geral anual, contendo as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações, pretendendo manter o histórico pelo prazo recomendado. Actualmente estão também disponíveis no sítio da Internet os extractos das actas relativas às assembleias gerais realizadas em 2008 e 2009. A recomendação é pois adoptada.

I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES

I.6.1 AS MEDIDAS QUE SEJAM ADOPTADAS COM VISTA A IMPEDIR O ÊXITO DE OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DEVEM RESPEITAR OS INTERESSES DA SOCIEDADE E DOS SEUS ACCIONISTAS. OS ESTATUTOS DAS SOCIEDADES QUE, RESPEITANDO ESSE PRINCÍPIO, PREVEJAM A LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE VOTOS QUE PODEM SER DETIDOS OU EXERCIDOS POR UM ÚNICO ACCIONISTA, DE FORMA INDIVIDUAL OU EM CONCERTAÇÃO COM OUTROS ACCIONISTAS, DEVEM PREVER IGUALMENTE QUE, PELO MENOS DE CINCO EM CINCO ANOS, SERÁ SUJEITA A DELIBERAÇÃO PELA ASSEMBLEIA GERAL A ALTERAÇÃO OU A MANUTENÇÃO DESSA DISPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA — SEM REQUISITOS DE QUÓRUM AGRAVADO RELATIVAMENTE AO LEGAL — E QUE, NESSA DELIBERAÇÃO, SE CONTAM TODOS OS VOTOS EMITIDOS SEM QUE AQUELA LIMITAÇÃO FUNCIONE.

ADOPTADA

Não existe nenhuma medida adoptada com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição, designadamente uma previsão estatutária que limite o número de votos que podem ser exercidos por cada accionista. Esta recomendação é assim adoptada. Esta matéria é também tratada nos capítulos I.19 e I.21 deste Relatório.

I.6.2 NÃO DEVEM SER ADOPTADAS MEDIDAS DEFENSIVAS QUE TENHAM POR EFEITO PROVOCAR AUTOMATICAMENTE UMA EROSÃO GRAVE NO PATRIMÓNIO DA SOCIEDADE EM CASO DE TRANSIÇÃO DE CONTROLO OU DE MUDANÇA DA

COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO, PREJUDICANDO DESSA FORMA A LIVRE TRANSMISSIBILIDADE DAS ACÇÕES E A LIVRE APRECIACÃO PELOS ACCIONISTAS DO DESEMPENHO DOS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO.

ADOPTADA

Na sociedade não são adoptadas quaisquer medidas defensivas que tenham por efeito provocar uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração, sendo por isso a recomendação adoptada. Esta matéria é também referida no capítulo I.20 deste Relatório.

II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1. TEMAS GERAIS

II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA

II.1.1.1 O ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO DEVE AVALIAR NO SEU RELATÓRIO ANUAL SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE O MODELO ADOPTADO, IDENTIFICANDO EVENTUAIS CONSTRANGIMENTOS AO SEU FUNCIONAMENTO E PROPONDO MEDIDAS DE ACTUAÇÃO QUE, NO SEU JUÍZO, SEJAM IDÓNEAS PARA OS SUPERAR.

ADOPTADA

Esta recomendação é adoptada pela sociedade, sendo a avaliação em causa efectuada pelo Conselho de Administração na parte IV desta Informação Sobre o Governo Societário.

II.1.1.2 AS SOCIEDADES DEVEM CRIAR SISTEMAS INTERNOS DE CONTROLO E GESTÃO DE RISCOS, EM SALVAGUARDA DO SEU VALOR E EM BENEFÍCIO DA TRANSPARÊNCIA DO SEU GOVERNO SOCIETÁRIO, QUE PERMITAM IDENTIFICAR E GERIR O RISCO. ESSES SISTEMAS DEVEM INTEGRAR, PELO MENOS, AS SEGUINTE COMPONENTES: I) FIXAÇÃO DOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA SOCIEDADE EM MATÉRIA DE ASSUMPÇÃO DE RISCOS; II) IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS LIGADOS À CONCRETA ACTIVIDADE EXERCIDA E DOS EVENTOS SUSCEPTÍVEIS DE ORIGINAR RISCOS; III) ANÁLISE E MENSURAÇÃO DO IMPACTO E DA PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA DE CADA UM DOS RISCOS POTENCIAIS; IV) GESTÃO DO RISCO COM VISTA AO ALINHAMENTO DOS RISCOS EFECTIVAMENTE INCORRIDOS COM A OPÇÃO ESTRATÉGICA DA SOCIEDADE QUANTO À ASSUNÇÃO DE RISCOS; V) MECANISMOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE GESTÃO DE RISCO ADOPTADAS E DA SUA EFICÁCIA; VI) ADOPÇÃO DE MECANISMOS INTERNOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE AS DIVERSAS COMPONENTES DO SISTEMA E DE ALERTAS DE RISCOS; VII) AVALIAÇÃO PERIÓDICA DO SISTEMA IMPLEMENTADO E ADOPÇÃO DAS MODIFICAÇÕES QUE SE MOSTREM NECESSÁRIAS.

ADOPTADA

Para além de organismos e mecanismos próprios que existem ao nível das sociedades participadas, funciona na própria sociedade uma Comissão de Controlo Interno com competências específicas na área do controlo e gestão de riscos, nos termos descritos no capítulo II.5 deste Relatório. Ciente da importância que o controlo e a gestão de riscos têm vindo a assumir e por forma a acolher a nova recomendação, que define as componentes mínimas do sistema de gestão de riscos, o Conselho de Administração procedeu em 2010, como já referido no último Relatório, à revisão e alteração das competências daquela Comissão por forma a acomodar o texto recomendatório. Esta recomendação é assim adoptada pela sociedade.

II.1.1.3 O ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO DEVE ASSEGURAR A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCOS, CABENDO AO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO A RESPONSABILIDADE PELA AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DESTES SISTEMAS E PROPOR O RESPECTIVO AJUSTAMENTO ÀS NECESSIDADES DA SOCIEDADE.

ADOPTADA

Esta recomendação é adoptada pela sociedade. Com efeito, o Conselho de Administração, para além das competências directas nesta matéria, deliberou em 2006 a criação da Comissão de Controlo Interno, comissão esta que, de acordo com as atribuições por ele definidas e que têm vindo a ser revistas e adaptadas às novas necessidades societárias, está incumbida de assegurar o controlo interno e a gestão de riscos. Por outro lado, ao Conselho Fiscal compete fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno, propondo ajustamentos ao sistema existente sempre que se justifique, estando a Comissão de Controlo Interno incumbida de implementar tais ajustamentos.

II.1.1.4 AS SOCIEDADES DEVEM, NO RELATÓRIO ANUAL SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE: i) IDENTIFICAR OS PRINCIPAIS RISCOS ECONÓMICOS, FINANCEIROS E JURÍDICOS A QUE A SOCIEDADE SE EXPÕE NO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE; ii) DESCREVER A ACTUAÇÃO E EFICÁCIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS.

ADOPTADA

Os principais riscos a que a sociedade se encontra exposta sempre estiveram descritos no seu Relatório e Contas e estão agora também desenvolvidos no capítulo II.9 deste Relatório. A descrição de todo o sistema de gestão de riscos consta do capítulo II.5 deste Relatório. A recomendação é pois adoptada pela sociedade.

II.1.1.5 OS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DEVEM TER REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO OS QUAIS DEVEM SER DIVULGADOS NO SÍTIO NA INTERNET DA SOCIEDADE.

ADOPTADA

A sociedade adopta esta recomendação, encontrando-se os regulamentos em causa divulgados no sítio da sociedade na Internet. Esta matéria é adiante tratada no capítulo II.7 deste Relatório.

II.1.2 INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA

II.1.2.1 O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DEVE INCLUIR UM NÚMERO DE MEMBROS NÃO EXECUTIVOS QUE GARANTA EFECTIVA CAPACIDADE DE SUPERVISÃO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA ACTIVIDADE DOS MEMBROS EXECUTIVOS.

ADOPTADA

O Conselho de Administração da sociedade delegou poderes numa Comissão Executiva actualmente constituída por seis membros. A proporção de administradores que não são parte da Comissão Executiva é de metade, o que, nos termos que têm vindo a ser considerados quer pela CMVM quer por grande parte das sociedades cotadas, garante a efectiva capacidade de supervisão, avaliação e fiscalização da actividade dos restantes membros do órgão. Esta recomendação é assim adoptada pela sociedade.

II.1.2.2 DE ENTRE OS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS DEVE CONTAR-SE UM NÚMERO ADEQUADO DE ADMINISTRADORES INDEPENDENTES, TENDO EM CONTA A DIMENSÃO DA SOCIEDADE E A SUA ESTRUTURA ACCIONISTA, QUE NÃO PODE EM CASO ALGUM SER INFERIOR A UM QUARTO DO NÚMERO TOTAL DE ADMINISTRADORES.

ADOPTADA

Nos termos dos critérios legais e regulamentares relativos à qualificação de determinado administrador como sendo ou não independente, a sociedade tem actualmente quatro administradores qualificáveis com tal. A recomendação é pois adoptada por preenchimento do critério quantitativo, uma vez 1/3 dos doze administradores que compõem o Conselho de Administração da sociedade são independentes. Esta qualificação está melhor descrita no capítulo II.14 deste Relatório.

Como já foi referido em anos anteriores, a sociedade reconhece que a diversidade e afastamento de alguns dos administradores em relação à vida da sociedade pode trazer contributos no exercício das suas funções e no desempenho global do órgão de administração.

Entende no entanto que o filtro da qualificação formal como independente e o critério quantitativo adoptado não são eficazes na avaliação global da existência daquelas circunstâncias que podem interessar à sociedade. É em função de uma equipa em concreto, das suas características pessoais e profissionais e da sua relação global com a sociedade que tal avaliação deve ser efectuada.

Entende o Conselho de Administração que o conjunto de pessoas que o compõem, independentemente do cumprimento desta recomendação, pelas diferentes origens e relações com a empresa e suas dominadas e pelas suas características pessoais, asseguram de forma eficaz uma complementaridade e uma independência de carácter e juízo que salvaguardam os princípios que o regulador pretendeu proteger com esta recomendação.

II.1.2.3 A AVALIAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DOS SEUS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS FEITA PELO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO DEVE TER EM CONTA AS REGRAS LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR SOBRE OS REQUISITOS DE INDEPENDÊNCIA E O REGIME DE INCOMPATIBILIDADES APLICÁVEIS AOS MEMBROS DOS OUTROS ÓRGÃO SOCIAIS, ASSEGURANDO A COERÊNCIA SISTEMÁTICA E TEMPORAL NA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA A TODA A SOCIEDADE. NÃO DEVE SER CONSIDERADO INDEPENDENTE ADMINISTRADOR QUE, NOUTRO ÓRGÃO SOCIAL, NÃO PUDESSE ASSUMIR ESSA QUALIDADE POR FORÇA DAS NORMAS APLICÁVEIS.

ADOPTADA

A avaliação da independência dos membros não executivos do Conselho de Administração é feita nos termos recomendados, como melhor adiante se desenvolve no capítulo II.15. Trata-se no entanto de uma opção prática que facilita a comparabilidade da Semapa com outras sociedades e não de uma convicção do Conselho de Administração quanto à bondade dos critérios que resultam desta remissão.

II.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO

- II.1.3.1 CONSOANTE O MODELO APLICÁVEL, O PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL, DA COMISSÃO DE AUDITORIA OU DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS DEVE SER INDEPENDENTE E POSSUIR AS COMPETÊNCIAS ADEQUADAS AO EXERCÍCIO DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES.

ADOPTADA

Esta recomendação é adoptada pela sociedade uma vez que o Presidente do Conselho Fiscal, designado pela primeira vez para esse cargo na última assembleia geral anual, respeita os critérios legais de independência e possui as competências adequadas. Esta matéria vem adiante referida no capítulo II.21 deste Relatório.

- II.1.3.2 O PROCESSO DE SELECÇÃO DE CANDIDATOS A ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS DEVE SER CONCEBIDO DE FORMA A IMPEDIR A INTERFERÊNCIA DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS.

NÃO APLICÁVEL

A matéria de designação dos órgãos sociais é essencialmente da competência dos accionistas. Estruturar as recomendações como sendo os administradores a escolherem-se a eles próprios resulta de um conceito de sociedade aberta sem controlo estável, em que muitas vezes o conselho de administração concentra mais poder do que os accionistas, o que não é o caso da Semapa. Não havendo processo interno, não é pois aplicável a recomendação quanto à forma como deve ser concebido. Note-se que, estando a escolha remetida para os accionistas, o princípio que a recomendação visa salvaguardar, de afastamento em relação aos administradores executivos, fica plenamente assegurado.

II.1.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

- II.1.4.1 A SOCIEDADE DEVE ADOPTAR UMA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES ALEGADAMENTE OCORRIDAS NO SEU SEIO, COM OS SEGUINTE ELEMENTOS: I) INDICAÇÃO DOS MEIOS ATRAVÉS DOS QUAIS AS COMUNICAÇÕES DE PRÁTICAS IRREGULARES PODEM SER FEITAS INTERNAMENTE, INCLUINDO AS PESSOAS COM LEGITIMIDADE PARA RECEBER COMUNICAÇÕES; II) INDICAÇÃO DO TRATAMENTO A SER DADO ÀS COMUNICAÇÕES, INCLUINDO TRATAMENTO CONFIDENCIAL, CASO ASSIM SEJA PRETENDIDO PELO DECLARANTE.

ADOPTADA

Esta recomendação é cumprida pela sociedade, que adoptou um regime interno de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio no qual são consagrados os meios de comunicação, as pessoas com legitimidade para as receberem e o regime de tratamento, nos termos adiante desenvolvidos no capítulo II.35 deste Relatório.

- II.1.4.2 AS LINHAS GERAIS DESTA POLÍTICA DEVEM SER DIVULGADAS NO RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE.

ADOPTADA

Esta recomendação é adoptada pela sociedade, encontrando-se as linhas gerais desta política adiante desenvolvidas no capítulo II.35 deste Relatório.

II.1.5 REMUNERAÇÃO

II.1.5.1 A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO DEVE SER ESTRUTURADA DE FORMA A PERMITIR O ALINHAMENTO DOS INTERESSES DAQUELES COM OS INTERESSES DE LONGO PRAZO DA SOCIEDADE, BASEAR-SE EM AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E DESINCENTIVAR A ASSUNÇÃO EXCESSIVA DE RISCOS. PARA ESTE EFEITO, AS REMUNERAÇÕES DEVEM SER ESTRUTURADAS, NOMEADAMENTE, DA SEGUINTE FORMA: (i) A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES QUE EXERÇAM FUNÇÕES EXECUTIVAS DEVE INTEGRAR UMA COMPONENTE VARIÁVEL CUJA DETERMINAÇÃO DEPENDA DE UMA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REALIZADA PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES DA SOCIEDADE, DE ACORDO COM CRITÉRIOS MENSURÁVEIS PRÉDETERMINADOS, QUE CONSIDERE O REAL CRESCIMENTO DA EMPRESA E A RIQUEZA EFECTIVAMENTE CRIADA PARA OS ACCIONISTAS, A SUA SUSTENTABILIDADE A LONGO PRAZO E OS RISCOS ASSUMIDOS, BEM COMO O CUMPRIMENTO DAS REGRAS APLICÁVEIS À ACTIVIDADE DA EMPRESA. (ii) A COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO DEVE SER GLOBALMENTE RAZOÁVEL EM RELAÇÃO À COMPONENTE FIXA DA REMUNERAÇÃO, E DEVEM SER FIXADOS LIMITES MÁXIMOS PARA TODAS AS COMPONENTES. (iii) UMA PARTE SIGNIFICATIVA DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DEVE SER DIFERIDA POR UM PERÍODO NÃO INFERIOR A TRÊS ANOS, E O SEU PAGAMENTO DEVE FICAR DEPENDENTE DA CONTINUAÇÃO DO DESEMPENHO POSITIVO DA SOCIEDADE AO LONGO DESSE PERÍODO. (iv) OS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO NÃO DEVEM CELEBRAR CONTRATOS, QUER COM A SOCIEDADE, QUER COM TERCEIROS, QUE TENHAM POR EFEITO MITIGAR O RISCO INERENTE À VARIABILIDADE DA REMUNERAÇÃO QUE LHES FOR FIXADA PELA SOCIEDADE. (v) ATÉ AO TERMO DO SEU MANDATO, DEVEM OS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS MANTER AS ACÇÕES DA SOCIEDADE A QUE TENHAM ACEDIDO POR FORÇA DE ESQUEMAS DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL, ATÉ AO LIMITE DE DUAS VEZES O VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL ANUAL, COM EXCEPÇÃO DAQUELAS QUE NECESSITEM SER ALIENADAS COM VISTA AO PAGAMENTO DE IMPOSTOS RESULTANTES DO BENEFÍCIO DESSAS MESMAS ACÇÕES. (vi) QUANDO A REMUNERAÇÃO VARIÁVEL COMPREENDER A ATRIBUIÇÃO DE OPÇÕES, O INÍCIO DO PERÍODO DE EXERCÍCIO DEVE SER DIFERIDO POR UM PRAZO NÃO INFERIOR A TRÊS ANOS. (vii) DEVEM SER ESTABELECIDOS OS INSTRUMENTOS JURÍDICOS ADEQUADOS PARA QUE A COMPENSAÇÃO ESTABELECIDA PARA QUALQUER FORMA DE DESTITUIÇÃO SEM JUSTA CAUSA DE ADMINISTRADOR NÃO SEJA PAGA SE A DESTITUIÇÃO OU CESSAÇÃO POR ACORDO É DEVIDA A DESADEQUADO DESEMPENHO DO ADMINISTRADOR. (viii) A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO NÃO DEVERÁ INCLUIR NENHUMA COMPONENTE CUJO VALOR DEPENDA DO DESEMPENHO OU DO VALOR DA SOCIEDADE.

ADOPTADA

Não é fácil definir com rigor o sentido de interpretação desta recomendação, devido à forma como se encontra estruturada. Se por um lado parece centrada nos três princípios essenciais que proclama no primeiro período, por outro desenvolve um conjunto de medidas concretas, que seriam aptas a atingir aqueles princípios, mas cuja enumeração através de um “nomeadamente” não deixa claro se é ou não possível assegurar os princípios com caminhos e opções que sejam total ou parcialmente distintos.

Acreditando que a essência não pode deixar de estar nos princípios, e que o nível de pormenor das opções concretas enumeradas não é perfeitamente compatível com uma recomendação desta natureza, entendemos que a opção interpretativa mais correcta é no sentido de que a enumeração concreta descrita tem uma natureza exemplificativa.

É inequívoco que a sociedade tem uma política de remunerações que permite o alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses de longo prazo da sociedade e se baseia na avaliação de desempenho, como resulta suficientemente da política de remunerações aprovada pelos accionistas e do que adiante se descreve no ponto II.33 sobre o sistema remuneratório.

Em relação à recomendação de que a política de remunerações desincentive o risco excessivo, importa notar que tal resulta antes de mais do facto da remuneração não variar de forma directamente proporcional ao resultado, mas ser antes apurada na conjugação de um conjunto de factores a que o nível de risco não pode ser alheio, apesar da dificuldade inerente a tal avaliação.

De qualquer forma, no caso da Semapa, em que existe um controlo accionista estável, e tem por isso igualmente existido uma estabilidade grande a nível de gestão, este princípio é eficientemente assegurado pela permanência das pessoas e pela dependência das suas remunerações futuras das políticas de longo prazo e do nível de riscos assumidos.

Quanto aos aspectos exemplificativos da forma como devem ser estruturadas as remunerações:

- (i) Este conjunto de medidas concretas é assegurado no sistema de remuneração da sociedade, excepto quanto aos critérios mensuráveis pré-determinados para a remuneração variável, pois existe uma componente subjectiva na sua determinação. Note-se que, se assim não fosse, não seria possível ponderar por exemplo o nível dos riscos como acontece no sistema em vigor na sociedade.
- (ii) Não obstante a dificuldade de concretizar a razoabilidade ou não dos montantes da componente variável face à fixa, entendemos que é razoável a proporção existente nesta sociedade. Quanto à existência de limites máximos, estes existem para a remuneração variável, fixados nos estatutos nos termos adiante descritos, mas não existem para a remuneração fixa, sendo o seu limite o que resulta em concreto de cada deliberação da Comissão de Remunerações.
- (iii) Não existe diferimento do pagamento de componentes da remuneração, como é explicado em mais pormenor no capítulo III da política de remunerações aprovada pelos accionistas.
- (iv) A sociedade não tem conhecimento da existência de contratos da natureza referida nem tão pouco tem qualquer política no sentido de os desmotivar. Note-se que a efectiva celebração destes contratos por algum dos titulares dos órgãos sociais é um facto que está para além do seu controlo.
- (v) Esta medida concreta não é aplicável à Semapa por não existirem na sociedade esquemas de remuneração variável em acções.
- (vi) De igual forma não existem na sociedade planos de pagamento em opções, não sendo por isso aplicável esta medida.
- (vii) Também esta medida não é aplicável por não existirem na sociedade relações contratuais que estabeleçam regimes especiais para casos de cessação de funções, sendo apenas aplicável o regime legal supletivo.
- (viii) Esta medida não é adoptada remetendo-se a justificação nesta matéria para o último parágrafo da alínea a) do capítulo V da Declaração sobre política de remunerações e para o ponto 2º do capítulo VII do mesmo documento.

II.1.5.2 A DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2.º DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO, DEVE, ALÉM DO CONTEÚDO ALI REFERIDO, CONTER SUFICIENTE INFORMAÇÃO: I) SOBRE QUAIS OS GRUPOS DE SOCIEDADES CUJA POLÍTICA E PRÁTICAS REMUNERATÓRIAS FORAM TOMADAS COMO ELEMENTO COMPARATIVO PARA A FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO; II)

SOBRE OS PAGAMENTOS RELATIVOS À DESTITUIÇÃO OU CESSAÇÃO POR ACORDO DE FUNÇÕES DE ADMINISTRADORES.

ADOPTADA

A Declaração sobre a política de remunerações aprovada contém o conteúdo obrigatório referido na Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho e descreve os elementos comparativos tidos em conta para a fixação da remuneração pela Comissão de Remunerações. Quanto a pagamentos pela Semapa relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores, a referida Declaração refere que não existem nem nunca foram fixados pela Comissão de Remunerações acordos nesse sentido.

A recomendação é assim cumprida pela sociedade.

II.1.5.3 A DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES A QUE SE REFERE O ART. 2.º DA LEI N.º 28/2009 DEVE ABRANGER IGUALMENTE AS REMUNERAÇÕES DOS DIRIGENTES NA ACEPTAÇÃO DO N.º 3 DO ARTIGO 248.º-B DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS E CUJA REMUNERAÇÃO CONTENHA UMA COMPONENTE VARIÁVEL IMPORTANTE. A DECLARAÇÃO DEVE SER DETALHADA E A POLÍTICA APRESENTADA DEVE TER EM CONTA, NOMEADAMENTE, O DESEMPENHO DE LONGO PRAZO DA SOCIEDADE, O CUMPRIMENTO DAS NORMAS APLICÁVEIS À ACTIVIDADE DA EMPRESA E A CONTENÇÃO NA TOMADA DE RISCOS.

NÃO ADOPTADA

Tal como já manifestado no passado, a sociedade mantém o seu entendimento e continua a não cumprir esta recomendação. Na verdade, estão aqui em causa directores da sociedade, e entende a administração que a política de remuneração dos empregados é um acto de gestão da sua exclusiva responsabilidade, como resulta claramente da interpretação conjunta dos artigos 373.º n.º 3 e 405.º do Código das Sociedades Comerciais. Ao contrário do que acontece numa sociedade por quotas, nas sociedades anónimas o envolvimento de accionistas na gestão é um acto de natureza muito excepcional, que só deve acontecer por iniciativa do órgão de administração. Crê-se que neste caso não se justifica a excepção e que poderia ser até desresponsabilizador da administração perante os accionistas a existência de uma condicionante à forma como é gerida a remuneração dos principais quadros da empresa. A Declaração sobre a política de remunerações limita-se a reconhecer a posição no Conselho de Administração, que é bem do seu conhecimento.

II.1.5.4 DEVE SER SUBMETIDA À ASSEMBLEIA GERAL A PROPOSTA RELATIVA À APROVAÇÃO DE PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE ACÇÕES, E/OU DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES OU COM BASE NAS VARIAÇÕES DO PREÇO DAS ACÇÕES, A MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEMAIS DIRIGENTES, NA ACEPTÃO DO N.º 3 DO ARTIGO 248.º-B DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS. A PROPOSTA DEVE CONTER TODOS OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS PARA UMA AVALIAÇÃO CORRECTA DO PLANO. A PROPOSTA DEVE SER ACOMPANHADA DO REGULAMENTO DO PLANO OU, CASO O MESMO AINDA NÃO TENHA SIDO ELABORADO, DAS CONDIÇÕES A QUE O MESMO DEVERÁ OBEDECER. DA MESMA FORMA DEVEM SER APROVADAS EM ASSEMBLEIA GERAL AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE BENEFÍCIOS DE REFORMA ESTABELECIDOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEMAIS DIRIGENTES, NA ACEPTÃO DO N.º 3 DO ARTIGO 248.º-B DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS.

ADOPTADA

A sociedade não tem planos de atribuição de acções. Tem no entanto um regime de reformas, apenas aplicável ao Conselho de Administração e cujo regime foi aprovado por deliberação dos accionistas. A recomendação é pois adoptada. Esta matéria é mais adiante tratada na alínea o) do capítulo II.33 deste Relatório.

II.1.5.5 PELO MENOS UM REPRESENTANTE DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES DEVE ESTAR PRESENTE NAS ASSEMBLEIAS GERAIS ANUAIS DE ACCIONISTAS.

ADOPTADA

Esta recomendação é adoptada. Note-se no entanto que a opção pela adopção em causa não é imposta pela sociedade, tendo resultado antes até esta data de uma livre decisão da própria Comissão de Remunerações.

II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II.2.1. DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS POR LEI PARA CADA ESTRUTURA DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, E SALVO POR FORÇA DA REDUZIDA DIMENSÃO DA SOCIEDADE, O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DEVE DELEGAR A ADMINISTRAÇÃO QUOTIDIANA DA SOCIEDADE, DEVENDO AS COMPETÊNCIAS DELEGADAS SER IDENTIFICADAS NO RELATÓRIO ANUAL SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE.

ADOPTADA

Nesta sociedade a administração quotidiana é delegada numa Comissão Executiva e as respectivas competências são identificadas neste Relatório. O assunto é desenvolvido nos Capítulos II.2, II.3.

II.2.2. O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DEVE ASSEGURAR QUE A SOCIEDADE ACTUA DE FORMA CONSENTÂNEA COM OS SEUS OBJECTIVOS, NÃO DEVENDO DELEGAR A SUA COMPETÊNCIA, DESIGNADAMENTE, NO QUE RESPEITA A: I) DEFINIR A ESTRATÉGIA E AS POLÍTICAS GERAIS DA SOCIEDADE; II) DEFINIR A ESTRUTURA EMPRESARIAL DO GRUPO; III) DECISÕES QUE DEVAM SER CONSIDERADAS ESTRATÉGICAS DEVIDO AO SEU MONTANTE, RISCO OU ÀS SUAS CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS.

NÃO ADOPTADA

Tal como no passado, a recomendação não é integralmente adoptada porque a delegação de poderes na Comissão Executiva incluiu parte das competências previstas nesta recomendação.

Na prática, no entanto, esta recomendação tem sido adoptada, pois as competências em causa têm até esta data sido exercidas pelo Conselho de Administração, e é intenção quer

do Conselho de Administração quer da Comissão Executiva que assim se mantenha sempre que possível o procedimento para o futuro.

Entende não obstante o Conselho de Administração, tendo no exercício findo reflectido mais uma vez sobre a matéria aquando da designação da Comissão Executiva na sequência das eleições ocorridas, que a situação formal existente de delegação mais ampla se deve manter, pois a sociedade não deve assumir o risco de, perante determinadas circunstâncias que não sejam compatíveis com a menor agilidade de reunião do Conselho de Administração, deixarem de ser praticados atempadamente actos relevantes para o interesse da sociedade por falta de poderes da Comissão Executiva.

II.2.3. CASO O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXERÇA FUNÇÕES EXECUTIVAS, O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DEVE ENCONTRAR MECANISMOS EFICIENTES DE COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS, QUE DESIGNADAMENTE ASSEGUREM QUE ESTES POSSAM DECIDIR DE FORMA INDEPENDENTE E INFORMADA, E DEVE PROCEDER-SE À DEVIDA EXPLICITACÃO DESSES MECANISMOS AOS ACCIONISTAS NO ÂMBITO DO RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE.

ADOPTADA

Na sociedade o Presidente do Conselho de Administração é também o Presidente da Comissão Executiva, mas existem os mecanismos necessários para assegurar uma eficiente coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, pelo que a recomendação é adoptada pela sociedade. Esta matéria está adiante desenvolvida no Capítulo II.8 deste Relatório.

II.2.4. O RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DEVE INCLUIR UMA DESCRIÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS REFERINDO, NOMEADAMENTE, EVENTUAIS CONSTRANGIMENTOS DEPARADOS.

ADOPTADA

Esta recomendação é adoptada, encontrando-se a descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos incluída na parte IV da Informação Sobre o Governo Societário

II.2.5. A SOCIEDADE DEVE EXPLICITAR A SUA POLÍTICA DE ROTAÇÃO DOS PELOUROS NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DESIGNADAMENTE DO RESPONSÁVEL PELO PELOURO FINANCEIRO, E INFORMAR SOBRE ELA NO RELATÓRIO ANUAL SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE.

ADOPTADA

A recomendação é adoptada no sentido de existir uma política em que as vantagens da rotação e a ponderação da mesma são periodicamente consideradas mas não no sentido da existência de rotações obrigatórias ou limites máximo temporais sem que existam rotações. Relativamente ao pelouro financeiro, é importante referir que na sociedade a responsabilidade é partilhada por dois administradores, Senhores Dr. José Alfredo de Almeida Honório e Dr. José Miguel Pereira Gens Paredes. Esta matéria é adiante desenvolvida nos capítulos II.3 e II.11.

II.3. ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

- II.3.1.** OS ADMINISTRADORES QUE EXERÇAM FUNÇÕES EXECUTIVAS, QUANDO SOLICITADOS POR OUTROS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, DEVEM PRESTAR, EM TEMPO ÚTIL E DE FORMA ADEQUADA AO PEDIDO, AS INFORMAÇÕES POR AQUELES REQUERIDAS.

ADOPTADA

Os administradores executivos prestam em tempo útil e adequadamente as informações requeridas por outros membros dos órgãos sociais, como melhor se desenvolve no capítulo II.3 deste relatório. Trata-se pois de uma recomendação adoptada.

- II.3.2.** O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DEVE REMETER, RESPECTIVAMENTE, AO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E, CONFORME APLICÁVEL, AO PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL OU DA COMISSÃO DE AUDITORIA, AS CONVOCATÓRIAS E AS ACTAS DAS RESPECTIVAS REUNIÕES.

ADOPTADA

Esta recomendação é adoptada, sendo as convocatórias e as actas da Comissão Executiva remetidas ao Presidente do Conselho Fiscal.

- II.3.3.** O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO DEVE REMETER AO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO E AO PRESIDENTE DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, AS CONVOCATÓRIAS E AS ACTAS DAS RESPECTIVAS REUNIÕES.

NÃO APLICÁVEL

Esta recomendação não é aplicável à sociedade por estar estruturada segundo uma modalidade diferente.

II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL

- II.4.1.** O CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, ALÉM DO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS DE FISCALIZAÇÃO QUE LHE SÃO COMETIDAS, DEVE DESEMPENHAR UM PAPEL DE ACONSELHAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO CONTÍNUA DA GESTÃO DA SOCIEDADE POR PARTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO. ENTRE AS MATÉRIAS SOBRE AS QUAIS O CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO DEVE PRONUNCIAR-SE INCLUEM-SE: I) A DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA E DAS POLÍTICAS GERAIS DA SOCIEDADE; II) A ESTRUTURA EMPRESARIAL DO GRUPO; E III) DECISÕES QUE DEVAM SER CONSIDERADAS ESTRATÉGICAS DEVIDO AO SEU MONTANTE, RISCO OU ÀS SUAS CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS.

NÃO APLICÁVEL

Esta recomendação não é aplicável à sociedade por estar estruturada segundo uma modalidade diferente.

- II.4.2.** OS RELATÓRIOS ANUAIS SOBRE A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, A COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, A COMISSÃO DE AUDITORIA E O CONSELHO FISCAL DEVEM SER OBJECTO DE DIVULGAÇÃO NO SÍTIO DA INTERNET DA SOCIEDADE, EM CONJUNTO COM OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.

ADOPTADA

Esta recomendação é adoptada, na medida em que o relatório do Conselho Fiscal que compreende a actividade desenvolvida no exercício a que se refere, tem sido sempre

objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade em conjunto com os demais documentos de prestação de contas.

II.4.3. OS RELATÓRIOS ANUAIS SOBRE A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, A COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, A COMISSÃO DE AUDITORIA E O CONSELHO FISCAL DEVEM INCLUIR A DESCRIÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO DESENVOLVIDA REFERINDO, NOMEADAMENTE, EVENTUAIS CONSTRANGIMENTOS DEPARADOS

ADOPTADA

O relatório em causa inclui a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida pelo Conselho Fiscal, referindo, sendo caso disso, eventuais constrangimentos deparados. Esta recomendação é assim adoptada.

II.4.4. O CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, A COMISSÃO DE AUDITORIA E O CONSELHO FISCAL, CONSOANTE O MODELO APLICÁVEL, DEVEM REPRESENTAR A SOCIEDADE, PARA TODOS OS EFEITOS, JUNTO DO AUDITOR EXTERNO, COMPETINDO-LHE, DESIGNADAMENTE, PROPOR O PRESTADOR DESTES SERVIÇOS, A RESPECTIVA REMUNERAÇÃO, ZELAR PARA QUE SEJAM ASSEGURADAS, DENTRO DA EMPRESA, AS CONDIÇÕES ADEQUADAS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM ASSIM COMO SER O INTERLOCUTOR DA EMPRESA E O PRIMEIRO DESTINATÁRIO DOS RESPECTIVOS RELATÓRIOS

NÃO ADOPTADA

Esta recomendação não é adoptada na sua letra mas é respeitado o seu espírito.

Como já explicado no passado, entende em primeiro lugar a sociedade que a recomendação não deve ser interpretada no sentido de serem conferidos ao Conselho Fiscal, através de mandatos ou instrumentos equivalentes, poderes formais de representação da sociedade neste âmbito.

O Conselho Fiscal é efectivamente um interlocutor privilegiado do Auditor Externo, sendo usualmente os relatórios recebidos e discutidos em reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal e um membro do Conselho de Administração, e zelando o Conselho Fiscal para que sejam assegurados dentro da sociedade as condições necessárias para que sejam prestados os serviços de auditoria.

Mas a letra da recomendação reclama mais, por um lado afirma que o Conselho Fiscal deve ser “o” interlocutor da empresa junto do auditor externo, e por outro também não se basta com uma simultaneidade na recepção de relatórios exigindo antes que o Conselho Fiscal seja “o primeiro destinatário”. Parece ser excessivo. A sociedade faz o necessário para que entre o auditor externo e o Conselho Fiscal não haja uma barreira ou um filtro da administração que prive o Conselho Fiscal de um conhecimento directo da actividade do auditor; o Conselho de Administração faz o necessário para que haja a referida simultaneidade, mas não pode em sã consciência sacrificar e atrasar o seu próprio conhecimento do que se passa na actividade dos auditores externos. O responsável último pelo que se passa na sociedade e pelas demonstrações financeiras é o Conselho de Administração.

Quanto à contratação, o Conselho Fiscal propõe o auditor externo nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e é parte no processo de fixação da respectiva remuneração. Note-se no entanto que o Auditor Externo é o Revisor Oficial de Contas da sociedade e tem sido eleito pelos accionistas para um período de funções igual ao do Conselho Fiscal.

Isto significa que nos anos em que a assembleia geral é electiva, a sociedade se pode vir a deparar com a dificuldade processual resultante essencialmente de a proposta respeitar a um mandato em que os próprios titulares do órgão de fiscalização não sabem se se vão manter em funções, por ser uma decisão dos accionistas que será tomada em simultâneo com a eleição do ROC. Note-se mesmo que, face à necessidade de rotação dos membros

do Conselho Fiscal (artigo 414.º, n.º 5 al. b) do CSC) poderá acontecer que estejam a propor um auditor para um período em que não vão acompanhar a sua actividade.

Concluiu-se pois como se começou, observando que todas as preocupações que justificam esta recomendação são asseguradas na Semapa, mas a exigência literal do texto não é plenamente adoptada.

II.4.5. O CONSELHO GERAL DE SUPERVISÃO, A COMISSÃO DE AUDITORIA E O CONSELHO FISCAL, CONSOANTE O MODELO APLICÁVEL, DEVEM ANUALMENTE AVALIAR O AUDITOR EXTERNO E PROPOR À ASSEMBLEIA GERAL A SUA DESTITUIÇÃO SEMPRE QUE SE VERIFIQUE JUSTA CAUSA PARA O EFEITO.

ADOPTADA

O Auditor externo é avaliado pelo Conselho Fiscal de forma permanente, e especialmente nos fechos do semestre e do exercício. Nunca se deu o caso de propor a sua destituição, mas é uma competência que lhe é reconhecida.

Trata-se pois de mais uma recomendação adoptada pela sociedade.

II.4.6. OS SERVIÇOS DE AUDITORIA INTERNA E OS QUE VELEM PELO CUMPRIMENTO DAS NORMAS APLICADAS À SOCIEDADE (SERVIÇOS DE *COMPLIANCE*) DEVEM REPORTAR FUNCIONALMENTE À COMISSÃO DE AUDITORIA, AO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO OU, NO CASO DAS SOCIEDADES QUE ADOPTEM O MODELO LATINO, A UM ADMINISTRADOR INDEPENDENTE OU AO CONSELHO FISCAL, INDEPENDENTEMENTE DA RELAÇÃO HIERÁRQUICA QUE ESSES SERVIÇOS MANTENHAM COM A ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA DA SOCIEDADE.

NÃO APLICÁVEL

A sociedade não possui serviços de auditoria interna nem serviços de *compliance*. Estas funções cabem essencialmente ao Conselho Fiscal e à Direcção Jurídica da Semapa. É uma opção que se fica a dever à estrutura administrativa simplificada da Semapa enquanto sociedade *holding*, sem prejuízo dos serviços dessa natureza existentes nas participadas.

II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS

II.5.1 SALVO POR FORÇA DA REDUZIDA DIMENSÃO DA SOCIEDADE, O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E O CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, CONSOANTE O MODELO ADOPTADO, DEVEM CRIAR AS COMISSÕES QUE SE MOSTREM NECESSÁRIAS PARA: I) ASSEGURAR UMA COMPETENTE E INDEPENDENTE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS E PARA A AVALIAÇÃO DO SEU PRÓPRIO DESEMPENHO GLOBAL, BEM ASSIM COMO DAS DIVERSAS COMISSÕES EXISTENTES; II) REFLECTIR SOBRE O SISTEMA DE GOVERNO ADOPTADO, VERIFICAR A SUA EFICÁCIA E PROPOR AOS ÓRGÃOS COMPETENTES AS MEDIDAS A EXECUTAR TENDO EM VISTA A SUA MELHORIA; III) IDENTIFICAR ATEMPADAMENTE POTENCIAIS CANDIDATOS COM O ELEVADO PERFIL NECESSÁRIO AO DESEMPENHO DE FUNÇÕES DE ADMINISTRADOR.

ADOPTADA

No que respeita à existência de uma comissão para avaliação do desempenho dos administradores executivos, entende a sociedade que, devido ao facto de ser uma sociedade *holding* com uma estrutura administrativa muito simplificada, em que o exercício da actividade económica directa só se realiza ao nível das sociedades participadas, não se justifica a criação de uma comissão independente para aquelas funções que, tendo em conta a referida natureza desta sociedade, são suficientemente asseguradas pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, pela Comissão de Remunerações, e pelos Accionistas.

Já no que respeita à reflexão sobre o governo societário, a sociedade dispõe efectivamente de uma Comissão para o efeito como adiante vem referido no capítulo II.3 deste Relatório.

Por último e no tocante à identificação de potenciais candidatos a administrador, essas funções não existem pelos motivos apontados antes sobre a recomendação II.1.3.2, pelo que neste particular a recomendação não é aplicável.

Consideramos assim esta recomendação adoptada, na medida em que dos três pontos, dois são adoptados e um não é aplicável. Notamos no entanto que a CMVM tem um entendimento diferente e considera esta recomendação como não adoptada pela Semapa.

II.5.2 OS MEMBROS DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES OU EQUIVALENTE DEVEM SER INDEPENDENTES RELATIVAMENTE AOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E INCLUIR PELO MENOS UM MEMBRO COM CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIA EM MATÉRIAS DE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO.

ADOPTADA

A Comissão de Remunerações era composta por três membros, tendo no entanto no decurso do exercício de 2010 vagado um dos lugares, face à renúncia apresentada pelo Senhor Paulo Abreu, lugar este cujo preenchimento se proporá na próxima assembleia geral. Apesar da renúncia apresentada, não queremos deixar de referir que o Senhor Paulo Abreu nunca teve qualquer tipo de relação com a Semapa, tendo sido sempre considerado independente.

No que respeita à independência dos actuais membros, e começando pelo Senhor Eng. Frederico da Cunha, este foi administrador da sociedade até 2005. Não parece no entanto que este facto possa pôr em causa a sua independência uma vez que, uma avaliação mais aprofundada desta relação permite concluir que não existe qualquer posição de dependência em relação à sociedade. O único vínculo que se mantém é o de uma pensão de reforma, que é um direito adquirido que não pode ser posto em causa pela administração. Não se descortinam quaisquer vantagens que este membro da Comissão pudesse ter em agir de forma não isenta ou condicionante à sua actividade. Note-se que, numa abordagem mais superficial, pode impressionar o facto do Senhor Eng. Frederico da Cunha, se eventualmente fosse eleito novamente administrador não executivo, não poder ser qualificado como não executivo independente por ter exercido funções na sociedade por mais de dois mandatos. Não obstante, a aferição da independência para efeitos da uma função considerada como de “fiscalização” não pode ter os mesmos parâmetros que uma independência para efeitos de fixação de vencimentos. Tanto assim é que até recentemente os critérios regulatórios da aferição de independência eram radicalmente diversos num e noutro caso. Para a Comissão de Remunerações a ênfase tem que estar na capacidade que a administração tem ou não de exercer influência sobre os seus membros, e não se encontram por isso factores que sejam impeditivos da qualificação como independente deste membro da Comissão.

Já no que respeita ao Senhor Dr. José Maury existiram no passado casos pontuais de serviços prestados pela Egon Zehnder, empresa que representa, que são no entanto inexpressivos no cômputo global da actividade quer desta entidade quer da Semapa. No exercício de 2010 não teve intervenção em qualquer contratação para a Semapa ou para as suas subsidiárias. Também aqui nada se encontra que pudesse por em causa a independência deste membro da Comissão. O Senhor Dr. José Maury tem vastos conhecimentos e experiência em matéria de políticas de remuneração.

Continuando esta análise à posição dos diversos membros da Comissão, verifica-se antes que a sua composição é extremamente favorável a uma análise e decisão correcta e independente. Efectivamente, junta-se uma pessoa que conhece o funcionamento interno da sociedade do tempo em que foi administrador e uma pessoa especialista em matéria de remunerações.

Entende pois a sociedade que esta recomendação é adoptada. Não obstante, notamos que a CMVM tem uma posição diferente por entender que o facto do Senhor Eng. Frederico da Cunha ter sido administrador da sociedade é impeditivo da sua qualificação como independente.

Esta matéria vem também tratada nos capítulos II.36 e II.38 deste Relatório.

II.5.3 NÃO DEVE SER CONTRATADA PARA APOIAR A COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES NO DESEMPENHO DAS SUAS FUNÇÕES QUALQUER PESSOA SINGULAR OU COLECTIVA QUE PRESTE OU TENHA PRESTADO, NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, SERVIÇOS A QUALQUER ESTRUTURA NA DEPENDÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, AO PRÓPRIO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE OU QUE TENHA RELAÇÃO ACTUAL COM CONSULTORA DA EMPRESA. ESTA RECOMENDAÇÃO É APLICÁVEL IGUALMENTE A QUALQUER PESSOA SINGULAR OU COLECTIVA QUE COM AQUELAS SE ENCONTRE RELACIONADA POR CONTRATO DE TRABALHO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

ADOPTADA

A Comissão de Remunerações não contratou até hoje qualquer pessoa ou entidade para a auxiliar no desempenho das suas funções. A recomendação é pois adoptada.

II.5.4 TODAS AS COMISSÕES DEVEM ELABORAR ACTAS DAS REUNIÕES QUE REALIZEM.

ADOPTADA

Esta recomendação é adoptada pela sociedade uma vez que todas as comissões que se encontram identificadas no Capítulo II.3 do presente Relatório elaboram actas das respectivas reuniões.

III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO

III.1.1 AS SOCIEDADES DEVEM ASSEGURAR A EXISTÊNCIA DE UM PERMANENTE CONTACTO COM O MERCADO, RESPEITANDO O PRINCÍPIO DA IGUALDADE DOS ACCIONISTAS E PREVENINDO AS ASSIMETRIAS NO ACESSO À INFORMAÇÃO POR PARTE DOS INVESTIDORES. PARA TAL DEVE A SOCIEDADE MANTER UM GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR.

ADOPTADA

Esta recomendação é adoptada, como resulta do maior desenvolvimento que adiante se faz no Capítulo III.16 deste Relatório.

III.1.2 A SEGUINTE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL NO SÍTIO DA INTERNET DA SOCIEDADE DEVE SER DIVULGADA EM INGLÊS:

- a)** A FIRMA, A QUALIDADE DE SOCIEDADE ABERTA, A SEDE E OS DEMAIS ELEMENTOS MENCIONADOS NO ARTIGO 171.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS;
- b)** ESTATUTOS;
- c)** IDENTIDADE DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E DO REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO;
- d)** GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR, RESPECTIVAS FUNÇÕES E MEIOS DE ACESSO;
- e)** DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS;
- f)** CALENDÁRIO SEMESTRAL DE EVENTOS SOCIETÁRIOS;
- g)** PROPOSTAS APRESENTADAS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM ASSEMBLEIA GERAL;
- h)** CONVOCATÓRIAS PARA A REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL.

ADOPTADA

Toda a informação acima referida é divulgada em inglês no sítio da Internet da sociedade, sendo pois a recomendação adoptada pela sociedade.

III.1.3 AS SOCIEDADES DEVEM PROMOVER A ROTAÇÃO DO AUDITOR AO FIM DE DOIS OU TRÊS MANDATOS, CONFORME SEJAM RESPECTIVAMENTE DE QUATRO OU TRÊS ANOS. A SUA MANUTENÇÃO ALÉM DESTES PERÍODOS DEVERÁ SER FUNDAMENTADA NUM PARECER ESPECÍFICO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO QUE PONDERE EXPRESSAMENTE AS CONDIÇÕES DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR E AS VANTAGENS E OS CUSTOS DA SUA SUBSTITUIÇÃO.

ADOPTADA

Na assembleia geral anual de 2010, o Conselho Fiscal apresentou aos accionistas uma proposta de continuidade do auditor externo, emitindo parecer onde foca que a qualidade do trabalho desenvolvido pela PricewaterhouseCoopers e a sua experiência acumulada no sector onde a Semapa investe se sobrepõem aos inconvenientes da sua manutenção. Conclui pela independência do auditor externo, que sai reforçada com a proposta de rotação do sócio, em linha com as melhores práticas internacionais. A proposta foi aprovada pelos accionistas nos seus exactos termos, tendo o auditor externo, agora representado por um novo sócio, sido eleito para mais um mandato de quatro anos. Esta recomendação é pois cumprida.

III.1.4 O AUDITOR EXTERNO DEVE, NO ÂMBITO DAS SUAS COMPETÊNCIAS, VERIFICAR A APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS E SISTEMAS DE REMUNERAÇÕES, A EFICÁCIA E O FUNCIONAMENTO DOS MECANISMOS DE CONTROLO INTERNO E REPORTAR QUAISQUER DEFICIÊNCIAS AO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE.

ADOPTADA

O auditor externo da sociedade, PricewaterhouseCoopers, verifica a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, bem como a eficácia e o funcionamento dos mecanismos através dos elementos que lhe são facultados pela sociedade, em especial pela Comissão de Remunerações e pela Comissão de Controlo Interno. As conclusões das verificações efectuadas são reportadas pelo auditor externo ao Conselho Fiscal que, sendo caso disso, reporta as deficiências encontradas.

III.1.5 A SOCIEDADE NÃO DEVE CONTRATAR AO AUDITOR EXTERNO, NEM A QUAISQUER ENTIDADES QUE COM ELES SE ENCONTREM EM RELAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO OU QUE INTEGREM A MESMA REDE, SERVIÇOS DIVERSOS DOS SERVIÇOS DE AUDITORIA. HAVENDO RAZÕES PARA A CONTRATAÇÃO DE TAIS SERVIÇOS – QUE DEVEM SER APROVADOS PELO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO E EXPLICITADAS NO SEU RELATÓRIO ANUAL SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE – ELES NÃO DEVEM ASSUMIR UM RELEVIO SUPERIOR A 30% DO VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE.

ADOPTADA

No decurso do exercício de 2010, os serviços diversos dos serviços de auditoria contratados pela sociedade ao auditor externo, incluindo as entidades que com eles se encontram em relação de participação ou que integram a mesma rede, representaram 28,65% do total dos serviços prestados à sociedade, percentagem essa que se situou abaixo dos 30% recomendados. Os referidos serviços consistem essencialmente em serviços de apoio na salvaguarda do cumprimento de obrigações de índole fiscal, em Portugal e no estrangeiro, os quais são aprovados pelo Conselho Fiscal. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal entendem que a contratação de tais serviços é justificada pela experiência acumulada do auditor externo nos sectores onde a sociedade actua e pela qualidade do seu trabalho, para além de existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através da definição criteriosa dos trabalhos em sede de contratação. A recomendação é pois adoptada pela sociedade.

IV. CONFLITOS DE INTERESSES

IV.1 RELAÇÕES COM ACCIONISTAS

IV.1.1 OS NEGÓCIOS DA SOCIEDADE COM ACCIONISTAS TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA, OU COM ENTIDADES QUE COM ELES ESTEJAM EM QUALQUER RELAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 20º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS, DEVEM SER REALIZADOS EM CONDIÇÕES NORMAIS DE MERCADO.

ADOPTADA

A recomendação é adoptada não obstante não terem existido tais negócios durante o exercício de 2010.

IV.1.2 OS NEGÓCIOS DE RELEVÂNCIA SIGNIFICATIVA COM ACCIONISTAS TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA, OU COM ENTIDADES QUE COM ELES ESTEJAM EM QUALQUER RELAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 20º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS, DEVEM SER SUBMETIDOS A PARECER PRÉVIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO. ESTE ÓRGÃO DEVE ESTABELECEER OS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS NECESSÁRIOS PARA A DEFINIÇÃO DO NÍVEL RELEVANTE DE SIGNIFICÂNCIA DESTES NEGÓCIOS E OS DE MAIS TERMOS DA SUA INTERVENÇÃO.

ADOPTADA

A recomendação é adoptada não obstante não terem existido tais negócios durante o exercício de 2010.

Capítulo I Assembleia Geral

► I.1. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL.

A mesa da assembleia geral é composta pelas seguintes pessoas:

Presidente - Dr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco
Secretária - Dr.^a Rita Maria Pinheiro Ferreira Soares de Oliveira

► I.2. INDICAÇÃO DA DATA DE INÍCIO E TERMO DOS RESPECTIVOS MANDATOS.

Os membros da mesa atrás indicados foram reconduzidos na assembleia geral anual electiva, que teve lugar em 22 de Abril de 2010, para exercerem funções até ao final do mandato que termina em 31 de Dezembro de 2013. Estes mesmos membros foram eleitos pela primeira vez em 21 de Março de 2007.

► I.3. INDICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL.

Esta informação, cuja divulgação é recomendada, não é revelada pela sociedade pelos motivos indicados no capítulo anterior relativo ao cumprimento das recomendações. Veja-se a explicação relativa à recomendação I.1.2.

► I.4. INDICAÇÃO DA ANTECEDÊNCIA EXIGIDA PARA O BLOQUEIO DAS ACÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA-GERAL.

Actualmente, os estatutos da sociedade exigem que os accionistas apresentem à sociedade a documentação comprovativa da titularidade das acções e do bloqueio das acções até cinco dias antes da data da assembleia geral. Estes cinco dias são contados de forma contínua e, sempre que terminem num fim-de-semana ou dia feriado, transfere-se o fim do prazo para o primeiro dia útil seguinte.

A sociedade considera como data da recepção a data da primeira entrada do documento por fax ou correio electrónico, desde que o respectivo original seja apresentado até à data de início da assembleia.

Como melhor se explica a propósito da recomendação I.2.1, o Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio, ao introduzir o artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários veio isentar de bloqueio as acções, passando a ser bastante a mera titularidade das mesmas no 5.º dia de negociação anterior ao da realização da assembleia, e estabeleceu regras e prazos diferentes para a participação dos accionistas. Assim, o Conselho de Administração da Semapa pretende apresentar aos seus accionistas uma proposta de alteração estatutária que permita o acolhimento deste regime.

► 1.5. INDICAÇÃO DAS REGRAS APLICÁVEIS AO BLOQUEIO DAS ACÇÕES EM CASO DE SUSPENSÃO DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL.

O presidente da mesa entende que não é necessário o bloqueio das acções durante todo o período de suspensão até que a sessão seja retomada, sendo suficiente para a segunda sessão a antecedência ordinária exigida na primeira sessão. Com as novas regras deixa de haver bloqueio das acções a não ser que os accionistas expressamente o requeiram.

► 1.6. NÚMERO DE ACÇÕES A QUE CORRESPONDE UM VOTO.

Nos termos fixados nos estatutos, corresponde um voto a cada 385 acções da sociedade.

► 1.7. INDICAÇÃO DAS REGRAS ESTATUTÁRIAS QUE PREVEJAM A EXISTÊNCIA DE ACÇÕES QUE NÃO CONFIRAM O DIREITO DE VOTO OU QUE ESTABELEÇAM QUE NÃO SEJAM CONTADOS DIREITOS DE VOTO ACIMA DE CERTO NÚMERO, QUANDO EMITIDOS POR UM SÓ ACCIONISTA OU POR ACCIONISTAS COM ELE RELACIONADOS.

Não existem regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

► 1.8. EXISTÊNCIA DE REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO, INCLUINDO SOBRE QUÓRUNS CONSTITUTIVOS E DELIBERATIVOS OU SISTEMAS DE DESTAQUE DE DIREITOS DE CONTEÚDO PATRIMONIAL.

Nada há a assinalar neste âmbito excepto quanto à existência de prazos para apresentação da documentação necessária à participação na assembleia e para o voto por correspondência.

Os prazos, que respeitam as recomendações nesta matéria, são os seguintes:

Antecedência necessária para apresentação de documento
comprovativo da titularidade de acções da sociedade..... 5 dias

Antecedência necessária para apresentação dos instrumentos
de representação de accionistas 5 dias

Antecedência necessária para apresentação da documentação
para voto por correspondência véspera da AG

Mais uma vez, reiteramos que estes prazos já não estão em concordância com o actual quadro legislativo, necessitando os estatutos de ser alterados para os compatibilizar com o novo regime.

► 1.9. EXISTÊNCIA DE REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA.

Nos termos fixados nos estatutos, é permitido o exercício do direito de voto por correspondência, observando-se o seguinte regime:

- a) Deve ser dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e recebido na sede social até à véspera da assembleia geral, um sobrescrito contendo as declarações de voto;
- b) O sobrescrito deve conter (1) carta dirigida ao Presidente da Mesa, com assinatura reconhecida, manifestando a vontade de votar, e (2) as declarações de voto, uma para cada ponto da ordem de trabalhos, em sobrescrito fechado e independente com a indicação exterior do ponto da ordem de trabalhos a que se destina;
- c) Os votos emitidos valem como votos negativos em relação às propostas apresentadas ulteriormente à sua emissão, e
- d) O Conselho de Administração pode regular formas de exercício do direito de voto alternativas ao suporte em papel, desde que assegurem igualmente a autenticidade e confidencialidade dos votos até ao momento da votação.

► I.10. DISPONIBILIZAÇÃO DE UM MODELO PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA.

A sociedade disponibiliza um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. Este modelo está disponível no sítio da sociedade na Internet e pode ser pedido através dos serviços de apoio ao investidor.

► I.11. EXIGÊNCIA DE PRAZO QUE MEDEIE ENTRE A RECEPÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA E A DATA DA REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL.

Como já referido o sobrescrito contendo as declarações de voto deve ser recebido na sede social até à véspera da assembleia geral.

► I.12. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR MEIOS ELECTRÓNICOS.

Não é ainda possível o exercício do direito de voto por meios electrónicos, embora os estatutos permitam que o Conselho de Administração regule formas de exercício do direito de voto alternativas ao suporte em papel, desde que estas assegurem igualmente a autenticidade e confidencialidade dos votos até ao momento da votação.

Salienta-se porém que até esta data a sociedade não teve qualquer solicitação ou manifestação de interesse por parte de accionistas ou investidores na disponibilização desta funcionalidade.

► I.13. POSSIBILIDADE DE OS ACCIONISTAS ACEDEREM AOS EXTRACTOS DA ACTAS DAS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS GERAIS NO SÍTIO NA INTERNET DA SOCIEDADE NOS CINCO DIAS APÓS A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL.

A sociedade divulga os extractos das actas das reuniões da assembleia geral no seu sítio na Internet e até cinco dias após a realização da assembleia.

► I.14. EXISTÊNCIA DE UM ACERVO HISTÓRICO, NO SÍTIO DA INTERNET DA SOCIEDADE, COM AS DELIBERAÇÕES TOMADAS NAS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA SOCIEDADE, O CAPITAL

SOCIAL REPRESENTADO E OS RESULTADOS DAS VOTAÇÕES, COM REFERÊNCIA AOS 3 ANOS ANTERIORES.

Os extractos das actas da assembleia geral com as deliberações, o capital representado e os resultados das votações, relativos aos últimos 3 anos estão disponíveis para consulta no sítio da Internet da sociedade.

- ▶ I.15. INDICAÇÃO DO(S) REPRESENTANTE(S) DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES PRESENTES NAS ASSEMBLEIAS GERAIS.

O membro da Comissão de Remunerações que usualmente está presente nas assembleias gerais é o Senhor Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses.

- ▶ I.16. INFORMAÇÃO SOBRE A INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL NO QUE RESPEITA À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA SOCIEDADE E À AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E OUTROS DIRIGENTES.

Em 2010 a Comissão de Remunerações submeteu à aprovação dos accionistas na assembleia geral anual a declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais da sua responsabilidade, documento reproduzido na parte II desta Informação sobre o Governo Societário, tendo a mesma sido discutida e aprovada.

Face ao imperativo legal, a Comissão de Remunerações irá submeter anualmente à assembleia geral uma nova declaração sobre a política de remunerações, não obstante aquando da primeira declaração, anterior a esta imposição, ter a Comissão entendido como mais adequado que a política vigerasse por todo o mandato.

Esta declaração não abrange a política de remuneração de outros dirigentes, face ao entendimento da sociedade de que a política de remuneração dos empregados é um acto de gestão da exclusiva responsabilidade do Conselho de Administração, entendimento este melhor desenvolvido na recomendação II.1.5.3.

A assembleia geral não tem qualquer intervenção na avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração para efeitos remuneratórios, sem prejuízo da aprovação anual da declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais.

- ▶ I.17. INFORMAÇÃO SOBRE A INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL NO QUE RESPEITA À PROPOSTA RELATIVA A PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE ACÇÕES, E/OU DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES, OU COM BASE NAS VARIAÇÕES DE PREÇOS DAS ACÇÕES, A MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEMAIS DIRIGENTES, NA APROVAÇÃO DO N.º 3 DO ART. 248.º-B DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS, BEM COMO SOBRE OS ELEMENTOS DISPENSADOS À ASSEMBLEIA-GERAL COM VISTA A UMA AVALIAÇÃO CORRECTA DESSES PLANOS.

Não foi apresentada qualquer proposta neste âmbito, uma vez na sociedade esses planos não existem.

- ▶ I.18. INFORMAÇÃO SOBRE A INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL NA APROVAÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE BENEFÍCIOS DE REFORMA DE QUE BENEFICIEM OS MEMBROS

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEMAIS DIRIGENTES, NA ACEPÇÃO DO N.º 3 DO ART. 248.º-B DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS.

O sistema de reforma existente na sociedade, aplicável exclusivamente aos membros do órgão de administração, foi devidamente aprovado pela assembleia geral pelo accionistas, que também aprovaram integralmente o seu regime.

- ▶ I.19. EXISTÊNCIA DE NORMA ESTATUTÁRIA QUE PREVEJA O DEVER DE SUJEITAR, PELO MENOS DE CINCO EM CINCO ANOS, A DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL, A MANUTENÇÃO OU ELIMINAÇÃO DA NORMA ESTATUTÁRIA QUE PREVEJA A LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE VOTOS SUSCEPTÍVEIS DE DETENÇÃO OU DE EXERCÍCIO POR UM ÚNICO ACCIONISTA DE FORMA INDIVIDUAL OU EM CONCERTAÇÃO COM OUTROS ACCIONISTAS.

Não existe tal norma estatutária uma vez que também não existe a referida limitação à detenção ou exercício do direito de voto.

- ▶ I.20. INDICAÇÃO DAS MEDIDAS DEFENSIVAS QUE TENHAM POR EFEITO PROVOCAR AUTOMATICAMENTE UMA EROÇÃO GRAVE NO PATRIMÓNIO DA SOCIEDADE EM CASO DE TRANSIÇÃO DE CONTROLO OU DE MUDANÇA DE COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO.

Não existem quaisquer medidas adoptadas com o objectivo de provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração.

- ▶ I.21. ACORDOS SIGNIFICATIVOS DE QUE A SOCIEDADE SEJA PARTE E QUE ENTREM EM VIGOR, SEJAM ALTERADOS OU CESSEM EM CASO DE MUDANÇA DE CONTROLO DA SOCIEDADE, BEM COMO OS EFEITOS RESPECTIVOS, SALVO SE, PELA SUA NATUREZA, A DIVULGAÇÃO DOS MESMOS FOR SERIAMENTE PREJUDICIAL PARA A SOCIEDADE, EXCEPTO SE A SOCIEDADE FOR ESPECIFICAMENTE OBRIGADA A DIVULGAR ESSAS INFORMAÇÕES POR FORÇA DE OUTROS IMPERATIVOS LEGAIS.

Não existem acordos de qualquer natureza que produzam efeitos em caso de mudança de controlo da sociedade.

- ▶ I.22. ACORDOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRIGENTES, NA ACEPÇÃO DO N.º 3 DO ARTIGO 248.º-B DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS, QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE DEMISSÃO, DESPEDIMENTO SEM JUSTA CAUSA OU CESSAÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO NA SEQUÊNCIA DE UMA MUDANÇA DE CONTROLO DA SOCIEDADE.

Não existem também acordos entre a sociedade e os titulares dos órgãos sociais ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso da cessação da relação com a Semapa, seja por que causa for, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

Capítulo II

Órgãos de Administração e Fiscalização

Secção I – Temas Gerais

► II.1. IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE

Os titulares dos órgãos sociais em exercício de funções até ao final do mandato em curso (quadriénio 2010-2013) são os seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:	Dr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco
Secretário:	Dr. ^a Rita Maria Pinheiro Ferreira Soares de Oliveira

Conselho Fiscal

Presidente:	Dr. Miguel Camargo de Sousa Eiró
Vogais efectivos:	Dr. Duarte Nuno d' Orey da Cunha Dr. Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira
Vogal Suplente:	Dr. ^a Marta Isabel Guardalino da Silva Penetra

Revisor Oficial de Contas

Efectivo:	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda, representada pelo Dr. António Alberto Henriques Assis (ROC) ou pelo Dr. César Abel Rodrigues Gonçalves (ROC)
Suplente:	Dr. Jorge Manuel Santos Costa (ROC)

Conselho de Administração

Presidente:	Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Vogais:	Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos Dr. José Alfredo de Almeida Honório Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes Dr. Carlos Maria Cunha Horta e Costa Dr. José Miguel Pereira Gens Paredes Dr. Paulo Miguel Garcês Ventura Dr. ^a Rita Maria Lagos do Amaral Cabral Eng. António da Nóbrega de Sousa da Câmara Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral Dr. António Pedro de Carvalho Viana-Baptista Dr. Vitor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves

► II.2. IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS CONSTITUÍDAS COM COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE ADMINISTRAÇÃO OU FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Na sociedade estão constituídas as seguintes comissões com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade:

Comissão Executiva

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, que preside
Dr. José Alfredo de Almeida Honório
Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes
Dr. Carlos Maria Cunha Horta e Costa
Dr. José Miguel Pereira Gens Paredes
Dr. Paulo Miguel Garcês Ventura

Comissão de Controlo Interno

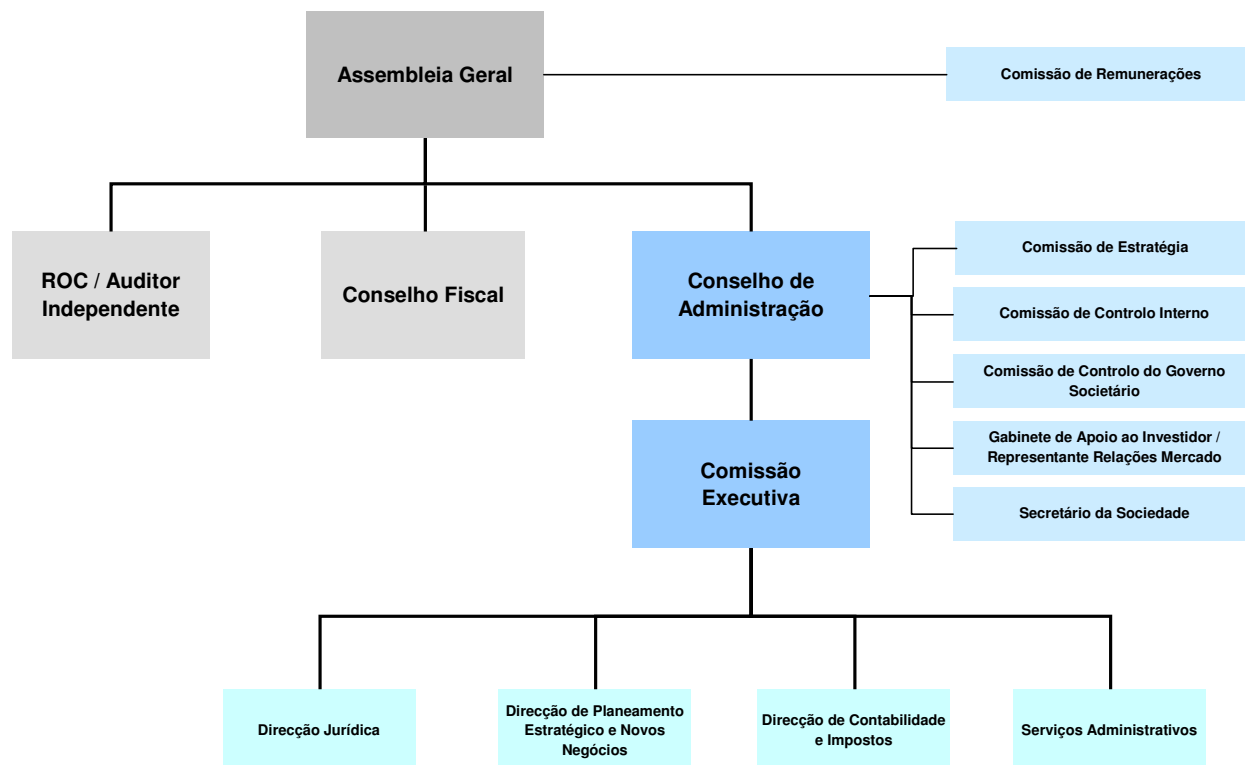
Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Eng. Jaime Alberto Marques Sennfelt Fernandes Falcão
Dr.^a Margarida Isabel Feijão Antunes Rebocho

Comissão de Controlo do Governo Societário

Dr.^a Rita Maria Lagos do Amaral Cabral
Eng. Gonçalo Allen Serras Pereira
Eng. Jorge Manuel de Mira Amaral

- II.3. ORGANOGRAMAS OU MAPAS FUNCIONAIS RELATIVOS À REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS VÁRIOS ÓRGÃOS SOCIAIS, COMISSÕES E/OU DEPARTAMENTOS DA SOCIEDADE, INCLUINDO INFORMAÇÃO SOBRE O ÂMBITO DAS DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS, EM PARTICULAR NO QUE SE REFERE À DELEGAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO QUOTIDIANA DA SOCIEDADE, OU À DISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS ENTRE OS TITULARES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO OU DE FISCALIZAÇÃO, E LISTA DE MATÉRIAS INDELEGÁVEIS E DAS COMPETÊNCIAS EFECTIVAMENTE DELEGADAS.

Apresenta-se de forma gráfica simplificada o organograma dos vários órgãos, comissões e departamentos da Semapa:



A gestão da sociedade é centrada na articulação entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

A coordenação e a aproximação é assegurada pela existência de um presidente comum, pela transmissão regular de toda a informação relevante relativa à gestão corrente da sociedade aos membros do Conselho de Administração que não são membros da Comissão Executiva por forma a permitir um acompanhamento permanente da vida societária, e pela convocação de reuniões do Conselho de Administração para todas as decisões consideradas especialmente relevantes, ainda que se enquadrem no âmbito dos poderes gerais delegados.

É relevante notar neste âmbito o facto de existir uma permanente disponibilidade dos membros da Comissão Executiva para prestar as informações que sejam solicitadas pelos restantes membros do Conselho de Administração e a prática seguida de transmissão imediata a estes de todas as informações que a relevância ou urgência assim o imponham.

Na distribuição de pelouros entre os membros da Comissão Executiva, muito embora não exista uma compartimentação rígida de funções e responsabilidades, podem ser identificados essencialmente quatro núcleos:

- 1º Planeamento estratégico e política de investimentos, que cabe ao Presidente do Conselho de Administração Senhor Pedro Mendonça de Queiroz Pereira.
- 2º Política financeira e gestão de riscos, que cabe aos Administradores Senhores Dr. José Alfredo de Almeida Honório e Dr. José Miguel Pereira Gens Paredes.
- 3º Política de recursos humanos e controlo administrativo, que cabe aos Administradores Senhores Dr. Francisco José de Melo e Castro Guedes e Dr. Carlos Maria Cunha Horta e Costa.
- 4º Área jurídica e Tecnologias de Informação que cabe ao Administrador Senhor Dr. Paulo Miguel Garcês Ventura.

Estão delegados na Comissão Executiva poderes de gestão amplos, na sua grande parte discriminadamente indicados no acto de delegação, e apenas limitados no que respeita à matéria identificada no artigo 407.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais. Estão, em concreto, delegados os seguintes actos:

- a) Negociar e deliberar a celebração por acto público ou particular de qualquer contrato de natureza comercial ou civil nos termos e condições que considere mais convenientes, bem como tomar todas as decisões que considere apropriadas na execução desses contratos;
- b) Deliberar emitir, subscrever, sacar, aceitar, endossar, avalizar, protestar ou praticar qualquer outro acto no âmbito da utilização de títulos de crédito
- c) Deliberar sobre todos os actos correntes de natureza bancária, junto de instituições financeiras portuguesas ou estrangeiras, designadamente abrindo, consultando e estabelecendo o modo de movimentação de contas bancárias por todas as formas legalmente admissíveis;
- d) Negociar e deliberar contrair e alterar as condições de mútuos, junto de instituições financeiras ou outras entidades, incluindo a prestação de respectivas garantias nos casos em que é delegável nos termos da lei, tudo nos termos que entender mais convenientes;
- e) Deliberar adquirir, alienar e onerar activos de todas as naturezas, nos termos e condições que entender mais adequados, negociando e deliberando a formalização para o efeito, por documento público ou particular, de qualquer instrumento contratual, e praticando quaisquer actos acessórios ou complementares que se revelem necessários na execução dessas contratos;
- f) Tomar todas as decisões e praticar todos os actos no âmbito do exercício pela sociedade da sua posição de accionista, designadamente indicando os seus representantes nas assembleias gerais das sociedade em que participe e tomando deliberações unânimes por escrito;
- g) Preparar os projectos de relatórios de actividade, balanços, demonstrações financeiras e propostas de aplicação de resultados;
- h) Praticar todos os actos necessários ou convenientes no âmbito das relações laborais da sociedade com os seus trabalhadores, designadamente contratar, despedir, transferir, definir condições de trabalho e de remuneração bem com as suas actualizações e alterações;
- i) Deliberar sobre a representação da sociedade perante qualquer Tribunal ou instituto de mediação ou arbitragem, tomando todas as decisões que se mostrem necessárias ou convenientes no âmbito de qualquer procedimento aí pendente ou a instaurar, designadamente as de desistir, confessar ou transigir;
- j) Constituir procuradores da sociedade dentro dos poderes que lhe estão delegados,
- k) Praticar todos os actos necessários ou convenientes no âmbito da emissão de obrigações e papel comercial, já emitidos ou a emitir, incluindo a decisão de emissão, e

- l) Em geral praticar todos os actos de gestão corrente da sociedade, com excepção daqueles que por lei não podem ser delegados nos termos do artigo 407º nº 4 do Código das Sociedades Comerciais.

Estão vedadas à Comissão Executiva as deliberações sobre:

- i) Escolha do Presidente do Conselho de Administração;
- ii) Cooptação de administradores;
- iii) Pedido de convocação de assembleias gerais;
- iv) Relatórios e contas anuais;
- v) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- vi) Mudança de sede e aumentos de capital, e
- vii) Projectos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

No caso do Conselho Fiscal, que tem as competências que resultam da lei, não existem poderes delegados ou pelouros atribuídos.

Os aspectos essenciais do funcionamento do Conselho Fiscal e da Comissão de Controlo Interno, bem como as competências desta última, estão desenvolvidos no número II.5 deste capítulo,

A Comissão de Estratégia tem como principal objectivo o acompanhamento e avaliação das grandes opções estratégicas da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, competindo-lhe nesse âmbito nomeadamente:

- a) Cooperar no planeamento estratégico de longo prazo, incluindo a identificação e a definição de objectivos estratégicos para o desenvolvimento empresarial e a implementação de iniciativas de crescimento;
- b) Aconselhar, através da elaboração de recomendações, e discutir as opções estratégicas da sociedade;
- c) Supervisionar as opções estratégicas da sociedade, propondo, se se revelar necessário, a aprovação de medidas concretas e procedimentos para o desenvolvimento, a adopção e a modificação de estratégias adoptadas;
- d) Analisar e avaliar a evolução do impacto de factores externos, como as mudanças na economia, a concorrência e a tecnologia, na estratégia global do grupo

A Comissão de Controlo do Governo Societário (CCGS) tem por objecto a supervisão permanente do cumprimento pela sociedade das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário, a análise crítica das práticas e comportamentos da sociedade no âmbito do governo societário, e a iniciativa no sentido de propor a discussão, alteração e introdução de novos procedimentos que visem o aperfeiçoamento da estrutura e governo societários. A CCGS tem ainda a obrigação de submeter anualmente ao Conselho de Administração um relatório completo sobre a situação do governo da sociedade e as propostas de alteração que entenda convenientes.

As funções do Gabinete de Apoio ao Investidor vêm referidas no capítulo III.16 deste relatório.

O Secretário da Sociedade é designado pelo Conselho de Administração e possui as competências definidas na lei.

A Comissão de Remunerações elabora anualmente a declaração sobre política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização e fixa a remuneração dos

administradores e o sistema de reforma por velhice ou invalidez ou de complemento de pensão de reforma.

A Direcção Jurídica presta assessoria jurídica à sociedade com o objectivo de garantir a conformidade com a legislação aplicável.

A Direcção de Planeamento Estratégico e Novos Negócios tem como principais funções a realização de análises e estudos com vista à identificação e concretização de novas oportunidades de negócio e ao planeamento estratégico da sociedade.

Por fim, a Direcção de Contabilidade e Impostos tem como principais competências assegurar a prestação de contas da sociedade e o cumprimento das suas obrigações fiscais.

- ▶ II.4. REFERÊNCIA AO FACTO DE OS RELATÓRIOS ANUAIS SOBRE A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, A COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, A COMISSÃO DE AUDITORIA E O CONSELHO FISCAL INCLUIREM A DESCRIÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO DESENVOLVIDA REFERINDO EVENTUAIS CONSTRANGIMENTOS DETECTADOS, E SEREM OBJECTO DE DIVULGAÇÃO NO SÍTIO DA INTERNET DA SOCIEDADE, CONJUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

O relatório anual sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal, incluindo o respectivo parecer relativamente às contas da sociedade, faz parte dos documentos de prestação de contas que são integralmente divulgados no sítio da Internet da Semapa. Esse relatório refere, sempre que existentes, os constrangimentos detectados na actividade fiscalizadora pelo Conselho Fiscal.

- ▶ II.5. DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO IMPLEMENTADOS NA SOCIEDADE, DESIGNADAMENTE, QUANTO AO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA, AO MODO DE FUNCIONAMENTO DESTE SISTEMA E À SUA EFICÁCIA

O controlo de riscos na sociedade é efectuado pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, pelos Auditores Externos e através de uma unidade orgânica com funções específicas nesta área – a Comissão de Controlo Interno (CCI).

O Conselho Fiscal desempenha um papel especialmente preponderante nesta área, com todas as atribuições que resultam directamente da lei.

A CCI tem como principal objecto a detecção e o controlo de todos os riscos relevantes na actividade da sociedade, em especial dos riscos financeiros, tendo-lhe sido atribuídas todas as competências necessárias ao prosseguimento daquele objectivo, nomeadamente:

- a) Assegurar o cumprimento pela sociedade de todo o quadro normativo que lhe seja aplicável, de natureza legal ou regulamentar,
- b) Acompanhar os negócios da sociedade assegurando uma análise integrada e permanente dos riscos associados aos mesmos,
- c) Propor e acompanhar a implementação de medidas concretas e procedimentos relativos ao controlo e redução dos riscos na actividade da sociedade, visando o aperfeiçoamento do sistema interno de controlo e gestão de riscos, que integrem, pelo menos, as seguintes componentes:
 - Fixação dos objectivos estratégicos da sociedade em matéria de assumpção de riscos;
 - Identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos;

- Análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais;
 - Gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos;
 - Mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia;
 - Adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos.
- d) Verificar a implementação dos ajustamentos ao sistema de controlo interno e de gestão de riscos propostos pelo Conselho Fiscal;
- e) Fiscalizar a qualidade da informação financeira e contabilística velando pela sua fiabilidade, e
- f) Emitir parecer sobre a escolha dos auditores externos e fiscalizar a sua independência.

Até Julho de 2006 a CCI supervisionou o sistema de comunicação de irregularidades, mas com a alteração legislativa introduzida pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março, que entrou em vigor a 30 de Junho de 2006, tal competência foi atribuída expressamente ao Conselho Fiscal.

Esta Comissão é composta por três a cinco pessoas nomeadas pelo Conselho de Administração, da qual não podem fazer parte administradores com funções executivas, tendo nesta data a composição já acima indicada.

Ainda na vertente interna, para além da relevância nesta área das funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal, o controlo de riscos assume particular relevância a nível das principais dominadas onde é diferente a natureza dos riscos e a exposição das sociedades, que dispõem por isso de sistemas próprios e independentes de controlo dos riscos a que estão sujeitas.

A auditoria externa é realizada na Semapa e nas sociedades por si dominadas pela PricewaterhouseCoopers.

Os sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados têm-se demonstrado eficazes, não se tendo verificado até hoje situações que não tivessem sido previstas, devidamente acauteladas ou expressamente assumidas previamente como riscos controlados.

► II.6. RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO NA CRIAÇÃO E NO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCOS DA SOCIEDADE, BEM COMO NA AVALIAÇÃO DO SEU FUNCIONAMENTO E AJUSTAMENTO ÀS NECESSIDADES DA SOCIEDADE

Como resulta do referido no ponto anterior, o Conselho de Administração, para além das competências próprias nesta matéria, criou em 2006 a CCI, comissão esta que, de acordo com as atribuições por ele definidas e que têm vindo a ser revistas e adaptadas às novas necessidades societárias, está incumbida de assegurar o controlo interno e a gestão de riscos. O Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno, propondo ajustamentos ao sistema existente sempre que se justifique, estando a CCI incumbida de implementar tais ajustamentos. Por fim, importa referir que estes sistemas são sempre acompanhados e controlados pelo Conselho de Administração, como responsável último dos actos praticados dentro da sociedade.

► II.7. INDICAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE, OU OUTRAS REGRAS RELATIVAS A INCOMPATIBILIDADES DEFINIDAS INTERNAMENTE E A

NÚMERO MÁXIMO DE CARGOS ACUMULÁVEIS, E O LOCAL ONDE OS MESMOS PODEM SER CONSULTADOS

Existe um regulamento de funcionamento do conselho de administração e do conselho fiscal que se encontram publicados no sítio da sociedade na Internet (www.semapa.pt), local onde os mesmos podem ser consultados.

Não existe definição interna de incompatibilidades ou de número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de gestão de outras sociedades.

Secção II - Conselho de Administração

- ▶ II.8. CASO O PRESIDENTE DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO EXERÇA FUNÇÕES EXECUTIVAS, INDICAÇÃO DOS MECANISMOS DE COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS QUE ASSEGUREM O CARÁCTER INDEPENDENTE E INFORMADO DAS SUAS DECISÕES

A coordenação é assegurada pela transmissão regular de toda a informação relevante relativa à gestão corrente da sociedade aos membros do Conselho de Administração que não são membros da Comissão Executiva por forma a permitir um acompanhamento permanente da vida societária, e pela convocação de reuniões do Conselho de Administração para todas as decisões consideradas especialmente relevantes, ainda que se enquadrem no âmbito dos poderes gerais delegados.

Para além disto, o carácter independente e informado das decisões dos administradores não executivos é assegurado pelo facto de não ser nem o Presidente do Conselho de Administração nem os administradores executivos a organizar o seu trabalho. Note-se que os administradores não executivos não dependem do Presidente para aceder à informação, tendo acesso directo ao Conselho Fiscal e aos outros executivos, que atendem sem restrições a todos os pedidos.

A posição específica do Presidente não tem pois impacto na natureza independente e informada das decisões dos administradores não executivos.

- ▶ II.9. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS ECONÓMICOS, FINANCEIROS E JURÍDICOS A QUE A SOCIEDADE SE EXPÕE NO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE

O capítulo 2 das notas às demonstrações financeiras consolidadas faz uma análise desenvolvida de todos os riscos de natureza financeira e económica, incluindo designadamente risco cambial, risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de liquidez, risco de licenças de emissão de carbono, risco de abastecimento de matérias-primas, risco de preço de venda, risco de procura dos produtos, risco de concorrência, risco de legislação ambiental, risco de custos energéticos e riscos de contexto em geral.

Quanto aos riscos jurídicos, que não se encontram da mesma forma desenvolvidos naquele documento, importa referir que resultam essencialmente de riscos fiscais e de regulação que se encontram cobertos pela análise dos riscos de natureza económica, e riscos específicos de responsabilidade geral ou riscos associados à negociação e celebração de instrumentos contratuais.

Estes riscos são controlados através de assessorias jurídicas instituídas quer a nível da Semapa enquanto holding quer a nível das suas participadas, e através do recurso a advogados externos

sempre que a especialidade da matéria, o seu valor ou outros factores do caso concreto assim o recomendem.

► **II.10. PODERES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA A DELIBERAÇÕES DE AUMENTO DE CAPITAL**

Os estatutos não autorizam o conselho de administração a deliberar aumentos de capital.

Reconhece-se que a opção por permitir o conselho de administração deliberar nessa matéria pode ter conveniências de ordem prática e de celeridade. Porém, ainda não se sentiu necessidade de o propor aos accionistas.

► **II.11. INFORMAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE ROTAÇÃO DOS PELOUROS NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DESIGNADAMENTE DO RESPONSÁVEL PELO PELOURO FINANCEIRO, BEM COMO SOBRE AS REGRAS APLICÁVEIS À DESIGNAÇÃO E À SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO**

A rotação dos pelouros no Conselho de Administração, incluindo o do responsável pelas questões financeiras, é ponderada pela Comissão Executiva sempre que a mesma se organiza face ao acto de delegação de poderes. Foi o que aconteceu no exercício findo, que foi ano de eleição dos membros dos órgãos sociais. Tendo sido equacionada a rotação optou-se por manter a distribuição actual dos vários pelouros. A sociedade está em crer que há que ponderar a vantagem de não permitir o acomodar ao cargo, por um lado, e o real contributo da experiência e competência técnica dos administradores em áreas específicas. Só assim se garante que os diferentes pelouros são distribuídos e exercidos pelas pessoas mais indicadas no momento em causa.

É ainda relevante referir que existem diversos mecanismos de controlo da actividade da sociedade, com primazia para o Conselho Fiscal, que asseguram uma fiscalização eficaz nesta e noutras áreas de actuação da sociedade, matéria mais desenvolvida no capítulo II.4.

Também não existem na Semapa quaisquer regras especiais relativas à nomeação e substituição dos membros dos órgãos de administração. Deverá pois ser aplicado, nesta matéria, o regime geral que resulta do Código das Sociedades Comerciais.

Sendo o regime geral supletivo um regime equilibrado, quer no que respeita à nomeação e substituição de membros do órgão de administração, e não existindo na Semapa quaisquer circunstâncias particulares que recomendem outra solução, tem entendido o Conselho de Administração que a situação deve ser mantida.

► **II.12. NÚMERO DE REUNIÕES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, BEM COMO REFERÊNCIA À REALIZAÇÃO DAS ACTAS DESSAS REUNIÕES.**

Em 2010 tiveram lugar 8 reuniões do Conselho de Administração e 9 reuniões do Conselho Fiscal.

De todas as reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram elaboradas actas.

- ▶ II.13. INDICAÇÃO SOBRE O NÚMERO DE REUNIÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO, BEM COMO REFERÊNCIA À REALIZAÇÃO DE ACTAS DESSAS REUNIÕES E SEU ENVIO, ACOMPANHADAS DAS CONVOCATÓRIAS, CONFORME APLICÁVEL, AO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, AO PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL OU DA COMISSÃO DE AUDITORIA, AO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO E AOS PRESIDENTE DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS

A Comissão Executiva reuniu 27 vezes em 2010, tendo sido elaboradas actas de todas as reuniões. As actas desta Comissão, acompanhadas das respectivas convocatórias, são enviadas a todos os seus membros, o que inclui o Presidente do Conselho de Administração da sociedade que também preside à Comissão Executiva, bem como ao Presidente do Conselho Fiscal.

- ▶ II.14. DISTINÇÃO DOS MEMBROS EXECUTIVOS DOS NÃO EXECUTIVOS E, DE ENTRE ESTES, DISCRIMINAÇÃO DOS MEMBROS QUE CUMPRIRIAM, SE LHES FOSSE APLICÁVEL AS REGRAS DE INCOMPATIBILIDADE PREVISTAS NO N.º 1 DO ARTIGO 414.º-A DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS, COM EXCEPÇÃO DA PREVISTA NA ALÍNEA B), E OS CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA PREVISTOS NO N.º 5 DO ARTIGO 414.º, AMBOS DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Membros Executivos

No que respeita aos membros executivos do Conselho de Administração, são os indicados acima como sendo membros da Comissão Executiva.

Note-se que, no caso da Semapa, não pode ser feita uma distinção dicotómica entre administradores que são membros da Comissão Executiva e administradores que são meros “consultores” do Conselho de Administração. Os administradores que não são membros da Comissão Executiva são por vezes chamados a prestar à sociedade uma colaboração que está para além de aconselhamento nas reuniões do Conselho. Tal colaboração não pode ser no entanto apresentada de uma forma fixa e esquemática por variar em função das pessoas, dos assuntos e no tempo.

Em nenhum dos casos dos administradores que não são membros da Comissão Executiva se pode fazer uma qualificação como administrador “executivo”. Mesmo nos casos em que existe participação nas comissões existentes, designadamente na Comissão de Estratégia que tem uma componente de maior proximidade à gestão, não existe um envolvimento geral e permanente que justifique tal qualificação.

Os administradores executivos, pela própria natureza das suas funções, não podem nem devem ser enquadrados como “independentes” ou não “incompatíveis” nos critérios dos artigos 414.º-A e 414.º do Código das Sociedades Comerciais.

Membros Não Executivos

A Senhora D. Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos, sendo administradora de sociedades que têm participações relevantes na Semapa não é independente. Também não observa os critérios de incompatibilidade por ser parente do Presidente do Conselho de Administração, que exerce funções em sociedade em relação de domínio com a Semapa.

A Senhora Dr.ª Rita Maria Lagos do Amaral Cabral, é também administradora de sociedades com participação relevante na Semapa e não pode por isso ser qualificada como independente. Não se verifica no entanto nenhuma situação qualificável como “incompatibilidade” para este efeito.

No que concerne ao Senhor Dr. António Pedro de Carvalho Viana-Baptista, o mesmo é qualificável como independente de acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais. Em relação à existência de situações de incompatibilidade há apenas a apontar a situação da alínea h) do n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais que não é impeditiva da qualificação do administrador em causa como independente. A sociedade entende que a conciliação desta qualificação com o critério da alínea h) do n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais requer dois esclarecimentos: (i) alguns dos cargos de administração são exercidos por este administrador em sociedades do mesmo grupo, pelo que a aferição da exigência quantitativa daquela disposição teve em consideração esses cargos como representando apenas uma única função de administração e (ii) a sociedade tem reservas quanto ao cabimento da aplicação deste critério na aferição da independência de administradores uma vez que o mesmo tem subjacente o juízo sobre a disponibilidade de determinada pessoa, e não a sua posição relativa face a uma determinada sociedade, sendo por isso em nossa opinião impróprio para efeitos de aferição de independência.

Finalmente, e no que respeita aos Senhores Eng. António da Nóbrega de Sousa da Câmara, Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral e Dr. Vitor Manuel Galvão Rocha Novais, não existe qualquer factor de incompatibilidade podendo os mesmos ser qualificados como independentes.

► **II.15. INDICAÇÃO DAS REGRAS LEGAIS, REGULAMENTARES E OUTROS CRITÉRIOS QUE TENHAM ESTADO NA BASE DA AVALIAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DOS SEUS MEMBROS FEITA PELO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os critérios legais e regulamentares seguidos pela Semapa são os indicados no título do capítulo II.14 deste Relatório.

Para além disso, a Semapa faz apenas uma apreciação genérica sobre a existência ou não de alguma circunstância de facto susceptível de condicionar a independência de julgamento dos titulares. Nesta apreciação, o Conselho de Administração está consciente que as características pessoais e profissionais de cada pessoa são geralmente muito mais determinantes na independência do comportamento que elementos objectivos de maior ou menor proximidade à sociedade e aos seus interesses.

► **II.16. INDICAÇÃO DAS REGRAS DO PROCESSO DE SELECÇÃO DE CANDIDATOS A ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS E FORMA COMO ASSEGURAM A NÃO INTERFERÊNCIA NESSE PROCESSO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS**

A sociedade não fixou quaisquer regras de selecção de candidatos a administradores, por considerar que a matéria de designação dos órgãos sociais é da competência dos accionistas.

► **II.17. REFERÊNCIA AO FACTO DE O RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DA SOCIEDADE INCLUIR UMA DESCRIÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS E EVENTUAIS CONSTRANGIMENTOS DETECTADOS**

O Conselho de Administração faz esta descrição no capítulo IV desta Informação referente à avaliação do modelo de governo adoptado e actividade dos membros não executivos do conselho de administração.

- ▶ II.18. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, A INDICAÇÃO DAS ACTIVIDADES PROFISSIONAIS POR SI EXERCIDAS, PELO MENOS, NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, O NÚMERO DE ACÇÕES DA SOCIEDADE DE QUE SÃO TITULARES, DATA DA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO E DATA DO TERMO DE MANDATO.
- ▶ II.19. FUNÇÕES QUE OS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO EXERCEM EM OUTRAS SOCIEDADES, DISCRIMINANDO-SE AS EXERCIDAS EM OUTRAS SOCIEDADES DO MESMO GRUPO.

Individualiza-se, em relação a cada um dos membros as qualificações profissionais, o número de acções detidas, a data da primeira designação e termo do mandato, a indicação das funções desempenhadas noutras sociedades, discriminando-se as exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa e noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa, e ainda outras actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos.

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

1. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
2. Qualificações profissionais: Curso Geral dos Liceus em Lisboa e frequência do Instituto Superior de Administração.
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 1991 - 2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

CIMENTOSPAR - Participações Sociais, SGPS, Lda	Gerente
SEINPART - Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração

5. Funções exercidas noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa:

ABOUT THE FUTURE – Empresa Produtora de Papel, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCEL - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SECILPAR, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
SOPORCEL - Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.	Presidente do Conselho de Administração

6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

CIMIGEST, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
COSTA DAS PALMEIRAS – Turismo e Imobiliário, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
ECOVALUE – Investimentos Imobiliários, L.da	Gerente
LONGAPAR, SGPS, SA	Presidente do Conselho de Administração
O E M - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SODIM, SGPS, SA	Presidente do Conselho de Administração
TEMA PRINCIPAL – SGPS, S.A.	Administrador
TERRAÇOS D'AREIA – SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
VÉRTICE - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

CIMO - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
CMPARTIN - Inversiones y Participaciones Empresariales S.L.	Presidente do Conselho de Administração
ECOLUA - Actividades Desportivas, L.da	Gerente
PARSECIL, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
PARSEINGES - Gestão de Investimentos, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SEMAPA Inversiones, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
SOPORCEL – Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.	Administrador

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos

1. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
2. Qualificações profissionais: Curso Geral dos Liceus
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 1994 - 2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa: Não exerce funções noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa

6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

CIMIGEST, SGPS, S.A.....	Administradora
HOTEL VILLA MAGNA, S.L.....	Presidente do Conselho de Administração
HOTEL RITZ, SA.....	Presidente do Conselho de Administração
YDREAMS - Informática S.A.	Administradora
O E M - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	Administradora
SODIM, SGPS, S.A.	Administradora
SONAGI, SGPS, S.A.	Administradora
VIEZNADA, SL.	Administradora

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos: Para além das funções já incluídas no ponto anterior, não exerceu mais nenhuma função nos últimos cinco anos.

José Alfredo de Almeida Honório

1. Número de acções da sociedade detidas: É titular de 20.000 acções da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (1980)
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 1994 - 2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

CIMENTOSPAR - Participações Sociais, SGPS, L.da	Gerente
SEINPART - Participações, SGPS, S.A.	Administrador
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador

5. Funções exercidas noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa:

ABOUT THE FUTURE – Empresa Produtora de Papel, S.A.....	Administrador e Presidente da Comissão Executiva
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.....	Administrador
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A.	Administrador
COUNTRYTARGET, SGPS, S.A.....	Presidente do Conselho de Administração
EUCALIPTUSLAND, S.A.....	Presidente do Conselho de Administração
IMPACTVALUE - SGPS, S.A.....	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCEL – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.	Administrador e Presidente da Comissão Executiva
PORTUCELPAPEL SETÚBAL S.A.....	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCEL FLORESTAL – Empresa de Desenv. Agro-Florestal, S.A....	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Energia, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL FINE PAPER, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Floresta, SGPS, S.A (anteriormente denominada SOPORCEL – Gest. de Part. Sociais, SGPS. S.A).....	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL FLORESTAL, S.A.....	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Papel – SGPS, S.A.....	Presidente do Conselho de Administração

PORTUCELSOPORCEL Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCEL SOPORCEL SALES & MARKETING S.A.	Administrador
SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Administrador
SOPORCEL – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.	Administrador e Presidente da Comissão Executiva
SOPORCEL PULP, SA.....	Presidente do Conselho de Administração
TECNIPAPEL – Soc. de Transformação e Distribuição de Papel, L.da....	Presidente do Conselho de Gerência
RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e Papel	Vogal da Direcção

6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

IBET – Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	Presidente da Direcção
CELPA – Associação da Indústria Papeleira.....	Presidente do Conselho Geral e Vogal da Comissão Executiva
CEPI – Confederation of European Paper Industries	Administrador e Membro da Comissão Executiva

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

ALIANÇA FLORESTAL – Soc. para o Des. Agro-Florestal, S.A.....	Presidente do Conselho de Administração
BETOPAL, S.L.....	Administrador
CIMO - Gestão de Participações, SGPS, S.A.....	Administrador
CMPartin - Inversiones y Participaciones Empresariales S.L.	Administrador
FLORIMAR – Gestão e Participações, SGPS, Soc. Unipessoal, L.da.....	Gerente
HEWBOL – SGPS, L.da	Gerente
LONGAPAR, SGPS, S.A.	Administrador
PARCIM Investments B.V.....	Administrador
PARSECIL, S.L.....	Administrador
PARSEINGES - Gestão de Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador
SEMAPA Inversiones, S.L.	Administrador

Francisco José Melo e Castro Guedes

1. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Finanças no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e MBA Insead
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2001 – 2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

CIMENTOSPAR – Participações Sociais, SGPS, L.da.....	Gerente
SEINPART Participações, SGPS, S.A.....	Administrador
SEMINV – Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador
SEMAPA Inversiones, S.L.	Presidente do Conselho de Administração

5. Funções exercidas noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa:

ABOUT THE FUTURE – Empresa Produtora de Papel, S.A.....	Administrador
CMP- Cimentos Maceira e Pataias, S.A.....	Administrador
CIMENTS DE SIBLINE S.A.L.	Administrador
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.....	Administrador
FLORIMAR – Gestão e Participações, SGPS, Soc. Unipessoal, L.da.....	Gerente
HEWBOL – SGPS, L.da	Gerente
PORTUCEL – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.	Administrador
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Administrador
SECILPAR S.L.....	Administrador
SCG – Société des Ciments de Gabès, S.A.....	Administrador
SERIFE – Soc. Estudos e Realiz. Indust. Fornec. Equipamentos, L.da ...	Gerente
SILONOR, S.A.....	Administrador
So.I.Me Liban S.A.L.....	Administrador

SOPORCEL – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.....Administrador

6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

VIROC PORTUGAL – Indústrias de Madeira e Cimento, S.A.Presidente do Conselho de Administração

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

ETSA Investimentos, SGPS, S.A (anteriormente denominada VERDEOCULTO - Investimentos, SGPS, S.A).....Presidente do Conselho de Administração
PARSEINGES - Gestão de Investimentos, SGPS, S.A.Administrador

Carlos Maria Cunha Horta e Costa

1. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2006 – 2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

GREAT EARTH - Projectos, S.A.Administrador

5. Funções exercidas noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa

6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

CIMIGEST, SGPS, S.A.....Administrador
CIMIPAR, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.....Presidente Conselho de Administração
CIMO - Gestão de Participações, SGPS, S.A.....Presidente Conselho de Administração
GOLIATUR – Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.....Presidente Conselho de Administração
LONGAPAR, SGPS, S.A.Administrador
SONACA, SGPS, S.A.....Presidente do Conselho de Administração

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos: Para além das funções já incluídas no ponto anterior, não exerceu mais nenhuma função nos últimos cinco anos.

José Miguel Pereira Gens Paredes

1. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Economia
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2006 – 2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

ABAPOR - Comércio e Indústria de Carnes, S.A.Presidente do Conselho de Administração
Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S.A.Administrador
BIOLOGICAL - Gestão de Resíduos Industriais, L.daGerente
CIMENTOSPAR - Participações Sociais, SGPS, L.daGerente
ETSA Investimentos, SGPS, S.A (anteriormente denominada VERDEOCULTO - Investimentos, SGPS, S.A).....Presidente do Conselho de Administração
ETSA, SGPS, S.A.....Presidente do Conselho de Administração
GREAT EARTH - Projectos, S.A.Administrador
I.T.S. - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A.....Presidente do Conselho de Administração
SEBOL - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.....Presidente do Conselho de Administração
SEINPART - Participações, SGPS, S.A.Administrador

SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A. Administrador

5. Funções exercidas noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa

6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

CIMIPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. Administrador
CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A. Administrador
GOLIATUR – Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A. Administrador
LONGAPAR, SGPS, S.A. Administrador
MOR ON-LINE – Gestão de Plataformas de
Negociação de Resíduos On-Line, S.A. Administrador
O E M – Organização de Empresas, SGPS, S.A. Administrador
SONACA, SGPS, S.A. Administrador

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

ABAPOR - Comércio e Indústria de Carnes, S.A. Administrador
BECIM – Corretora de Seguros, Lda Gerente
ENERSIS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, S.A. Administrador
ECH – Exploração de Centrais Hidroelétricas, S.A. Administrador
ETSA - Empresa de Transformação de Subprodutos Animais S.A. Presidente do Conselho de Administração
ETSA, SGPS, S.A. Administrador
I.T.S. - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A. Administrador
SEBOL - Comércio e Indústria de Sebo, S.A. Administrador
SILONOR, S.A. Administrador
SODIM, SGPS, S.A. Vogal do Conselho Fiscal
SECILPAR Inversiones, S.L. Administrador
TERCIM – Terminais de Cimento, S.A. Administrador
VERDEOCULTO - Investimentos, SGPS, S.A. Administrador

Paulo Miguel Garcês Ventura

1. Número de ações da sociedade detidas: Não é titular de ações da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Inscrito na Ordem dos Advogados. IEP Insead.
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2006 – 2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

ABAPOR - Comércio e Indústria de Carnes, S.A. Administrador
Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S.A. Administrador
BIOLOGICAL - Gestão de Resíduos Industriais, Lda Gerente
CIMENTOSPAR – Participações Sociais, SGPS, Lda. Gerente
ETSA Investimentos, SGPS, S.A (anteriormente
denominada VERDEOCULTO - Investimentos, SGPS, S.A) Administrador
ETSA, SGPS, S.A. Administrador
GREAT EARTH - Projectos, S.A. Administrador
I.T.S. - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A. Administrador
SEBOL - Comércio e Indústria de Sebo, S.A. Administrador
SEINPART - Participações, SGPS, S.A. Administrador
SEMAPA Inversiones, S.L. Administrador
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A. Administrador

5. Funções exercidas noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa:

CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. Presidente da Mesa da Assembleia Geral

6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

ANTASOBRAL - Sociedade Agro-Pecuária, SA	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
BEIRA-RIO – Sociedade Construtora de Armazéns, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
CIMIGEST, SGPS, S.A.	Secretário da Sociedade
CIMILONGA – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
CIMIPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Administrador
CIMO - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administrador
ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral
GALERIAS RITZ – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
GOLIATUR – Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.	Administrador
HOTEL RITZ, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
LONGAPAR, SGPS, S.A.	Administrador
LONGAVIA – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
O E M - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	Administrador
PARQUE RITZ – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
REFUNDOS - Sociedade Gest. de Fundos de Invest. Imobiliário, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
SODIM, SGPS, S.A.	Administrador
SONAGI – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
VÉRTICE – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

CIMIPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
CIMO - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
ETSA - Empresa de Transformação de Subprodutos Animais S.A.	Administrador
IMOCIPAR – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
GOLIATUR – Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
LONGAPAR, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
REN – Redes Eléctricas Nacionais, SGPS, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral
SEINPART - Participações, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.	Secretário da Sociedade
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
VERDEOCULTO – Investimentos, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Exerceu advocacia em regime de profissional liberal	

Rita Maria Laços do Amaral Cabral

1. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Advogada inscrita na Ordem dos Advogados
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2006 – 2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa: Não exerce funções noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa
6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

Casa Agrícola Amaral Cabral, L.da.	Gerente
CIMIGEST, SGPS, S.A.	Administradora
Companhia Agrícola da Quinta do Duque, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Sociedade Amaral Cabral & Associados – Soc. de Advogados, RL.	Administradora
Sociedade Agrícola do Margarido, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
SODIM, SGPS, S.A.	Administradora

Banco Espírito Santo, S.A.Membro da Comissão de Vencimentos

7. Outras actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Assistente convidada da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.
Membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
Vice-Presidente do Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa

António da Nóbrega de Sousa da Câmara

1. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Engenharia Civil (1977), IST; MSc (1979) e PhD (1982) em Engenharia de Sistemas Ambientais; Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2006-2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa: Não exerce funções noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa
6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

YDREAMS - Informática S.A.Presidente do Conselho de Administração
YD YNVISIBLE, S.A.Administrador

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Joaquim Martins Ferreira do Amaral

1. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Engenharia Mecânica - IST
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2006-2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa: Não exerce funções noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa
6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

AEM – Assoc Empresas Emitentes de Valores Cotados em MercadoPresidente do Conselho Geral
LVT - Lisboa Vista do Tejo.....Presidente do Conselho de Administração
LUSOPONTE – Concessionária para a Travessia do Tejo S.A.....Presidente do Conselho de Administração
Transdev – Transportes.....Consultor

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

GREAT EARTH - Projectos, S.A.Presidente do Conselho de Administração
CIMIANTO - Sociedade Técnica de Hidráulica, S.A.....Administrador
ENERSIS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.....Administrador
ENERSIS II – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, SA..Administrador
GALP ENERGIA, SGPS, S.A.Presidente do Conselho de Administração

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

1. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (1980); Pós-graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1981); MBA pelo INSEAD, Fontainebleau, França (1983).
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2010-2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa: Não exerce funções noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa
6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

IJM Investments, SL	Consultor
JERÓNIMO MARTINS SGPS, S.A.	Administrador e Membro da Comissão de Auditoria
O2 Europe (Reino Unido, Irlanda, Alemanha, República Checa)	Administrador
RIM – Research In Motion (BlackBerry) (Canadá).....	Administrador
TELESP (São Paulo, Brasil)	Administrador
Telefonica Moviles Mexico (México).....	Administrador
NH Hoteles (Madrid, Espanha)	Administrador

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

Telefonica S.A.	Administrador
Telefonica Moviles, S.A.	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Telefonica España	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Portugal Telecom.....	Administrador

Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves

1. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Gestão de Empresas pelo ISC-HEC- Bruxelas – 1984.
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2010-2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa: Não exerce funções noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa
6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

ZOOM INVESTMENT, SGPS, S.A.	Administrador
TCARE - Conhecimento e Saúde, S.A.	Administrador
TRC – Tecnologia, Representação e Comércio, S.A.....	Administrador
MAGALHÃES e GONÇALVES - Consultoria e Gestão, Lda.....	Gerente

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

SGC COMUNICAÇÕES, SGPS, S.A.....	Administrador
SGC TELECOM, SGPS, S.A.	Membro da Comissão Executiva
AR Telecom, Acessos e Redes de Telecomunicações, S.A.....	Membro da Comissão Executiva

Secção III – Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras e Conselho Fiscal

- II.21. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, DECLARANDO-SE QUE CUMPREM AS REGRAS DE INCOMPATIBILIDADE PREVISTAS NO N.º 1 DO ARTIGO 414.º-A E SE CUMPREM OS CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA PREVISTOS NO N.º 5 DO ARTIGO 414.º, AMBOS DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS. PARA O EFEITO, O CONSELHO FISCAL PROCEDE À RESPECTIVA AUTO-AVALIAÇÃO

O Conselho Fiscal da sociedade tem a composição acima indicada, havendo para além dos três membros efectivos um suplente.

Da auto-avaliação feita pelo Conselho Fiscal, relativamente ao exercício de 2010, resulta que:

Todos os membros do Conselho Fiscal respeitam os requisitos de incompatibilidade fixados no artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais.

Quanto à avaliação da independência à luz dos critérios previstos do n.º 5 do artigo 414.º do mesmo Código, verifica-se que o Senhor Dr. Duarte Nuno D'Orey da Cunha deixou de cumprir a alínea b) do referido artigo pelo facto de ter sido designado pelo terceiro mandato consecutivo para este órgão. Não obstante, na assembleia geral electiva este membro foi designado vogal do Conselho Fiscal deixando de lhe ser aplicável a recomendação relativa à independência do Presidente do Conselho Fiscal. Como os restantes membros continuam a ser independentes na acepção do referido artigo, mantém-se pois essa maioria de membros independentes e um Presidente independente.

- II.22. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, A INDICAÇÃO DAS ACTIVIDADES PROFISSIONAIS POR SI EXERCIDAS, PELO MENOS, NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, O NÚMERO DE ACÇÕES DA SOCIEDADE DE QUE SÃO TITULARES, DATA DA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO E DATA DO TERMO DE MANDATO
- II.23. FUNÇÕES QUE OS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL EXERCEM EM OUTRAS SOCIEDADES, DISCRIMINANDO-SE AS EXERCIDAS EM OUTRAS SOCIEDADES DO MESMO GRUPO

Miguel Camargo de Sousa Eiró

1. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa (1971)
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2006-2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa:

PORTUCEL – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A Vogal do Conselho Fiscal

6. Funções desempenhadas noutras sociedades: Não exerce funções noutras sociedades
7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

Exercício da advocacia

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A..... Vogal do Conselho Fiscal

Duarte Nuno D'Orey da Cunha

1. Número de ações da sociedade detidas: É titular de 2.907 ações da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Finanças pelo ISCEF
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2004-2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa:

PORTUCEL – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.APresidente do Conselho Fiscal

6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

CIMIPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.....Presidente da Mesa da Assembleia Geral

VÉRTICE – Gestão de Participações, SGPS, S.A.....Administrador

Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.....Administrador

SONACA, SGPS, S.A.Presidente da Mesa da Assembleia Geral

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

BEIRA-RIO – Sociedade Construtora de Armazéns, S.A.Administrador

CIMILONGA – Imobiliária, S.A.Assessor da Administração

LONGAVIA – Imobiliária, S.A.Administrador

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.....Presidente do Conselho Fiscal

SONAGI, SGPS, S.A.Administrador

Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira

1. Número de ações da sociedade detidas: Não é titular de ações da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (1990); Pós-Graduação em Gestão – Master of Business Administration (MBA) pela Universidade Nova de Lisboa (1996); Frequência da Pós-Graduação em Gestão e Avaliação Imobiliária do ISEG (2004)
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2006-2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas directa ou indirectamente pela Semapa:

PORTUCEL – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.AVogal do Conselho Fiscal

6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

LOFTMANIA – Gestão Imobiliária, L.daGerente

LINHA DO HORIZONTE – Investimentos Imobiliários, Lda.....Gerente

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos: Para além das funções já incluídas no ponto anterior, não exerceu mais nenhuma função nos últimos cinco anos.

- II.24. REFERÊNCIA AO FACTO DE O CONSELHO FISCAL AVALIAR ANUALMENTE O AUDITOR EXTERNO E À POSSIBILIDADE DE PROPOSTA À ASSEMBLEIA-GERAL DE DESTITUIÇÃO DO AUDITOR COM JUSTA CAUSA

Dentro da sua função fiscalizadora e de revisão aos documentos de prestação de contas da sociedade, o Conselho Fiscal avalia anualmente o auditor externo, estando o resultado dessa avaliação patente no seu Relatório e Parecer às contas anuais.

Embora a possibilidade de propor à assembleia geral a destituição do auditor com justa causa não conste expressamente das competências do Conselho Fiscal, é uma atribuição plenamente assumida que decorre em geral das suas funções e deveres – fiscalizar e comunicar as irregularidades verificadas na primeira assembleia que se realize após tal verificação. Caso as irregularidades constituam justa causa de destituição, o Conselho Fiscal não poderá deixar de apresentar posposta aos accionistas nesse sentido.

Secção IV – Remuneração

- II.30. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO A QUE SE REFERE AO ARTIGO 2.º DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO.

Remete-se nesta matéria para a declaração da Comissão de Remunerações, incluída adiante na parte II desta Informação sobre o Governo Societário, que procede a uma descrição completa da política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização.

- II.31. INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA INDIVIDUALMENTE PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE, INCLUINDO REMUNERAÇÃO FIXA E VARIÁVEL E, RELATIVAMENTE A ESTA, MENÇÃO ÀS DIFERENTES COMPONENTES QUE LHE DERAM ORIGEM, PARCELA QUE SE ENCONTRA DIFERIDA E PARCELA QUE JÁ FOI PAGA

Indica-se abaixo o montante da remuneração, em Euros, auferida no ano de 2010 pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade. Esta indicação inclui a distinção entre remuneração fixa e variável mas não distingue as diferentes componentes que deram origem à remuneração variável nem a parcela que se encontra diferida. No primeiro caso porque a componente variável é definida como um todo, ponderando os elementos explicados no respectivo relatório da Comissão de Remunerações, sem identificação de componentes e, no segundo caso, porque inexistente qualquer parcela diferida.

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
António da Nóbrega de Sousa da Câmara	6.535,08	0,00
António Paiva de Andrada Reis (*)	63.785,83	0,00
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista (*)	127.347,95	0,00
Carlos Maria Cunha Horta e Costa	376.486,36	0,00
Francisco José Melo e Castro Guedes	61.781,31	39.426,00
Joaquim Martins Ferreira do Amaral	226.772,85	39.425,00
José Alfredo de Almeida Honório	266.153,86	224.582,00
José Miguel Pereira Gens Paredes	269.708,06	237.768,00
Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos	430.308,43	551.945,00

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Paulo Miguel Garcês Ventura	270.469,75	236.739,00
Pedro Mendonça de Queiroz Pereira	430.308,43	553.599,00
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral	11.436,39	78.849,00
Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves (*)	89.589,65	0,00
TOTAL	2.630.683,95	1.962.333,00
CONSELHO FISCAL		
Duarte Nuno d' Orey da Cunha	15 747,23	0,00
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira	14 256,13	0,00
Miguel Camargo de Sousa Eiró	18 467,48	0,00
TOTAL	48.470,84	0,00

(*) As remunerações destes administradores respeitam ao período em que os mesmos estiveram em funções no exercício de 2010.

- **II.32. INFORMAÇÃO SOBRE O MODO COMO A REMUNERAÇÃO É ESTRUTURADA DE FORMA A PERMITIR O ALINHAMENTO DOS INTERESSES DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO COM OS INTERESSES DE LONGO PRAZO DA SOCIEDADE BEM COMO SOBRE O MODO COMO É BASEADA NA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E DESINCENTIVA A ASSUNÇÃO EXCESSIVA DE RISCOS**

A forma como é estruturada a remuneração e como é baseada a avaliação do desempenho da administração resulta suficientemente clara do relatório da Comissão de Remunerações, designadamente do número 1 do capítulo VI, para o qual se remete, e das referências à avaliação de desempenho efectuadas no ponto II.33 infra.

Quanto ao desincentivo à assumpção excessiva de riscos, convém esclarecer que não existe qualquer mecanismo independente com esse objectivo específico. O risco é uma característica inerente a qualquer acto de gestão e, como tal, inevitável e permanentemente objecto de ponderação em qualquer decisão da administração. A sua avaliação qualitativa ou quantitativa como boa ou má não pode ser efectuada de forma isolada em si mesma, mas apenas no seu resultado no desempenho da sociedade ao longo do tempo. Não obstante, entre os factores ponderados pela Comissão de Remunerações estão igualmente a eventual assumpção excessiva de riscos.

- **II.33. RELATIVAMENTE À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS:**

- a) **REFERÊNCIA AO FACTO DE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS INTEGRAR UMA COMPONENTE VARIÁVEL E INFORMAÇÃO SOBRE O MODO COMO ESTA COMPONENTE DEPENDE DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

A remuneração dos administradores executivos integra efectivamente uma componente variável que depende da avaliação de desempenho, nos termos descritos na Declaração sobre Política de Remunerações e em especial no ponto 2 do seu capítulo VI.

- b) **INDICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADES COMPETENTES PARA REALIZAR A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS;**

O órgão competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos é a Comissão de Remunerações, que o faz com os elementos de que dispõe e que solicita através do Presidente do Conselho de Administração, enquanto principal responsável pela equipa, e através dos membros Não Executivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que são os mais directos observadores do desempenho dos membros executivos do Conselho de Administração e aos quais tem acesso directo.

Note-se no entanto que, pela própria natureza da situação, não se trata de uma avaliação técnica funcional em que o avaliador é responsável por definir objectivos, acompanhar a sua evolução e discutir o desempenho com o avaliado. Trata-se de uma avaliação geral de desempenho com base nos elementos acima referidos.

c) INDICAÇÃO DOS CRITÉRIOS PRÉ-DETERMINADOS PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS;

Não existem critérios pré-determinados para a avaliação do desempenho dos administradores executivos, sem prejuízo dos critérios definidos no ponto 2 do capítulo VI da Declaração sobre Política de Remunerações para definição da componente variável da remuneração.

Como instrumento base para a definição da remuneração variável, os membros da Comissão de Remunerações trabalham com um sistema de KPI's que tem evoluído e não é de natureza pública, não se esgotando no entanto a fixação da remuneração na apreciação e aplicação desses elementos quantitativos.

d) EXPLICITAÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS COMPONENTES VARIÁVEIS E FIXAS DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, ASSIM COMO INDICAÇÃO ACERCA DOS LIMITES MÁXIMOS PARA CADA COMPONENTE;

Como já acima se declarou, não existem limites máximos de remuneração, sem prejuízo do limite estatutário à participação da administração nos lucros do exercício.

A importância relativa da componente fixa e variável das remunerações tem oscilado, como é inevitável tendo em conta a natureza variável de uma das componentes da comparação, sendo que em termos globais, para os administradores executivos, foi a seguinte nos últimos três exercícios:

Ano	Fixa	Variável	Total
2010	56%	44%	100%
2009	50%	50%	100%
2008	44%	56%	100%

e) INDICAÇÃO SOBRE O DIFERIMENTO DO PAGAMENTO DA COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO, COM MENÇÃO DO PERÍODO DE DIFERIMENTO.

Como também já acima se esclareceu, não existe diferimento do pagamento da componente variável da remuneração.

- f) EXPLICAÇÃO SOBRE O MODO COMO O PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ESTÁ SUJEITO À CONTINUAÇÃO DO DESEMPENHO POSITIVO DA SOCIEDADE AO LONGO DO PERÍODO DE DIFERIMENTO;

Como resulta da anterior alínea, não existe tal mecanismo na Semapa.

- g) INFORMAÇÃO SUFICIENTE SOBRE OS CRITÉRIOS EM QUE SE BASEIA A ATRIBUIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM ACÇÕES BEM COMO SOBRE A MANUTENÇÃO, PELOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS, DAS ACÇÕES DA SOCIEDADE A QUE TENHAM ACEDIDO, SOBRE EVENTUAL CELEBRAÇÃO DE CONTRATO RELATIVOS A ESSAS ACÇÕES, DESIGNADAMENTE CONTRATOS DE COBERTURA (*HEDGING*) OU DE TRANSFERÊNCIA DE RISCO, RESPECTIVO LIMITE, E SUA RELAÇÃO FACE AO VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL ANUAL;

Também esta explicação não é aplicável no caso da Semapa uma vez que a remuneração variável não tem qualquer componente em acções.

- h) INFORMAÇÃO SUFICIENTE SOBRE OS CRITÉRIOS EM QUE SE BASEIA A ATRIBUIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM OPÇÕES E INDICAÇÃO DO PERÍODO DE DIFERIMENTO E DO PREÇO DE EXERCÍCIO;

Também neste caso esta explicação não é aplicável uma vez que não existe na Semapa qualquer plano de atribuição de opções.

- i) IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PARÂMETROS E FUNDAMENTOS DE QUALQUER SISTEMA DE PRÉMIOS ANUAIS E DE QUAISQUER OUTROS BENEFÍCIOS NÃO PECUNIÁRIOS;

Os critérios que pautam a fixação dos prémios anuais são os referentes à remuneração variável descritos no ponto 2. do capítulo VI da Declaração sobre Política de Remunerações, não existindo a atribuição de outros benefícios não pecuniários.

- j) REMUNERAÇÃO PAGA SOB A FORMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU DE PAGAMENTO DE PRÉMIOS E OS MOTIVOS POR QUE TAIS PRÉMIOS E OU PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS FORAM CONCEDIDOS;

O montante da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou pagamento de prémios corresponde à remuneração variável constante do ponto II.31 deste relatório, tendo tais montantes sido fixados com base na aplicação concreta pela Comissão de Remunerações, melhor justificada no seu relatório, dos critérios descritos no ponto 2. do capítulo VI da Declaração sobre Política de Remunerações.

- l) INDEMNIZAÇÕES PAGAS OU DEVIDAS A EX-ADMINISTRADORES EXECUTIVOS RELATIVAMENTE À CESSAÇÃO DAS SUAS FUNÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO;

Não houve indemnizações pagas, nem são devidas a ex-administradores quaisquer quantias pela cessação de funções em 2010.

- m) REFERÊNCIA À LIMITAÇÃO CONTRATUAL PREVISTA PARA A COMPENSAÇÃO A PAGAR POR DESTITUIÇÃO SEM JUSTA CAUSA DE ADMINISTRADOR E SUA RELAÇÃO COM A COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO.

Não existe na Semapa nenhum contrato com administradores que limite ou de outra forma altere o regime legal supletivo para os casos de cessação de funções, com ou sem justa causa

- n) MONTANTES A QUALQUER TÍTULO PAGOS POR OUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO;

No exercício de 2010, os administradores da Semapa não auferiram qualquer remuneração de sociedades que com ela estejam em relação de grupo. A remuneração por eles auferida em sociedades que estejam em relação de domínio com a Semapa ascendeu, de forma agregada, a 5.355.454,01 Euros nesse exercício.

- o) DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS REGIMES COMPLEMENTARES DE PENSÕES OU DE REFORMA ANTECIPADA PARA OS ADMINISTRADORES, INDICANDO SE FORAM, OU NÃO, SUJEITAS A APRECIACÃO PELA ASSEMBLEIA-GERAL;

Está em vigor na sociedade um sistema de reforma para os administradores aprovado em assembleia geral, nos termos do qual os administradores têm direito ao abono de uma pensão mensal vitalícia, paga 12 vezes por ano, a partir dos 55 anos de idade, se tiverem prestado um mínimo de 8 anos de serviço à sociedade, seguidos ou interpolados na qualidade de administradores. No caso de invalidez, o direito não depende da idade.

O valor da pensão é fixado entre 80% e 27,2% do resultado da divisão por 12 da remuneração fixa anual que o administrador auferir à data da cessação de funções como administrador da Semapa e de qualquer outra sociedade dominada. A percentagem é determinada pelo tempo total de serviço prestado, neste caso incluindo o prestado na Semapa e em sociedades dominadas, na qualidade de administrador ou outra. A percentagem de 80% é aplicável a situações de 20 ou mais anos, sendo sucessivamente aplicáveis percentagens inferiores até aos referidos 27,2% para o mínimo de 8 anos. A Assembleia Geral de 30 de Março de 2005 decidiu a aplicação do limite máximo a 6 administradores.

Com relevância, o regulamento consagra ainda a transmissibilidade de metade do valor da pensão ao cônjuge sobrevivente ou filhos menores ou incapazes, e a obrigatoriedade de deduzir ao valor da pensão quer o montante de serviços remunerados que venham a ser prestados posteriormente à Semapa ou a sociedades dominadas, quer o valor das pensões que o beneficiário tenha direito a receber de um sistema público de segurança social e respeitem ao mesmo período de serviço.

Em cumprimento da alínea d) do artigo 3.º do Regulamento n.º 1/2010 da CMVM, esclarece-se ainda que, durante o exercício em causa, não houve a constituição de novas situações de reforma nem teve lugar, em relação a nenhum dos administradores, o decurso do prazo de 8 anos de que depende a atribuição de pensão. Não obstante, foi efectuada uma alteração dos valores de provisão quer por força da variação dos demais factos que determinam o seu valor global, como a alteração da idade dos potenciais beneficiários, quer por força da inclusão de casos que se aproximam do referido período mínimo. O montante da variação foi de 9.331.007 Euros, conforme resulta do respectivo anexo ao Relatório e Contas.

- p) ESTIMATIVA DO VALOR DOS BENEFÍCIOS NÃO PECUNIÁRIOS RELEVANTES CONSIDERADOS COMO REMUNERAÇÃO NÃO ABRANGIDOS NAS SITUAÇÕES ANTERIORES.

Não existem outros benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração, que não estejam abrangidos pelos pontos anteriores.

- q) EXISTÊNCIA DE MECANISMOS QUE IMPEÇAM OS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS DE CELEBRAR CONTRATOS QUE PONHAM EM CAUSA A RAZÃO DE SER DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL.

Como já acima se esclareceu, a sociedade não tem qualquer política para impedir ou desmotivar os administradores executivos a celebrar este tipo de contratos nem compreende plenamente o alcance desta preocupação. Ainda que contratos de seguro, promessas de doação de prémio ou outros contratos possam implicar para o próprio administrador que recebe o prémio uma maior indiferença do seu património pessoal ao desempenho da empresa, não se alcança em que medida é que um contrato celebrado com um terceiro pode por em causa a razão de ser da remuneração variável.

- II.34. REFERÊNCIA AO FACTO DE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO NÃO INTEGRAR COMPONENTES VARIÁVEIS

Não existe na sociedade qualquer impedimento à atribuição de remuneração variável aos administradores não executivos nos casos em que tal se justifique, conforme melhor resulta da 2ª opção descrita no capítulo VII da Declaração sobre Política de Remunerações.

- II.35. INFORMAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES ADOPTADA NA SOCIEDADE (MEIOS DE COMUNICAÇÃO, PESSOAS COM LEGITIMIDADE PARA RECEBER AS COMUNICAÇÕES, TRATAMENTO A DAR ÀS MESMAS E INDICAÇÃO DAS PESSOAS E ÓRGÃOS COM ACESSO À INFORMAÇÃO E RESPECTIVA INTERVENÇÃO NO PROCEDIMENTO)

Na sociedade vigora um “Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades” que tem como objecto regular a comunicação pelos trabalhadores da sociedade de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio.

Este regulamento consagra o dever geral de comunicação de alegadas irregularidades, indicando o Conselho Fiscal como entidade com competência para as receber, e prevendo também uma solução alternativa na eventualidade de existir conflito de interesses por parte do Conselho Fiscal no âmbito da comunicação em causa.

O Conselho Fiscal, podendo para o efeito socorrer-se da colaboração da Comissão de Controlo Interno, deve proceder à averiguação de todos os factos necessários à apreciação da alegada irregularidade. Este processo termina com o arquivamento ou com a apresentação ao Conselho de Administração ou à Comissão Executiva, conforme esteja ou não em causa um titular dos órgãos sociais, de uma proposta de aplicação das medidas mais adequadas face à irregularidade em causa.

O regulamento contém ainda outras disposições, designadamente no sentido de salvaguardar a confidencialidade da comunicação, o tratamento não prejudicial do trabalhador comunicante e a difusão do respectivo regime na sociedade.

O “Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades” é de acesso reservado.

Refira-se ainda a este propósito que na sociedade vigora um conjunto de “Princípios Deontológicos” aprovados pelo Conselho de Administração que estabelecem regras e princípios de natureza deontológica aplicáveis aos trabalhadores e aos membros dos órgãos sociais.

São em especial consagrados os deveres de diligência, traduzidos em obrigações concretas de profissionalismo, zelo e responsabilidade, o dever de lealdade, que no âmbito dos princípios de honestidade e integridade visa especialmente precaver situações de conflitos de interesses, e o dever de confidencialidade com incidência no tratamento de informação relevante.

São ainda consagrados deveres de responsabilidade social empresarial, nomeadamente de defesa ambiental e de protecção de todos os accionistas, assegurando designadamente o cumprimento de deveres de informação e um tratamento igual e justo.

Secção V - Comissões Especializadas

- ▶ II.36. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DAS COMISSÕES CONSTITUÍDAS PARA EFEITOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL E GLOBAL DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS, REFLEXÃO SOBRE O SISTEMA DE GOVERNO ADOPTADO PELA SOCIEDADE E IDENTIFICAÇÃO DE POTENCIAIS CANDIDATOS COM PERFIL PARA O CARGO DE ADMINISTRADOR

A avaliação do desempenho dos administradores executivos é efectuada pela Comissão de Remunerações nos termos expostos no ponto II.33 b) e explicados na recomendação II.5.1.

A Comissão de Remunerações tem a seguinte composição:

Dr. José Gonçalo Maury
Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses.
(vago)

Quanto à avaliação sobre o sistema de governo adoptado, existe a CCGS, com funções específicas neste âmbito e com a composição já acima descrita no ponto II.3.6. deste Relatório.

No que concerne à identificação de candidatos não existe qualquer comissão com esse fim, como já antes desenvolvido no âmbito das recomendações II.1.3.2. e II.5.1 e do ponto II.16 deste Relatório.

- ▶ II.37. NÚMERO DE REUNIÕES DAS COMISSÕES CONSTITUÍDAS COM COMPETÊNCIA EM MATÉRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO EM CAUSA, BEM COMO REFERÊNCIA À REALIZAÇÃO DAS ACTAS DESSAS REUNIÕES.

No exercício de 2010, a Comissão do Controlo Interno reuniu 3 vezes e a Comissão do Controlo do Governo Societário reuniu 4 vezes, tendo sido elaboradas actas de todas as reuniões havidas.

- ▶ II.38. REFERÊNCIA AO FACTO DE UM MEMBRO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES POSSUIR CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIA EM MATÉRIA DE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Um dos membros da Comissão de Remunerações, o Senhor Dr. José Maury, como já atrás referido, tem vasto conhecimento e experiência em matéria de remunerações.

- ▶ II.39. REFERÊNCIA À INDEPENDÊNCIA DAS PESSOAS SINGULARES OU COLECTIVAS CONTRATADAS PARA A COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES POR CONTRATO DE TRABALHO OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO RELATIVAMENTE AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO BEM COMO, QUANDO APLICÁVEL, AO FACTO DE ESSAS PESSOAS TEREM RELAÇÃO ACTUAL COM CONSULTORA DA EMPRESA

Como atrás foi referido na recomendação II.5.3. a Comissão de Remunerações nunca contratou ninguém para a auxiliar. Relativamente aos próprios membros da comissão, os mesmos são independentes, nos termos também atrás mais desenvolvidos no âmbito da recomendação II.5.2..

Capítulo III

Informação e Auditoria

- III.1. ESTRUTURA DE CAPITAL, INCLUINDO INDICAÇÃO DAS ACÇÕES NÃO ADMITIDAS À NEGOCIAÇÃO, DIFERENTES CATEGORIAS DE ACÇÕES, DIREITOS E DEVERES INERENTES ÀS MESMAS E PERCENTAGEM DE CAPITAL QUE CADA CATEGORIA REPRESENTA

O capital social da Semapa é composto exclusivamente por acções ordinárias, com o valor nominal de um euro cada, sendo iguais os direitos e deveres inerentes a todas as acções.

O capital é composto por um total de 118.332.445 acções, correspondentes a igual valor nominal total em euros, e encontram-se todas elas admitidas à negociação.

- III.2. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS NO CAPITAL SOCIAL DO EMITENTE, CALCULADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS.

	Entidade	Nº acções	% capital e direitos de voto	% dir. de voto não suspensos
A -	Cimigest, SGPS, SA	1.097.966	0,93%	0,97%
	Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	14.106.675	11,92%	12,50%
	Longapar, SGPS, S.A.	20.869.300	17,64 %	18,49 %
	Sonaca, SGPS, S.A.	1.630.590	1,38%	1,44%
	OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	535.000	0,45 %	0,47 %
	Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.	625.199	0,53%	0,55%
	Administradores da Soc. Agrícola da Q.ta da Vialonga:			
	Duarte Nuno d'Orey da Cunha	2.907	0,00%	0,00%
	Maude da Conceição Santos M. de Queiroz Pereira	145.685	0,12%	0,13%
	Sodim, SGPS, S.A.	18.842.424	15,92%	16,69%
	Soma:	57.855.746	48,89%	51,25 %
B -	Banco BPI, S.A.	-	-	-
	Banco Português de Investimento, S.A. – carteira própria	3.294	0,00%	0,00%
	BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	405.804	0,34%	0,36%
	Fundos de Pensões geridos pela BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	10.362.388	8,76%	9,18%
	Fundos de Investimento geridos pela BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	1.237.518	1,05%	1,10%
	Soma:	12.009.004	10,15%	10,64%
C -	Banco Espírito Santo, S.A.	-	-	-
	Fundo de Pensões do BES	3.871.957	3,27 %	3,43%
	Soma:	3.871.957	3,27 %	3,43%
D -	Bestinver Gestión, SA, SGIIC	-	-	-

Entidade	Nº acções	% capital e direitos de voto	% dir. de voto não suspensos
Bestinver Bolsa, F.I.	3.892.368	3,29%	3,45%
Bestinfond, F.I.	2.384.394	2,01%	2,11%
Bestinver Mixto, F.I.	696.737	0,59%	0,62%
Soixa SICAV	453.626	0,38%	0,40%
Bestinver Bestvalue SICAV	414.359	0,35%	0,37%
Bestinver Global, FP	407.007	0,34%	0,36%
Bestinver Ahorro, F.P.	343.616	0,29%	0,30%
Texrenta Inversiones SICAV	127.855	0,11%	0,11%
Loupri Inversiones	34.058	0,03%	0,03%
Divalsa de Inversiones SICAV, SA	22.064	0,02%	0,02%
Acciones, Cup. y Obli. Segovianas	16.740	0,01%	0,01%
Linker Inversiones, SICAV, SA	12.442	0,01%	0,01%
Bestinver Empleo FP	12.059	0,01%	0,01%
Jorick Investment	5.897	0,00%	0,01%
Soma:	8.823.222	7,46%	7,82%

E - Norges Bank (the Central Bank of Norway)	2.468.712	2,09%	2,19%
Soma:	2.468.712	2,09%	2,19%

Semapa é detentora de 2.720.000 acções próprias, e a sociedade Seminv - Investimentos, SGPS, S.A., integralmente dominada pela Semapa, detém 2.727.975 acções da Semapa, havendo assim um total de 5.447.975 acções, correspondentes as 4,6% do capital, sujeitas ao regime de acções próprias

► III.3. IDENTIFICAÇÃO DE ACCIONISTAS TITULARES DE DIREITOS ESPECIAIS E DESCRIÇÃO DESSES DIREITOS.

Não existem na Semapa accionistas ou categoria de accionistas que sejam titulares de direitos especiais.

► III.4. EVENTUAIS RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS ACÇÕES, TAIS COMO CLÁUSULAS DE CONSENTIMENTO PARA A ALIENAÇÃO, OU LIMITAÇÕES À TITULARIDADE DE ACÇÕES

Não existem na Semapa restrições de qualquer natureza relativamente à transmissibilidade ou titularidade das suas acções.

► III.5. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO

A sociedade desconhece a existência de qualquer acordo parassocial relativo a acções representativas do seu capital, sem prejuízo da assumida coordenação de direitos de voto por parte da Cimigest, SGPS, S.A. e outras entidades, nos termos que resultam da listagem de participações qualificadas.

► III.6. REGRAS APLICÁVEIS À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE

Não existem na Semapa quaisquer regras especiais relativas à alteração dos seus estatutos. Há pois nestas matérias que aplicar o regime geral que resulta do Código das Sociedades Comerciais.

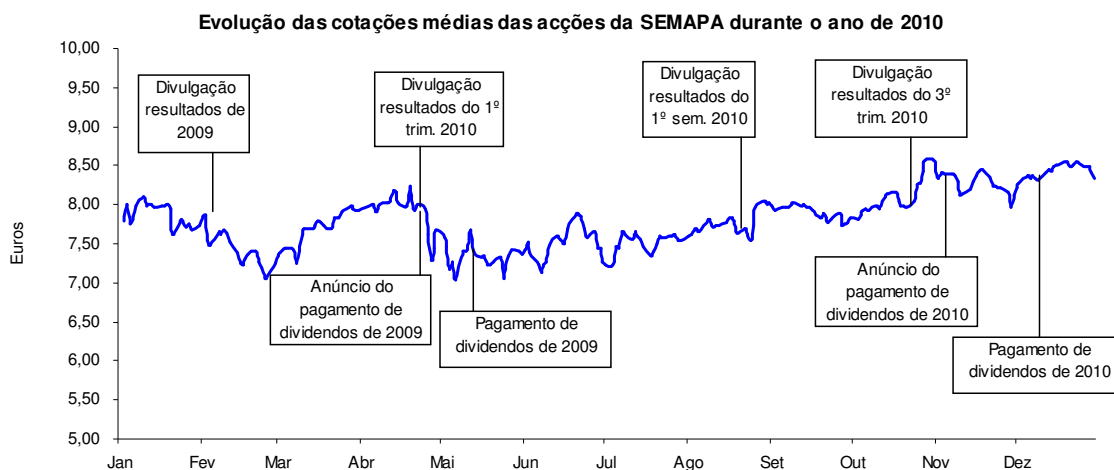
► III.7. MECANISMOS DE CONTROLO PREVISTOS NUM EVENTUAL SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAPITAL NA MEDIDA EM QUE OS DIREITOS DE VOTO NÃO SEJAM EXERCIDOS DIRECTAMENTE POR ESTES

Não existe também na Semapa qualquer mecanismo de participação dos trabalhadores no seu capital.

► III.8. DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DAS ACÇÕES DO EMITENTE.

O índice do mercado nacional PSI 20 registou uma perda de 10,3%, não tão pronunciada como a que ocorreu no mercado espanhol, com o IBEX 35 a desvalorizar 17,4% no ano de 2010 mas ainda assim pior que o comportamento do Euro Stoxx 50, que desvalorizou 5,6%.

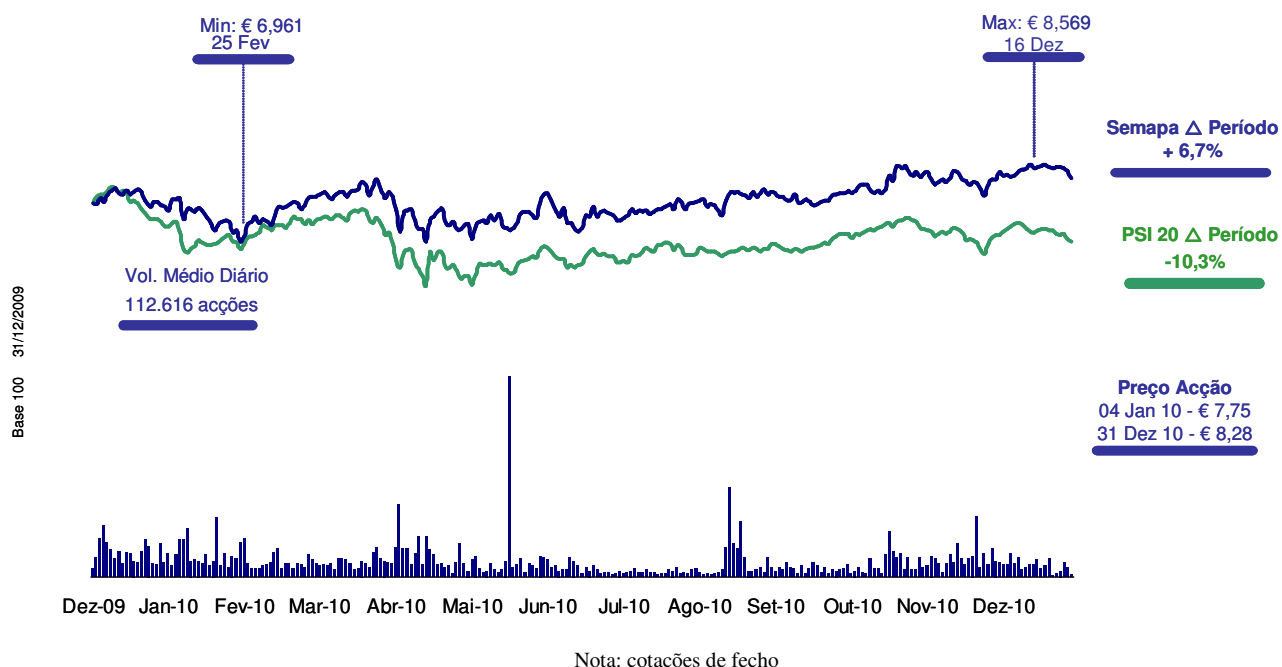
A evolução das cotações médias da Empresa no decurso do exercício de 2010, bem como os principais factos que foram objecto de comunicação ao mercado, encontram-se reflectidos no gráfico que a seguir se apresenta:



No período imediatamente subsequente à divulgação dos resultados referentes ao exercício de 2009, ocorrida no dia 5 de Fevereiro de 2010 não se registou alteração significativa da cotação do título.

Por seu lado, o pagamento de dividendos relativos ao exercício anterior não teve impacto relevante na formação do preço da acção. Já no que respeita ao pagamento de dividendos que ocorreu no dia 10 de Dezembro a título de adiantamento de lucros do exercício de 2010, assistiu-se a um movimento ascendente das cotações até praticamente ao final do ano.

Em contraste com o comportamento do índice PSI20, o título Semapa registou uma valorização de 6,7%, apresentando a 5ª melhor performance bolsista no decurso de 2010.



A cotação variou entre o valor mínimo de 6,961 euros e o máximo de 8,569 euros. O título apresentou uma liquidez média diária de 112.616 acções.

► III.9. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADOPTADA PELA SOCIEDADE, IDENTIFICANDO, DESIGNADAMENTE, O VALOR DO DIVIDENDO POR ACÇÃO DISTRIBUÍDO NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

No que se refere à distribuição de dividendos, a sociedade tem seguido a política de distribuir um montante elevado sem recorrer a endividamento adicional para o efeito e sem pôr em causa a sua solidez financeira. Procura-se manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado da empresa e das diversas áreas de negócio, sem comprometer a solidez de indicadores de solvabilidade.

O rácio dividendos distribuídos / resultados líquidos do ano (pay-out) tem sido elevado, tendo registado o máximo de 94% em 1995 e o mínimo de 7,1% em 2004.

Nos últimos três exercícios foi distribuído o seguinte dividendo por cada acção em circulação:

2008 (relativo ao exercício de 2007) 0,255€ por acção
 2009 (relativo ao exercício de 2008) 0,255€ por acção
 2010 (relativo ao exercício de 2009) 0,255€ por acção
 2010 (relativo ao exercício de 2010*) 0,255€ por acção

* pagamento no dia 10 de Dezembro a título de adiantamento de lucros do exercício de 2010

- ▶ III.10. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE ACÇÕES E DOS PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES ADOPTADOS OU VIGENTES NO EXERCÍCIO EM CAUSA, DESIGNADAMENTE JUSTIFICAÇÃO PARA A ADOÇÃO DO PLANO, CATEGORIA E NÚMERO DE DESTINATÁRIOS DO PLANO, CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO, CLÁUSULAS DE INALIENABILIDADE DE ACÇÕES, CRITÉRIOS RELATIVOS AO PREÇO DAS ACÇÕES E O PREÇO DE EXERCÍCIO DAS OPÇÕES, PERÍODO DURANTE O QUAL AS OPÇÕES PODEM SER EXERCIDAS, CARACTERÍSTICAS DAS ACÇÕES A ATRIBUIR, EXISTÊNCIA DE INCENTIVOS PARA A AQUISIÇÃO DE ACÇÕES E OU O EXERCÍCIO DE OPÇÕES E COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO PARA A EXECUÇÃO E OU MODIFICAÇÃO DO PLANO

Como se disse acima, não existem na sociedade planos de atribuição de acções nem planos de atribuição de opções de aquisição de acções.

- ▶ III.11. DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS PRINCIPAIS DOS NEGÓCIOS E OPERAÇÕES REALIZADOS ENTRE, DE UM LADO, A SOCIEDADE E, DE OUTRO, OS MEMBROS DOS SEUS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO OU SOCIEDADES QUE SE ENCONTREM EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO, DESDE QUE SEJAM SIGNIFICATIVOS EM TERMOS ECONÓMICOS PARA QUALQUER DAS PARTES ENVOLVIDAS, EXCEPTO NO QUE RESPEITA AOS NEGÓCIOS OU OPERAÇÕES QUE, CUMULATIVAMENTE, SEJAM REALIZADOS EM CONDIÇÕES NORMAIS DE MERCADO PARA OPERAÇÕES SIMILARES E FAÇAM PARTE DA ACTIVIDADE CORRENTE DA SOCIEDADE

Não há, neste âmbito, quaisquer negócios a registar.

- ▶ III.12. DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DOS NEGÓCIOS E OPERAÇÕES REALIZADOS ENTRE A SOCIEDADE E TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA OU ENTIDADES QUE COM ELES ESTEJAM EM QUALQUER RELAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS, FORA DAS CONDIÇÕES NORMAIS DE MERCADO

Não há, neste âmbito, quaisquer negócios a registar.

- ▶ III.13. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA EFEITOS DA AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS NEGÓCIOS A REALIZAR ENTRE A SOCIEDADE E TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA OU ENTIDADES QUE COM ELES ESTEJAM EM QUALQUER RELAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Não existe qualquer procedimento instituído para este efeito.

- ▶ III.14. DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS ESTATÍSTICOS (NÚMERO, VALOR MÉDIO E VALOR MÁXIMO) RELATIVOS AOS NEGÓCIOS SUJEITOS À INTERVENÇÃO PRÉVIA DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Não há, neste âmbito, quaisquer negócios a registar.

- III.15. INDICAÇÃO DA DISPONIBILIZAÇÃO, NO SÍTIO DA INTERNET DA SOCIEDADE, DOS RELATÓRIOS ANUAIS SOBRE A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, PELA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, PELA COMISSÃO DE AUDITORIA E PELO CONSELHO FISCAL, INCLUINDO INDICAÇÃO DE EVENTUAIS CONSTRANGIMENTOS DEPARADOS, EM CONJUNTO COM OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

O relatório do Conselho Fiscal que compreende a actividade desenvolvida no exercício a que se refere é divulgado no sítio da Internet da sociedade em conjunto com os demais documentos de prestação de contas.

- III.16. REFERÊNCIA À EXISTÊNCIA DE UM GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR OU A OUTRO SERVIÇO SIMILAR.

O serviço de apoio ao investidor funciona num gabinete sob a responsabilidade do Administrador Senhor Dr. José Miguel Paredes, também representante da sociedade para as relações com o mercado, que dispõe de colaboradores e de acesso em tempo útil a todos os sectores da sociedade por forma a garantir por um lado a eficácia necessária na resposta às solicitações e por outro a transmissão de informação pertinente aos accionistas e investidores de forma atempada e sem desigualdades.

O referido Administrador pode ser contactado através do respectivo endereço electrónico (imparedes@semapa.pt) ou através dos contactos telefónicos gerais da sociedade. Por este meio é possível ter acesso a toda a informação pública relativa à sociedade. Nota-se, de qualquer forma, que a informação mais usualmente solicitada pelos investidores está disponível no sítio da sociedade na *Internet* em www.semapa.pt.

- III.17. INDICAÇÃO DO MONTANTE DA REMUNERAÇÃO ANUAL PAGA AO AUDITOR E A OUTRAS PESSOAS SINGULARES OU COLECTIVAS PERTENCENTES À MESMA REDE SUPOSTADA PELA SOCIEDADE E OU POR PESSOAS COLECTIVAS EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO, COM DISCRIMINAÇÃO DAS PERCENTAGENS

Durante o exercício de 2010 foram suportados pela sociedade e por outras consigo em relação de domínio os seguintes custos com auditores:

Serviços de revisão legal de contas	653.468,00 €	63,94%
Serviços de consultoria fiscal	227.116,00 €	22,22%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	141.497,00 €	13,84%
Outros serviços que não de revisão legal de contas	- €	- %
Soma:	1.022.081,00 €	100%

Quanto aos serviços de consultoria fiscal e outros que não a revisão legal de contas, os nossos auditores têm instituídas exigentes regras internas para garantir a salvaguarda da sua independência, tendo essas regras sido adoptadas na prestação destes serviços e objecto de monitorização por parte da sociedade, em especial pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Controlo Interno.

- III.18. REFERÊNCIA AO PERÍODO DE ROTATIVIDADE DO AUDITOR EXTERNO.

A sociedade não impõem a rotatividade do auditor externo, devendo no entanto o Conselho Fiscal, caso a opção seja mantê-lo por mais de dois mandatos, emitir parecer favorável à sua

continuidade. Foi esta a opção tomada na última eleição, em que se manteve o auditor mas não a pessoa responsável da equipa de auditoria.

II. DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

Impõe a Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, que a Comissão de Remunerações submeta anualmente a aprovação pela assembleia geral de accionistas uma declaração sobre política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização. Foi o que sucedeu em 2010 com a apresentação aos accionistas de uma proposta nesse sentido, tendo sido aprovada a declaração sobre política de remunerações cujo teor aqui se reproduz:

“DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SEMAPA

I. Introdução

No início do ano de 2007 a Comissão de Remunerações da Semapa elaborou pela primeira vez uma declaração sobre política de remunerações que veio a ser submetida e aprovada na assembleia geral da sociedade desse ano. A declaração foi então elaborada no âmbito de uma recomendação da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários sobre a matéria.

Declarou nesse momento a Comissão de Remunerações que entendia que as opções então defendidas deviam ser mantidas até ao final do mandato em curso dos órgãos sociais. O mandato em causa era o mandato 2006-2009.

Se se impunha em qualquer caso a renovação da declaração neste momento, mais ainda se impõe com a entrada em vigor da Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho que determina a obrigatoriedade da Comissão de Remunerações submeter anualmente a aprovação da assembleia geral uma declaração sobre a política de remunerações.

O diploma em causa vai mais longe que as anteriores recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, estipulando informação necessariamente a incluir na declaração.

Como se disse na anterior declaração, as duas possibilidades de definição de remunerações dos órgãos sociais mais comuns têm entre si um significativo afastamento. Temos por um lado a definição directa das remunerações pela assembleia, a que poucas vezes se recorre por não ser muito praticável pelas mais diversas razões, e por outro a definição das remunerações por uma Comissão que decide segundo critérios em relação aos quais os accionistas não tiveram oportunidade de se pronunciar.

Temos perante nós a solução intermédia de submeter à apreciação dos accionistas uma declaração sobre a política de remunerações a seguir pela Comissão. Há que tentar retirar o melhor de ambas as soluções abstractamente possíveis, como nos propomos fazer neste documento, recorrendo e reproduzindo o que em boa parte já antes defendemos, mas também tentando trazer o contributo de maior experiência e conhecimento da sociedade e o respeito pelas mais recentes disposições legais nesta matéria que acima referimos.

II. Regime legal e recomendatório

A presente declaração tem hoje como enquadramento a já referida Lei 28/2009 de 19 de Junho e as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários para o ano de 2010.

Quanto àquele diploma legal, para além do que determina quanto à periodicidade da declaração e sua aprovação e quanto à divulgação do seu teor, dispõe relativamente ao conteúdo determinando que a declaração contenha informação relativa:

- a) Aos mecanismos que permitam o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade;*
- b) Aos critérios de definição da componente variável da remuneração;*
- c) À existência de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções por parte de membros dos órgãos de administração e de fiscalização;*
- d) À possibilidade de o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato;*
- e) Aos mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.*

Já no que respeita ao enquadramento recomendatório, propõe hoje a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários o seguinte:

II.1.5.2. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

II.1.5.3. A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.

III. Regime legal e estatutário aplicável à sociedade

Qualquer definição de remunerações não pode deixar de ter em conta quer o regime legal geral quer o regime particular acolhido pelos estatutos da sociedade, quando for caso disso.

O regime legal para o conselho de administração vem essencialmente estabelecido no artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, e do mesmo resulta essencialmente o seguinte:

- A fixação das remunerações compete à assembleia geral de accionistas ou a uma comissão por aquela nomeada.
- Aquela fixação de remunerações deve ter em conta as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade.
- A remuneração pode ser certa ou consistir parcialmente numa percentagem dos lucros do exercício, mas a percentagem máxima destinada aos administradores deve ser autorizada por cláusula do contrato de sociedade e não incide sobre distribuições de reservas nem sobre qualquer parte do lucro do exercício que não pudesse, por lei, ser distribuído aos accionistas.

Para o Conselho Fiscal e para os membros da Mesa da Assembleia Geral determina a lei que a remuneração deve consistir numa quantia fixa, e que é determinada nos mesmos moldes pela assembleia geral de accionistas ou uma comissão por aquela nomeada, devendo ter em conta as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade.

Já no que respeita aos estatutos, no caso da Semapa existe uma cláusula específica apenas para o Conselho de Administração, a décima sétima, que rege simultaneamente o regime de reforma, e tem, na parte que aqui interessa, o seguinte conteúdo:

- "2 – A remuneração dos administradores e [...] é fixado por uma Comissão de Remunerações constituída por número ímpar de membros e eleita pela Assembleia Geral.*
- 3 - A remuneração pode ser constituída por uma parte fixa e uma parte variável, que englobará uma participação nos lucros, não podendo esta participação nos lucros ser superior, para o conjunto dos administradores, a cinco por cento do resultado líquido do exercício anterior. "*

É este o enquadramento formal em que deve ser definida a política de remunerações.

IV. O percurso histórico

Na Semapa, desde a sua constituição e até ao ano de 2002, a remuneração de todos os administradores foi sempre composta apenas por uma parte fixa, pagável catorze vezes por ano, e fixada pela Comissão de Remunerações, então com a designação de Comissão de Fixação de Vencimentos.

No ano de 2003, na deliberação relativa à aplicação do resultado de 2002, foi pela primeira vez aplicado parte do resultado directamente na remuneração dos membros do Conselho de Administração, com a distribuição entre os membros que foi definida pela Comissão de Remunerações.

Este procedimento repetiu-se até ao ano de 2005, com referência aos resultados de 2004.

No ano de 2006 a aplicação de resultados do exercício de 2005 não previu a aplicação de qualquer montante destinado à remuneração da administração, o que se compreendia, tendo em conta que o resultado já reflectia uma provisão para remuneração variável da administração nos termos das novas disposições contabilísticas aplicáveis. A parte variável

da remuneração foi em 2006 fixada pela Comissão de Remunerações, também por referência ao resultado, nos termos estatutários.

Foi este o procedimento que se manteve até hoje, mas desde 2007 já no âmbito de uma declaração relativa à política de remunerações aprovada pela Assembleia Geral da Sociedade.

Note-se que a atribuição de uma percentagem do resultado não é aplicada de forma directa, mas antes como um indicador, por um lado, e como um limite estatutário, por outro, de valores que são apurados de forma mais elaborada tendo em conta todos os factores que constam da declaração sobre política de remunerações em vigor.

O percentual da remuneração variável da administração teve uma evolução que oscilou entre um máximo de 5% e um mínimo de 2,23% dos resultados líquidos. Nos últimos anos a percentagem foi inferior aos primeiros anos, facto essencialmente explicado pela ponderação de outros rendimentos dos mesmos administradores em sociedades dominadas pela Semapa.

Existe pois um procedimento constante desde o ano de 2003 no sentido de a remuneração dos membros do Conselho de Administração ser composta por uma parte fixa e outra variável.

Quanto ao Conselho Fiscal foi desde a constituição da sociedade remunerado com uma quantia mensal fixa. Já os membros da Mesa da Assembleia desde que passaram a ser remunerados, também o foram através de uma remuneração determinada em função das reuniões efectivamente ocorridas.

V. Princípios Gerais

Os princípios gerais a observar na fixação das remunerações dos órgãos sociais são essencialmente aqueles que de forma muito genérica resultam da lei: por um lado as funções desempenhadas e por outro a situação económica da sociedade. Se a estes acrescentarmos as condições gerais de mercado para situações equivalentes, encontramos aqueles que nos parecem ser os três grandes princípios gerais:

a) Funções desempenhadas.

Há que ter em conta as funções desempenhadas por cada titular de órgãos sociais não apenas num sentido formal, mas num sentido mais amplo da actividade efectivamente exercida e das responsabilidades que lhe estão associadas. Não estão na mesma posição todos os administradores executivos entre si, nem muitas vezes todos os membros do conselho fiscal, por exemplo. A ponderação das funções deve ser efectuada no seu sentido mais amplo e deve considerar critérios tão diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo de dedicação, ou o valor acrescentado para a empresa que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional.

Também a existência de funções desempenhadas noutras sociedades dominadas não pode ser alheia a esta ponderação, pelo que significa por um lado em termos de aumento de responsabilidade e por outro em termos de fonte cumulativa de rendimento.

Importa aqui referir que a experiência com a Semapa tem revelado que os administradores nesta sociedade, ao contrário do que é típico em sociedades desta natureza, não se dividem dicotomicamente de forma homogênea entre executivos e não executivos. Há um conjunto de administradores que têm poderes delegados e que são comumente chamados executivos, mas entre aqueles que não têm poderes delegados existem as mais diversas formas e proximidades de participação na vida da sociedade, por vezes diariamente. São aspectos essenciais que não podem deixar de ser ponderados em termos de remuneração.

b) A situação económica da sociedade.

Também este critério tem que ser compreendido e interpretado com cuidado. A dimensão da sociedade e inevitável complexidade da gestão associada, é claramente um dos aspectos relevantes da situação económica entendida na sua forma mais lata. As implicações existem quer na necessidade de remunerar uma responsabilidade que é maior em sociedades maiores e com modelos de negócio complexos quer na capacidade de remunerar adequadamente a gestão.

d) Critérios de mercado.

O encontro entre a oferta e a procura é incontornável na definição de qualquer remuneração, e os titulares dos órgãos sociais não são excepção. Só o respeito pelas práticas do mercado permite manter profissionais de um nível ajustado à complexidade das funções a desempenhar e responsabilidades a assumir, e assim assegurar não só os interesses do próprio mas essencialmente os da sociedade e a criação de valor para todos os seus accionistas. No caso da Semapa, pelas suas características e dimensão, os critérios de mercado a ter em conta são não só os nacionais mas também os internacionais.

VI. Enquadramento dos princípios no regime legal e recomendatório

Exposto o percurso histórico e consignados os princípios gerais adoptados importa agora fazer o enquadramento dos princípios nos regimes normativos aplicáveis.

1. Alínea a) do artigo 2º da Lei 28/2009. Alinhamento de interesses.

O primeiro aspecto que a Lei 28/2009 considera essencial em termos de informação nesta declaração é o da explicitação dos mecanismos que permitam o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade.

Cremos que o sistema remuneratório em vigor na Semapa é bem sucedido no assegurar desse alinhamento. Em primeiro lugar por ser uma remuneração que se procura justa e equitativa no âmbito dos princípios enunciados, e em segundo lugar por associar os membros do órgão de administração aos resultados através de uma componente variável da remuneração que tem nos resultados o factor preponderante.

2. Alínea b) do artigo 2º da Lei 28/2009. Critérios para a componente variável.

A informação sobre os critérios para a definição da componente variável da remuneração é o segundo dos aspectos exigidos pelo diploma legal referido.

Os resultados são o factor mais relevante na ponderação da remuneração variável. Não os resultados vistos como um valor absoluto e independente, mas os resultados vistos de forma crítica em função do que seria expectável numa sociedade com estas dimensões e características e em função das próprias condições de mercado. A relevância dos resultados na fixação da componente variável da remuneração resulta dos próprios estatutos que se referem expressamente a uma possibilidade de “participação nos lucros” e que limita essa participação a uma percentagem dos resultados.

Na fixação da componente variável são igualmente efectuadas outras ponderações que resultam no essencial dos princípios gerais - mercado, funções concretas, situação da sociedade -, e que em muitos casos têm uma componente mais individual, associada à posição específica e desempenho de cada administrador.

Um outro factor relevante que é de forma global ponderado na fixação da componente variável da remuneração consiste na opção pela inexistência na Semapa de planos de acções ou opções de aquisição de acções.

3. Alínea c) do artigo 2º da Lei 28/2009. Planos de acções ou opções.

A opção pela existência ou não de planos de atribuição de acções ou opções é de natureza estrutural. A existência de um plano desta natureza não é um simples acréscimo ao sistema remuneratório existente, sendo antes uma modificação profunda do que existe já, pelo menos em termos de remuneração variável.

Muito embora um regime remuneratório estruturado desta forma não seja incompatível com os estatutos da sociedade, entendemos que a redacção da respectiva cláusula estatutária e o histórico existente apontava na manutenção de um sistema remuneratório global sem uma componente de acções ou opções.

Não significa isto que não reconheçamos os méritos de uma componente de acções ou opções na remuneração da administração, nem tão pouco que não estejamos receptivos a encontrar uma nova forma de estruturação da remuneração da administração com esta componente, mas o recurso a planos de acções e opções não é essencial para assegurar os princípios que defendemos e, como se disse, não cremos que fosse essa a opção base dos accionistas da sociedade.

4. Alínea d) do artigo 2º da Lei 28/2009. Momento do pagamento da remuneração variável.

Tem vindo a ser defendido pelos especialistas nesta área a existência de vantagens relevantes no diferimento do pagamento da parte variável da remuneração para um momento posterior que permitisse de alguma forma a ponderação de todo o mandato.

Aceitamos o princípio em abstracto como bom, mas não nos parece que seja vantajoso no caso concreto da Semapa e de outras sociedades de natureza similar.

A opção proposta tem como um dos principais suportes o comprometimento da administração e da sua remuneração com um resultado de médio prazo, sustentável, evitando assim a associação a um simples exercício que pode não ser representativa e cujos resultados podem mesmo ser superiores em prejuízo de exercícios seguintes.

Ora, se este perigo é real e se justifica que seja minorado através de sistemas como este em sociedades de capital totalmente disperso em que a administração pode ser tentada a ter uma visão imediatista de rápida realização de potenciais vantagens em sacrifício do futuro, o mesmo não se passa neste momento com uma sociedade como a Semapa, de controlo e administração estável, em que essas preocupações estão por natureza asseguradas.

5. Alínea e) do artigo 2º da Lei 28/2009. Mecanismos de limitação da remuneração variável.

Defende-se com este mecanismo a limitação da remuneração variável no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

Também neste mecanismo transparece uma preocupação de que o bom desempenho num momento, com vantagens remuneratórias para a administração, seja feito em sacrifício de um bom desempenho futuro.

Igualmente aqui, por maioria de razão, se aplicam os raciocínios supra. Note-se, aliás, que se trata de uma solução com pouco efeito prático se não for associada a um deferimento relevante da remuneração que não se propõe para a Semapa.

6. Recomendação II.1.5.2. primeira parte. Elementos comparativos.

Em relação aos grupos de sociedades cuja política e práticas recomendatórias foram tomadas como elemento comparativo para fixação da remuneração, esta Comissão tem em consideração, nos limites da informação acessível, todas as sociedades nacionais de dimensão equivalente, designadamente dentro do PSI-20, e também sociedades de outros mercados internacionais com características equivalentes à Semapa.

7. Recomendação II.1.5.2. segunda parte. Acordos relativos à cessação de funções.

Não existem nem nunca foram fixados por esta Comissão quaisquer acordos quanto a pagamentos pela Semapa relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

Esta circunstância resultou naturalmente dos vários casos concretos existentes na sociedade e não de uma posição de princípio desta Comissão contra a existência de acordos desta natureza.

8. Recomendação II.1.5.3. Inclusão de dirigentes na presente declaração

Em relação a esta recomendação, sendo entendimento expresso do Conselho de Administração que esta matéria lhe está por natureza reservada e que não é do interesse

da sociedade o cumprimento da recomendação, a Comissão de Remunerações nada tem a propor ou esclarecer.

VII. Opções concretas

As opções concretas de política de remuneração propostas podem pois ser sumariadas da seguinte forma:

- 1ª A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração será composta por uma parte fixa e por uma parte variável.
- 2ª A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração será composta apenas por uma parte fixa ou alternativamente por uma parte fixa e uma parte variável, à semelhança do que acontece com os administradores executivos, sempre que a natureza das funções efectivamente desenvolvidas, a responsabilidade e a proximidade à vida corrente da sociedade o justifiquem.
- 3ª A remuneração dos membros do Conselho Fiscal e dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma parte fixa.
- 4ª A parte fixa da remuneração dos membros do Conselho de Administração consistirá num valor mensal pagável catorze vezes por ano ou num valor predeterminado por cada participação em reunião do Conselho de Administração.
- 5ª A fixação do valor mensal para a parte fixa das remunerações dos membros do Conselho de Administração será feita para todos os que sejam membros da Comissão Executiva e para os que não sendo membros daquela Comissão exerçam funções ou desenvolvam trabalhos específicos de natureza repetida ou continuada.
- 6ª A fixação de valor predeterminado por cada participação em reunião aos membros do Conselho de Administração será feita para aqueles que tenham funções essencialmente consultivas e de fiscalização.
- 7ª As remunerações fixas dos membros do Conselho Fiscal consistirão todas num valor fixo mensal pagável catorze vezes por ano.
- 8ª As remunerações fixas dos membros da Mesa da Assembleia Geral consistirão todas num valor predeterminado por cada reunião, sendo inferior os valores para as segunda e seguintes reuniões que tenham lugar durante o mesmo ano.
- 9ª O processo de atribuição de remunerações variáveis aos membros executivos do Conselho de Administração deverá seguir os critérios propostos pela Comissão de Remunerações, não devendo exceder o valor global de cinco por cento do resultado líquido consolidado em formato IFRS.
- 10ª Na fixação de todas as remunerações, incluindo designadamente na distribuição do valor global da remuneração variável do Conselho de Administração serão observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da sociedade e critérios de mercado.

A Comissão de Remunerações

*José Gonçalo Maury
Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses
Paulo Luís Ávila de Abreu”*

III. INFORMAÇÕES A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 447.º E 448.º DO CSC E OS N.º 6 E 7 DO ARTIGO 14.º DO REGULAMENTO 5/2008 DA CMVM

(por referência ao exercício de 2010)

1. Valores mobiliários da sociedade detidos pelos titulares dos órgãos sociais, na aceção dos n.º 1 e 2 do artigo 447.º do CSC:

- José Alfredo de Almeida Honório - 20.000 acções da sociedade
- Duarte Nuno d'Orey da Cunha - 2.907 acções da sociedade
- Maria Rita Carvalhosa Mendes de Almeida Queiroz Pereira - 16.464 acções da sociedade

2. Valores mobiliários de sociedades dominadas ou em relação de grupo com a Semapa detidos pelos titulares dos órgãos sociais na aceção dos n.º 1 e 2 do artigo 447.º do CSC:

- Duarte Nuno d'Orey da Cunha - 16.000 acções da Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.

3. Valores mobiliários da sociedade e de sociedades em relação de domínio detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:

- Cimigest, SGPS, S.A. - 1.097.966 acções da sociedade e 1.669.253 acções da Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.
- Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. - 14.106.675 acções da sociedade e 107.204 acções da Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.
- Longapar, SGPS, S.A. - 20.869.300 acções da sociedade
- Sodim, SGPS, SA - 18.842.424 acções da sociedade
- Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A. - 625.199 acções da sociedade e 61.696 acções da Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.
- Sonagi, SGPS, S.A. - 96.000 acções da Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.
- Sonaca, SGPS, SA - 1.630.590 acções da sociedade.
- OEM - Organização de Empresas, SGPS, SA – 535.000 acções da sociedade.
- ZOOM Investment, SGPS, SA – 1.434.761 acções da sociedade e 10.298.855 acções da Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.

4. Aquisição, alienação, oneração ou promessas relativas a valores mobiliários da sociedade ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo pelos titulares dos órgãos sociais e pelas sociedades referidas em 3:

- Maria Rita Carvalhosa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira realizou as seguintes transacções de acções da sociedade:

Data	Quantidade	Contrapartida por acção	Natureza
28-Jun	17.627	7,676 € (*)	Alienação por permuta

(*) Valores determinados nos termos do n.º 2 do artigo 14.º do citado Regulamento da CMVM 5/2008

- A Longapar, SGPS, S.A. realizou as seguintes transacções de acções da sociedade:

Data	Quantidade	Contrapartida por acção	Natureza
28-Abr	10.000	7,552 €	Compra
28-Abr	10.000	7,60 €	Compra
28-Abr	5.000	7,615 €	Compra
28-Abr	5.000	7,62 €	Compra
28-Abr	10.000	7,63 €	Compra
28-Abr	10.000	7,64 €	Compra
05-Mai	15.000	7,09 €	Compra
05-Mai	15.000	7,10 €	Compra
07-Mai	4.090	6,99 €	Compra
07-Mai	5.910	7,00 €	Compra
07-Mai	5.000	7,05 €	Compra
07-Mai	5.000	7,10 €	Compra

- OEM – Organização de Empresas, SGPS, S.A: realizou as seguintes transacções de acções da sociedade:

Data	Quantidade	Contrapartida por acção	Natureza
20-Mai	5.000	7,10 €	Compra
22-Jul	10.000	7,60 €	Compra
23-Jul	858	7,59 €	Compra
23-Jul	4.142	7,60 €	Compra

IV. AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO ADOPTADO E ACTIVIDADE DOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, com o especial contributo do trabalho desenvolvido pela Comissão de Controlo do Governo Societário, procedeu à avaliação do modelo de governo adoptado mantendo as posições antes assumidas e que aqui em grande parte reproduz.

A avaliação de um modelo de governo societário é uma reflexão que deve envolver não só as várias vertentes das matérias abordadas ao longo do Relatório Sobre o Governo Societário mas essencialmente as opções de estruturação do governo em termos de órgãos e comissões. A primeira parte desta reflexão foi já efectuada naquele relatório com especial incidência na explicação da adopção e não adopção de recomendações. A segunda parte deve ser efectuada nesta sede, a vários níveis, desde a estrutura adoptada nos termos do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais, o regime de fiscalização escolhido, as Comissões existentes, a actividade dos membros não executivos do Conselho de Administração e, em última análise, até as características das pessoas que devem ou não compor cada um dos seus órgãos.

Esta avaliação é também uma reflexão de fronteira entre uma visão accionista e uma visão da administração da sociedade, pois se é a administração quem mais directa e diariamente vive o sistema implementado, é nas suas grandes linhas aos accionistas que cabe decidir sobre o modelo que pretendem e sobre as pessoas que elegem para os órgãos sociais em função do modelo escolhido.

Aqui, para além da descrição da actividade dos membros não executivos do Conselho de Administração, mais não se fará que um breve resumo das sensibilidades dos membros do Conselho de Administração nesta matéria, tendo também em conta que se trata de um assunto em que são sempre muito diversas as sensibilidades.

Começando pela base, é entendimento geral que a estrutura adoptada nos termos do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais é a mais indicada. É uma conclusão que não assenta numa simples resistência à mudança mas é antes essencialmente fundada na percepção da menor adequação das outras duas estruturas possíveis.

A opção por uma estrutura com um conselho de administração que compreendesse uma comissão de auditoria é pela generalidade das pessoas rejeitada de forma intuitiva por contrariar o sentimento geral quanto à “normal” organização de uma sociedade comercial. Ter as pessoas responsáveis pela fiscalização como membros do Conselho de Administração, ainda que seja essencialmente uma ficção legal, provoca uma aparente confusão de papéis e posições que não é justificável para a maior parte dos membros do conselho de administração da sociedade. É talvez uma opção mais fácil para sociedades que encaravam os membros não executivos como sendo essencialmente “fiscalizadores”, o que não é o caso da Semapa e explicará por isso aquele sentimento.

Também a opção por um Conselho de Administração Executivo e um Conselho Geral e de Supervisão parece menos adequada que a actual opção. Na verdade, o Conselho Geral e de Supervisão parece funcionar, comparando com o modelo actualmente em vigor na Semapa, como uma fusão entre os administradores não executivos e o Conselho Fiscal: se por um lado concentra funções de fiscalização, por outro pode ser uma segunda instância em matérias de gestão. Também aqui a aproximação entre quem fiscaliza e quem gere não parece ser atractiva, sendo certo que a opção por um Conselho Geral e de Supervisão sem necessidade de autorizar

certos actos de gestão não traria grande vantagem em relação a uma estrutura com um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal.

A favor do actual sistema milita sempre o conhecimento e a experiência adquiridos pelas pessoas envolvidas com a estrutura existente que permite melhor explorar a suas potencialidades e ainda o contraste com a existência de custos inevitáveis numa alteração profunda, na qual não se vêem vantagens evidentes.

Não se crê pois que se justifique propor aos accionistas qualquer mudança estrutural em termos de organização da sociedade.

Já no que concerne a estrutura da fiscalização, não deixa o legislador nestes casos qualquer opção às sociedades cotadas – artigo 413.º n.º 2 do CSC.

A opção pela criação das Comissões actualmente existentes, com excepção da Comissão de Remunerações, é já uma opção do foro do próprio Conselho de Administração.

Merece especial referência a Comissão Executiva. Não obstante a natureza de sociedade gestora de participações sociais da Semapa, e por isso a sua estrutura administrativa própria muito simplificada, crê-se que se justifica plenamente a existência de uma delegação de poderes numa Comissão. São muitos os assuntos que requerem uma atenção colegial imediata, ficando a intervenção dos restantes membros da administração reservada para assuntos de maior importância ou matérias específicas. Os administradores que não têm poderes delegados não só não são vistos como meros “fiscais” da sociedade como têm em certos casos envolvimento mais amplos que a participação como conselheiros em reuniões do Conselho.

Já as Comissões de Controlo Interno e de Controlo do Governo Societário, justificam-se pela natureza das suas funções já desenvolvida noutras partes desta Informação sobre o Governo Societário. É certo que a comissão dedicada ao governo societário, nas suas apreciações, chegou a questionar a manutenção ou não da Comissão de Controlo Interno, pois a sua existência surgiu muito ligada ao regime de comunicação de irregularidades que a lei veio depois a deslocar para o Conselho Fiscal e a estrutura administrativa simplificada da Semapa como holding bem como a existência de sistema próprios de controlo interno nas sociedades dominadas, não reclamava com a mesma essencialidade a existência desta Comissão. No entanto, o surgimento de novas recomendações da CMVM nesta matéria, acabou por levar a uma solução diversa, com a manutenção da Comissão e o reforço de algumas das suas competências de controlo.

É no entanto essa opção que volta a suscitar dúvidas, tendo especialmente em conta os sistemas de controlo que existem nas subsidiárias e a já referida estrutura administrativa simplificada ao nível da holding.

A actividade em concreto dos membros não executivos do Conselho de Administração é parte relevante da avaliação geral do modelo de governo em vigor na sociedade. Como se disse já em diversos passos desta Informação sobre o Governo Societário, a actividade dos administradores executivos na Semapa não se resume a uma participação e aconselhamento no âmbito das reuniões do Conselho de Administração.

A posição, participação e envolvimento dos administradores não executivos não é igual em todos os casos. Alguns dos administradores têm um afastamento maior em relação à actividade diária, como é o caso dos Senhores Eng. António Câmara e Dr. Vítor Novais Gonçalves, que tiveram participação como conselheiros nas reuniões formais do Conselho de Administração e foram ouvidos e chamados a contribuir para discussões específicas de determinadas matérias.

Outros administradores, como é o caso da Senhora Dr^a Rita Amaral Cabral ou do Senhor Eng. Joaquim Ferreira do Amaral, para além da participação nos mesmos termos acima referidos têm um envolvimento mais directo na actividade da sociedade, até pela sua participação em Comissões instituídas pelo Conselho de Administração. A Comissão de Controlo do Governo Societário no primeiro caso e a Comissão de Controlo Interno no segundo.

Existem ainda actividades específicas de administradores não executivos que não são enquadráveis nas Comissões existentes, como é o caso da participação da administradora Senhora D. Maude Queiroz Pereira Lagos na representação institucional da sociedade.

Há ainda a apontar a criação durante o exercício de 2010 da Comissão de Estratégia, de que fazem parte o Senhor Presidente do Conselho de Administração, a Senhora D. Maria Maude Queiroz Pereira Lagos, o Senhor Dr. José Alfredo de Almeida Honório, o Senhor Eng. Joaquim Ferreira do Amaral e o Senhor Dr. António Pedro Carvalho Viana-Baptista, e em cujas reuniões podem participar, em função das matérias, os restantes administradores membros da Comissão Executiva.

Os administradores não executivos, como também já se referiu noutros pontos do relatório, têm acesso a toda a informação sobre a actividade da sociedade, contam com a permanente disponibilidade dos administradores executivos e não têm a apontar qualquer constrangimento à sua actividade.

Resulta essencialmente desta descrição da actividade dos membros não executivos a diversidade de participações e contributos que se crê salutar e favorável aos interesses da sociedade.

Quanto à composição dos órgãos, a mais relevante opção dos accionistas em termos de governo societário é a opção pela existência ou não de administradores independentes no Conselho de Administração. As restantes restrições de independência resultam já da lei como obrigatórias. A preocupação em ter administradores não executivos independentes no caso da Semapa é muito reduzida e, como resulta do que acima se diz sobre a distinção clara entre os responsáveis por gerir (de forma mais ou menos directa, mais ou menos imediata) e os responsáveis pela fiscalização, tal opção vai de encontro ao entendimento da administração sobre o papel dos membros dos órgãos na sociedade. Não obstante existem nesta data quatro administradores independentes.

Crê-se sinceramente que são maiores as implicações em termos de governo societário no modo como materialmente a sociedade se organiza e se comporta dentro de determinada forma que adoptou do que no modo como a sociedade formalmente se decidiu estruturar.

A organização do governo societário nesta sociedade tem funcionado de forma eficaz, sem constrangimentos, com respeito pelos interesses dos accionistas, dos trabalhadores e dos membros dos órgãos sociais, e não se crê por isso que se justifiquem para já outras opções.

DECLARAÇÃO
A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 245º
DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da Semapa foi adoptada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., todos relativos ao exercício de 2010, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Considerando que os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas subscrevem uma declaração equivalente no âmbito dos documentos que são da sua responsabilidade, a declaração independente com aquele texto foi subscrita apenas pelos titulares do órgão de administração, pois só se considerou que estão compreendidos no conceito de “responsáveis do emitente” os titulares dos órgãos sociais. Nos termos da

referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Nome	Funções
Pedro Mendonça de Queiroz Pereira	Administrador
Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos	Administrador
José Alfredo de Almeida Honório	Administrador
Francisco José Melo e Castro Guedes	Administrador
Carlos Maria Cunha Horta e Costa	Administrador
José Miguel Pereira Gens Paredes	Administrador
Paulo Miguel Garcês Ventura	Administrador
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral	Administrador
António da Nóbrega de Sousa da Câmara	Administrador
Joaquim Martins Ferreira do Amaral	Administrador
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	Administrador
Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	Administrador



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO DE 2010

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS DE 2010 E 2009

Valores em Euros	Notas	2010	2009	4ºT 2010 (Não auditado)	4ºT 2009 (Não auditado)
Réditos					
Vendas	4	1.653.001.567	1.381.142.560	444.153.112	355.586.765
Prestação de Serviços	4	35.234.753	35.287.857	9.585.822	10.015.660
Outros proveitos					
Ganhos na alienação de activos não correntes	5	4.087.228	4.073.467	260.317	348.706
Outros ganhos operacionais	5	40.197.076	50.584.494	11.882.715	15.211.619
Variações de Justo valor nos activos biológicos	18	(7.787.354)	(4.537.080)	100.310	(5.535.534)
Gastos e perdas					
Inventários consumidos e vendidos	6	(595.904.289)	(568.341.107)	(170.774.938)	(139.352.328)
Variação da produção	6	(6.535.646)	(1.160.048)	147.061	15.500.941
Materiais e serviços consumidos	6	(444.672.390)	(395.511.547)	(119.042.558)	(106.865.194)
Gastos com o pessoal	6	(189.136.394)	(172.770.263)	(51.558.595)	(49.256.043)
Outros gastos e perdas	6	(35.833.244)	(36.365.058)	(7.071.088)	(11.868.518)
Provisões líquidas	6	(3.455.956)	22.104.770	(21.770.122)	11.599.266
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	8	(166.380.145)	(160.290.426)	(35.092.659)	(54.095.058)
Resultados operacionais		282.815.206	154.217.619	60.819.377	41.290.282
Apropriação de resultados em empresas associadas	9	291.941	395.181	3.536	4.649
Resultados financeiros líquidos	10	(44.841.506)	(26.603.620)	(6.899.670)	(3.298.486)
Resultados antes de impostos		238.265.641	128.009.180	53.923.243	37.996.445
Imposto sobre o rendimento	11	(63.918.087)	(22.266.123)	(5.260.914)	(3.978.847)
Lucros retidos do exercício		174.347.554	105.743.057	48.662.329	34.017.598
Lucros retidos do exercício					
Atribuível aos accionistas da Semapa		126.720.230	78.849.324	36.140.321	26.603.998
Atribuível a interesses não controlados	13	47.627.324	26.893.733	12.522.008	7.413.600
Resultados por acção					
Resultados básicos por acção, Eur	12	1,123	0,698	0,320	0,236
Resultados diluídos por acção, Eur	12	1,123	0,698	0,320	0,236

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Valores em Euros	Nota	31-12-2010	31-12-2009
ACTIVO			
Activos não correntes			
Goodwill	15	320.204.947	321.274.798
Outros activos intangíveis	16	169.630.374	169.912.322
Terrenos, edifícios e equipamentos	17	2.113.206.535	2.152.005.430
Propriedades de investimento		845.791	161.117
Activos biológicos	18	110.502.616	118.289.970
Investimentos em associadas	19	2.039.513	1.855.433
Activos financeiros ao JV através de resultados	20	13.128.488	14.871.574
Activos disponíveis para venda	21	677.180	798.167
Activos por impostos diferidos	28	37.157.841	30.904.802
Outros activos não correntes		1.282.641	1.363.767
		2.768.675.926	2.811.437.380
Activos correntes			
Existências	23	226.840.348	189.847.791
Valores a receber correntes	24	272.242.644	226.038.886
Estado	25	36.799.405	57.100.036
Caixa e seus equivalentes	31	265.091.311	89.034.727
		800.973.708	562.021.440
Activo total		3.569.649.634	3.373.458.820
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Capital social	26	118.332.445	118.332.445
Acções próprias	26	(47.164.986)	(47.164.986)
Prémios de emissão de acções		3.923.459	3.923.459
Reservas de conversão cambial	27	(15.078.437)	(17.978.700)
Reservas de justo valor	27	(5.621.595)	(6.220.818)
Outras Reservas	27	760.984.662	711.616.512
Lucros retidos	27	20.806.145	24.386.833
Lucros retidos do exercício	27	126.720.230	78.849.324
Pagamento antecipado de lucros retidos do exercício	27	(29.481.174)	-
Capital Próprio atribuível ao Grupo		933.420.749	865.744.069
Interesses não controlados	13	310.520.846	305.375.260
Total do Capital Próprio		1.243.941.595	1.171.119.329
Passivos não correntes			
Passivos por impostos diferidos	28	313.340.341	280.120.078
Pensões e outros benefícios pós-emprego	29	126.382.060	120.484.945
Provisões	30	36.263.863	32.625.824
Passivos remunerados	31	1.257.882.924	871.817.132
Outros passivos	17	26.402.576	29.437.896
		1.760.271.764	1.334.485.875
Passivos correntes			
Passivos remunerados	31	150.478.637	447.973.519
Valores a pagar correntes	32	348.469.759	346.913.088
Estado	25	66.487.879	72.967.009
		565.436.275	867.853.616
Passivo total		2.325.708.039	2.202.339.491
Capital Próprio e passivo total		3.569.649.634	3.373.458.820

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS DE 2010 E 2009

Valores em Euros	2010	2009	4ºT 2010 (Não auditado)	4ºT 2009 (Não auditado)
Lucros retidos do exercício				
antes de interesses não controlados	174.347.554	105.743.057	48.662.329	34.017.598
Instrumentos financeiros derivados				
Variações no justo valor	1.440.383	(13.401.886)	526.273	(3.450.231)
Efeito de imposto	(487.595)	2.368.236	544.669	1.001.392
Diferenças de conversão cambial	4.968.529	(5.089.174)	4.437.376	1.620.603
Ganhos e (Perdas) Actuarias				
Ganhos e perdas actuariais	(4.990.550)	10.244.403	(8.377.408)	3.104.703
Efeito de imposto	662.639	(3.126)	609.999	(160.598)
Rendimento reconhecido directamente no capital próprio	1.593.406	(5.881.547)	(2.259.091)	2.115.869
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos no exercício	175.940.960	99.861.510	46.403.238	36.133.467
Atribuível a:				
Accionistas da Semapa	125.887.059	73.954.033	33.229.158	28.211.558
Interesses não controlados	50.053.901	25.907.477	13.174.080	7.921.909
	175.940.960	99.861.510	46.403.238	36.133.467

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS DE 1 DE JANEIRO DE 2009 A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

	Capital Social	Ações Próprias	Prêmios de emissão	Reservas de justo valor	Outras Reservas	Reservas de conversão cambial	Lucros retidos	Lucros retidos do exercício	Total	Interesses não controlados	Total
Capital próprio em 1 de Janeiro de 2009	118.332.445	(47.164.986)	3.923.459	3.580.893	649.750.204	(14.005.971)	574.051	106.347.480	821.337.575	302.940.493	1.124.278.068
Aplicação do resultado líquido do exercício 2008:											
- Transferência para reservas	-	-	-	-	61.866.307	-	-	(61.866.307)	-	-	-
- Transferência para lucros retidos	-	-	-	-	-	-	15.000.000	(15.000.000)	-	-	-
- Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(29.481.173)	(29.481.173)	-	(29.481.173)
Alterações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos pelas subsidiárias a interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.576.475)	(21.576.475)
Rendimentos e Gastos reconhecidos directamente em capitais*	-	-	-	(9.485.325)	-	(3.972.729)	8.539.032	-	(4.919.022)	(962.525)	(5.881.547)
Diferenças de aquisição a interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	(421.711)	-	(421.711)	(1.678.024)	(2.099.735)
Dividendos distribuídos à subsidiária Seminv, SGPS, SA	-	-	-	-	-	-	695.634	-	695.634	-	695.634
Outros movimentos	-	-	-	(316.386)	-	-	(173)	-	(316.559)	(241.944)	(558.503)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	78.849.324	78.849.324	26.893.733	105.743.057
Capital próprio em 1 de Janeiro de 2010	118.332.445	(47.164.986)	3.923.459	(6.220.818)	711.616.511	(17.978.700)	24.386.833	78.849.324	865.744.068	305.375.259	1.171.119.327
Aplicação do resultado líquido do exercício 2009:											
- Transferência para reservas	-	-	-	-	49.368.151	-	-	(49.368.151)	-	-	-
- Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(29.481.174)	(29.481.174)	-	(29.481.174)
Dividendos pagos pelas subsidiárias a interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(46.017.677)	(46.017.677)
Rendimentos e Gastos reconhecidos directamente em capitais*	-	-	-	599.223	-	2.900.263	(4.332.657)	-	(833.171)	2.426.579	1.593.408
Diferenças de aquisição a interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	(77.028)	-	(77.028)	(293.249)	(370.277)
Dividendos distribuídos à subsidiária Seminv, SGPS, SA	-	-	-	-	-	-	1.391.268	-	1.391.268	-	1.391.268
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	(562.271)	-	(562.271)	1.402.610	840.339
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	-	-	(29.481.174)	(29.481.174)	-	(29.481.174)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	126.720.230	126.720.230	47.627.324	174.347.554
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2010	118.332.445	(47.164.986)	3.923.459	(5.621.595)	760.984.662	(15.078.437)	20.806.145	97.239.056	933.420.749	310.520.846	1.243.941.595

* Montantes líquidos de impostos diferidos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO DE 2010 E 2009

Valores em Euros	Notas	2010	2009	4º T 2010 (Não auditado)	4º T 2009 (Não auditado)
ACTIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de clientes		1.806.503.592	1.549.979.114	464.078.083	368.670.425
Pagamentos a fornecedores		(1.379.259.485)	(1.137.137.683)	(345.143.991)	(289.657.656)
Pagamentos ao pessoal		(150.240.186)	(144.941.303)	(57.401.372)	(53.964.298)
Fluxos gerados pelas operações		<u>277.003.921</u>	<u>267.900.128</u>	<u>61.532.720</u>	<u>25.048.471</u>
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(36.889.211)	(42.251.967)	(17.446.584)	(7.736.085)
Outros (pagamentos)/recebimentos da actividade operacional		<u>46.507.491</u>	<u>67.876.902</u>	<u>29.694.059</u>	<u>21.524.352</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>286.622.201</u>	<u>293.525.063</u>	<u>73.780.196</u>	<u>38.836.738</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Investimentos financeiros		994.000	35.772.191	-	8.859.676
Activos fixos tangíveis		1.723.418	156.401	-	60.276
Activos fixos intangíveis		10.604.340	5.522.900	6.051.980	-
Subsídios ao investimento		79.864	6.191.855	29.875	-
Juros e proveitos similares		8.611.556	11.065.763	760.799	832.592
Dividendos		<u>1.329.228</u>	<u>561.216</u>	<u>-</u>	<u>275</u>
		<u>23.342.405</u>	<u>59.270.326</u>	<u>6.842.654</u>	<u>9.752.819</u>
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros		(11.411.649)	(5.387.343)	(264.615)	(163.317)
Activos fixos tangíveis		<u>(71.619.171)</u>	<u>(387.684.793)</u>	<u>(5.265.453)</u>	<u>(58.445.885)</u>
		<u>(83.030.820)</u>	<u>(393.072.136)</u>	<u>(5.530.067)</u>	<u>(58.609.202)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(59.688.414)</u>	<u>(333.801.810)</u>	<u>1.312.586</u>	<u>(48.856.383)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos		1.620.000.269	1.008.301.397	479.437.558	298.215.290
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		<u>1.593.750</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>1.621.594.019</u>	<u>1.008.301.397</u>	<u>479.437.558</u>	<u>298.215.290</u>
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos		(1.528.800.353)	(970.742.009)	(386.701.295)	(303.302.802)
Amortização de contratos de locação financeira		(1.018.116)	(1.287.117)	(30.613)	(348.329)
Juros e custos similares		(41.170.358)	(58.186.603)	(15.018.708)	(13.811.368)
Dividendos		(103.226.962)	(51.417.510)	(56.424.752)	100.102
Aquisição de acções próprias		<u>-</u>	<u>(2.356.650)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>(1.674.215.789)</u>	<u>(1.083.989.889)</u>	<u>(458.175.367)</u>	<u>(317.362.397)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(52.621.770)</u>	<u>(75.688.492)</u>	<u>21.262.191</u>	<u>(19.147.107)</u>
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)		174.312.017	(115.965.239)	96.354.973	(29.166.752)
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CâMBIO		1.744.565	(172.665)	762.348	718.166
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		89.034.729	205.172.631	167.973.057	117.483.313
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO		<u>265.091.311</u>	<u>89.034.727</u>	<u>265.090.378</u>	<u>136.328.227</u>

ÍNDICE DAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1.	Resumo das principais políticas contabilísticas	8
1.1	Bases de preparação	8
1.2	Comparabilidade	8
1.3	Bases de Consolidação	8
1.3.1	Subsidiárias	8
1.3.2	Associadas	9
1.3.3	Empreendimentos conjuntos	9
1.4	Relato por segmentos	9
1.5	Conversão cambial	10
1.5.1	Moeda Funcional e de Relato	10
1.5.2	Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras	10
1.5.3	Empresas do Grupo	10
1.6	Activos intangíveis	10
1.6.1	Direitos de emissão de CO2	10
1.6.2	Marcas	11
1.7	Goodwill	11
1.8	Terrenos, Edifícios e Equipamentos	11
1.9	Propriedades de investimento	11
1.10	Imparidade de activos não correntes	11
1.11	Activos biológicos	12
1.12	Investimentos financeiros	12
1.13	Instrumentos financeiros derivados	13
1.14	Imposto sobre o rendimento	13
1.15	Existências	14
1.16	Valores a receber correntes	14
1.17	Caixa e seus equivalentes	14
1.18	Capital Social e Acções Próprias	14
1.19	Passivos remunerados	14
1.20	Encargos financeiros com empréstimos	14
1.21	Provisões	15
1.22	Pensões e outros benefícios pós-emprego	15
1.22.1	Planos de pensões de benefícios definidos	15
1.22.2	Outros benefícios pós emprego	15
1.22.3	Férias e subsídio de férias e prémios	16
1.23	Valores a pagar correntes	16
1.24	Subsídios	16
1.25	Locações	16
1.26	Distribuição de dividendos	16
1.27	Rédito e especialização dos exercícios	16
1.28	Activos e passivos contingentes	17
1.29	Eventos subsequentes	17
1.30	Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes	17
2.	Gestão do Risco	17
2.1	Factores do risco financeiro	17
2.1.1	Risco cambial	18
2.1.2	Risco de taxa de juro	18
2.1.3	Risco de crédito	19
2.1.4	Risco de liquidez	20
2.1.5	Risco de licenças de emissão de carbono	20
2.2	Factores de risco operacional	21
2.2.1	Abastecimento de matérias-primas	21
2.2.2	Preço de venda	21
2.2.3	Procura dos produtos do Grupo	21
2.2.4	Concorrência	22
2.2.5	Legislação ambiental	22
2.2.6	Custos energéticos	22
2.2.7	Custos de contexto	22

3.	Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes	22
3.1	Imparidade do Goodwill	23
3.2	Imposto sobre o Rendimento	23
3.3	Pressupostos actuariais	23
3.4	Justo valor dos activos biológicos	23
3.5	Reconhecimento de provisões e ajustamentos	23
4.	Relato por segmentos	24
5.	Outros proveitos	25
6.	Gastos e perdas	25
7.	Remuneração dos membros dos órgãos sociais	25
8.	Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	25
9.	Apropriação de resultados em empresas associadas	25
10.	Resultados financeiros Líquidos	26
11.	Imposto sobre o rendimento	26
12.	Resultados por acção	26
13.	Interesses não controlados	27
14.	Aplicação do resultado do exercício anterior	27
15.	Goodwill	27
16.	Outros activos intangíveis	29
17.	Terrenos, edifícios e outros equipamentos	30
18.	Activos biológicos	31
19.	Investimentos em associadas	31
20.	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	31
21.	Activos disponíveis para venda	31
22.	Imparidades em activos não correntes e correntes	32
23.	Existências	32
24.	Valores a receber correntes	32
25.	Estado	32
26.	Capital social e acções próprias	33
27.	Reservas e Lucros retidos	33
28.	Impostos diferidos	35
29.	Pensões e outros benefícios pós-emprego	36
30.	Provisões	41
31.	Passivos remunerados	41
32.	Valores a pagar correntes	42
33.	Activos e Passivos Financeiros	43
34.	Saldos e transacções com partes relacionadas	44
35.	Interesses em empreendimentos conjuntos	45
36.	Dispêndios em matérias ambientais	45
37.	Custos suportados com auditoria e revisão legal de contas	45
38.	Número de pessoal	46
39.	Compromissos	46
40.	Outros compromissos assumidos pelas empresas do Grupo	46
41.	Activos contingentes	47
42.	Cotações utilizadas	49
43.	Empresas incluídas na consolidação	50

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2010

(Nas presentes notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

O Grupo SEMAPA (Grupo) é constituído pela Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (Semapa) e Subsidiárias. A Semapa foi constituída em 21 de Junho de 1991 e tem como objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Sede Social: Av. Fontes Pereira de Melo, 14,
Lisboa

Capital Social: Euros 118.332.445

N.I.P.C.: 502 593 130

A Semapa lidera um Grupo Empresarial com actividades em três ramos de negócio distintos: pasta e papel, cimentos e derivados e ambiente desenvolvidos, respectivamente, sob a égide da Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A., da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A..

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 4 de Março de 2011.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

1. Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

1.1 Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia (IFRS – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)

ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (SIC), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 43), e tomando por base o custo histórico, excepto para os activos biológicos, activos financeiros ao justo valor através de resultados, activos disponíveis para venda, e instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Notas 18, 20, 21 e 33). Os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 encontram-se relevados pelo seu custo de reavaliado.

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3.

1.2 Comparabilidade

No exercício de 2010, não ocorreu qualquer alteração de métodos de consolidação pelo que a comparabilidade não se encontra afectada por este efeito.

1.3 Bases de Consolidação

1.3.1 Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de interesses não controlados, respectivamente, no balanço consolidado em linha própria no capital próprio e na demonstração de resultados consolidada. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 43.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de

aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos activos e passivos identificáveis adquiridos é registado como Goodwill que se encontra detalhado na nota 15.

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo.

Na aquisição de parcelas adicionais de capital em sociedades já controladas pelo Grupo, o diferencial apurado entre a percentagem de capitais adquiridos e o respectivo valor de aquisição é registado directamente em Capitais próprios na rubrica Lucros retidos (Nota 27).

Sempre que de um reforço de posição no capital social de uma empresa associada resulte a aquisição de controlo, passando esta a integrar as demonstrações financeiras consolidadas pelo método integral, a quota parte dos justos valores atribuídos aos activos e passivos, correspondente às percentagens anteriormente detidas, é registada numa rubrica de capital próprio, em Reservas de justo valor, sob a denominação de Reservas de revalorização resultantes da aquisição de controlo (Nota 27).

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida (Goodwill negativo), a diferença é reconhecida directamente na Demonstração dos Resultados na rubrica Outros proveitos operacionais.

Os custos de transacção directamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

As transacções internas, saldos, ganhos não realizados em transacções e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

1.3.2 Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas

na rubrica Investimento em associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Apropriação de resultados em empresas associadas.

Os custos de transacção directamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objecto de reversão à excepção do Goodwill.

Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver incorrido em responsabilidades ou efectuado pagamentos em nome destas. Os ganhos não realizados em transacções com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas de associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo. Os investimentos em associadas encontram-se detalhados na Nota 19.

1.3.3 Empreendimentos conjuntos

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que o Grupo tenha um interesse.

As entidades conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação proporcional sendo os activos, passivos e rendimentos e gastos das entidades conjuntamente controladas reconhecidos linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas, como é o caso do sub-Grupo Secil.

1.4 Relato por segmentos

Segmento de negócio é um grupo de activos e operações do Grupo que estão sujeitos a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócio.

Foram identificados três segmentos de negócio: Pasta e Papel, Cimento e derivados e Ambiente.

Pasta e Papel

A Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A. é a subsidiária, cuja participação maioritária foi adquirida em 2004, que lidera o Grupo Empresarial conexo à produção e comercialização, em Portugal, na Alemanha, Espanha, França, Itália, Grã-Bretanha,

Holanda, Áustria, Bélgica, Marrocos, Polónia e Estados Unidos da América entre outros de menor relevância, de pastas celulósicas, papel e seus derivados ou afins, aquisição de madeiras, produção florestal e agrícola, corte das florestas da produção e comercialização de pasta e papel, actividades exercidas em Portugal essencialmente por si e pelas suas subsidiárias Soporcel – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A. e PortucelSoporcel Florestal, S.A., entre outras.

Cimento e derivados

A Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. é a sociedade que lidera o Grupo Empresarial dos cimentos e derivados e exerce a sua actividade em Portugal, Tunísia, Espanha, Angola, Holanda, França, Líbano e Cabo Verde, destacando-se a produção de cimento, através das suas subsidiárias, nas fábricas de Maceira, Pataias, Outão, Gabés (Tunísia), Lobito (Angola) e Beirute (Líbano) e a produção e comercialização de betão, inertes pré fabricados e exploração de pedreiras, através das suas subsidiárias, cujas participações se encontram, essencialmente, concentradas na Sub-Holding Secil Betões e Inertes, SGPS, S.A..

Ambiente

A ETSA – Investimentos, SGPS, SA é a sociedade que lidera o Grupo Empresarial do Ambiente e exerce a sua actividade em Portugal.

Segmento geográfico é uma área individualizada comprometida em fornecer produtos ou serviços num ambiente económico particular e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos segmentos que operam em outros ambientes económicos. O segmento geográfico é definido com base no país de destino dos bens e serviços vendidos pelo Grupo.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são as utilizadas consistentemente no Grupo. Todos os réditos intersegmentais são a preços de mercado e todos os réditos intersegmentais são eliminados na consolidação. A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se apresentada na Nota 4.

1.5 Conversão cambial

1.5.1 Moeda Funcional e de Relato

Os elementos incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de relato do Grupo.

1.5.2 Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras

Todos os activos e passivos do Grupo expressos em moedas estrangeiras foram convertidos para Euros

utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados consolidados do exercício.

1.5.3 Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato são convertidas para a moeda de relato como segue:

- (i) Os activos e passivos de cada Balanço são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das Demonstrações Financeiras;

As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada no Capital Próprio, na rubrica reservas de conversão cambial.

- (ii) Os rendimentos e os gastos de cada Demonstração de Resultados são convertidos pela taxa de câmbio média do período de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transacções, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções.

1.6 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 5 anos, e anualmente para os direitos de emissão de CO2.

1.6.1 Direitos de emissão de CO2

As Licenças de emissão de CO2 atribuídas ao Grupo no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO2, a título gratuito, são registadas na rubrica Activos Intangíveis pelo valor de mercado na data de atribuição por contrapartida de um passivo, na rubrica Proveitos diferidos - Subsídios a reconhecer, de igual montante.

Pelas emissões de CO2 efectuadas pelo Grupo é registado um custo operacional por contrapartida de um passivo e de um proveito operacional em resultado do reconhecimento da quota parte do subsídio correspondente.

As vendas de direitos de emissão darão origem a um ganho ou perda apurada entre o valor de realização e o respectivo custo de aquisição, deduzido do correspondente subsídio do Estado, o qual é registado em Outros rendimentos e ganhos operacionais ou Outros gastos e perdas respectivamente.

À data da demonstração da posição financeira as licenças de emissão em carteira são valorizados ao preço de mercado, quando este é inferior ao custo de aquisição presumido. Por outro lado, os passivos relativos à responsabilidades com emissões são mensurados ao valor de mercado das respectivas Licenças de emissão à data dessa demonstração de posição financeira.

1.6.2 Marcas

Sempre que numa concentração de actividades empresariais sejam identificadas marcas, o Grupo procede ao seu reconhecimento em separado nas demonstrações financeiras consolidadas como um activo mensurado ao custo histórico, o qual corresponde ao justo valor na data da aquisição.

Na mensuração subsequente as marcas encontram-se reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo seu custo deduzido de perdas por imparidade.

1.7 Goodwill

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias na data de aquisição.

O Goodwill não é amortizado e encontra-se sujeito a testes por imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do Goodwill correspondente.

1.8 Terrenos, Edifícios e Equipamentos

Os terrenos, edifícios e equipamentos adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

No que respeita às sociedades CMP, Société des Ciments de Gabés (SCG), Portucel e Soporcel e ETSA, o custo das imobilizações corpóreas na data de aquisição destas sociedades foi determinado com base em avaliações efectuadas por entidades independentes.

Os activos fixos tangíveis adquiridos posteriormente à data de transição são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respectivo custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações

e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos médios de vida útil
Terrenos de exploração	14
Edifícios e outras construções	12 – 30
Equipamentos:	
Equipamento básico	6 – 25
Equipamento de transporte	4 - 9
Ferramentas e utensílios	2 - 8
Equipamento administrativo	4 - 8
Taras e vasilhames	6
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 1.10).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzido dos custos de transacção e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proveitos ou outros custos operacionais.

1.9 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são valorizadas ao custo de aquisição líquido de amortizações e perdas por imparidade sendo que, para as adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), o custo de aquisição corresponde ao custo de aquisição histórico ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data.

1.10 Imparidade de activos não correntes

Os activos não correntes que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para realização de testes por imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades

geradoras de fluxos de caixa a que pertence o activo), quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada activo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com excepção das perdas por imparidade do Goodwill – ver Nota 1.7).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como Outros proveitos operacionais, a não ser que o activo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registada em períodos anteriores.

1.11 Activos biológicos

Os activos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda no momento da colheita. Os activos biológicos do Grupo correspondem às florestas detidas para produção de madeira.

Na determinação do justo valor das florestas foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, alvo de validação periódica por avaliadores externos e independentes, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos activos em avaliação, nomeadamente, a produtividade das florestas, o preço de venda da madeira deduzido do custo de corte, das rendas dos terrenos próprios e arrendados, chegada e transporte, os custos de plantação e manutenção e a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que o Grupo espera obter dos activos florestais e o risco associado aos mesmos.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período de corte, preço, custo e outras premissas são reconhecidas em Variações de justo valor dos activos biológicos na demonstração dos resultados.

No momento do corte, a madeira é valorizada pelo justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

1.12 Investimentos financeiros

O Grupo classifica os seus investimentos nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento. A classificação é determinada no

momento de reconhecimento inicial dos investimentos e sendo essa classificação reavaliada em cada data de relato.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago, incluindo despesas de transacção. A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. São originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida.

São incluídos nos activos correntes, excepto quanto a maturidades superiores a 12 meses após a data do Balanço, sendo nesse caso classificados como activos não correntes.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são incluídos no balanço em Valores a receber correntes.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores. Os activos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período até 12 meses da data de balanço. Estes investimentos são mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados (Nota 20).

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Esta categoria de investimento está registada ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efectiva.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em activos não correntes, excepto se os gestores entenderem alienar o investimento num prazo até 12 meses após a data do balanço (Nota 21). Estes investimentos financeiros são contabilizados ao valor de mercado, entendido como o respectivo valor de cotação à data de balanço.

Se não existir mercado activo, o Grupo determina o justo valor através da aplicação de técnicas de avaliação, que incluem o uso de transacções comerciais recentes, a referência a outros instrumentos com características semelhantes, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções modificados para incorporar as características específicas do emitente.

As mais e menos valias potenciais resultantes são registadas directamente na reserva de justo valor até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido na reserva de justo valor é incluído no resultado líquido do período. (Nota 27)

Caso não exista um valor de mercado ou não o seja possível determinar, os investimentos em causa são mantidos ao custo de aquisição. São reconhecidas perdas por imparidade para a redução de valor nos casos que se justifiquem.

O Grupo avalia, em cada data de balanço, se há uma evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros sofreram uma perda por imparidade. Se existir uma diminuição no justo valor por um período prolongado dos activos disponíveis para venda, a perda cumulativa – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda por imparidade nesse activo financeiro que já foi reconhecida em resultados – é anulada através do capital próprio e reconhecida no resultado do período.

Uma perda por imparidade reconhecida relativamente a activos financeiros disponíveis para venda é revertida se a perda tiver sido causada por eventos externos específicos de natureza excepcional que não se espera que se repitam mas que acontecimentos externos posteriores tenham feito reverter, sendo que nestas circunstâncias a reversão não afecta a demonstração de resultados, registando-se a subsequente flutuação positiva do activo na reserva de justo valor.

1.13 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito.

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IAS 39. Os instrumentos que não se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em Ganhos e perdas em instrumentos financeiros (Nota 10).

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente

utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente, nas rubricas de Valores a receber correntes e de Valores a pagar correntes.

Adicionalmente o Grupo contratou instrumentos financeiros derivados relativos a parte da carteira detida de licenças de emissão de gases com efeitos de estufa.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;

ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

1.14 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de balanço.

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica. Os incentivos fiscais atribuídos no âmbito de projectos de investimento a desenvolver pelo Grupo são reconhecidos em resultados do exercício na medida da existência de matéria colectável nas empresas beneficiárias que permita a sua utilização.

1.15 Existências

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

ii) Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

1.16 Valores a receber correntes

Os saldos de clientes e outros valores a receber correntes são inicialmente contabilizados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado (Nota 24).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

1.17 Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Passivos remunerados.

1.18 Capital Social e Acções Próprias

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 26).

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, como uma redução do capital próprio, na rubrica Acções próprias sendo os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação registados em Outras reservas. Em conformidade com a legislação comercial aplicável, enquanto as acções próprias se mantiverem na posse da sociedade, é tornada indisponível uma reserva de montante igual ao seu custo de aquisição.

Quando alguma empresa do Grupo adquire acções da empresa-mãe (acções próprias) o pagamento, que inclui os custos incrementais directamente atribuíveis, é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas.

Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transacção directamente atribuíveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa, em outras reservas.

1.19 Passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos sendo, subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor de reembolso é reconhecido na demonstração de resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço (Nota 31).

1.20 Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como custos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios (Nota 10).

Os encargos financeiros de empréstimos directamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de activos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do activo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projecto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Qualquer proveito directamente relacionado com um investimento específico é deduzido ao custo do referido activo.

1.21 Provisões

São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data (Nota 30).

O Grupo incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis (bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, às estabelecidas para a execução de planos de requalificação visual e paisagística) são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a actividade do Grupo, bem como se relacionem com benefícios económicos futuros e que permitam prolongar a vida, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pelo Grupo (Notas 30 e 36).

Adicionalmente, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental, sendo prática do Grupo a reconstituição continuada e progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, reconhecendo nos resultados desse mesmo período, os dispêndios incorridos.

No caso das pedreiras cuja reconstituição apenas é possível no fim da exploração, o Grupo solicitou a entidades independentes e especializadas a avaliação dessas responsabilidades, bem como o período estimado de exploração, reconhecendo provisões para este efeito (Nota 30).

1.22 Pensões e outros benefícios pós-emprego

1.22.1 Planos de pensões de benefícios definidos

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência, constituindo planos de pensões de benefícios definidos.

Conforme referido na Nota 29, o Grupo constituiu Fundos de Pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos. De acordo com o IAS 19, as

empresas com planos de pensões reconhecem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo a responsabilidade total do Grupo é estimada, pelo menos, semestralmente, à data dos fechos intercalar e anuais de contas, para cada plano separadamente, por uma entidade especializada e independente de acordo com o método das unidades de crédito projectadas.

Os custos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos nos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente, nas situações em que os benefícios se encontrem a ser pagos ou se encontrem vencidos.

A responsabilidade assim determinada é apresentada no Balanço, deduzida do valor de mercado dos fundos constituídos, na rubrica Pensões e outros benefícios pós-emprego, nos passivos não correntes.

Os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efectivamente ocorreu (bem como de alterações efectuadas aos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos activos dos fundos e a rentabilidade real) são reconhecidos, quando incorridos, directamente em capitais próprios (Nota 27).

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de forma a que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

1.22.2 Outros benefícios pós emprego

Adicionalmente, o Grupo atribui os seguintes benefícios pós-emprego:

Subsídio de reforma e morte

A CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. assumiu com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de (i) um subsídio de reforma por velhice e por invalidez, o qual representa 3 meses do último salário auferido e (ii) um subsídio por morte do trabalhador activo, de valor igual a 1 mês do último salário auferido.

Adicionalmente, a Portucel assumiu a obrigação de pagar um prémio de reforma, equivalente a 6 meses de vencimento, no caso o empregado se reformar na data normal da reforma de 65 anos. O valor actual das responsabilidades por pagamentos futuros de reforma e prémios de reforma é determinado por cálculo actuarial e registado como custo do período à medida em que os serviços são prestados pelos empregados, potenciais beneficiários.

Prémio de antiguidade

A Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e a CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de prémios: na Secil àqueles que atingem 25, 35 e 40 anos de antiguidade e (ii) na CMP àqueles que atingem 20 e 35 anos, calculados com base na remuneração base mensal, até 3 salários.

Assistência na doença

A Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e a CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., mantêm para com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, reformados e viúvas.

Sob este regime, vêm sendo comparticipados custos de determinados cuidados de saúde: (i) na Secil através do Seguro de Saúde, contratado pela Empresa e (ii) na CMP, através da “Cimentos – Federação das Caixas de Previdência”, para os trabalhadores nela incluídos, bem como, mediante aprovação prévia dos serviços médicos da empresa, para os restantes trabalhadores.

1.22.3 Férias e subsídio de férias e prémios

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 25 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

De acordo com o Sistema de Gestão de Desempenho vigente, os trabalhadores têm direito a uma gratificação no caso de cumprirem os objectivos definidos anualmente, direito esse normalmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respectivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

1.23 Valores a pagar correntes

Os saldos de fornecedores e valores a pagar correntes são inicialmente registados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado (Nota 32).

1.24 Subsídios

Os subsídios estatais só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios relacionados com activos biológicos valorizados pelo seu justo valor, conforme o IAS 41, são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os termos e condições de atribuição do subsídio estiverem satisfeitos.

Os subsídios ao investimento recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por investimentos efectuados em activos imobilizados são incluídos na rubrica Valores a pagar correntes e são reconhecidos em resultados, durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado, por dedução ao valor das amortizações.

1.25 Locações

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro.

De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de empréstimos, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 1.8, são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo o Grupo locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efectuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração dos resultados durante o período da locação (Nota 39).

Locações incluídas em contratos conforme IFRIC 4

O Grupo reconhece uma locação operacional ou financeira sempre que celebre um acordo, compreendendo uma transacção ou uma série de transacções relacionadas, que, mesmo não assumindo a forma legal de uma locação, transmita um direito de usar um activo em retorno de um pagamento ou de uma série de pagamentos (Nota 17).

1.26 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no período em que os dividendos são aprovados pelos accionistas e até ao momento da sua liquidação.

1.27 Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua

concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efectiva durante o período até à maturidade.

As empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes custos e proveitos são registadas nas rubricas Valores a receber correntes e Valores a pagar correntes (Notas 24 e 32 respectivamente).

1.28 Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 1.21.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro (Nota 41).

1.29 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

1.30 Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

As interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, são de aplicação obrigatória pelo IASB, para os exercícios que se iniciem em 1 de Janeiro de 2010:

Novas normas em vigor	Data de aplicação *
IFRS 3 (revisão) - Concentrações de actividades empresariais	1 de Janeiro de 2010
IAS 27 (revisão) - Demonstrações financeiras separadas e consolidadas	1 de Janeiro de 2010
IFRS 5 (Melhoria 2008) - Activos não correntes detidos para venda e unidades descontinuadas	1 de Janeiro de 2010
IFRS 1 (alteração) - Adopção pela primeira vez das IFRS	1 de Janeiro de 2010
IFRS 2 (alteração) - Pagamentos baseados em acções - transacções pagas financeiramente pelo Grupo	1 de Janeiro de 2010
IAS 39 (alteração) - Instrumentos financeiros - Itens elegíveis para cobertura	1 de Janeiro de 2010
IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços	1 de Janeiro de 2010
IFRIC 15 - Contratos para a construção de imóveis	1 de Janeiro de 2010
IFRIC 16 - Cobertura de investimentos em operações estrangeiras	1 de Janeiro de 2010
IFRIC 17 - Distribuições em espécie aos acionistas	1 de Janeiro de 2010
IFRIC 18 - Transferência de activos pelos clientes	1 de Janeiro de 2010

* Exercícios iniciados em ou após

Melhoria anual das normas em 2009 (a aplicar para os exercícios que se iniciem após 1 de Janeiro de 2010)	Data de aplicação *
IAS 17 - Locações	1 de Janeiro de 2010
IAS 36 - Imparidade de Activos	1 de Janeiro de 2010
IAS 38 - Activos Intangíveis	1 de Janeiro de 2010

* Exercícios iniciados em ou após

A introdução destas interpretações e a alteração das normas referidas anteriormente não tiveram impactos relevantes nas demonstrações do Grupo.

Novas normas e interpretações de aplicação não mandatária em 31 de Dezembro de 2010:

Existem novas normas, alterações e interpretações efectuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de Janeiro de 2010, que o Grupo decidiu não adoptar antecipadamente neste exercício, como segue:

Novas normas aprovadas pela Comissão Europeia	Data de aplicação *
IAS 32 (alteração) - Instrumentos financeiros: Apresentação - classificação de direitos emitidos	1 de Fevereiro de 2010
IFRS 1 (alteração) - Adopção pela primeira vez das IFRS	1 de Julho de 2010
IAS 24 (alteração) - Partes relacionadas	1 de Janeiro de 2011
IFRIC 19 - Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital	1 de Julho de 2011
IFRIC 14 (Alteração) - IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas	1 de Janeiro de 2011

* Exercícios iniciados em ou após

Novas normas não aprovadas pela Comissão Europeia	Data de aplicação *
IFRS 9 (novo) - Instrumentos financeiros - classificação e mensuração	1 de Janeiro de 2013
Projecto de melhorias anual das normas de 2010	
IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das IFRS	1 de Janeiro de 2011
IFRS 3 - Concentrações de actividades empresariais	1 de Janeiro de 2011
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações	1 de Janeiro de 2011
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	1 de Janeiro de 2011
IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas e consolidadas	1 de Janeiro de 2011
IAS 34 - Relato financeiro intercalar	1 de Janeiro de 2011
IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes	1 de Janeiro de 2011

* Exercícios iniciados em ou após

O Grupo não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da aplicação das normas supra pelo que optou pela sua não adopção antecipada. Contudo, não espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

2. Gestão do Risco

2.1 Factores do risco financeiro

A Semapa enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS) desenvolve directa e indirectamente actividades de gestão sobre as suas participadas. Deste modo, o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash flows* gerados por estas. A Empresa depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das suas subsidiárias, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cash-flows* gerados por essas sociedades.

A capacidade das subsidiárias da Semapa disponibilizarem fundos à holding dependerá, em parte, da sua capacidade de geração de *cash flows* positivos e, por outro lado, está dependente dos respectivos resultados, reservas disponíveis e estrutura financeira.

O Grupo Semapa tem um programa de gestão de risco que concentra a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira do Grupo Semapa. A gestão do risco é conduzida pela Direcção Financeira da holding e dos principais sub-Grupos de acordo com políticas aprovadas pelas respectivas Administrações. Existe ainda junto da Semapa uma Comissão de Controlo Interno com funções específicas na área do controlo de riscos da actividade da sociedade.

2.1.1 Risco cambial

A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas pode afectar significativamente as receitas do Grupo Semapa de diversas formas.

No que concerne ao sub-Grupo Portucel Soporcel, por um lado, o preço da pasta no mercado mundial é tradicionalmente fixado em USD, pelo que a evolução do euro face ao USD poderá ter um impacto nas vendas futuras deste sub-Grupo, independentemente dessas vendas serem denominadas em euros ou noutra moeda. Por outro lado, uma parte das vendas de papel é denominada em moedas diferentes do euro, nomeadamente em USD entre outras com menor preponderância. Por esta via também a evolução do euro face a estas moedas poderá ter um impacto significativo nas vendas futuras.

Adicionalmente, e uma vez concretizada uma venda em moeda diferente do euro, a Portucel Soporcel incorre em risco cambial até ao recebimento do montante dessa venda, caso não opte pela contratação de instrumentos de cobertura deste tipo de risco, como vem sendo prática para as vendas de pasta. Deste modo, existe permanentemente, no seu activo, um montante significativo de créditos a receber expostos a risco cambial.

Pontualmente, quando tal se afigura oportuno, este sub-Grupo recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados para a gestão do risco cambial, de acordo com uma política definida periodicamente e que tem como objectivo limitar o risco cambial associado às vendas futuras e o risco cambial associado aos créditos a receber denominados em moedas diferentes do euro.

O risco cambial do sub-Grupo Secil resulta sobretudo das compras de combustíveis e fretes de navios ambos pagos em USD. Este sub-Grupo prosseguiu a sua política de maximização do potencial de cobertura natural da sua exposição cambial, via compensação dos fluxos cambiais intra-Grupo. Para os fluxos não compensados naturalmente, o risco tem vindo a ser analisado e coberto através da contratação de estruturas de opções cambiais, que estabelecem o contra-valor máximo a pagar e permitem beneficiar parcialmente de evoluções favoráveis na taxa de câmbio.

O sub-Grupo Secil detém activos localizados na Tunísia, Angola e Líbano, pelo que a variação das moedas dos referidos países poderá ter impacto no balanço da Semapa.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio a 31 de Dezembro de 2010, com base nos valores de balanço dos activos e passivos financeiros do Grupo, no montante global de Euros 69.191.108, tendo por base as taxas de câmbio a essa data (31 de Dezembro de 2009: Euros 29.410.308), apresenta-se como segue:

Valores em Divisas	Dólar Norte Americano	Libra esterlina	Zloti Polaco	Coroa Sueca	Coroa Checa	Franco Suíço
A 31 de Dezembro de 2010						
Activos						
Caixa e equivalentes	26.908.360	38.577	40.309	-	10	11
Valores a receber	54.924.062	16.026.642	4.245.538	1.326.797	264	2.595.778
Outros activos	960.926	-	-	-	-	-
Total de activos financeiros	82.393.348	16.065.219	4.285.847	1.326.797	274	2.595.789
Passivos						
Passivo remunerado	(9.662.724)	-	-	-	-	-
Valores a pagar	(11.935.788)	(1.355.221)	(310.266)	(136.628)	(87.660)	(1.025.407)
Total de passivos financeiros	(21.598.522)	(1.355.221)	(310.266)	(136.628)	(87.660)	(1.025.407)
Posição financeira líquida de balanço	60.794.826	14.709.998	3.975.581	1.190.169	(87.386)	1.570.382
A 31 de Dezembro de 2009						
Total de activos financeiros	69.237.451	10.044.396	766.757	-	845	722.599
Total de passivos financeiros	(26.142.652)	(2.301.637)	(115.008)	(16.157)	(8.316)	(1.101.892)
Posição financeira líquida de balanço	43.094.799	7.742.759	651.749	(16.157)	(7.471)	(379.293)

Valores em Divisas	Coroa Dinamarquesa	Florin Hungaro	Dólar Australiano	000 Libras Libanesas	Dinar Tunisino
A 31 de Dezembro de 2010					
Activos					
Caixa e equivalentes	5.511	-	-	3.737.353	755.752
Valores a receber	1.520.999	5.160.001	96.887	11.066.574	12.741.632
Outros activos	-	-	-	204.595	219.554
Total de activos financeiros	1.526.510	5.160.001	96.887	15.008.522	13.716.938
Passivos					
Passivo remunerado	-	-	-	-	(13.660.224)
Valores a pagar	(622.428)	(67.508)	(3.042)	(18.763.829)	(15.354.289)
Total de passivos financeiros	(622.428)	(67.508)	(3.042)	(18.763.829)	(29.014.513)
Posição financeira líquida de balanço	904.082	5.092.493	93.845	(3.755.307)	(15.297.575)
A 31 de Dezembro de 2009					
Total de activos financeiros	210.922	14.527	45.005	13.126.171	20.848.688
Total de passivos financeiros	(238.531)	(1.109)	(2.298)	(28.466.076)	(27.213.376)
Posição financeira líquida de balanço	(27.609)	13.418	42.707	(15.339.905)	(6.364.688)

Em 31 de Dezembro de 2010, uma variação negativa de 5% de todas as taxas de câmbio com referência ao euro, resultaria num impacto nos resultados do exercício de Euros 2.710.037 negativos (31 de Dezembro de 2009: Euros 1.676.057 negativos).

2.1.2 Risco de taxa de juro

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como *interest rate swaps* (IRS), *collars* de taxa de juro, *forwards*, etc. Na selecção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

O grupo, na sua gestão da exposição às taxas de juro, apenas realiza cobertura de fluxos de caixa. Estas operações são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para a rubrica Ganhos/Perdas em instrumentos financeiros em Resultados financeiros líquidos na data da sua liquidação.

Se as operações de cobertura apresentarem ineficácia, esta é registada directamente em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados.

O custo da quase totalidade da dívida financeira contraída pelo Grupo está indexado a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio longo prazo). Deste modo, variações nas taxas de juro podem afectar os resultados do Grupo. Nos casos em que a Administração considera adequado, o Grupo recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados, nomeadamente *swaps* e *collars* de taxa de juro para a gestão do risco de taxa de juro, tendo estes instrumentos como objectivo fixar a taxa de juro dos empréstimos que obtém, dentro de determinados parâmetros.

O sub-Grupo Portucel, recorreu à utilização de *swaps* de taxa de juro para cerca de 30% da dívida.

O sub-Grupo Secil, em finais de 2005, optou por contratar uma cobertura parcial do risco da taxa de juro através de uma estrutura de derivados que lhe fixa um valor máximo para os encargos financeiros relativos à dívida de longo prazo com reembolso escalonados. Contratou também, durante o exercício de 2009, uma cobertura do risco de taxa de juro, através de um *interest rate swap* com valor notional de Euros 40M. A restante dívida, foi mantida num regime de taxa variável.

A Semapa SGPS, durante o exercício de 2009, procedeu à contratação de três estruturas de *collars* de taxa de juro, com o objectivo de fixar uma banda de pagamento sobre os encargos financeiros relativos a dois empréstimos obrigacionistas expostos ao risco de flutuação das taxas de juro.

Relativamente à dívida alocada ao sub-Grupo ETSA e à holding optou-se por manter na totalidade em regime de taxa variável, sendo expectável a contratação de coberturas proximamente de forma a aproveitar o actual nível das taxas de juro.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o desenvolvimento dos activos e passivos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da maturidade ou data de refixação é apresentado no quadro seguinte:

Valores em Euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ 5 anos	Total
A 31 de Dezembro de 2010						
Activos						
Correntes	211.722.675	53.368.636	-	-	-	265.091.311
Caixa e equivalentes	211.722.675	53.368.636	-	-	-	265.091.311
Total de activos financeiros	211.722.675	53.368.636	-	-	-	265.091.311
Passivos						
Não correntes	65.400.000	31.200.000	133.079.000	691.977.190	336.226.733	1.257.882.924
Correntes	90.867.342	46.938.993	12.872.302	-	-	150.678.637
Passivos remunerados	156.067.342	78.138.993	145.951.302	691.977.190	336.226.733	1.408.361.561
Total de passivos financeiros	156.067.342	78.138.993	145.951.302	691.977.190	336.226.733	1.408.361.561
Diferença	55.655.333	(24.770.357)	(145.951.302)	(691.977.190)	(336.226.733)	(1.143.270.250)

Valores em Euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ 5 anos	Total
A 31 de Dezembro de 2009						
Activos						
Não correntes	-	-	157.206	-	-	157.206
Activos fin. disponíveis para	-	-	157.206	-	-	157.206
Correntes	63.977.893	-	-	-	-	63.977.893
Caixa e equivalentes	63.977.893	-	-	-	-	63.977.893
Total de activos financeiros	63.977.893	-	157.206	-	-	64.135.099
Passivos						
Não correntes	59.350.000	-	554.064.054	14.967.091	243.633.092	872.014.237
Passivos remunerados	59.350.000	-	554.064.054	14.967.091	243.633.092	872.014.237
Correntes	4.781.913	99.440.619	343.526.406	-	-	447.748.938
Passivos remunerados	4.781.913	99.440.619	343.526.406	-	-	447.748.938
Total de passivos financeiros	64.131.913	99.440.619	897.590.460	14.967.091	243.633.092	1.319.763.175
Diferença	(154.020)	(99.440.619)	(897.433.255)	(14.967.091)	(243.633.092)	(1.255.628.076)

A Semapa utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

Desta forma, um aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado para todas as moedas às quais o Grupo tem empréstimos, a 31 de Dezembro de 2010 resultaria num impacto em resultados do exercício de Euros 7.041.808 (Euros 5.716.351 se considerada a dívida líquida remunerada) excluindo os instrumentos financeiros derivados de cobertura contratados para mitigar este risco (Nota 33).

2.1.3 Risco de crédito

O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afectem as economias locais, pode resultar na incapacidade dos clientes em saldar os seus compromissos decorrentes da venda de produtos.

O seguro de crédito tem sido um dos instrumentos adoptados pelo Grupo Semapa para minorar os impactos negativos deste tipo de risco.

As vendas que não estão abrangidas por um seguro de crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

O grupo realiza, no âmbito da sua actividade, renegociações periódicas de saldos a receber de acordo com a sua política de gestão de risco.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos a receber de clientes apresentava a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento dos valores em aberto:

Valores em Euros	Papel	Cimento	Ambiente	31-12-2010	31-12-2009
valores não vencidos	131.370.138	24.256.807	2.693.047	158.319.992	142.431.815
de 1 a 90 dias	27.195.090	11.899.936	2.130.927	41.225.953	44.910.044
de 91 a 180 dias	2.548.492	2.244.491	613.386	5.406.369	4.985.167
de 181 a 360 dias	2.106.739	913.045	121.639	3.141.423	3.183.047
de 361 a 540 dias	346.987	617.788	237.972	1.202.747	2.786.443
de 541 a 720 dias	126.078	778.923	43.477	948.478	876.859
a mais de 721 dias	123.199	5.908.246	153.041	6.184.486	4.824.459
	163.816.723	46.619.236	5.993.489	216.429.448	203.997.834
Em contencioso de cobrança	2.285.539	3.342.028	-	5.627.567	4.847.551
Imparidades (Nota 22)	(1.999.309)	(11.262.326)	(427.404)	(13.689.539)	(12.283.776)
Saldo líquido de clientes (nota 24)	164.102.453	38.698.938	5.566.085	208.367.476	196.561.608

Os valores apresentados correspondem aos valores em aberto, face aos prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas.

Estas são apuradas atendendo à informação regularmente reunida sobre o comportamento financeiro dos clientes do grupo, que permite, em conjugação com a experiência reunida na análise da carteira e em conjugação com os sinistros de crédito que se verifiquem, na parte não atribuível à seguradora, definir o valor das perdas a reconhecer no período.

O facto de existirem garantias para uma parte significativa dos saldos em aberto e com antiguidade justifica o facto de não se ter registado qualquer perda por imparidade nesses saldos.

A qualidade de risco de crédito do Grupo, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, face a Activos financeiros (Caixa e equivalentes) cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
AA	1.064.538	3.166.263
A	3.549.044	-
AA-	93.491.476	6.254.089
A+	-	7.951.860
A	-	46.684.989
A-	16.573.192	2.167.188
BBB+	125.423.058	-
B	1.783.478	-
Outros	23.206.526	22.810.339
	265.091.311	89.034.727

A rubrica Outros diz essencialmente respeito a aplicações de tesouraria em instituições financeiras em Angola relativamente às quais não foi possível obter a notação de *rating* com referência às datas apresentadas,

A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Saldo devedores vencidos não considerados em imparidades	Valor bruto	JV Garantias
Vencidos há menos de 3 meses	41.031.041	7.171.492
Vencidos há mais de 3 meses	8.900.139	2.164.185
	49.931.180	9.335.677
Saldo devedores considerados em imparidades	Valor bruto	JV Garantias
Vencidos há menos de 3 meses	194.912	-
Vencidos há mais de 3 meses	13.640.720	-
	13.835.632	12.262.104

De referir, conforme descrito anteriormente que o Grupo adoptou uma política de seguro de crédito para a

generalidade de saldos a receber de clientes e tem como prática a selecção de entidades financeiras para contrapartes nas suas transacções que apresenta em ratings financeiros bastante sólidos.

Desta forma é convicção do Grupo que a exposição efectiva ao risco de crédito se encontra mitigada a níveis aceitáveis.

A exposição máxima ao risco de crédito no Balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Não correntes		
Activos disponíveis para venda	677.180	798.167
Associadas e Outros activos não correntes	3.322.155	1.363.767
Correntes		
Valores a receber correntes	298.322.782	214.558.442
Caixa e seus equivalentes	265.091.311	88.825.813
	563.414.093	303.384.255
Exposição ao Risco de crédito fora de balanço		
Garantias prestadas (Nota 38)	59.996.236	44.402.845
Responsabilidades associadas reconhecidas (Nota 24)	(18.948.939)	(13.330.982)
	41.047.297	31.071.863

2.1.4 Risco de liquidez

O Grupo gere o risco de liquidez por duas vias: garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características das indústrias onde exerce a sua actividade, e através da contratação com instituições financeiras de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

A liquidez dos passivos financeiros contratados e remunerados originará os seguintes fluxos monetários não descontados, incluindo juros, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do balanço:

Valores em Euros	-1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ de 5 anos	Total
A 31 de Dezembro de 2010						
Passivos						
Passivo remunerado						
Empréstimos por obrigações	-	2.488.522	18.440.041	610.010.328	248.081.967	879.020.858
Papel comercial	50.402.763	173.856	995.749	66.987.447	47.678.291	166.238.106
Empréstimos bancários	41.097.448	604.502	48.773.791	294.605.586	103.333.587	488.414.914
Créditos de locação financeira	80.491	182.261	601.147	869.361	790.622	2.523.883
Valores a pagar e outros passivos	140.999.899	91.362.053	50.946.359	26.402.576	-	309.730.886
Total passivos	232.580.570	94.831.194	119.757.087	988.875.298	399.884.467	1.845.928.616
A 31 de Dezembro de 2009						
Passivos						
Passivo remunerado						
Empréstimos por obrigações	-	303.046.833	38.102.731	401.350.819	254.863.324	997.363.707
Papel comercial	322.064	-	318.563	19.142.936	42.734.444	62.518.007
Empréstimos bancários	5.066.885	41.705.392	75.153.798	202.302.768	35.099.243	359.328.086
Créditos de locação financeira	122.082	261.048	891.325	1.641.899	-	2.916.354
Valores a pagar e outros passivos	143.562.974	103.186.372	56.574.867	29.437.096	-	332.361.209
Total passivos	149.074.005	448.199.645	170.841.385	653.878.317	332.697.811	1.754.688.363

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os créditos bancários concedidos e não sacados, ascendiam a Euros 338.178.006 e Euros 708.869.890 respectivamente.

2.1.5 Risco de licenças de emissão de carbono

O Grupo promove uma gestão activa da sua carteira de licenças de emissão de carbono que lhe foram atribuídas no âmbito da fase 2 do EU-ETS realizando operações sempre que possível que minimizem o risco de preço.

2.2 Factores de risco operacional

2.2.1 Abastecimento de matérias-primas

Relativamente ao sub-grupo Portucel, o aprovisionamento de madeiras, nomeadamente de eucalipto, está sujeito a variações de preço e a eventuais dificuldades de abastecimento de matérias-primas que poderão ter um impacto significativo nos custos de produção das empresas produtoras de pasta.

A realização de novas plantações florestais de pinhal e eucalipto está sujeita a autorização das entidades competentes, pelo que o aumento das áreas florestadas ou a substituição de algumas das actuais áreas estão dependentes da decisão dos proprietários florestais que se estimam em cerca de 400.000, dos normativos aplicáveis e da celeridade das entidades competentes.

Em caso de insuficiência da produção nacional, em quantidade e qualidade, nomeadamente em termos de madeira certificada, Grupo poderá ter de aumentar as quantidades de madeira importadas.

Tendo presente o Valor Acrescentado Nacional quase sem paralelo na economia portuguesa, nas componentes directa e indirecta da fileira florestal do eucalipto, assim como o montante de exportações e o volume de emprego criado e a procura crescente de material lenhoso de eucalipto, dificilmente satisfeita pela floresta nacional, o Grupo vem sensibilizando o Governo e a opinião pública para a necessidade de garantir que, enquanto não aumentar significativamente a oferta interna deste tipo de material lenhoso em condições economicamente viáveis, a utilização de biomassa para fins energéticos não prevaleça sobre a utilização de madeira de eucalipto para produção de bens transaccionáveis.

No que se refere ao sub-Grupo Secil, as principais matérias-primas do processo de fabrico do cimento são os calcários e as margas ou argilas, cuja extracção é efectuada em pedreiras próprias, localizadas no perímetro fabril, dispondo a Secil de reservas que asseguram a exploração sustentada nos próximos anos.

O abastecimento de matéria-prima para o sub-Grupo ETSA está condicionado à disponibilidade de cadáveres animais e de resíduos da indústria agro-alimentar, em particular nos matadouros e nos centros de abate de animais.

Este mercado é relativamente vulnerável à degradação da situação económica, assim como à consequente alteração de hábitos de consumo e a facilidade de substituição entre produtos alimentares, que poderão limitar a actividade deste sub-Grupo.

2.2.2 Preço de venda

No que respeita ao sub-Grupo Portucel, os preços de mercado da pasta e do papel são formados no mercado mundial em regime de concorrência global e influenciam de forma determinante as receitas do sub-Grupo e a sua rentabilidade.

As variações dos preços, quer de pasta, quer de papel, resultam essencialmente de alterações da oferta e da procura mundiais e da situação financeira de cada um dos diferentes agentes económicos intervenientes em cada um destes mercados (produtores, *traders*, distribuidores, clientes, etc.) a nível mundial, que provocam diferentes e sucessivos níveis de preços de equilíbrio aumentando a volatilidade do mercado global.

Com o objectivo de limitar no curto prazo o risco associado às flutuações do preço da pasta o Grupo efectuou algumas operações de cobertura através da venda de *forwards*.

Uma vez que o sub-Grupo Secil desenvolve a sua actividade em mercados geograficamente diversos, os preços praticados, dependem essencialmente, da conjuntura económica de cada país.

No caso do mercado tunisino, contrariamente ao que constava no caderno de encargos do processo de privatização da indústria cimenteira, os preços do cimento não estão liberalizados sendo objecto de regulação por parte das entidades governamentais.

Dada a natureza do seu negócio, o sub-Grupo ETSA está exposto ao risco de volatilidade dos preços das *soft commodities* nos mercados internacionais (cereais e subprodutos de cereais), uma vez que estas são substitutas da gama de alguns dos produtos comercializados pelo Grupo ETSA.

Neste contexto, os preços de venda de alguns produtos deste sub-Grupo estão correlacionados com a evolução das cotações das *soft commodities* nos mercados internacionais, o que constitui um factor de risco adicional à actividade desenvolvida.

2.2.3 Procura dos produtos do Grupo

Uma eventual diminuição da procura de pasta branqueada de eucalipto e de papel de impressão e escrita não revestido nos mercados da União Europeia e dos Estados Unidos poderá ter um impacto significativo nas vendas do sub-Grupo Portucel Soporcel. A procura da pasta produzida depende ainda da evolução da capacidade instalada para produção de papel a nível mundial, dado que os principais clientes do Grupo são os produtores de papel.

O volume de negócios do sub-Grupo Secil deriva do nível de actividade no sector da construção em cada um dos mercados geográficos em que opera. O sector da construção tende a ser cíclico, especialmente em economias maduras, e depende do nível de construção residencial e comercial, bem como do nível de investimentos em infra-estruturas.

O sector da construção é sensível a factores como as taxas de juro e uma quebra da actividade económica numa dada economia pode conduzir a uma recessão no sector da construção.

Apesar da Empresa considerar que a sua diversificação geográfica é a melhor forma de conseguir a estabilização dos seus resultados, a sua actividade,

situação financeira e resultados operacionais podem ser negativamente afectados por uma quebra do sector da construção em qualquer mercado significativo em que opere.

Nos mercados maduros a procura de cimento e outros materiais de construção tende a ser bastante regular ao longo do ano, embora situações de forte pluviosidade ou neve tenham um efeito negativo na actividade. A procura dos produtos da Secil está, em geral, alinhada com esse padrão de comportamento.

A diminuição da procura ou a redução do nível de actividade de empresas das indústrias de rações de animais, de explorações agrícolas com criação de gado, de *petfood* e de biodiesel poderá ter um impacto significativo no volume de negócios do sub-Grupo ETSA.

2.2.4 Concorrência

O aumento da concorrência nos mercados onde opera pode ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo Semapa.

Os mercados de actuação do sub-Grupo Portucel Soporcel são altamente competitivos, pelo que na actual conjuntura, variações na capacidade de produção instalada poderão ter um impacto significativo nos preços praticados a nível mundial.

Estes factores têm incentivado o sub-Grupo a prosseguir a estratégia de marketing e *branding* delineada, a realizar investimentos materialmente relevantes para melhorar a produtividade e produzir produtos de elevada qualidade.

O principal factor de ameaça de competitividade da fileira florestal do eucalipto, reside na baixa produtividade da floresta portuguesa e na procura mundial de produtos certificados, sendo que apenas uma reduzidíssima parte da floresta está certificada, sendo de prever que esta pressão concorrencial se mantenha no futuro.

O sub-Grupo Secil desenvolve a sua actividade num ambiente competitivo forte. No caso do mercado português, na actual conjuntura, eventuais excessos de capacidade dos operadores nacionais em conjugação com importações provenientes do mercado espanhol, que se encontra em forte queda, poderá afectar a performance do Sub-grupo Secil nesse segmento

O sub-Grupo ETSA desenvolve a sua actividade num mercado onde concorre com outras empresas que operam no sector da recolha e valorização de subprodutos de origem animal e com outras empresas que tem como actividade a produção de bens substitutos dos produtos do Grupo ETSA, como são exemplo as indústrias de produção de rações e de óleos alimentares. Neste enquadramento, o eventual aumento ou diminuição da concorrência não deixará de ser reflectir nos níveis de rentabilidade do sub-Grupo.

2.2.5 Legislação ambiental

Nos últimos anos, a legislação da União Europeia em matéria ambiental tem vindo a tornar-se mais limitativa no que respeita ao controlo dos efluentes.

O Grupo Semapa respeita a legislação actualmente em vigor, tendo para isso realizado investimentos muito significativos nos últimos anos. Embora não se preveja, num futuro próximo, alterações significativas à actual legislação, existe a possibilidade do Grupo necessitar de realizar investimentos adicionais nesta área, de modo a cumprir com eventuais novos limites que venham a ser aprovados

2.2.6 Custos energéticos

Os custos energéticos assumem um peso significativo na maioria dos negócios do Grupo Semapa

O Grupo protege-se, em certa medida, contra o risco da subida do preço da energia através da possibilidade de algumas das suas fábricas utilizarem combustíveis alternativos e de contratos de fornecimento de energia eléctrica de longo prazo para algumas das necessidades energéticas.

Apesar destas medidas, flutuações significativas nos custos da electricidade e dos combustíveis podem afectar negativamente a sua actividade, posição financeira e resultados operacionais do Grupo.

2.2.7 Custos de contexto

Ineficiências de que padece a economia portuguesa podem afectar negativamente a capacidade concorrencial do Grupo, designada mas não exclusivamente nos seguintes domínios:

- i) Infra-estruturas: portos e caminhos-de-ferro; vias de comunicação rodoviárias, em especial nos acessos às fábricas do Grupo;
- ii) Ordenamento do território e consequente risco adicional de incêndios florestais;
- iii) Fraca produtividade das florestas nacionais.

3. **Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes**

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações à data do balanço.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

3.1 Imparidade do Goodwill

O Grupo testa anualmente, para efeitos de análise de imparidade do Goodwill, que regista no seu Balanço, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 1.10. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas.

Em 31 de Dezembro de 2010, um eventual agravamento de 0,5% na taxa de desconto utilizada nos testes de imparidade das diversas unidades geradoras de caixa implicaria um decréscimo global de 10% no seu valor de avaliação, o qual seria ainda assim, significativamente superior ao seu valor contabilístico.

3.2 Imposto sobre o Rendimento

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no período em que tais diferenças se constatarem.

3.3 Pressupostos actuariais

As responsabilidades referentes a planos de benefícios a empregados com benefícios definidos são calculadas com base em determinados pressupostos actuariais. Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo reviu em baixa a taxa de desconto utilizada no cálculo das suas responsabilidades com pensões (ver Nota 29) de 5,5% para 5%, utilizada para efeitos da mensuração das responsabilidades a essa data. Reviu igualmente em baixa a taxa de crescimento salarial de 2,5% para 2% por entender ser aquela que mais se ajusta à actual conjuntura económica.

As alterações referidas produziram um impacto líquido negativo, registado em capitais próprios, no montante de Euros 5.688.799.

3.4 Justo valor dos activos biológicos

Na determinação do justo valor dos activos biológicos é utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, no qual se consideram pressupostos correspondentes à natureza dos activos em avaliação (Nota 1.11). Alterações nestes pressupostos podem implicar valorizações/desvalorizações destes activos.

Em 31 de Dezembro de 2010, um agravamento de 0,5% na taxa de desconto utilizada (de 5,5%) implicaria uma desvalorização deste activo em Euros 4.706.128.

3.5 Reconhecimento de provisões e ajustamentos

O Grupo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efectua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

4. Relato por segmentos

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos operacionais identificados nomeadamente Pasta e Papel, Cimento e Derivados, Ambiente e Holdings. Os resultados, activos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhes são directamente atribuíveis, assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos.

Segmentos de negócio

A informação financeira por segmentos de negócio, do exercício de 2010, analisa-se como segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Holdings	Consolidado
RÉDITOS					
Réditos	1.385.455.688	273.267.641	29.370.874	142.117	1.688.236.320
Resultados operacionais	257.742.023	43.061.891	4.823.752	(22.812.460)	282.815.206
Resultados financeiros líquidos externos	(20.079.417)	(2.441.815)	(565.542)	(21.754.732)	(44.841.506)
Parte de lucros líquidos em associadas	-	291.941	-	-	291.941
Imposto sobre o rendimento	(51.084.638)	(10.918.814)	(1.828.547)	(86.088)	(63.918.087)
Resultados actividades ordinárias	186.577.968	29.993.203	2.429.663	(44.653.280)	174.347.554
Interesses não controlados	(42.976.548)	(4.683.988)	33.212	-	(47.627.324)
Resultado líquido do período	143.601.420	25.309.215	2.462.875	(44.653.280)	126.720.230
OUTRAS INFORMAÇÕES					
Total dos Activos segmentais	2.660.006.407	498.637.280	70.522.903	340.483.044	3.569.649.634
Investimentos em Associadas	516.173	1.523.340	-	-	2.039.513
Total de Passivos segmentais	1.470.635.160	210.076.042	20.877.901	624.118.936	2.325.708.039
Amortizações e perdas por imparidade	141.259.490	21.990.712	2.862.826	267.117	166.380.145
Provisões líquidas	1.165.032	685.923	-	1.605.001	3.455.956
Dispêndios em capital fixo	95.809.579	23.944.177	1.158.435	688.822	121.601.013

A informação financeira por segmentos de negócio, do exercício de 2009, analisa-se como segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Holdings	Consolidado
RÉDITOS					
Réditos	1.095.309.074	291.837.810	28.940.766	342.767	1.416.430.417
Resultados operacionais	107.201.984	56.383.827	5.409.891	(14.778.083)	154.217.619
Resultados financeiros líquidos externos	(7.545.480)	(2.945.734)	(507.816)	(15.604.590)	(26.603.620)
Parte de lucros líquidos em associadas	-	395.181	-	-	395.181
Imposto sobre o rendimento	(12.869.267)	(7.859.336)	(1.456.729)	(80.791)	(22.266.123)
Resultados actividades ordinárias	86.787.237	45.973.938	3.445.346	(30.463.464)	105.743.057
Interesses não controlados	(20.014.658)	(6.449.677)	(429.398)	-	(26.893.733)
Resultado líquido do período	66.772.579	39.524.261	3.015.948	(30.463.464)	78.849.324
OUTRAS INFORMAÇÕES					
Total dos Activos segmentais	2.574.370.284	482.195.651	26.258.165	290.634.720	3.373.458.820
Investimentos em Associadas	130.074	1.725.359	-	-	1.855.433
Total de Passivos segmentais	1.393.943.379	203.934.818	19.328.396	585.132.899	2.202.339.492
Amortizações e perdas por imparidade	136.421.895	21.880.528	1.826.675	161.328	160.290.426
Provisões líquidas	(21.464.011)	229.839	(235.000)	(635.598)	(22.104.770)
Dispêndios em capital fixo	522.306.829	15.723.500	4.071.489	47.333	542.149.151

Segmentos geográficos

2010	Pasta e Papel	Cimentos	Ambiente	Total
Vendas e prestações de serviços:				
Portugal	227.373.130	155.503.579	21.046.249	403.922.958
Resto da Europa	835.679.610	1.243.214	8.112.852	845.035.676
América	129.941.848	-	-	129.941.848
África	-	50.323.675	211.773	50.535.448
Ásia	-	39.325.805	-	39.325.805
Overseas	192.461.100	26.871.368	-	219.332.468
	1.385.455.688	273.267.641	29.370.874	1.688.094.203

2009	Pasta e Papel	Cimentos	Ambiente	Total
Vendas e prestações de serviços:				
Portugal	221.118.131	170.987.223	19.113.455	411.218.809
Resto da Europa	679.448.979	814.757	9.496.486	689.760.222
América	78.166.261	-	-	78.166.261
África	-	58.827.704	330.825	59.158.529
Ásia	-	35.549.302	-	35.549.302
Overseas	116.575.703	25.658.825	-	142.234.528
	1.095.309.074	291.837.811	28.940.766	1.416.087.651

Salienta-se que o segmento de Cimentos e Derivados (sub-Grupo Secil) encontra-se consolidado pelo método proporcional motivo pelo qual os valores expressos no quadro supra correspondem apenas a 51% do total apresentado pelo sub-Grupo.

5. Outros proveitos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Outros proveitos operacionais decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2010	2009
Subsídios - Licenças de emissão CO2	27.887.589	18.272.735
Reversão de ajustamentos	-	1.658.787
Reversão de imparidades (Nota 22)	1.014.340	6.485.170
"Swap" de licenças de emissão CO2	864.283	864.283
Proveitos suplementares	844.844	2.738.711
Ganhos em Outros activos não correntes	4.087.228	4.073.467
Ganhos em existências	74.932	496.728
Ganhos em activos correntes	1.765.481	35.668
Subsídios à exploração	1.871.029	1.502.652
Trabalhos para a própria empresa	79.247	6.498.490
Proveitos com tratamento de resíduos	711.412	478.294
Outros proveitos operacionais	5.083.919	11.552.976
	44.284.304	54.657.961

O montante relevado na rubrica Subsídios – Licenças de emissão de CO2 corresponde ao reconhecimento do subsídio, originado na atribuição de licenças a título gratuito (Nota 1.6.1).

6. Gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Gastos e perdas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2010	2009
Custo das Vendas e Prestações de Serviços		
Inventários consumidos e vendidos	(595.904.289)	(568.341.107)
Materiais e serviços consumidos	(444.672.390)	(395.511.547)
Variação de produção	(6.535.646)	(1.160.048)
Gastos com Pessoal		
Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 7)	(11.070.803)	(11.911.099)
Outras remunerações	(126.036.003)	(111.952.299)
Pensões (Nota 29)	(12.631.173)	(11.952.789)
Outros gastos com pessoal	(39.398.415)	(36.954.076)
	(189.136.394)	(172.770.263)
Outros Gastos e Perdas Operacionais		
Quotizações	(714.808)	(759.635)
Donativos	(703.574)	(586.946)
Gastos com emissões de CO2	(21.486.675)	(18.753.577)
Imparidades em existências e dívidas a receber (Nota 22)	(3.465.127)	(3.406.420)
Perdas em existências	(395.174)	(1.108.556)
Impostos indirectos	(5.793.775)	(6.082.194)
Perdas na alienação de activos não correntes	(278.405)	(30.479)
Outros gastos operacionais	(2.995.706)	(5.637.251)
	(35.833.244)	(36.365.058)
Provisões líquidas (Nota 30)	(3.455.956)	22.104.770
Total dos Gastos e Perdas	(1.275.537.919)	(1.152.043.253)

7. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Remunerações dos membros dos órgãos sociais, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2010	2009
Conselho de Administração		
Semapa SGPS, S.A.	4.455.754	5.343.372
Membros do CA da Semapa noutras empresas	4.138.779	5.028.399
Órgãos sociais de outras empresas do Grupo	2.476.270	1.539.328
	11.070.803	11.911.099

Adicionalmente o Conselho de Administração da Semapa, bem como o da Portucel, beneficiam de um plano de pensões conforme descrito na nota 29.

8. Depreciações, amortizações e perdas por imparidade

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Depreciações, amortizações e perdas por imparidade decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2010	2009
Depreciações de Terrenos, Edifícios e Equipamentos		
Terrenos	(1.556.408)	(1.147.430)
Edifícios	(25.874.901)	(23.258.492)
Equipamento Básico e outros tangíveis	(137.623.705)	(135.420.084)
	(165.055.014)	(159.826.006)
Amortizações de Activos Intangíveis		
Propriedade industrial e outros direitos (Nota 16)	(465.729)	(464.420)
	(465.729)	(464.420)
Perdas por Imparidade em Activos Tangíveis		
Imobilizado em curso (Nota 22)	(102.292)	-
	(102.292)	-
Perdas por Imparidade em Activos Intangíveis		
Goodwill (Nota 15 e 22)	(757.110)	-
	(757.110)	-
	(166.380.145)	(160.290.426)

As amortizações são líquidas de subsídios ao investimento no montante de Euros 1.486.324 (2009: Euros 5.223.932).

As perdas por imparidade registadas no Goodwill respeitam à sociedade Abapor – Comércio e Indústria de Carnes, SA (Nota 15).

9. Apropriação de resultados em empresas associadas

No decurso do exercício de 2010 e 2009, o Grupo apropriou-se de resultados em empresas associadas conforme segue:

Valores em Euros	2010	2009
Sub-Grupo Secil		
Chryso - Aditivos de Portugal, S.A.	2.730	(2.237)
Setefrete, SGPS, S.A.	295.399	393.512
J.M. Henriques, Lda.	(6.188)	3.906
	291.941	395.181

A empresa não reconhece impostos diferidos sobre estes montantes, quando positivos, por entender ser aplicável o disposto no artigo 51º do código do IRC.

10. Resultados financeiros Líquidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os Resultados financeiros líquidos decompõem-se como segue:

Valores em Euros	2010	2009
Juros suportados com empréstimos de accionistas	(136.234)	(181.872)
Juros suportados com outros empréstimos obtidos	(35.131.732)	(48.487.477)
Juros obtidos com empréstimos a empresas associadas	71.352	-
Outros juros obtidos	3.642.581	4.363.494
Juros compensatórios	-	10.862.681
Justo valor em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	(247.061)	1.584.204
Justo valor em activos financeiros ao justo valor em resultados (Nota 21)	(3.601.878)	-
Ganhos / (Perdas) com instrumentos financeiros de cobertura (Nota 33)	(5.739.313)	7.785.198
Ganhos / (Perdas) com instrumentos financeiros de negociação (Nota 33)	(2.136.316)	(3.167.947)
Diferenças de Câmbio	258.495	3.896.004
Outros custos e perdas financeiros	(2.506.610)	(3.228.367)
Outros proveitos e ganhos financeiros	685.210	(29.538)
	(44.841.506)	(26.603.620)

A rubrica Justo valor em activos financeiros ao justo valor em resultados corresponde aos ganhos e perdas resultantes da alteração no justo valor verificada nos títulos cotados detidos pelo Grupo, conforme descrito na nota 20.

Em 2009 e anos anteriores os juros compensatórios estavam associados a liquidações adicionais de impostos (relativos a liquidações dos anos de 1998 a 2003) e contingências fiscais em Portugal e no exterior, tendo sido revertidos em 2009 por se verificar não serem exigíveis.

As rubricas Ganhos/(Perdas) com instrumentos financeiros de negociação e cobertura acomodam as variações de justo valor registadas no exercício com os instrumentos descritos na nota 33.

11. Imposto sobre o rendimento

Os grupos Semapa, Portucel e Secil encontram-se sujeitos ao regime especial de tributação de grupos de sociedades, constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 90% e que cumprem as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do IRC.

As empresas que se englobam no perímetro dos grupos de sociedades sujeitos a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa óptica individual.

Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados como um proveito nas diversas sociedades dominantes.

De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são deduzidos ou acrescidas, respectivamente, ao resultado do período, para apuramento da matéria colectável.

Os dividendos são considerados no apuramento da matéria colectável do ano em que são recebidos, se as participações forem detidas por um período inferior a um ano ou representem uma percentagem inferior a 10% do capital social.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Impostos apresenta o seguinte detalhe:

Valores em Euros	2010	2009
Imposto corrente	41.541.627	28.153.221
Provisões líquidas para Impostos	(4.443.051)	(10.814.479)
Imposto diferido (Nota 28)	26.819.511	4.927.381
	63.918.087	22.266.123

A reconciliação da taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2010 e 2009, é evidenciada como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Resultado antes de impostos	238.265.641	128.009.180
Imposto esperado	63.140.395	33.922.433
Derrama estadual	16.847.780	-
Diferenças (a)	(11.853.725)	(1.656.950)
Imposto relativo a exercícios anteriores	(2.393.005)	-
Prejuízos fiscais recuperáveis de exercícios anteriores	(114.804)	(2.385.638)
Prejuízos fiscais não recuperáveis	8.088.301	5.977.781
Efeito de taxa de imposto	11.320.256	(695.248)
Provisão para imposto corrente	(4.443.052)	(10.814.479)
Benefícios fiscais	(15.937.709)	(1.721.629)
Outros ajustamentos à colecta	(736.350)	(360.147)
	63.918.087	22.266.123
Taxa efectiva de imposto	26,83%	17,39%

(a) Este valor respeita essencialmente a :

Amortização de "goodwill"	556.576	-
Efeito da aplicação do método da Equivalência Patrimonial	(291.941)	(395.181)
Mais / (Menos) valias fiscais	(20.985.706)	(454.720)
(Mais) / Menos valias contabilísticas	(11.325.450)	(6.665.300)
Ajustamentos e provisões tributadas	14.073.256	10.492.078
Benefícios fiscais	(3.021.661)	(5.707.551)
Dividendos de empresas sediadas fora da U.E.	4.234.801	2.537.887
Redução de provisões tributadas	(23.270.795)	(1.115.360)
Resultados intragrupo sujeitos a tributação	-	(13.321.222)
Dotações para fundo de pensões	(1.380.812)	2.428.820
Outros	(3.319.305)	5.947.907
	(44.731.037)	(6.252.642)
Impacto fiscal (26,5%)	(11.853.725)	(1.656.950)

No exercício de 2010, decorrente da aplicação das medidas temporárias do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) legisladas pela Lei 12-A/2010, o Grupo passou a reflectir a sua estimativa de imposto tendo por base a taxa de 29% em detrimento da taxa de 26,5% aplicável até então.

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período de 6 anos.

Noutros países em que o Grupo desenvolve a sua actividade estes prazos são diferentes, em regra superiores.

O Conselho de Administração entende que eventuais correcções àquelas declarações em resultado de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010, sendo certo que já foram revistos os exercícios até 2008.

12. Resultados por acção

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as acções da Semapa, pelo que não existe diluição dos resultados.

Valores em Euros	2010	2009
Resultado atribuível aos Accionistas da Semapa	126.720.230	78.849.324
Número médio ponderado de acções	112.884.470	112.884.470
Resultado básico por acção	1,123	0,698
Resultado diluído por acção	1,123	0,698

O número médio ponderado de acções encontra-se deduzido do número de acções próprias de 2.727.975 detidas pela Seminv, S.A., sociedade subsidiária da Semapa SGPS, S.A. assim como 2.720.000 acções próprias adquiridas pela própria em Julho de 2007.

13. Interesses não controlados

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os Interesses não controlados evidenciados na Demonstração dos resultados detalham-se como segue:

Valores em Euros	2010	2009
Portucel - Empresa de Pasta e Papel, SA	42.984.403	20.021.752
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	(7.855)	(7.094)
Grupo Secil Betões e Inertes	15.401	17.672
Société des Ciments de Gabès	49.053	37.038
Secil Martingança	530	11.294
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	(572.717)	1.540.600
Cimentos de Siblino, S.A.L.	4.865.664	4.671.602
Grupo Cimentos Madeira	317.097	133.576
ETSA - Investimentos, SGPS, SA	(33.212)	429.399
Outros	8.960	37.894
	47.627.324	26.893.733

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os Interesses não controlados em Balanço detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Portucel - Empresa de Pasta e Papel, SA	273.913.139	272.085.085
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	216.754	230.002
Grupo Secil Betões e Inertes	134.992	197.286
Société des Ciments de Gabès	685.077	675.225
Secil Martingança	167.269	166.700
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	4.367.609	4.576.867
Cimentos de Siblino, S.A.L.	25.481.508	22.616.610
Grupo Cimentos Madeira	3.085.408	2.865.844
ETSA - Investimentos, SGPS, SA	1.932.481	1.392.465
Outros	536.609	569.176
	310.520.846	305.375.260

A movimentação dos interesses não controlados no decurso dos exercícios de 2010 e 2009 apresenta-se conforme segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Total
Saldo em 1 Janeiro 2009	273.570.762	29.368.927	803	302.940.492
Variáveis perimetro	(3.222.604)	(110.579)	1.655.159	(1.678.024)
Dividendos	(18.248.232)	(2.908.243)	(420.000)	(21.576.475)
Reserva de conversão cambial	(4.419)	(1.117.509)	-	(1.121.928)
Instrumentos financeiros	(1.548.325)	-	-	(1.548.325)
Ganhos e perdas actuariais	1.689.735	17.993	-	1.707.728
Outros movimentos nos CP's	63.512	-	(305.453)	(241.941)
Resultado do exercício	20.014.658	6.449.676	429.399	26.893.733
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	272.315.087	31.700.265	1.359.908	305.375.260
Aquisições/(Alienacões) a INC	(232.029)	(64.397)	-	(296.426)
Dividendos	(41.418.806)	(3.798.871)	(800.000)	(46.017.677)
Reserva de conversão cambial	147.669	1.920.597	-	2.068.266
Instrumentos financeiros	353.565	-	-	353.565
Ganhos e perdas actuariais	(12.141)	16.890	-	4.749
Outros movimentos nos CP's	-	-	1.405.785	1.405.785
Resultado do período	42.976.548	4.683.988	(33.212)	47.627.324
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	274.129.893	34.458.472	1.932.481	310.520.846

14. Aplicação do resultado do exercício anterior

Valores em Euros	Aplicação do resultado do exercício de:	
	2009	2008
Distribuição de dividendos	29.481.174	29.481.173
Outras reservas	49.368.150	61.866.307
Resultados Transitados	-	15.000.000
Resultado líquido do exercício	78.849.324	106.347.480
Dividendos por acção em circulação	0,255	0,255

À data de 31 de Dezembro de 2010, a reserva legal encontra-se constituída pelo seu limite máximo à qual se acresce a reserva por prémio de emissão.

15. Goodwill

No decurso do exercício de 2010 e 2009, o movimento ocorrido na rubrica Goodwill, foi conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Valor líquido no início	321.274.798	330.370.980
Transferências	(441.842)	-
Imparidades (Nota 8)	(757.110)	-
Aquisições	-	694.850
Alienacões	-	(8.966.590)
Ajustamento Cambial	129.101	(824.442)
Saldo Final	320.204.947	321.274.798

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (Nota 22)

Conforme preconizado pela IAS 36, o goodwill encontra-se sujeito a testes de imparidade efectuados numa base anual conforme política contabilística descrita na nota 1.7.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Goodwill detalha-se como segue:

Entidade	Ano Aq.	31-12-2010	31-12-2009
Aquisições Semapa e restantes Holdings			
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	1997	6.766.530	6.766.530
Cimentospar, SGPS, SA	2003	81.296.931	81.296.931
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S ^a	2004	135.565.059	135.565.059
ETSA - Investimentos, SGPS, SA	2008	35.866.358	35.866.358
		259.494.878	259.494.878
Aquisições do sub-grupo Secil (51%)			
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A.	1994	24.906.178	24.906.178
Société des Ciments de Gabès	2000	16.382.556	16.726.887
Grupo Secil Betões e Inertes	2000	6.796.621	6.796.621
Sud-Béton-Société de Fabrication de Béton du Sud	2001	973.828	994.295
Tecnosecil, S.A.R.L.	2005	907.617	841.843
IRP - Indústria de Reboco de Portugal, S.A.	2005	1.611.226	1.611.226
Sicobetão - Fabricação de Betão, S.A.	2006	421.747	421.747
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, S.A.	2005	61.418	71.117
Secil Betões e Inertes, SGPS, S.A.	2006	311.197	311.197
Cimentos Madeira, S.A.	2007	924.103	924.103
Minerbetão, S.A.	2007	476.507	476.507
Cimentos de Siblino, S.A.L.	2007	5.995.677	5.567.554
Teporsel, S.A.	2008	78.403	78.403
Colegra	2008	43.706	43.706
Quimipetra	2009	262.709	694.850
		60.153.493	60.466.234
Aquisições do sub-grupo ETSA			
Abapor - Comércio e Indústria de Carnes, SA	2008	556.576	1.313.686
		556.576	1.313.686
		320.204.947	321.274.798

O Goodwill é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (CGU's) do Grupo, identificadas de acordo o segmento de negócio e com o país da operação, conforme segue:

Valores em Euros	31 de Dezembro de 2010			
	Cimento e derivados	Pasta e Papel	Ambiente	Total
Portugal	123.895.858	135.565.059	36.422.934	295.883.851
Tunísia	17.356.384	-	-	17.356.384
Libano	5.995.677	-	-	5.995.677
Angola	907.617	-	-	907.617
Cabo Verde	61.418	-	-	61.418
	148.216.954	135.565.059	36.422.934	320.204.947

Valores em Euros	31 de Dezembro de 2009			
	Cimento e derivados	Pasta e Papel	Ambiente	Total
Portugal	124.327.999	135.565.059	37.180.044	297.073.102
Tunísia	17.721.182	-	-	17.721.182
Libano	5.567.554	-	-	5.567.554
Angola	841.843	-	-	841.843
Cabo Verde	71.117	-	-	71.117
	148.529.695	135.565.059	37.180.044	321.274.798

Para efeitos de testes de imparidade, o valor recuperável das CGU's é determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados.

Os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócio com a actual estrutura produtiva, sendo utilizado o orçamento para o ano seguinte e uma estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de 4 anos.

Em resultado dos testes de imparidade efectuados não foram identificadas perdas por imparidade no Goodwill afecto às diversas unidades geradoras de caixa, para além das devidamente registadas e detalhadas na nota 8.

Os principais pressupostos utilizados para efeitos de testes de imparidade foram os seguintes:

	WACC*	Tx Cresci/ ^o na perp.
Cimentos e derivados		
Portugal	7,80%	0,00%
Tunísia	8,70%	2,25%
Libano	10,50%	2,25%
Angola	10,70%	2,25%
Cabo Verde	10,10%	2,25%
Pasta ePapel		
Papel	8,96%	0,00%
Ambiente	8,95%	0,00%

* Após taxa de imposto

16. Outros activos intangíveis

No decurso do exercício de 2010 e 2009, o movimento ocorrido na rubrica Outros activos intangíveis, foi conforme segue:

Valores em Euros	Marcas	Propriedade industrial e outros direitos	Licenças de Emissão de CO2	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 1 de Janeiro de 2009	151.488.000	1.898.102	25.611.098	178.997.200
Variação de perímetro	-	-	-	-
Aquisições/Atribuições	-	-	19.790.628	19.790.628
Alienações	-	-	(6.748.536)	(6.748.536)
Regularizações, transferências e abates	-	-	(19.170.252)	(19.170.252)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	151.488.000	1.898.102	19.482.938	172.869.040
Variação de perímetro	-	-	-	-
Aquisições/Atribuições	-	-	30.354.950	30.354.950
Alienações	-	-	(15.421.623)	(15.421.623)
Regularizações, transferências e abates	-	-	(14.749.546)	(14.749.546)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	151.488.000	1.898.102	19.666.719	173.052.821
Amort. acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo a 1 de Janeiro de 2009	-	(948.782)	(1.543.516)	(2.492.298)
Variação de perímetro	-	-	-	-
Amortizações e perdas por imparidade	-	(464.420)	-	(464.420)
Alienações	-	-	-	-
Regularizações, transferências e abates	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	-	(1.413.202)	(1.543.516)	(2.956.718)
Variação de perímetro	-	-	-	-
Amortizações e perdas por imparidade	-	(465.729)	-	(465.729)
Alienações	-	-	-	-
Regularizações, transferências e abates	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	-	(1.878.931)	(1.543.516)	(3.422.447)
Valor líquido a 1 de Janeiro de 2009	151.488.000	949.320	24.067.582	176.504.902
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2009	151.488.000	484.900	17.939.422	169.912.322
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2010	151.488.000	19.171	18.123.203	169.630.374

O montante de Euros 151.488.000 relevado na rubrica Marcas, corresponde à valorização inicial apurada na avaliação efectuada por uma entidade especializada e independente, às marcas Navigator e Soporset, utilizando as respectivas projecções de fluxos de caixa actualizadas a uma taxa de desconto apropriada, na sequência da atribuição dos justos valores aos activos e passivos do sub-Grupo Portucel, o qual não se encontra sujeito a amortização por se considerar não ter vida útil definida (Nota 1.6).

A imparidade deste activo intangível é testada anualmente. Da avaliação levada a cabo pelo Grupo no primeiro semestre de 2010 não resultou qualquer perda por imparidade. Os pressupostos utilizados nesta avaliação resumem-se como segue:

Marca	Mercados	Taxa Juro sem risco	Taxa Desconto*	Taxa Inflação	Taxa Imposto**
Navigator	Europa	2,7%	6,4%	2,0%	26,5%
	EUA	3,0%	11,8%	2,5%	-
Soporset	Europa	2,7%	6,1%	2,0%	26,5%
	EUA	3,0%	12,4%	2,5%	-

* As taxas de desconto apresentadas incorporam o nível de solidez de cada uma das marcas

** avaliação efectuada no 1º semestre de 2010

17. Terrenos, edifícios e outros equipamentos

No decurso do exercício de 2010 e 2009, o movimento ocorrido nos Terrenos, Edifícios e outros equipamentos, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

Valores em Euros	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	179.530.283	647.473.486	3.452.542.094	288.345.993	4.567.891.856
Variação de perímetro	3.016.134	64.229	1.848.399	-	4.928.762
Aquisições	5.510.070	47.624.704	460.399.899	28.673.854	542.208.527
Alienações	(10.046)	(183.260)	(6.294.540)	-	(6.487.846)
Revalorizações de justo valor	988.790	47.544.029	78.872.903	(128.259.658)	(853.936)
Ajustamento cambial	(1.311.034)	(1.160.714)	(4.285.593)	(222.741)	(6.980.082)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	187.724.197	741.362.474	3.983.083.162	188.537.448	5.100.707.281
Aquisições	2.422.151	23.054.775	63.844.273	32.279.814	121.601.013
Alienações	(1.003.798)	(1.873.539)	(3.497.769)	-	(6.375.106)
Revalorizações de justo valor	4.851.903	11.142.048	156.793.069	(176.599.440)	(3.812.420)
Ajustamento cambial	(89.251)	1.239.139	3.128.871	337.762	4.616.521
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	193.905.202	774.924.897	4.203.351.606	44.555.584	5.216.737.289
Amort. acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	(14.281.002)	(394.438.371)	(2.383.596.257)	-	(2.792.315.630)
Variação de perímetro	(111.285)	(40.836)	(1.416.255)	-	(1.568.376)
Amortizações e perdas por imparidade	(1.147.430)	(23.707.394)	(139.133.093)	-	(163.987.917)
Alienações	3.415	119.511	6.260.467	-	6.383.393
Regularizações, transferências e abates	-	1.982	(54.725)	-	(52.743)
Ajustamento cambial	217.526	525.896	2.096.000	-	2.839.422
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	(15.318.776)	(417.539.212)	(2.515.843.863)	-	(2.948.701.851)
Variação de perímetro	-	-	-	-	-
Amortizações e perdas por imparidade	(1.963.041)	(7.453.352)	(154.152.297)	(102.292)	(163.670.982)
Alienações	(6.097)	556.912	3.260.016	-	3.810.831
Regularizações, transferências e abates	873	1.233.449	5.590.202	-	6.824.524
Ajustamento cambial	72.556	(519.253)	(1.346.579)	-	(1.793.276)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(17.214.485)	(423.721.456)	(2.662.492.521)	(102.292)	(3.103.530.754)
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2009	165.249.281	253.035.115	1.068.945.837	288.345.993	1.775.576.226
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009	172.405.421	323.823.262	1.467.239.299	188.537.448	2.152.005.430
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010	176.690.717	351.203.441	1.540.859.085	44.453.292	2.113.206.535

O Grupo detém uma participação de 8% na Soporgen – Sociedade Portuguesa de Geração de Electricidade e Calor, S.A. (Soporgen), empresa que tem como actividade principal a produção de energia eléctrica e vapor, que é vendido em exclusivo à participada Soporcel.

Em 2009, com o arranque da nova fábrica de papel, o Grupo Portucel reconheceu como um contrato de locação financeira o custo da unidade de produção de Precipitado de Carbonato de Cálcio instalada para o efeito pela Omya, S.A. no site industrial do Grupo em Setúbal, para utilização exclusiva daquela nova unidade fabril, prevendo o contrato de aquisição a transferência da propriedade dos activos no final da sua vigência.

Atendendo à substância dos acordos anteriormente descritos, o Grupo aplica a interpretação IFRIC 4 – Determinar se um acordo contém uma locação. Em virtude da adopção desta norma a rubrica Activos fixos tangíveis – Equipamentos e outros tangíveis foi aumentada em Euros 58.003.950 ao qual se deduziram as respectivas depreciações acumuladas no montante de Euros 34.161.456 (31 de Dezembro de 2009: Euros 29.714.344), com referência a 31 de Dezembro de 2010. Em 31 de Dezembro de 2010 o valor líquido contabilístico destes equipamentos ascende a Euros 23.842.494 (31 de Dezembro de 2009: Euros 28.289.606).

Em 31 de Dezembro de 2010 a rubrica de imobilizado em curso inclui Euros 3.919.787 (2009: Euros 35.770.635), relativos a adiantamentos de imobilizado, efectuados no âmbito dos projectos de investimento actualmente em curso no Grupo. Estes montantes encontram-se integralmente garantidos por garantias bancárias entregues pelos fornecedores em causa às empresas do Grupo que se encontram a promover os investimentos, conforme prática de mitigação do risco de crédito implementada.

À data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de Equipamento básico incluía bens implantados em propriedade alheia (explorações de suínos) para armazenagem temporária dos cadáveres a recolher, num total líquido de depreciações de Euros 1.547.293 e Euros 1.638.970 respectivamente.

18. Activos biológicos

No decurso do exercício de 2010 e 2009, o movimento ocorrido nos activos biológicos decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Valor bruto a 1 de Janeiro	118.289.970	122.827.050
Variações de justo valor		
Cortes efectuados	(21.058.399)	(14.389.877)
Crescimento	6.950.100	5.289.007
Replantações	3.210.386	1.874.122
Outras variações de justo valor	3.110.559	2.689.668
Total de variações de justo valor	(7.787.354)	(4.537.080)
	110.502.616	118.289.970

Os montantes apresentados em Outras variações de justo valor correspondem, essencialmente, a alterações (positivas ou negativas) no volume estimado de potencial futuro de extracção de madeira por via de novas plantações, ganhos/perdas de eficiência na exploração dos activos florestais e abates por incêndios.

19. Investimentos em associadas

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios de 2010 e 2009, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Saldo inicial	1.855.433	1.828.322
Resultado líquido apropriado	291.941	395.181
Dividendos recebidos	(655.839)	(339.788)
Ajustamento cambial	(26)	(45)
Outros movimentos	548.004	(28.237)
	2.039.513	1.855.433

O total de investimentos em associadas inclui um montante de Euros 1.136.153 correspondente ao goodwill apurado na aquisição de uma participação na Setefrete, SGPS, SA..

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os investimentos em associadas em balanço, incluindo o goodwill, tinham a seguinte composição:

Participadas/Associadas	% detida	Valor contabilístico	
		31-12-2010	31-12-2009
Chryso - Aditivos de Portugal, S.A.	40,00%	16.259	13.530
Setefrete, SGPS, S.A.	25,00%	1.310.387	1.508.924
MC - Matériaux de Construction	49,36%	1.276	1.353
J.M. Henriques, Lda.	100,00%	195.417	201.552
Soporgen	8,00%	516.174	4.000
Liaision Technologie	1,52%	-	126.074
		2.039.513	1.855.433

Esta rubrica regista o valor da participação de 8% no capital da Soporgen – Sociedade Portuguesa de Geração de Electricidade e Calor, S.A. Esta sociedade detém e explora uma central a gás de ciclo combinado no complexo industrial da Figueira da Foz relativamente à qual, conforme se descreve na nota 17, o grupo considera existir em substância uma locação financeira, reconhecendo o referido activo como tal nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

Apesar da participação de apenas 8% no capital e respectivos direitos de voto, o grupo entendeu passar a registar esta participação como uma associada, por existirem elementos que lhe permitem assegurar influência na gestão:

1 – Um dos cinco administradores da empresa é nomeado em representação do grupo.

2 – Uma parte significativa das vendas da Soporgen é feita ao grupo, adquirindo o vapor que esta produz (representando menos de 10% dos réditos da associada), sendo a energia eléctrica, correspondente aos restantes réditos, vendida ao grupo EDP.

3 – O grupo contra-garante, à semelhança dos demais accionistas e na proporção da sua participação, um empréstimo bancário contratado pela Soporgen.

Em 31 de Dezembro de 2010, a informação financeira relativa às principais empresas associadas é conforme segue:

Valores em Euros	31 de Dezembro de 2010				
	Activos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio a)	Resultado Líquido	Réditos
Chryso - Aditivos de Portugal, S.A.	b) 1.108.837	1.068.188	40.649	6.825	1.828.983
MC - Matériaux de Construction	c) 325.963	314.981	10.982	5.341	4.191.234
Inertograde Central de Betão, Lda.	c) 983.883	1.024.796	(40.913)	(4.291)	-
Viroc Portugal - Industrias de Madeira e Cimento, S.A.	b) 5.430.937	11.389.863	(7.011.253)	(1.208.031)	2.917.509
J.M.J. - Henriques, Lda.	c) 546.167	155.333	390.834	(12.376)	-
Setefrete, SGPS, S.A.	a) 2.789.967	1.069.533	696.944	1.181.597	10.558.626

a) Valores referentes a 31.12.2009, deduzido dos dividendos entretanto distribuídos pela sociedade

b) Valores referentes a 30.11.2010

c) Valores referentes a 31.12.2010

20. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios de 2010 e 2009, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Justo valor no início do exercício	14.871.574	13.400.586
Aquisições	1.858.792	-
Variações líquidas de Justo valor (Nota 10)	(3.601.878)	1.470.988
	13.128.488	14.871.574

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos financeiros ao justo valor através de resultados detalham-se como segue:

Justo Valor		
Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Ações do Banco Comercial Português, SA	3.570.570	5.184.075
Ações da EDP - Energias de Portugal, SA	9.555.168	9.684.749
Outros	2.750	2.750
	13.128.488	14.871.574

21. Activos disponíveis para venda

O movimento ocorrido nesta rubrica, nos exercícios de 2010 e 2009, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Justo valor no início	798.167	877.174
Aquisições	-	115.945
Alienações	-	(2.272.580)
Transferências	126.074	1.741.598
Variação cambial	-	222.814
Variações de Justo valor	(247.061)	113.216
	677.180	798.167

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o justo valor dos Activos disponíveis para venda tinham a seguinte decomposição:

Valores em Euros	Justo Valor	
	31-12-2010	31-12-2009
Banco Espírito Santo, SA	324.648	515.153
Liaison Technologie	126.074	-
Outros títulos	226.458	283.014
	677.180	798.167

22. Imparidades em activos não correntes e correntes

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades em activos não correntes, nos exercícios de 2010 e 2009, foi como segue:

Valores em Euros	Goodwill*	Outros activos não correntes	Activos fixos Tangíveis	Investimentos Associadas	Total
1 de Janeiro de 2009	10.279.453	946.547	7.632.093	8.301	18.866.394
Ajustamento cambial (246.228)	-	-	-	-	(246.228)
Reversões	-	-	(150.000)	-	(150.000)
Utilizações	-	-	(2.643.478)	-	(2.643.478)
31 de Dezembro de 2009	10.033.225	946.547	4.838.615	8.301	15.826.688
Ajustamento cambial (147.730)	-	-	-	-	(147.730)
Reforço (Nota 8)	757.110	-	102.292	-	859.402
31 de Dezembro de 2010	10.642.605	946.547	4.940.907	8.301	16.538.360

* Imparidade do Goodwill referente a empresas subsidiárias

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades em activos correntes, nos exercícios de 2010 e 2009, foi como segue:

Valores em Euros	Existências	Clientes c/c	Valores a rec. Associadas	Outros Devedores	Total
1 de Janeiro de 2009	8.807.114	11.698.242	1.292.818	5.175.097	26.973.271
Ajustamento cambial (72.246)	-	(41.458)	-	(13.036)	(126.740)
Reforço	410.469	1.294.155	29.306	422.941	2.146.871
Reversões (5.993.049)	-	(462.632)	-	(1.638.277)	(7.993.958)
Utilizações	-	(194.530)	-	-	(194.530)
Transferências	-	-	-	731.309	731.309
31 de Dezembro de 2009	3.252.288	12.283.777	1.322.124	4.678.034	21.536.223
Ajustamento cambial	43.002	37.776	-	29.702	110.480
Reforço (Nota 6)	500.564	1.977.390	565.142	422.031	3.465.127
Reversões (Nota 5)	(315.442)	(416.823)	(31.931)	(250.144)	(1.014.340)
Utilizações	(6.516)	(300.187)	-	(51.885)	(358.588)
Transferências	-	107.606	-	981	108.587
31 de Dezembro de 2010	3.473.896	13.689.539	1.855.335	4.828.719	23.847.489

23. Existências

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Existências tinha a seguinte composição:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Matérias primas	119.426.026	106.314.039
Produtos e trabalhos em curso	22.684.829	18.108.557
Sub-produtos e desperdícios	1.240.632	2.034.449
Produtos acabados e mercadorias	73.862.716	56.580.323
Mercadorias	6.069.230	4.743.283
Adiantamentos	3.556.915	2.067.140
	226.840.348	189.847.791

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (nota 22)

24. Valores a receber correntes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Valores a receber correntes, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Clientes	208.353.482	196.467.451
Contas a receber - Partes relacionadas	587.347	2.800.242
Instrumentos financeiros derivados	1.207.189	1.514.537
Outras contas a receber	57.165.572	20.970.996
Acréscimo de proveitos	2.458.148	838.721
Custos diferidos	2.470.906	3.446.939
	272.242.644	226.038.886

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (nota 22)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Outras contas a receber detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Saldos com partes relacionadas		
Outras partes relacionadas (Nota 34)	573.353	-
	573.353	-
Outros devedores		
Adiantamentos a fornecedores	856.686	707.762
AICEP - Incentivos financeiros a receber	38.199.792	6.891.182
IMT	143.270	311.919
Outros	9.515.887	13.060.133
	49.288.988	20.970.996

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica Outras contas a receber regista essencialmente o valor relativo aos incentivos financeiros a receber da AICEP pelo Grupo no âmbito do investimento efectuado na nova máquina de papel em Setúbal.

A evolução verificada no saldo com a AICEP detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Saldo em 1 de Janeiro	6.891.182	15.840.784
Recebimentos	-	(6.556.913)
Reforço / (Regularização)	31.308.610	(2.392.689)
	38.199.792	6.891.182

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de Acréscimos de proveitos e Custos diferidos detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	1.287.853	177.929
Descontos em compras	118.550	122.643
Subsídios a receber	86.700	-
Outros	965.046	538.149
	2.458.149	838.721
Custos diferidos		
Conservação e reparação	58.277	1.043.627
Seguros	150.794	498.506
Rendas e alugueres	197.463	272.189
Outros	2.064.372	1.632.617
	2.470.906	3.446.939
	4.929.055	4.285.660

25. Estado

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros Entes Públicos.

Os saldos com estas entidades detalham-se como segue:

Activos correntes

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Estado e Outros entes Públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	2.242.503	2.888.580
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	35.799	43
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.296.112	5.080.640
Imposto sobre o Valor Acrescentado - Reembolsos pedidos	30.118.674	48.939.828
Restantes Impostos	106.317	190.945
	36.799.405	57.100.036

Passivos correntes

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Estado e Outros entes Públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	13.437.268	6.920.393
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	7.081.908	2.836.332
Imposto sobre o Valor Acrescentado	9.462.098	27.219.997
Contribuições para a Segurança Social	2.894.674	3.004.797
Liquidações adicionais de imposto	31.279.497	32.678.716
Outros	2.332.434	306.774
	66.487.879	72.967.009

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas – IRC decompõe-se do seguinte modo:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Imposto sobre o rendimento do exercício	45.210.795	25.930.923
Ajustamento cambial	(56.015)	(44.552)
Pagamentos por conta	(25.975.655)	(16.605.478)
Poupança por RETGS	-	(605.707)
Retenções na fonte a recuperar	(3.466.809)	(1.651.231)
IRC de exercícios anteriores	(2.275.048)	(103.562)
	13.437.268	6.920.393

26. Capital social e acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da Semapa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 118.332.445 acções com o valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as pessoas colectivas que detinham posições relevantes no capital da sociedade detalham-se conforme segue:

Denominação	Nº de Acções	31-12-2010	%	31-12-2009
Longapar, SGPS, S.A.	20.869.300	17,64	17,55	
Sodim, SGPS, S.A.	18.842.424	15,92	15,92	
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	14.106.675	11,92	11,92	
Banco BPI, SA	12.009.004	10,15	10,15	
Bestinver Gestión, SGIIC, S.A.	8.823.222	7,46	7,46	
Banco Espírito Santo, SA	3.871.967	3,27	2,72	
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	2.727.975	2,31	2,31	
ESAF - Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA	2.569.232	2,17	2,17	
Norges Bank (the Central Bank of Norway)	2.468.712	2,09	-	
Sonaca - SGPS, S.A.	1.630.590	1,38	1,38	
Cimigest, SGPS, SA	1.097.966	0,93	0,93	
Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.	625.199	0,53	0,53	
OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	535.000	0,45	0,44	
Acções próprias	2.720.000	2,30	2,30	
Outros accionistas com participações inferiores a 2%	25.435.189	21,49	24,23	
	118.332.445	100,00	100,00	

A sociedade Seminv Investimentos, SGPS, S.A. é uma empresa subsidiária do Grupo Semapa pelo que as 2.727.975 acções por si detidas encontram-se evidenciadas como acções próprias nas Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo.

Adicionalmente, no dia 4 de Julho de 2007, a Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. adquiriu, através de operação realizada em bolsa, 2.720.000 acções próprias, passando a deter, directa e indirectamente, 4,6% do seu capital social.

27. Reservas e Lucros retidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas Reserva de justo valor, Reserva de conversão cambial e Outras reservas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Justo valor de instrumentos financeiros	(4.339.853)	(4.939.076)
Revalorização resultante da aquisição de controlo	(1.281.742)	(1.281.742)
Total de Reservas de justo valor	(5.621.595)	(6.220.818)
Reserva de conversão cambial	(15.078.437)	(17.978.700)
Reserva legal	23.666.489	23.666.489
Outras reservas	737.318.173	687.950.023
Total de Outras reservas	760.984.662	711.616.512
Total de reservas	740.284.630	687.416.994

Justo valor de Instrumentos financeiros

O montante de Euros 4.339.853 negativos, liquido de impostos diferidos, apresentado na rubrica Justo valor de instrumentos financeiros, corresponde ao justo valor

dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura, cuja valorização, em 31 de Dezembro de 2010, ascendia a Euros 5.548.929 negativos (Nota 33), contabilizados em conformidade com a política descrita na nota 1.13.

Revalorizações resultantes de aquisições de controlo

O montante de Euros 1.281.742 negativos evidenciado nesta rubrica corresponde à apropriação pelo Grupo do justo valor atribuído aos activos da subsidiária Ciment de Sibline, no exercício de 2007, na parte proporcional à participação já detida antes da aquisição do controlo.

Reserva de Conversão cambial

O montante negativo de Euros 15.078.437 respeita à apropriação pelo Grupo das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam fora da zona Euro, essencialmente na Tunísia, Líbano, Angola, Estados Unidos da América e Reino Unido.

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital, o que se verifica em 31 de Dezembro de 2010.

Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras Reservas

Correspondem a reservas livres para distribuição aos accionistas constituídas através da transferência de resultados de exercícios anteriores.

Na sequência da aquisição de 2.720.000 acções próprias no exercício de 2007 e da detenção de 2.727.975 acções pela subsidiária Seminv, foi tornada indisponível uma reserva no montante equivalente ao custo de aquisição global das referidas acções, em conformidade com a legislação comercial aplicável, reserva esta que deverá ser mantida até à alienação das referidas acções.

Lucros Retidos

Reforço de participação em empresas controladas

O Grupo regista nesta rubrica as diferenças apuradas entre a quota parte dos capitais próprios adquiridos e o valor de aquisição de participações adicionais de capital em empresas por si já controladas.

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante acumulado destas diferenças registado nesta rubrica ascende a Euros 61.779.573.

Ganhos e perdas actuariais

São igualmente registados nesta rubrica os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades com benefícios pós emprego e o que efectivamente ocorreu (bem como de alterações efectuadas nos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos activos dos fundos e a rentabilidade real) conforme política descrita na Nota 1.22.1.

No exercício de 2010 o Grupo registou desvios actuariais negativos num montante de Euros 4.990.550 (Nota 29).

28. Impostos diferidos

No decurso do exercício de 2010, o movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos, foi o seguinte:

Valores em Euros	1 de Janeiro de 2010	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados		Lucros Retidos	Transferências	Variação de perímetro	31 de Dezembro de 2010
			Aumentos	Reduções				
Diferenças temporárias que originam activos por impostos diferidos								
Prejuízos fiscais reportáveis	24.471.815	-	189.273	(112.187)	-	218.900	-	24.767.801
Provisões tributadas	14.879.967	(39.889)	10.199.030	(6.145.028)	-	-	-	18.894.080
Ajustamento de activos imobilizados	36.991.010	-	15.288.166	-	-	-	-	52.279.176
Insuficiência do fundo de pensões	2.864.220	(1.703)	451.688	(70.107)	7.403	294.265	-	3.545.766
Instrumentos financeiros	2.317.069	-	1.203.855	-	(2.291.304)	-	-	1.229.620
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	5.507.032	-	4.740.447	(96.483)	-	-	-	10.150.996
Valorização das florestas em crescimento	10.127.672	-	(121.157)	(8.988.943)	-	-	-	1.017.572
Amortizações em activos sujeitos à IFRIC 4	3.983.424	-	295.904	(508.278)	-	-	-	3.771.050
Responsabilidade por subsídio de reforma	597.992	5.476	17.423	-	(12.054)	-	-	608.837
Responsabilidade por prémio de antiguidade	687.966	-	21.419	-	-	-	-	709.385
Benefícios de reforma sem fundo autónomo	5.233.861	-	-	(325.643)	19.818	-	-	4.928.036
Subsídio ao investimento - harmonização políticas	2.895.940	-	-	(218.769)	-	-	-	2.677.171
Responsabilidade por assistência na doença	5.754.960	-	72.427	-	543.455	-	-	6.370.842
Outras diferenças temporárias	2.662.263	121.339	933.604	(647.118)	13.123	-	-	3.083.211
	118.975.191	85.223	33.292.079	(17.112.556)	(1.719.559)	513.165	-	134.033.543
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos								
Reavaliação de activos imobilizados	(16.874.592)	-	-	4.679.595	1.679	-	-	(12.193.318)
Benefícios de reforma	(999.965)	-	(63.747)	-	69.909	-	-	(993.803)
Instrumentos financeiros	(1.514.536)	-	-	-	438.198	-	-	(1.076.338)
Justo valor dos activos fixos - Soporcel	(232.991.369)	-	-	17.348.416	-	-	-	(215.642.953)
Benefícios Fiscais	(89.442.118)	-	-	6.503.897	-	-	-	(82.938.221)
Extensão da vida útil dos activos fixos tangíveis	(148.757.332)	37.505	(158.556)	27.354.185	-	-	-	(121.524.198)
Menos-valias diferidas contabilísticas intra-grupo	(33.462.192)	(379.582)	(76.209.759)	-	-	-	-	(110.051.533)
Mais valia fiscais com tributação diferida	(601.752)	-	-	60.602	-	-	-	(541.150)
Harmonização do critério das amortizações	(81.182.313)	152.683	(4.162.158)	-	-	-	-	(85.191.788)
Justo valor dos activos intangíveis - Marcas	(151.488.000)	-	-	-	-	-	-	(151.488.000)
Justo valor dos activos fixos - Portucel	(223.900.762)	-	-	20.074.706	-	-	-	(203.826.056)
Justo valor de subsidiárias	(70.988.607)	269.246	-	245.787	-	-	(587.949)	(71.061.523)
Excesso do fundo de pensões	(2.174.097)	-	-	836.355	1.632.007	(294.265)	-	-
Outras diferenças temporárias	(14.225)	-	(30.185.673)	-	-	(1.243.198)	-	(31.443.096)
	(1.054.391.860)	79.852	(110.779.893)	77.103.543	2.141.793	(1.537.463)	(587.949)	(1.087.971.977)
Activos por impostos diferidos	30.904.802	5.365	11.070.667	(4.513.931)	(467.427)	158.365	-	37.157.841
Passivos por impostos diferidos	(280.120.078)	109.790	(45.137.524)	11.761.278	642.471	(440.471)	(155.807)	(313.340.341)

No decurso do exercício de 2009, o movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos foi o seguinte:

Valores em Euros	1 de Janeiro de 2009	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados		Lucros Retidos	Transferências	Variação de perímetro	31 de Dezembro de 2009
			Aumentos	Reduções				
Diferenças temporárias que originam activos por impostos diferidos								
Prejuízos fiscais reportáveis	24.754.819	-	-	(283.004)	-	-	-	24.471.815
Provisões tributadas	21.884.997	(56.467)	5.184.214	(11.163.778)	-	(969.000)	-	14.879.967
Ajustamento de activos imobilizados	13.149.228	-	26.958.421	(3.116.640)	-	-	-	36.991.010
Insuficiência do fundo de pensões	2.597.369	(2.915)	268.843	(14.303)	15.227	-	-	2.864.221
Instrumentos financeiros	-	-	269.098	-	1.981.284	66.687	-	2.317.069
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	9.535.257	-	-	(4.028.225)	-	-	-	5.507.032
Valorização das florestas em crescimento	15.681.948	-	8.507.386	(14.061.662)	-	-	-	10.127.672
Amortizações em activos sujeitos à IFRIC 4	3.842.014	-	368.113	(226.703)	-	-	-	3.983.424
Incentivos fiscais ao investimento	11.785.472	-	-	(11.785.472)	-	-	-	-
Responsabilidade por subsídio de reforma	582.178	(5.209)	19.855	-	1.168	-	-	597.992
Responsabilidade por prémio de antiguidade	645.460	-	28.309	-	14.197	-	-	687.966
Benefícios de reforma sem fundo autónomo	5.608.438	-	-	(369.874)	(4.702)	-	-	5.233.862
Subsídio ao investimento - harmonização políticas	2.837.899	-	74.907	-	(16.866)	-	-	2.895.940
Responsabilidade por assistência na doença	5.876.962	-	-	(122.002)	-	-	-	5.754.960
Outras diferenças temporárias	3.163.754	(57.398)	-	(1.346.406)	-	902.313	-	2.662.263
	121.945.795	(121.989)	41.679.146	(46.518.069)	1.990.308	-	-	118.975.191
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos								
Reavaliação de activos imobilizados	(22.915.042)	-	-	6.040.687	-	-	(237)	(16.874.592)
Benefícios de reforma	(905.721)	-	(26.200)	-	(68.044)	-	-	(999.965)
Instrumentos financeiros	(8.403.307)	-	(66.687)	-	6.955.458	-	-	(1.514.536)
Justo valor dos activos fixos - Soporcel	(239.782.448)	-	-	6.791.079	-	-	-	(232.991.369)
Benefícios Fiscais	(1.181.592)	-	(88.260.526)	-	-	-	-	(89.442.118)
Extensão da vida útil dos activos fixos tangíveis	(120.401.323)	54.060	(47.621.465)	19.211.396	-	-	-	(148.757.332)
Menos-valias diferidas contabilísticas intra-grupo	(102.863.202)	-	(6.541.729)	75.942.740	-	-	-	(33.462.192)
Mais valia fiscais com tributação diferida	(675.336)	-	-	73.584	-	-	-	(601.752)
Harmonização do critério das amortizações	(76.846.322)	190.315	(4.526.306)	-	-	-	-	(81.182.313)
Justo valor dos activos intangíveis - Marcas	(151.488.000)	-	-	-	-	-	-	(151.488.000)
Justo valor dos activos fixos - Portucel	(248.778.625)	-	-	24.877.863	-	-	-	(223.900.762)
Justo valor de subsidiárias	(70.354.485)	1.767.076	-	503.652	-	-	(2.904.850)	(70.988.607)
Excesso do fundo de pensões	(1.899.062)	-	(305.394)	-	30.359	-	-	(2.174.097)
Outras diferenças temporárias	(29.535)	-	-	15.310	-	-	-	(14.225)
	(1.046.524.000)	2.011.451	(147.348.308)	133.456.310	6.917.773	-	(2.905.087)	(1.054.391.860)
Activos por impostos diferidos	31.775.603	33.264	10.984.086	(12.307.618)	529.372	(109.905)	-	30.904.802
Passivos por impostos diferidos	(278.308.207)	616.436	(34.425.347)	30.821.498	1.835.485	109.905	(769.848)	(280.120.078)

No exercício de 2010 o Grupo alterou a taxa de imposto aplicada no cálculo dos seus impostos diferidos de 26,5% para 29% em virtude da introdução da derrama estadual, estabelecida nas medidas temporárias do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), e legislada pela Lei 12-A/2010, apesar de ser entendimento da empresa que a reversão dos impostos diferidos registados irá ocorrer num período posterior ao abrangido pelo PEC, isto é, após 2013.

Prejuízos fiscais reportáveis com imposto diferido activo

São reconhecidos impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais na medida em que seja provável a realização do respectivo benefício fiscal, através da existência de lucros tributáveis futuros.

Os impostos diferidos activos reconhecidos pelo Grupo referem-se a prejuízos fiscais que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros, conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009	Data limite
Interholding Investment BV	24.332.428	24.332.428	2013
Minerbetão, S.A.	-	116.054	2011
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e P	408.173	-	2015
Teporset - Terminal Portuário de Setúbal, S.A.	27.200	23.333	2015
	24.767.801	24.471.815	

Prejuízos fiscais reportáveis sem imposto diferido activo

Os prejuízos fiscais sobre os quais o Grupo considera não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, e como tal sem imposto diferido activo, detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009	Data limite
Semapa e Holdings			
Semapa SGPS S.A.	96.839.182	47.333.113	2016
Seminv SGPS S.A.	7.743.074	15.730.099	2010
Seinpart SGPS S.A.	12.279.536	12.382.302	2014
ETSA - Invest. SGPS S.A.	1.566	1.566	2014
Sub-Grupo Portucel			
Portucel Florestal, S.A.	-	7.385.939	-
Sub-Grupo Secil			
Betomadeira, S.A.	652.890	427.028	2015
Cimentos Costa Verde	182.722	247.327	2014
Valcem, Lda.	278.453	279.296	2012
Florimar, SGPS, Lda	43.149	22.284	2016
Hewbol, SGPS, Lda	-	652.573	-
I3 Participações e Serviços, Lda.	24.756	-	Indefinida
Madebritas, Lda.	55.109	15.257	2015
Parcim, B.V.	45.026	12.868	2019
Pedra Regional, S.A.	304.085	158.838	2015
Promadeira, Lda.	-	434.377	-
Sanimar	-	165	-
Secil Pré-betão, S.A.	1.809.121	1.405.979	2016
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda.	11.024	5.851	2015
Serife, Lda.	135.983	-	2015
Silonor, S.A.	4.432.543	3.872.972	Indefinida
Zarzis Béton	23.975	24.478	2017
	124.862.194	90.392.312	

29. Pensões e outros benefícios pós-emprego

Conforme referido na Nota 1.22 o Grupo atribui aos seus trabalhadores e seus familiares diversos benefícios pós emprego.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as responsabilidades em balanço detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Responsabilidades com Pensões	235.215.221	262.314.386
Fundo de pensões	(118.286.476)	(150.801.537)
Capital seguro	(1.094.663)	(1.027.336)
Conta reserva (excesso de fundo na passagem a CD)	(434.234)	-
Responsabilidades com pensões não cobertas	115.399.848	110.485.513
Outras Responsabilidades sem fundo afecto		
Assistência na Doença	6.550.885	5.935.003
Reforma e Morte	3.721.942	3.376.463
Prémio de Antiguidade	709.385	687.966
Total responsabilidades não cobertas	126.382.060	120.484.945

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a subsidiária Portucel e Portucel Florestal e a Secil procederam à extinção de quota-parte dos fundos de pensões de benefício definido. A quota-parte extinta do fundo de benefício definido foi utilizado na criação de um novo fundo de contribuição definida para os colaboradores aderentes.

Assim, os montantes apresentados como cortes e liquidações que originaram uma redução das responsabilidades e dos activos dos fundos de Euros 36.775.923 e Euros 37.485.065, respectivamente. Adicionalmente, a referida alteração originou a criação de uma conta de reserva que será deduzida através de reduções de contribuições futuras.

Semapa

A Assembleia Geral Anual de accionistas, realizada em 30 de Março de 2005, aprovou o Regulamento de reforma dos administradores da Semapa, em execução do disposto no artigo 17º dos estatutos da sociedade.

Nos termos do referido regulamento, os administradores da Semapa têm direito ao abono de uma pensão mensal vitalícia paga 12 vezes por ano, a partir dos 55 anos de idade, se tiverem, regra geral, prestado o mínimo de 8 anos de serviço à sociedade, seguidos ou interpolados, na qualidade de administradores, o qual só poderá ser exercido quando da cessação de funções.

Esta pensão atinge um máximo de 80%, sobre o vencimento mensal à data de cessação de funções, nos casos em que estejam atingidos 20 anos de serviço da sociedade (8 dos quais na qualidade de administrador) e um mínimo de 27,2% correspondente a oito anos nessa qualidade, sendo ainda garantidas, em caso de óbito, pensões de sobrevivência ao cônjuge ou descendentes directos menores ou incapazes correspondentes a 50% da pensão que o falecido nessa data auferisse.

A estes montantes serão no entanto subtraídos os valores de pensões recebidos pelos beneficiários através do sistema público de segurança social. Uma vez que os estatutos da sociedade determinam que os mandatos dos Órgãos sociais correspondem a um período de quatro anos, a responsabilidade decorrente deste plano é apurada e contabilizada a partir do início do segundo mandato.

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante de responsabilidade afecta a este plano ascende a Euros 99.931.260 (2009: Euros 90.600.253). Até à data, não foi constituído qualquer fundo de pensões para financiamento desta responsabilidade que ficou a cargo do Grupo.

Sub Grupo Portucel

Presentemente, coexistem diversos planos de complemento de pensões de reforma e de sobrevivência, bem como de prémios de reforma, no conjunto das empresas que constituem o perímetro de consolidação do sub-Grupo Portucel, existindo, para determinadas categorias de trabalhadores activos, planos com carácter supletivo em relação aos abaixo descritos, igualmente com património autónomo afecto à cobertura dessas responsabilidades adicionais.

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da Portucel e das suas principais subsidiárias, com mais de cinco anos de serviço (dez anos de serviço para a Soporcel, Aliança Florestal e Raiz) têm direito, após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez.

Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal ilíquida actualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30 (máximo de 25 para a Soporcel, Aliança Florestal e Raiz), sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes directos.

Para cobrir esta responsabilidade, foram constituídos fundos de pensões autónomos, geridos por entidade externa, estando os activos dos fundos repartidos por cada uma das empresas.

Adicionalmente, algumas das empresas do Grupo Portucel assumiram responsabilidades de pagamento de um prémio de reforma, equivalente a 6 meses de vencimento, caso o empregado se reforme na data normal da reforma (65 anos).

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante de responsabilidades afectas a planos de benefícios pós-emprego respeitantes a cinco administradores do Grupo Portucel, ascende a Euros 5.477.465 (31 de Dezembro de 2009: Euros 4.676.538).

Sub Grupo Secil

Em Setembro de 2010, foi alterado o contrato constitutivo do Fundo de Pensões Secil, que passou a designar-se por Fundo de Pensões do Grupo Secil, substituindo integralmente o anterior contrato e produzindo efeitos a 1 de Janeiro de 2010.

São associadas do Fundo, a Secil e as suas subsidiárias:

- (i) CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. e Unibetão –Indústrias de Betão Preparado, S.A.,

que integraram (e extinguíram simultaneamente) os seus Fundos de Pensões no Fundo de pensões da Secil;

- (ii) Minerbetão – Fabricação de Betão Pronto, Lda., Britobetão – Central de Betão, Lda., Secil Britas, S.A. e Quimipetra – Secil Britas, Calcários e Derivados, Lda..

O Fundo de Pensões do Grupo Secil é o suporte financeiro para o pagamento dos benefícios previstos nos Planos de Pensões de cada associada (agora geridos conjuntamente).

Planos de Pensões de Contribuição definida

Os Planos de Pensões de Contribuição Definida geridos pelo Fundo de Pensões do Grupo Secil são financiados pelas associadas e pelos participantes contribuintes, foram implementados com efeitos a 1 de Janeiro de 2010 e são os seguintes:

- (i) Planos Secil e CMP, incluem todos os trabalhadores que à data de 31 de Dezembro de 2009 tinham um contrato de trabalho sem termo (e que se encontravam abrangidos pelo plano de benefícios definidos em vigor nas empresas) e que tenham optado pela transição para estes Planos e todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo, a partir de 1 de Janeiro de 2010, sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração;
- (ii) Planos Unibetão, Britobetão e Minerbetão, incluem todos os trabalhadores que à data de 31 de Dezembro de 2009 tinham um contrato de trabalho sem termo, celebrado ao abrigo do CCT celebrado entre a APEB e a FETESE e todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo, a partir de 1 de Janeiro de 2010, com excepção dos trabalhadores da Unibetão que estejam abrangidos pelo CCT celebrado entre a APEB e a FEVICOM, os quais continuam a beneficiar do Plano de benefício definido, sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração;
- (iii) Planos Secil Britas e Quimipetra, incluem todos os trabalhadores que à data de 31 de Dezembro de 2009 tinham um contrato de trabalho sem termo e a todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo, a partir de 1 de Janeiro de 2010, sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração;

Relativamente aos trabalhadores que tinham, à data de 31 de Dezembro de 2009, contrato de trabalho sem termo e que se encontravam abrangidos pelos Planos de benefícios definidos em vigor nas empresas, quando transitaram para os Planos de Pensões de Contribuição Definida, o valor da contribuição inicial, foi apurado com base na avaliação das responsabilidades com serviços passados com referência a 31 de Dezembro de 2009.

Para as entidades que tinham Fundos constituídos (Secil, CMP e Unibetão) foi efectuada a alocação do

património do respectivo Fundo na quota-parte afecta ao plano de contribuição definida.

Adicionalmente, o excesso dos fundos apurado em 14 de Setembro de 2010, após a alocação aos valores das responsabilidades com serviços passados, calculadas com referência a 31 de Dezembro de 2009, incluídos nos planos de benefícios definidos e dos valores incluídos nos planos de contribuição definida, foi também transferido para uma Conta Reserva da respectiva associada no Fundo de Pensões.

Esta conta poderá ser utilizada para financiar contribuições, fazer face a encargos de gestão previstos no plano de pensões ou para melhorar benefícios

Planos de Pensões de Benefícios definidos

(i) Planos de benefícios definidos com fundos geridos por terceiras entidades

RESPONSABILIDADES POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

A Secil e as suas subsidiárias CMP- Cimentos Maceira e Pataias, S.A., Unibetão- Industrias de Betão Preparado, S.A., Cimentos Madeira, Lda. e Societé des Ciments de Gabes assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência e subsídio de reforma.

As responsabilidades derivadas destes planos são asseguradas por fundos autónomos, administrados por terceiros, ou cobertas por apólices de seguro.

Estes planos são avaliados semestralmente, às datas dos fechos intercalar e anuais das demonstrações financeiras, por entidades especializadas e independentes, utilizando o método de crédito da unidade projectada.

(ii) Planos de benefícios definidos a cargo do Grupo

RESPONSABILIDADES POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

As responsabilidades decorrentes dos reformados da Secil, à data de constituição do Fundo de Pensões, 31 de Dezembro de 1987, são asseguradas directamente pela Secil. De igual forma, as responsabilidades assumidas por várias das suas subsidiárias, em Portugal, que se dedicam à produção e comercialização de betão pronto e argamassas, são asseguradas directamente por aquelas empresas.

Estes planos são igualmente avaliados semestralmente, por entidades independentes, utilizando o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, na avaliação das responsabilidades com actuais pensionistas e o método de crédito da unidade projectada, na avaliação das responsabilidades com activos.

RESPONSABILIDADES POR ASSISTÊNCIA NA DOENÇA

A Secil e a suas subsidiárias CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A., Cimentos Madeira, Lda. e Brimade – Sociedade de Britas da Madeira, S.A., mantêm com os seus empregados regimes de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados e viúvas.

Sob este regime, vêm sendo comparticipados custos de determinados cuidados de saúde:

- (i) na Secil através do seguro de saúde, contratado pela empresa;
- (ii) na CMP, até ao final do primeiro semestre do exercício 2010, através da “Cimentos - Federação das Caixas de Previdência”, para os trabalhadores nela incluídos, bem como, mediante aprovação prévia dos serviços médicos da empresa, para os restantes trabalhadores e, a partir de 1 de Julho, através de um seguro de saúde contratado pela empresa;
- (iii) na Cimentos Madeira e na Brimade mediante aprovação dos documentos de despesas com serviços médicos e medicamentos.

No exercício de 2010, os impactos decorrentes da variação de 1% na taxa de crescimento das despesas com saúde é conforme segue:

Valores em Euros	Redução 1%	Aumento 1%
Efeito nas responsabilidades por serviços passados:		
- Activos	(547.659)	730.348
- Aposentados	(323.638)	385.334
	(871.297)	1.115.682
Efeito no custo dos juros e serviços correntes	(76.854)	104.102

RESPONSABILIDADES POR SUBSÍDIOS DE REFORMA E MORTE

A Secil e as suas subsidiárias a seguir identificadas assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de subsídio de reforma por velhice e por invalidez e subsídio por morte, com os seguintes critérios de atribuição:

- (i) na Secil, um subsídio por morte do trabalhador activo, de igual valor a 1 mês do último salário auferido;
- (ii) na CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A., um subsídio de reforma por velhice e por invalidez, que representa 3 meses do último salário auferido e um subsídio por morte do trabalhador activo, de igual valor a 1 mês do último salário auferido;
- (iii) na Secil Angola, S.A.R.L. e Secil Lobito, S.A. (Angola), na data da reforma, de acordo com a Lei Geral do Trabalho Nº 2/2000, um subsídio de reforma que representa um quarto do último salário multiplicado pelo nº de anos ao serviço na empresa;

- (iv) Na Société des Ciments de Gabes (Tunísia), na data da reforma, com base no Acordo Colectivo de Trabalho, artigo 52, um subsídio de reforma, que representa: (i) 2 meses do último salário, se o trabalhador tem menos de 30 anos ao serviço da empresa e (ii) 3 meses do último salário, se o trabalhador tem 30 anos ou mais ao serviço da empresa.

RESPONSABILIDADES POR PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

A Secil e as subsidiárias CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de prémios àqueles que:

- na Secil, atingem 25, 35 e 40 anos; e
- na CMP, atingem 20 e 35 anos de antiguidade nas referidas empresas, os quais são pagos no ano em que o trabalhador perfaz aquele número de anos ao serviço da Empresa.

Estas responsabilidades são asseguradas directamente pela Empresa.

PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidades independentes, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades por serviços passados, tiveram por base os seguintes pressupostos:

	31-12-2010	31-12-2009
Formula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio
Tabelas de invalidez	EKV 80	EKV 80
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de crescimento salarial - Grupo Secil	3,30%	3,30%
Taxa de crescimento salarial - Restantes empresas	2,00%	2,50%
Taxa de juro técnica	5,00%	5,50%
Taxa de crescimento das pensões - Grupo Secil	2,25%	2,25%
Taxa de crescimento das pensões - Restantes empresas	1,50%	2,25%
Taxa de reversibilidade das pensões Semapa	50,00%	50,00%
Nº de prestações anuais do complemento Semapa	12	12
Taxa de crescimento das despesas de saúde	4,60%	4,60%
Prémio de seguro de saúde - Secil	518,79	498,84
Prémio de seguro de saúde - CMP	518,79	484,00

As taxas de desconto utilizadas neste cálculo foram seleccionadas por referência às taxas de rendimento de um cabaz de obrigações, nomeadamente o *Markit iBoxx Eur Corporates AA 10+*, tendo sido seleccionadas as obrigações com maturidade e “rating” apropriados, atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

A taxa de crescimento dos custos com saúde, de 4,60%, foi determinada de acordo com os seguintes componentes:

- Taxa de inflação: 2%
- Diferencial histórico entre IPC geral e IPC Saúde: 0,10%
- Prémio (relativo a aumentos reais dos prémio do seguro de saúde, reflectindo a margem dos seguradores): 2,50%

Para efeitos do reconhecimento dos custos com os serviços correntes do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo procedeu ao seu apuramento considerando uma taxa técnica de 5,50%. No entanto, por força da apreciação efectuada à evolução dos mercados de capitais e à expectativa da sua evolução futura, com referência a 31 de Dezembro de 2010, procedeu-se à mensuração das responsabilidades com pensões utilizando a taxa de juro técnica de 5,00%.

A taxa de retorno esperada dos activos foi determinada tendo por base as rendibilidades mensais históricas (dos últimos 20 anos) para as diversas classes de activos que integram a alocação estratégica do Fundo de Pensões.

A tabela abaixo apresenta informação histórica para um período de cinco anos sobre o valor actual das responsabilidades, o valor de mercado dos fundos, as responsabilidades não financiadas e os ganhos e perdas actuariais líquidos.

O detalhe desta informação nós últimos cinco exercícios é como segue:

Valores em Euros	2006	2007	2008	2009	2010
V. presente das obrigações dos BD	308.164.071	269.285.974	265.662.626	272.313.818	246.204.576
Justo valor dos activos do plano	156.950.033	146.677.690	140.519.777	151.828.873	119.815.373
Excedente / (défice)	(151.214.038)	(122.608.284)	(125.142.849)	(120.484.945)	(126.389.203)
Desvios actuariais	308.517	12.406.135	(312.926)	10.244.403	(4.990.550)

FUNDOS AFECTOS AOS PLANOS DE BENEFÍCIO COM PENSÕES

Nos exercícios de 2010 e 2009 a evolução do património dos fundos foi conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2010		31-12-2009	
	Fundo autónomo	Capital seguro	Fundo autónomo	Capital seguro
Valor no início do exercício	150.801.536	1.027.336	139.531.808	987.968
Cortes e Liquidações	(37.485.066)	-	-	-
Variação cambial	-	(1.669)	-	(1.865)
Dotação efectuada	8.390.500	22.797	3.687.551	26.173
Rendimento real	1.369.034	59.761	12.058.872	20.536
Pensões pagas	(4.789.527)	-	(4.476.693)	-
Reformas processadas	-	(13.561)	-	(5.476)
	118.286.477	1.094.664	150.801.538	1.027.336

A composição dos fundos, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2010	%	31-12-2009	%
Acções	24.186.870	20,4%	31.355.263	20,8%
Obrigações	58.818.345	49,7%	90.795.721	60,2%
Dívida Pública	6.675.477	5,6%	972.028	0,6%
Index Linked Bonds	655.389	0,6%	82.680	0,1%
Imobiliário	214.612	0,2%	87.273	0,1%
Liquidez	27.735.754	23,4%	27.446.789	18,2%
Outras aplicações	30	0,0%	61.784	0,0%
	118.286.477	100,0%	150.801.538	100,0%

Evolução das Responsabilidades com pensões e outros benefícios pós emprego em balanço

A evolução das responsabilidades assumidas, reflectidas no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010, são conforme segue:

Valores em Euros	Saldo Inicial	Variação de Cambial	Alteração de pressupostos	Cortes e Liquidações	Custos e Proveitos na DR	Ganhos e Perdas Actuais	Pagamentos efectuados	Reformas Processadas	Saldo Final
Benefícios pós-emprego									
Pensões a cargo do Grupo	95.834.114	-	5.601.018	-	8.535.104	(2.851.187)	(2.259.753)	-	104.859.296
Pensões com fundo autónomo	165.835.438	-	(390.004)	(36.775.923)	10.304.910	(4.510.343)	(4.789.527)	-	129.674.551
Apólice de Seguro	644.833	(3.372)	-	-	55.373	(1.899)	-	(13.561)	681.374
Morte e subsídios de reforma	3.376.464	5.476	18.511	-	463.512	(59.792)	(82.230)	-	3.721.941
Assistência na doença	5.935.003	-	459.274	-	443.089	84.181	(370.661)	-	6.550.886
Prémios de antiguidade	687.966	-	-	-	72.010	-	(50.591)	-	709.385
	272.313.818	2.104	5.688.799	(36.775.923)	19.873.998	(7.339.040)	(7.552.762)	(13.561)	246.197.433

Gastos suportados com Pensões e outros benefícios pós emprego

Relativamente aos gastos suportados com pensões e outros benefícios pós emprego, o detalhe é conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2010				31-12-2009			
	Serviços cor/pass	Custo dos juros	Retorno esperado dos activos	Impacto no resultado do período	Serviços cor/pass	Custo dos juros	Retorno esperado dos activos	Impacto no resultado do período
Benefícios pós-emprego								
Pensões a cargo do Grupo	3.373.566	5.161.538	-	8.535.104	265.411	5.130.316	-	5.395.727
Pensões com fundo autónomo	3.109.166	7.159.999	(7.184.883)	3.084.282	4.169.732	8.934.521	(7.354.756)	5.749.497
Apólice de Seguro	32.458	22.915	(57.941)	(2.568)	-	-	-	-
Morte e subsídios de reforma	26.142	44.209	-	70.351	23.568	303.439	-	327.007
Assistência na doença	118.812	365.949	-	484.761	96.425	317.225	-	413.650
Prémios de antiguidade	32.391	82.224	-	114.615	29.770	37.138	-	66.908
Contribuições para planos CD	344.628	-	-	344.628	-	-	-	-
	7.037.163	12.836.834	(7.242.824)	12.631.173	4.584.906	14.722.639	(7.354.756)	11.952.789

Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em Capitais próprios

Os ganhos e perdas actuariais reconhecidos directamente nos capitais próprios no exercício de 2010, conforme política descrita na nota 1.22, detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	Ganhos e (perdas) actuariais			Valor Bruto	Imposto diferido	Impacto nos Capitais próprios
	Alteração pressupostos	Outros	Activos do plano esperado vs real			
Benefícios pós-emprego						
Pensões a cargo do Grupo	(5.601.018)	2.851.184	-	(2.749.834)	9.073	(2.740.761)
Pensões com fundo autónomo	390.004	2.879.625	(4.978.944)	(1.709.315)	499.024	(1.210.291)
Apólice de Seguro	-	-	-	-	-	-
Morte e subsídios de reforma	(18.511)	30.565	-	12.054	(2.816)	9.238
Assistência na doença	(459.274)	(84.181)	-	(543.455)	157.358	(386.097)
	(5.688.799)	5.677.193	(4.978.944)	(4.990.550)	662.639	(4.327.911)

30. Provisões

No decurso do exercício de 2010 e 2009, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Valores em Euros	Processos Judiciais	Processos Fiscais	Recuperação Ambiental	Outras	Total
1 de Janeiro de 2009	1.917.090	2.393.391	529.438	50.025.876	54.865.795
Variação de perímetro	-	-	1.539	148.920	150.459
Aumentos	687.414	-	205.807	2.000.881	2.894.102
Reversões	(507.548)	(2.393.391)	(26.153)	(22.071.779)	(24.998.871)
Utilizações	-	-	(23.871)	(1.904.063)	(1.927.934)
Ajustamento Cambial	-	-	-	(99.324)	(99.324)
Transferências	-	-	-	1.741.597	1.741.597
31 de Dezembro de 2009	2.096.956	-	686.760	29.842.108	32.625.824
Aumentos	2.361	-	-	25.462.352	25.464.693
Reversões	(667.610)	-	(77.706)	(21.263.421)	(22.008.737)
Utilizações	-	-	(17.420)	(2.271.370)	(2.288.790)
Ajustamento Cambial	-	-	-	49.058	49.058
Transferências	-	-	2.421.815	-	2.421.815
31 de Dezembro de 2010	1.431.707	-	3.013.449	31.818.707	36.263.863

O montante apresentado na rubrica “Outros” refere-se a provisões para fazer face a riscos relacionados com eventos/diferendos de natureza diversa com Outros Entes Públicos, dos quais da sua resolução poderão resultar exfluxos de caixa.

31. Passivos remunerados

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Dívida a terceiros remunerada		
Não Corrente	1.257.882.924	871.817.132
Corrente	150.478.637	447.973.519
	1.408.361.561	1.319.790.651
Caixa e seus equivalentes		
Numerário	221.441	208.914
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	13.324.273	24.847.920
Outras aplicações de tesouraria	251.545.597	63.977.893
	265.091.311	89.034.727
Valor de mercado dos títulos em carteira	79.372.952	87.733.655
Dívida líquida remunerada	1.063.897.298	1.143.022.269

Dívida remunerada não corrente

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a dívida remunerada não corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Não correntes		
Empréstimos por obrigações	795.400.000	595.400.000
Papel Comercial	80.600.000	59.350.000
Empréstimos bancários	383.318.013	220.402.282
Encargos com emissão de empréstimos	(5.797.553)	(5.681.979)
Dívida bancária remunerada	1.253.520.460	869.470.303
Locação Financeira	1.641.588	1.582.631
Outros empréstimos - POE's	28.669	57.338
Outros empréstimos - QREN	2.692.207	706.860
Outras dívidas remuneradas	4.362.464	2.346.829
Total de dívida remunerada não corrente	1.257.882.924	871.817.132

Empréstimos por obrigações

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos por obrigações não correntes detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Empréstimos por obrigações		
Portucel 2005 / 2010	-	300.000.000
Portucel 2005 / 2010 II	-	25.000.000
Portucel 2005 / 2012	150.000.000	150.000.000
Portucel 2005 / 2013	200.000.000	200.000.000
Portucel 2010 / 2015	100.000.000	-
Portucel 2010 / 2015 - 2ª emissão	100.000.000	-
Semapa 2006 / 2016	175.000.000	175.000.000
Semapa 2006 / 2016	50.000.000	50.000.000
SBI 2007	20.400.000	20.400.000
	795.400.000	920.400.000

Valores em Euros	Montante	Vencimento	Indexante
Empréstimos por obrigações			
Portucel 2005 / 2012	150.000.000	Outubro 2012	Euribor 6m
Portucel 2005 / 2013	200.000.000	Maio 2013	Euribor 6m
Portucel 2010 / 2015 - 2ª emissão	100.000.000	Fevereiro 2015	Euribor 6m
Portucel 2010 / 2015	100.000.000	Março 2015	Euribor 3m
Semapa 2006 / 2016	175.000.000	Abril 2016	Euribor 6m
Semapa 2006 / 2016	50.000.000	Maio 2016	Euribor 6m
SBI 2007	20.400.000	Dezembro 2017	Euribor 6m
	795.400.000		

O empréstimo Portucel 2005/2012, de Euros 150.000.000 encontra-se cotado na Euronext Lisboa sob a designação de “Obrigações Portucel 2005 / 2012”. O valor unitário deste título em 31 de Dezembro de 2010 era de Euros 99,40 (31 de Dezembro de 2009: Euros 99,87).

Adicionalmente, a Semapa SGPS, SA, tem contratados dois empréstimos obrigacionistas, nos montantes de Euros 50.000.000 e Euros 175.000.000 pelo prazo de 10 anos. Este último encontra-se cotado na Euronext Lisboa sob a designação “Obrigações Semapa 2006/2016” ascendendo o seu valor unitário, em 31 de Dezembro de 2010, a Euros 95 (Euros 94 em 31 de Dezembro de 2009).

Papel Comercial

No exercício de 2006, a Semapa contratou um programa de papel comercial até ao montante máximo de Euros 175.000.000, pelo prazo de 10 anos, do qual se encontra utilizado um montante de Euros 47.400.000, em 31 de Dezembro de 2010.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a Semapa e a Verdeoculto contrataram um programa de papel comercial grupado até ao montante máximo de Euros 70.000.000, pelo prazo de 5 anos, do qual se encontra utilizado pela Semapa um montante de Euros 33.200.000, em 31 de Dezembro de 2010.

Prazos de reembolso dos empréstimos obrigacionistas bancários e POE's

Os prazos de reembolso relativamente ao saldo registado em préstimos obrigacionistas, empréstimos bancários e outros empréstimos, de médio e longo prazo, detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
1 a 2 anos	336.229.165	105.493.392
2 a 3 anos	228.687.811	28.168.969
3 a 4 anos	71.735.507	163.246.642
4 a 5 anos	187.278.452	212.539.263
Mais de 5 anos	367.507.954	306.411.354
	1.181.438.889	815.859.620

Dívida remunerada corrente

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a dívida remunerada corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Correntes		
Empréstimos por obrigações	-	325.000.000
Empréstimos bancários	130.312.353	111.087.808
Dívida bancária remunerada	130.312.353	436.087.808
Empréstimos de curto prazo de accionistas	19.298.227	10.637.809
Locação Financeira	839.388	1.219.233
Outros empréstimos - POE	28.669	28.669
Outras dívidas remuneradas	20.166.284	11.885.711
Total de dívida remunerada corrente	150.478.637	447.973.519

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos bancários correntes e não correntes detalham-se como segue

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009	Indexante
Não correntes			
Holdings			
Caixa Galicia	16.000.000	-	Euribor 3m
Caixa Geral de Depósitos	133.079.000	133.079.000	Euribor 6m
Segmento - Cimento e Derivados			
Amen Bank	2.311.340	-	TMM
Banco Espírito Santo	1.232.449	-	Euribor
Banque Mediterranee	799.927	350.248	Vários
UBCI Credit	3.366.949	4.669.338	TMM
Outros empréstimos	31.104.034	1.304.621	Vários
Segmento - Pasta e Papel			
BEI	180.000.000	68.125.000	Euribor 6m
Caja Duero	3.125.000	6.250.000	Euribor 6m
Segmento - Ambiente			
Banco BBVA	440.229	725.322	Euribor 3M
Banco BPI, SA	7.000.000	-	Euribor 3m
Banco Espírito Santo	2.000.000	2.000.000	Euribor 3M
Banco Santander Totta	2.750.000	3.750.000	Euribor 3M
Outros empréstimos	109.085	148.753	Euribor 6M
	383.318.013	220.402.282	
Correntes			
Holdings			
Caixa Galicia	4.003.907	25.001.320	Euribor 12m
Caixa Geral de Depósitos	81.799	480.717	Euribor 3m
Fortis Bank	25.000.000	25.000.000	Euribor 3m
Segmento - Cimento e Derivados			
Banco BCP Investimentos	-	3.984.375	Euribor 3m
Banco BPI, SA	-	2.798.256	Euribor 3m
Banco Espírito Santo	304.153	32.526.723	Euribor 3m
Banco Santander Totta	-	-	Euribor 1s
Banque Mediterranee	4.217.830	4.628.018	TMM
Outros empréstimos	3.802.675	6.287.525	Vários
Segmento - Pasta e Papel			
Caja Duero	91.250.000	6.311.677	Euribor 6m
Segmento - Ambiente			
Caixa Geral de Depósitos	325.062	97.778	Euribor 3M
Banco BBVA	287.260	1.279.518	Euribor 3M
Banco Santander Totta	1.000.000	2.000.000	Euribor 3M
Banco Espírito Santo	-	652.234	Euribor 3M
Outros empréstimos	39.667	39.667	Euribor 3M
	130.312.353	111.087.808	
	513.630.366	331.490.090	

Dívida referente a locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os planos de reembolso da dívida do Grupo referente a locações financeiras, exceptuando os activos resultantes da aplicação da IFRIC 4 (Nota 17), detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
A menos de 1 ano	843.781	1.224.578
1 a 2 anos	416.734	763.557
2 a 3 anos	283.380	429.107
3 a 4 anos	154.394	278.827
4 a 5 anos	-	118.880
Mais de 5 anos	790.622	-
	2.488.911	2.814.949
Juros futuros	(7.935)	(13.085)
Valor actual das responsabilidades	2.480.976	2.801.864

Em 31 de Dezembro de 2010 o Grupo utiliza os seguintes bens adquiridos em Locação financeira:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
	Valor aquisição	Valor líquido contabilístico
Equipamento básico	3.925.755	(1.644.654)
Equipamento básico - IFRIC 4	58.003.950	(34.161.456)
Equipamentos de transporte	2.227.523	(1.140.835)
Equipamento Administrativos	95.271	(93.600)
	64.252.499	(37.040.545)

O Grupo detém uma participação de 8% na Soporgen – Sociedade Portuguesa de Geração de Electricidade e Calor, S.A. (Soporgen), empresa que tem como actividade principal a produção de energia eléctrica e vapor que é vendida à Soporcel.

A Soporcel tem a opção de compra do capital que ainda não detém da Soporgen até ao termo de vigência do contrato para fornecimento de vapor energia eléctrica existente entre a Soporgen e a Soporcel, opção exercível a 1 de Janeiro de cada ano de 2010 a 2015 por valores pré-fixados.

Em 2009, com o arranque da nova fábrica de papel, o Grupo reconheceu como um contrato de locação financeira o custo da unidade de produção de Precipitado de Carbonato de Cálcio instalada para o efeito pela Omya, S.A. no site industrial do Grupo em Setúbal, para utilização exclusiva daquela nova unidade fabril, revertendo a propriedade dos activos para a About The Future, S.A. no final do contrato.

Créditos bancários concedidos e não sacados

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os créditos bancários concedidos e não sacados, ascendiam a Euros 338.178.006 e Euros 708.869.890 respectivamente.

Financial Covenants

Para determinado tipo de operações de financiamento, existem compromissos de manutenção de certos rácios financeiros cujos limites se encontram previamente negociados.

O Conselho de Administração entende que à data de reporte não se encontra exposta ao risco de incumprimento dos referidos *covenants* e considera que a probabilidade de ocorrência é remota.

Os *covenants* existentes referem-se nomeadamente a cláusulas de *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative pledge*, *Ownership-clause*, cláusulas relacionadas com a manutenção das actividades do Grupo, de rácios financeiros e de cumprimento das suas obrigações (operacionais, legais e fiscais), comuns nos contratos de financiamento e plenamente conhecidas no mercado. Com referência a 31 de Dezembro de 2010, a margem de segurança do Grupo no seu cumprimento é superior a 200%.

32. Valores a pagar correntes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Valores a pagar correntes decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Fornecedores c/c	139.855.488	142.193.701
Partes relacionadas	1.144.380	1.369.273
Fornecedores de Imobilizado c/c	42.002.605	55.478.828
Fornecedores de Imobilizado - Soporgen	2.115.500	596.958
Instituto do Ambiente - Licenças de emissão de CO2	21.383.272	19.859.906
Instrumentos Financeiros Derivados (Nota 33)	6.834.160	6.702.720
Outros credores	15.479.272	13.102.034
Acréscimos de custos	54.513.605	63.820.894
Proveitos diferidos	65.141.477	43.788.774
	348.469.759	346.913.088

O montante registado na rubrica Instituto do Ambiente, refere-se ao justo valor das licenças de emissão de gases com efeitos de estufa entregues pelas emissões realizadas no exercício de 2010, as quais foram

atribuídas a título gratuito ao abrigo do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de Acréscimos de custos e Proveitos diferidos decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Acréscimo de custos		
Seguros	42.115	47.432
Custos com o pessoal	29.563.088	36.515.061
Juros a pagar	6.439.532	5.541.185
Periodificação de gastos com energia	8.043.267	10.581.714
Reponsabilidades relativas à aquisição de Matas	221.812	329.796
Comissões a liquidar pela venda de papel	403.551	1.920.346
Outros	9.800.240	8.885.360
	54.513.605	63.820.894
Proveitos diferidos		
Subsídios ao investimento	60.826.740	40.809.361
Subsídios - licenças de emissão CO2	2.980.929	1.383.589
Outros	1.333.808	1.595.824
	65.141.477	43.788.774

33. Activos e Passivos Financeiros

Estando as suas actividades expostas a uma variedade de factores de risco financeiro e operacional, o Grupo tem tido uma postura activa de gestão do risco, procurando minimizar os potenciais efeitos adversos a eles associados, nomeadamente no que respeita ao risco do preço da pasta, o risco cambial e o risco de taxa de juro.

Para minimizar os efeitos das variações cambiais nas vendas de pasta e nas exportações de papel do Grupo para países não europeus, foram contratados instrumentos financeiros de cobertura para a quase totalidade dos valores da demonstração da posição financeira denominados em moeda estrangeira e para uma parte das vendas estimadas sujeitas ao risco cambial.

Adicionalmente para cobrir parcialmente o risco de taxa de juro, estão contratados *swaps* e *collars* de taxa de juro associados aos empréstimos obrigacionistas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a reconciliação da posição financeira com as diversas categorias de activos e passivos financeiros detalha-se como segue:

31 de Dezembro de 2010	IF detidos para negociação	IF derivados designados de cobertura	Crédito e valores a receber	AF ao Justo valor através de resultados	AF disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Activos (passivos) não financeiros
Valores em Euros	Nota 33	Nota 33	Nota 24	Nota 20	Nota 21	Nota 32	
Activos							
Activos ao JVAR	-	-	-	13.128.488	-	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-	1.282.841	-	677.180	-	-
Outros activos não correntes	-	-	267.394.253	-	-	-	-
Valores a receber correntes	130.850	1.076.339	265.091.311	-	-	-	3.641.202
Caixa e seus equivalentes	-	-	-	-	-	-	-
Total de activos	130.850	1.076.339	533.768.395	13.128.488	677.180	-	3.641.202
Passivos							
Passivos remunerados não correntes	-	-	-	-	-	1.259.882.924	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	26.402.576
Passivos remunerados correntes	-	-	-	-	-	148.478.637	-
Valores a pagar correntes	208.892	6.625.268	-	-	-	223.390.147	118.245.452
Total de passivos	208.892	6.625.268	-	-	-	1.631.751.708	144.648.028

IF - Instrumentos Financeiros
AF - Activos Financeiros

31 de Dezembro de 2009	IF detidos para negociação	IF derivados designados de cobertura	Crédito e valores a receber	AF ao Justo valor através de resultados	AF disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Activos (passivos) não financeiros
Valores em Euros	Nota 33	Nota 33	Nota 24	Nota 20	Nota 21	Nota 32	
Activos							
Activos ao JVAR	-	-	-	14.871.574	-	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-	-	-	798.167	-	-
Outros activos não correntes	-	-	1.363.767	-	-	-	-
Valores a receber correntes	1.514.537	-	220.416.618	-	-	-	4.107.731
Caixa e seus equivalentes	-	-	89.054.727	-	-	-	-
Total de activos	1.514.537	-	310.815.112	14.871.574	798.167	-	4.107.731
Passivos							
Passivos remunerados não correntes	-	-	-	-	-	871.817.132	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	29.437.896
Passivos remunerados correntes	-	-	-	-	-	447.973.519	-
Valores a pagar correntes	1.714.945	4.987.775	-	-	-	239.999.195	100.211.173
Total de passivos	1.714.945	4.987.775	-	-	-	1.559.789.846	129.649.069

IF - Instrumentos Financeiros
AF - Activos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o justo valor destes activos e passivos financeiros é aproximadamente igual ao seu valor de balanço.

Na tabela que se segue apresentam-se os activos e passivos mensurados ao justo valor a 31 de Dezembro de 2010, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 7:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros baseado em cotações de mercados líquidos activos à data de referência do balanço;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado activo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado; e
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado activo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

Activos mensurados ao justo valor

Valores em Euros	31-12-2010	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em reservas				
Derivados de Cobertura	1.076.339	-	1.076.339	-
Activos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em resultados				
Derivados de Negociação	130.850	-	130.850	-
Activos Financeiros ao JV através de resultados				
Acções	13.128.488	13.128.488	-	-
Activos Financeiros Disponíveis para venda				
Acções	677.180	677.180	-	-

Passivos mensurados ao justo valor

Valores em Euros	31-12-2010	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em reservas				
Derivados de Cobertura	(6.625.268)	-	(6.625.268)	-
Passivos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em resultados				
Derivados de Negociação	(208.892)	-	(208.892)	-

Instrumentos Financeiros Derivados

O Grupo tem uma exposição cambial nas vendas que factura em divisas, com especial relevância em dólares norte-americanos (USD) e libras esterlinas (GBP). Uma vez que o Grupo tem a suas demonstrações financeiras traduzidas em euros, corre um risco económico na conversão destes fluxos de divisas para o Euro.

O Grupo tem também, embora com menor expressão, alguns pagamentos nestas mesmas divisas, que, para efeitos de exposição cambial, funcionam como um hedge natural. Deste modo, a cobertura tem como objectivo proteger o saldo dos valores da demonstração da posição financeira denominados em divisas contra as respectivas variações cambiais.

O instrumento de cobertura utilizado nesta operação são forwards cambiais contratados sobre a exposição líquida às divisas, na altura da emissão das facturas, para as mesmas datas de vencimento e para os montantes desses documentos, nas respectivas moedas, de modo a fixar o câmbio associado às vendas.

A natureza do risco coberto é a variação cambial contabilística registada nas vendas e compras tituladas em divisas. No final de cada mês é feito uma actualização cambial dos saldos de clientes e dos

fornecedores, cujo ganho ou perda é compensado com a variação do justo valor dos forwards negociados.

No decurso do exercício de 2010, a variação do justo valor dos Instrumentos financeiros derivados, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Variação Justo valor (Negociação)	Variação Justo valor (Cobertura)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	(256.290)	(4.931.893)	(5.188.183)
Maturidade / liquidações	87.938	5.739.313	5.827.251
Variação de justo valor em resultados	(2.136.316)	-	(2.136.316)
Variação de justo valor em Capitais	-	(4.129.723)	(4.129.723)
Transferências	2.191.844	(2.191.844)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(112.824)	(5.514.147)	(5.626.971)

Detalhe e maturidade dos Instrumentos Financeiros Derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de Valores a pagar correntes (Nota 32), quando negativos e na rubrica Valores a receber correntes (Nota 24), quando positivo.

O detalhe dos montantes apresentados em balanço referentes a instrumentos financeiros, no exercício de 2010, decompõe-se conforme segue:

Valores em Euros	Moeda	Valor		Justo valor	
		Nominal	Maturidade	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos financeiros derivados detidos para negociação					
	EUR	612.000	31-Dez-11	(19.275)	-
	USD	32.777.000	26-Abr-11	123.396	-
Forwards cambiais	GBP	3.900.000	12-Abr-11	7.455	-
	USD	40.057.000	12-Mai-11	(268.405)	(338.619)
	GBP	11.267.000	12-Mai-11	78.787	(1.040.545)
Opções sobre taxa de juro	EUR	6.782.631	3-Dez-10	-	(25.145)
Swaps de taxa de juro (SWAPs)	EUR	20.400.000	28-Fev-10	-	(310.640)
Collar de Taxa de Juro (Temporal)	EUR	175.000.000	30-Nov-15	34.079	1.368.373
Collar de Taxa de Juro (Temporal)	EUR	25.000.000	30-Nov-15	2.353	70.070
Collar de Taxa de Juro (Temporal)	EUR	25.000.000	30-Nov-15	(36.432)	20.210
				(78.042)	(256.292)

Valores em Euros	Moeda	Valor		Justo valor	
		Nominal	Maturidade	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos financeiros designados como de <u>cobertura</u>					
Cobertura Taxa de Juro	EUR	150.000.000	29-Mar-10	-	(762.218)
Cobertura Taxa de Juro	EUR	75.000.000	27-Out-10	-	(1.219.066)
Investimento em subsidiárias	USD	25.050.000	26-Nov-11	109.529	-
Forwards cambiais (USD)	EUR	20.400.000	28-Fev-11	(262.810)	1.514.537
Collar de Taxa de Juro (Intrinseco)	EUR	175.000.000	30-Nov-15	(4.274.039)	(3.749.335)
Collar de Taxa de Juro (Intrinseco)	EUR	25.000.000	30-Nov-15	(585.853)	(382.898)
Collar de Taxa de Juro (Intrinseco)	EUR	25.000.000	30-Nov-15	(635.726)	(332.911)
				(5.548.929)	(4.931.891)
Total de instrumentos financeiros				(5.626.971)	(5.188.183)

Adicionalmente, em 5 de Setembro de 2008 e 19 de Novembro de 2008, o Grupo celebrou com uma instituição financeira contratos de troca de "EU Emmission Allowances" (EUA) por "Certified Emmission Reductions" (CER).

O Grupo irá utilizar as "licenças CER" a receber para entregar à entidade coordenadora do licenciamento como pagamento das suas responsabilidades pelas emissões de gases com efeitos de estufa a efectuar nos períodos futuros respectivos.

Assim, o Grupo entende que a transacção a realizar constitui uma promessa de troca de activos similares com idêntica utilidade e valor económico de uso para a Secil, e que não sujeita o Grupo a riscos de volatilidade futura dos preços de mercado destas licenças, pelo que o rédito correspondente será reconhecido nos resultados do exercício na data em que ocorra o seu recebimento e o respectivo usufruto económico relativo às respectivas transacções a realizar.

Activos Financeiros ao Justo Valor através de resultados

Estes valores são reconhecidos ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor de mercado (Nota 20).

Activos Financeiros disponíveis para venda

Estes valores são reconhecidos ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor de mercado, deduzido de eventuais imparidades (Nota 21).

Créditos e Valores a Receber

Estes valores são reconhecidos ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor nominal, deduzido de eventuais imparidades identificadas no decurso da análise dos riscos de crédito das carteiras de crédito detidas (Notas 2.1.3, 22 e 24).

Outros Passivos Financeiros

Estes valores são reconhecidos pelo seu custo amortizado, correspondendo ao valor dos respectivos fluxos de caixa, descontados pela taxa efectiva de juro associada a cada um dos passivos (Nota 31).

34. Saldos e transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos com partes relacionadas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Dívida remunerada corrente	
	31-12-2010	31-12-2009
Accionistas		
Cimo SGPS, SA	4.600.244	198.015
Longapar, SGPS, SA	14.123.140	9.871.902
Sonaca SGPS, SA	574.843	567.892
	19.298.227	10.637.809

Valores em Euros	31-12-2010		31-12-2009	
	Outros Devedores	Outros Credores	Outros Devedores	Outros Credores
Outras entidades relacionadas				
Colif Sicar	-	11.634	-	11.878
Seribo, S.A.	-	94.737	-	94.737
J.M. Henriques, Lda.	54.189	-	52.078	-
Cimentapor	35	-	35	-
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda	102.805	-	103.704	-
Setefrete	245.310	283.576	339.788	52.965
Chynso Portugal, S.A.	35.646	146.601	-	119.790
Secil Prebetão - Pré-Fabricados de Betão, S.A.	15.961	18.148	86.972	12.688
Viroc Portugal - Industria de Madeira e Cimento,	20.511	67	574.452	-
Inertogrande	104.141	-	-	-
Teporset	-	-	786.383	-
Soporgen	-	-	854.034	489.856
Outras entidades relacionadas	8.749	589.617	2.796	587.359
Total	587.347	1.144.380	2.800.242	1.369.273

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as transacções ocorridas entre partes relacionadas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010		31-12-2009	
	Compras de serviços	Custos financeiros	Compras de serviços	Custos financeiros
Accionistas				
Cimianto SGPS, SA	107.740	-	107.740	-
Cimo SGPS, SA	-	11.011	-	5.011
Longapar, SGPS, SA	-	120.008	-	161.335
Sonaca SGPS, SA	-	5.215	-	15.526
	107.740	136.234	107.740	181.872

Valores em Euros	31-12-2010			
	Compras de serviços	Prestação de serviços	Proveitos operacionais	Custos/(Prov) financeiros
Empresas Associadas e Empreendimentos conjuntos				
Viroc Portugal, S.A.	55	422.996	68.067	(53.518)
Chyros Portugal, S.A.	559.607	-	29.460	-
Setefrete, S.A.	1.902.603	-	13.542	-
Secil Prebetão, S.A.	27.928	328.139	26.687	-
Outros	1.372.309	358.852	12.892	(17.809)
	4.387.803	1.109.987	150.648	(71.327)

Valores em Euros	31-12-2009			
	Compras de serviços	Prestação de serviços	Proveitos operacionais	Custos/(Prov) financeiros
Empresas Associadas e Empreendimentos conjuntos				
Viroc Portugal, S.A.	-	515.429	3.630	(7.767)
Chyros Portugal, S.A.	580.537	-	36.419	-
Setefrete, S.A.	2.027.451	-	-	-
Secil Prebetão, S.A.	-	373.060	57.928	3.919
Soporgem	5.133.362	-	-	-
TASC	52.013	-	-	-
Outros	-	-	969	(25.555)
	8.318.664	888.489	98.946	(29.403)

35. Interesses em empreendimentos conjuntos

O Grupo Semapa detém 51% do capital da *joint venture* Secil, o qual foi incluído nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação proporcional sendo os activos, passivos e rendimentos e gastos das entidades conjuntamente controladas reconhecidos linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas.

Assim, o total de activos não correntes, activos correntes, passivos não correntes, passivos correntes, réditos, custos e resultado líquido referentes à participação de 51% na Secil apresenta-se no quadro abaixo:

Valores em Euros	2010	2009
Activos		
Activos não correntes	367.417.488	358.638.436
Activos correntes	131.219.780	123.536.867
	498.637.268	482.175.303
Passivos		
Passivos não correntes	126.043.902	83.921.468
Passivos correntes	84.032.135	119.993.007
	210.076.037	203.914.475
Activos líquidos	288.561.231	278.260.828
Réditos	273.267.641	291.837.810
Resultados operacionais	43.061.888	56.383.827
Resultados antes de impostos	40.912.014	53.833.274
Resultado líquido do exercício*	25.309.211	39.524.262

*Atribuível aos accionistas da Secil

36. Dispendios em matérias ambientais

O Grupo no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispendios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a

segurança ou eficiência de outros activos detidos pelo Grupo, são capitalizados.

Os dispendios capitalizados e reconhecidos em gastos no exercício de 2010, têm a seguinte discriminação:

Dominios	Imputados a custos	Capitalizados	Total
Emissões para a atmosfera	691.982	841.860	1.533.842
Gestão das águas residuais	9.567	24.770	34.337
Gestão dos resíduos	1.093.525	1.190.790	2.284.315
Protecção dos solos e das águas subterrâneas	1.025	165.364	166.389
Protecção da natureza	273.845	4.121	277.966
Gerador de caldeira a óleo	-	576.931	576.931
Tratamento de efluentes líquidos	7.543.581	18.731	7.562.312
Reciclagem de materiais	1.699.098	-	1.699.098
Despesas com electrofiltros	548.023	-	548.023
Rede de esgotos	103.150	-	103.150
Aterro de resíduos sólidos	286.241	-	286.241
Outras actividades de protecção do ambiente	647.856	161.861	809.717
	12.897.893	2.984.428	15.882.321

Os dispendios capitalizados e reconhecidos em gastos no exercício de 2009, têm a seguinte discriminação:

Dominios	Imputados a custos	Capitalizados	Total
Emissões para a atmosfera	1.223.689	696.203	1.919.892
Gestão das águas residuais	4.408	14.607	19.015
Gestão dos resíduos	590.963	1.857.675	2.448.638
Protecção dos solos e das águas subterrâneas	45.063	11.990	57.053
Protecção da natureza	437.140	199.044	636.184
Caldeira de recuperação	-	5.807.485	5.807.485
Tratamento de efluentes líquidos	2.800.820	93.640	2.894.460
Reciclagem de materiais	157.895	-	157.895
Rede de esgotos	247.900	-	247.900
Aterro de resíduos sólidos	611.152	-	611.152
Outras actividades de protecção do ambiente	267.479	215.047	482.525
	7.521.677	8.895.691	16.417.368

Licenças de emissão de CO2

No âmbito do Protocolo de Quioto, a União Europeia comprometeu-se a reduzir a emissão de gases com efeito de estufa. Neste contexto, foi emitida uma Directiva Comunitária que prevê a comercialização das chamadas Licenças de emissão de CO2, entretanto transposta para a legislação portuguesa com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, entre outras, às indústrias cimenteiras e de pasta e papel.

Como resultado da conclusão das negociações de formalização do Plano Nacional de Atribuições de Licenças para o período de 2008-2012, o Grupo assegurou licenças em montante suficiente para satisfazer as suas necessidades por via de emissões.

37. Custos suportados com auditoria e revisão legal de contas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os dispendios com serviços de revisão legal de contas e auditorias, decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Serviços de revisão legal de contas e auditoria		
Serviços de Revisão Legal de Contas	521.327	499.832
Auditoria financeira subsidiárias estrangeiras	132.141	26.893
Serviços de consultoria fiscal	227.116	186.279
Outros serviços de garantia de fiabilidade	141.497	106.118
	1.022.081	819.122

Os serviços descritos como de assessoria fiscal consistem essencialmente em serviços de apoio na salvaguarda do cumprimento de obrigações de índole fiscal, em Portugal e no estrangeiro, bem como em serviços de levantamentos de situações relativamente a processos operacionais de negócio, dos quais não

resultou qualquer tipo de consultoria de reformulação de práticas, procedimentos ou controlos existentes.

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através da definição criteriosa dos trabalhos em sede de contratação.

38. Número de pessoal

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de colaboradores ao serviço das diversas empresas do Grupo, repartidos por segmento de negócio, detalha-se conforme segue:

31-12-2010	Pasta e Papel	Cimento	Ambiente	Holdings	Total
Portugal	2.253	1.372	180	21	3.826
Resto Europa	78	2	10	-	90
Angola	-	289	-	-	289
Libano	-	516	-	-	516
Tunisia	-	415	-	-	415
Cabo Verde	-	36	-	-	36
	2.331	2.630	190	21	5.172

31-12-2009	Pasta e Papel	Cimento	Ambiente	Holdings	Total
Portugal	2.212	1.414	171	21	3.818
Resto Europa	76	-	11	-	87
Angola	-	306	-	-	306
Libano	-	495	-	-	495
Tunisia	-	425	-	-	425
Cabo Verde	-	36	-	-	36
	2.288	2.676	182	21	5.167

39. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as garantias prestadas pelo Grupo decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Garantias prestadas		
IAPMEI (âmbito do POE)	15.060	870.944
IAPMEI (âmbito do QREN)	1.923.818	-
IVA - Pedidos de reembolso	3.531.019	3.330.746
DGCI - Direcção Geral dos Impostos	37.100.231	23.618.566
Financiamento Soporgen	333.333	444.444
Câmara Municipal de Setúbal	492.101	487.700
APSS - Admi. dos Portos de Setúbal e Sesimbra	1.246.355	1.246.355
Direcção Geral de Alfândegas	435.751	435.751
APDL - Administração do Porto de Leixões	322.505	322.505
Lafarge	5.100.000	-
Simria	340.005	514.361
Instituto de Conservação da Natureza - Arrábida	508.188	481.771
IFAP	1.520.820	1.937.544
BankMed for SOIME (Libano)	1.034.362	959.394
IAPMEI (âmbito do PEDIP)	50.878	50.878
Comissão de Coord. e Desenv. Reg. Centro	421.858	419.971
Chaussee	-	121.809
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional LVT	446.950	366.424
AKA (Libano)	-	3.705.238
Outras	5.173.002	5.088.444
	59.996.236	44.402.845
Outros compromissos		
De compra	73.195.329	169.431.236
Locações operacionais, rendas devidos a 12 meses	2.626.794	5.861.628
Hipotecas sobre Imóveis para garantia de empréstimos	3.656.811	3.856.587
	79.478.934	179.149.451
	139.475.170	223.552.296

No decurso do exercício de 2006, a Semapa SGPS e a Semapa Inversiones, SL, na qualidade de garante, celebraram com uma instituição financeira um contrato promessa de concessão de crédito tendo como objectivo financiar a aquisição de acções cotadas na Euronext Lisboa e que integrassem o PSI 20 e/ou aquisição de acções da Portucel.

Com a disponibilidade de fundos ao abrigo do referido contrato, a Semapa e/ou a Garante obrigam-se a dar em penhor as correspondentes acções adquiridas e/ou acções da Portucel que detenham em carteira, ou alternativamente a constituição de um depósito a prazo,

suficiente para manter um rácio de cobertura do montante em dívida nunca inferior a 1,1.

Desta linha de crédito encontrava-se utilizado, em 31 de Dezembro de 2010, o montante de Euros 133.079.000, tendo sido dadas em penhor 68.866.199 acções da Portucel.

Os valores correspondentes a compromissos de compra incluem os compromissos assumidos pelo Grupo Portucel com a AICEP e que prevêem investimentos globais de cerca de Euros 914.600.000 no âmbito da construção da nova fábrica de papel em Setúbal.

Responsabilidades assumidas com Locações Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os planos de reembolso da dívida do Grupo referente a locações operacionais, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Não mais de um ano	1.533.114	687.037
Mais de um ano e não mais de cinco anos	2.301.654	5.909.576
	3.834.768	6.596.613

40. Outros compromissos assumidos pelas empresas do Grupo

Promessas de Penhor

A participada Secil Martingança, S.A., em Abril de 2005, contraiu junto de uma instituição bancária um financiamento, com maturidade em 2012, para aquisição das subsidiárias IRP – Industrias de Rebocos de Portugal, S.A. e Lusocil – Sociedade Portuguesa de Cimento Cola, S.A.. No âmbito desse financiamento a Secil Martingança entregou uma procuração irrevogável à instituição financeira, permitindo-lhe constituir, em caso de incumprimento das suas obrigações, penhor sobre as acções das referidas sociedades.

A subsidiária Ciments de Sibline, S.A.L., renegociou em Dezembro de 2008, junto de uma instituição bancária libanesa, um financiamento de médio longo prazo e um descoberto bancário no montante de USD 15.000.000 e USD 10.000.000, respectivamente. No âmbito desses financiamentos a subsidiária Ciments de Sibline, S.A.L., constituiu duas hipotecas sobre terrenos, edifícios e equipamento básico dos quais é proprietária a favor da instituição bancária nos montantes de USD 57.500.000 e USD 12.270.000. Em 31 de Dezembro de 2010, o montante reconhecido em balanço relativamente ao financiamento de médio longo prazo ascendia a USD 11.050.714 e o descoberto bancário encontrava-se por utilizar.

Cartas Conforto

A Secil emitiu a favor de duas instituições financeiras Cartas Conforto como garantia de cumprimento da obrigação com os financiamentos contraídos pela associada Viroc Portugal, S.A., no montante de Euros 2.574.082.

Investimento numa nova fábrica em Angola

Nos termos do Memorando de Entendimento celebrado entre o Governo de Angola e a subsidiária Secil, em Abril de 2004, foi constituída em 29 de Novembro de 2005 a Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A. detida em, aproximadamente, 51% pelo Grupo Secil e, indirectamente, em 49% pelo Estado angolano, a qual começou a operar a partir de 1 de Janeiro de 2006, cessando assim o contrato de cessão de exploração da unidade fabril Encime do Lobito, celebrado entre o Estado Angolano e a Tecnosecil (actualmente denominada Secil Angola) em vigor desde Setembro de 2000.

O capital social da Secil Lobito no montante de USD 21.274.285 foi realizado através da transferência dos activos tangíveis e intangíveis da Secil Angola e da Encime U.E.E. respectivamente pelo Grupo Secil e Estado angolano, através da Encime U.E.E., pelo valor resultante da avaliação efectuada em Outubro de 2003 por uma empresa de auditoria internacional independente.

Nesse Memorando de Entendimento, estimou-se que, num horizonte de 36 meses contados desde a data de realização do respectivo capital social, a Secil Lobito iria instalar uma fábrica de cimento e clínquer no Lobito.

Em 26 de Outubro de 2007, o Conselho Ministros de Angola aprovou o Projecto de Investimento Privado denominado "Nova Fábrica de Cimento do Lobito", no montante de USD 91.539.000, contratualizado em 14 de Dezembro de 2007, pela Secil Lobito e pela ANIP - Agência Nacional para o Investimento Privado, esta em representação do Estado angolano.

Adicionalmente, no exercício de 2008, foi adicionado ao investimento uma central de produção de energia eléctrica no valor de USD 18.000.000.

No entanto não foi ainda possível à subsidiária Secil Lobito dar início à construção da nova fábrica.

41. Activos contingentes

Activos contingentes de natureza não fiscal

Aquisição da Lafarge Betões, S.A.

Em 27 de Dezembro de 2010 a Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. celebrou um contrato com vista a aquisição da totalidade do capital da sociedade Lafarge Betões, S.A., sociedade que opera no mercado de betões e agregados, detendo trinta centrais de betão e quatro explorações de agregados.

O *enterprise value* da Lafarge Betões, S.A. que vai servir de base à transacção é de 65 milhões de euros e a concretização do negócio encontra-se ainda dependente da aprovação por parte da Autoridade da Concorrência

Plano de Pensões CMP

O Grupo Secil registou nas suas demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de Dezembro de 1995, o montante de Euros 5.598.358 (o qual se encontra totalmente ajustado), a receber do Estado Português, em resultado de um estudo actuarial das responsabilidades com reformas, reportadas à data de 31 de Dezembro de 1993, avaliadas por uma entidade especializada e independente, no seguimento do processo de reprivatização da subsidiária CMP.

Em resultado da referida avaliação, foram detectados erros, tendo sido solicitada ao Estado Português, em 1996, a regularização do montante acima referido. A Secil interpôs um processo judicial contra o Estado Português, reclamando o pagamento daquele montante e respectivos juros, tendo o Supremo Tribunal Administrativo julgado a acção improcedente, absolvendo o Estado do pedido.

A Secil está a estudar o recurso a meios alternativos ao seu dispor, designadamente através do Fundo de Regularização da Dívida Pública, com vista a obter a regularização do montante em questão.

Fundo de Regularização da Dívida Pública

Nos termos do Decreto-Lei n.º 36/93 de 13 de Fevereiro, as dívidas fiscais de empresas privatizadas referentes a períodos anteriores à data da privatização (25 de Novembro de 2006) são da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública.

Para além das questões de natureza fiscal descritas de seguida, foi apresentado em 2 de Junho de 2010 um segundo requerimento ao Fundo de Regularização da Dívida Pública, em que se solicitava o reembolso de diversos valores, totalizando Euros 136.243.939, relativos a ajustamentos efectuados nas demonstrações financeiras do grupo após a sua privatização, ajustamentos esses que não haviam sido considerados na formulação do preço dessa privatização por não constarem do processo disponibilizado para consulta dos concorrentes ao processo.

Processos Judiciais - Agenciamento de vendas de BEKP

Em Outubro de 2009, através da sua Subsidiária de direito Alemão Portucel International Trading, GmbH, o Grupo Portucel intentou duas acções por cessação indevida dos contratos de agenciamento celebrados em Dezembro de 2007 com a CPK, S.A. e a Celtejo, S.A. Estas acções, no valor global de cerca de Euros 175.000, visam procurar o ressarcimento pela Portucel International Trading, GmbH dos ganhos previsíveis ao abrigo dos contratos até ao seu termo, caso estes não tivessem sido unilateralmente cancelados.

Contrato de Investimento – AICEP

Ao abrigo dos contratos de investimento assinados coma AICEP e descritos na nota 9 acima, permanecem por reconhecer em 31 de Dezembro de 2010 incentivos fiscais de Euros 38.915.501.

Taxa de reforço e manutenção de infra-estruturas

No âmbito do processo de licenciamento nº 408/04 relativo ao projecto da nova fábrica de papel de Setúbal a Câmara Municipal de Setúbal emitiu uma liquidação à Portucel relativamente a uma taxa de reforço e manutenção de infra-estruturas (“TMUE”) no valor de Euros 1.199.560, com a qual a empresa discorda.

Em causa está o quantitativo cobrado a título desta taxa no processo de licenciamento acima referido, relativo à construção da nova fábrica de papel, no complexo industrial da Mitrena, em Setúbal. A Portucel discorda do valor cobrado, tendo reclamado da aplicação da mesma, em 25 de Fevereiro de 2008, por requerimento n.º 2485/08, e impugnado judicialmente o indeferimento da reclamação em 28 de Outubro de 2008.

Na impugnação judicial, a Portucel solicita a anulação do acto de liquidação, apresentando como fundamento a desproporcionalidade da taxa aplicada, o carácter fiscal da mesma e, ainda, a inexistência de qualquer contraprestação prestada em seu favor por parte da Autarquia, uma vez que foi a Portucel que realizou e suportou todos os encargos decorrentes da realização e reforço de todas as infra-estruturas urbanísticas necessárias e previstas para o investimento, e em consequência, defendendo que a TMUE revestiria a qualidade de um verdadeiro imposto.

Aguarda-se a decisão do Tribunal.

Activos contingentes de natureza fiscal

Retenções na fonte em Espanha – Euros 516.729

A ENCE – Empresa Nacional de Celulose, S.A., sociedade na qual a Portucel deteve 8% do capital social até 2004, pagou, entre 2001 e 2004, dividendos no montante global de Euros 3.444.862, os quais foram sujeitos a retenção na fonte no montante de Euros 516.729.

O valor retido foi contestado pela Portucel, junto da Administração Tributária Espanhola, com fundamento na violação do direito de livre estabelecimento consagrado no Tratado de Roma (os mesmos dividendos pagos a uma entidade residente em Espanha não seriam sujeitos a qualquer retenção na fonte). A reclamação foi indeferida em 15 de Fevereiro de 2008, pelo que seguiu recurso para o Tribunal em 29 de Abril de 2008.

Por sentença datada de 26 de Outubro de 2010 e, no seguimento do Acórdão de 3 de Junho de 2010 do TJCE (Processo C-487/08), o Tribunal decidiu em favor da Portucel.

Seguir-se-ão, em 2011, as medidas tendentes ao integral recebimento do montante supra referido relativamente ao qual os Tribunais espanhóis atribuíram razão às pretensões da Portucel.

Fundo de Regularização da Dívida Pública

Em 16 de Abril de 2008, a Portucel apresentou um requerimento ao Fundo de Regularização da Dívida Pública a solicitar o pagamento das dívidas fiscais até então liquidadas pela Administração Fiscal.

Neste contexto, será da responsabilidade do referido Fundo o montante total de Euros 31.018.150, detalhados como segue:

Valores em Euros	Exercício	Valores solicitados	1º Reembolso	Valores em aberto
Portucel				
IVA - Alemanha	1998-2004	5.850.000	(5.850.000)	-
IRC	2001	314.340	-	314.340
IRC	2002	625.033	(625.033)	-
IVA	2002	2.697	(2.697)	-
IRC	2003	1.573.165	(1.573.165)	-
IRC	2003	197.394	(157.915)	39.479
IRC (RF)	2004	3.324	-	3.324
IRC	2004	766.395	-	766.395
IRC (RF)	2005	1.736	(1.736)	-
IRC	2005	11.754.680	-	11.754.680
IRC	2005*	9.238.171	-	9.238.171
		30.326.934	(8.210.546)	22.116.389
Soporcel				
IRC	2002	169.220	-	169.220
IRC (Decl. Subst.)	2003	5.725.771	-	5.725.771
IVA	2003	2.509.101	-	2.509.101
Imposto Selo	2004	497.669	-	497.669
		8.901.761	-	8.901.761
		39.228.695	(8.210.546)	31.018.150

* Negada a utilização em 2006 do reporte de prejuízo de 2005

Em Dezembro de 2009, o Grupo foi informado pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP da eminente liquidação de Euros 8.210.546, relativos aos valores pagos e não reclamados junto da Administração Tributária, pelo que se aguardará igual desfecho quanto aos demais valores em aberto uma vez encerrados os respectivos processos administrativos e/ou judiciais. Este valor foi recebido em 22 de Janeiro de 2010.

IRC 2007 – Euros 1.472.351

No decurso da Fiscalização ao exercício de 2007 a Administração Fiscal identificou correcções no valor de Euros 937.116, que a Portucel pagou em 24 de Fevereiro de 2010, tendo contestado, em sede de Reclamação Graciosa, correcções no valor de Euros 12.397,06, bem como solicitado a correcção oficiosa da colecta do exercício de 2007, no montante de Euros 1.459.954,11, relativo aos benefícios fiscais contratuais associados ao investimento da Soporcel na sua 2ª máquina de papel, por insuficiência de colecta nos anos de 2005 e 2006.

A reclamação foi indeferida em 17 de Janeiro de 2011, pelo que a Portucel apresentou Impugnação Judicial em 31 de Janeiro de 2011.

Imposto do Selo sobre empréstimos – Imposto do Selo sobre capital – Euros 77.000

Em 7 de Abril de 2008 a SPCG e a Portucel Soporcel Cogeração de Energia S.A. apresentaram no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada Impugnação Judicial sobre a liquidação de imposto do selo, no valor de Euros 50.000 e Euros 27.000, respectivamente, cobrado pelo aumento do capital social das referidas empresas, por a mesma ser contrária ao estabelecido na Directiva Comunitária nº 69/335/CEE do Conselho, de 17 de Julho de 1969, na redacção dada pela Directiva 85/303/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1985.

As referidas empresas encontram-se a aguardar a decisão daquele tribunal.

Derrama Municipal (RETGS) 2008 / 2009 – Euros 1.062.068

Nos exercícios de 2008 e 2009 a Portucel apurou na Declaração Modelo 22 do Grupo um valor de derrama municipal correspondente à soma das derramas das sociedades individualmente consideradas, conforme entendimento da Administração Fiscal vertido no Ofício Circulado nº 20132 da Direcção dos Serviços do IRC de 14 de Abril de 2008.

Não obstante, a Portucel não concorda com este entendimento, sendo da opinião que o valor da derrama municipal deveria corresponder a 1,5% do lucro tributável do Grupo, tal como previsto na Lei nº 2/2007 (Lei das Finanças Locais).

Por esse facto, a Portucel apresentou Reclamações Graciosas das autoliquidações de IRC daqueles anos, no que respeita aos valores pagos em excesso, de, respectivamente, Euros 173.868 e Euros 888.200.

No seguimento do indeferimento das Reclamações Graciosas, a Portucel apresentou em 14 de Maio de 2010 e 6 de Janeiro de 2011, os respectivos Recursos Hierárquicos.

O Supremo Tribunal Administrativo emitiu em 2 de Fevereiro de 2011 Acórdão a corroborar o entendimento da Portucel, pelo que se espera a breve trecho o desfecho favorável daqueles Recursos Hierárquicos.

42. Cotações utilizadas

Os activos e passivos das subsidiárias e associadas estrangeiras foram convertidos para contra-valores em euros, ao câmbio de 31 de Dezembro de 2010.

As rubricas de resultados do exercício foram convertidas ao câmbio médio do período. As diferenças resultantes da aplicação destas taxas comparativamente aos valores anteriores foram reflectidas na rubrica “Reservas de conversão cambial” no capital próprio.

As cotações utilizadas nos exercícios de 2010 e 2009, face ao Euro, foram as seguintes:

	31-12-2010	31-12-2009	Valorização/ (desvalorização)
TND (dinar tunisino)			
Câmbio médio do período	1,895	1,8728	(1,19%)
Câmbio de fim do período	1,9237	1,8841	(2,10%)
LBN (libra libanesa)			
Câmbio médio do período	1.998,50	2.102,60	4,95%
Câmbio de fim do período	2.014,30	2.171,70	7,25%
USD (dólar americano)			
Câmbio médio do período	1,3257	1,3948	4,95%
Câmbio de fim do período	1,3362	1,4406	7,25%
GBP (libra esterlina)			
Câmbio médio do período	0,8579	0,8909	3,70%
Câmbio de fim do período	0,8572	0,8881	3,48%
PLN (zloti polaco)			
Câmbio médio do período	3,9896	4,3216	7,68%
Câmbio de fim do período	3,9580	4,1040	3,56%
SEK (coroa sueca)			
Câmbio médio do período	9,5365	10,6122	10,14%
Câmbio de fim do período	8,9809	10,2400	12,30%
CZK (coroa checa)			
Câmbio médio do período	25,2550	26,4123	4,38%
Câmbio de fim do período	25,0000	26,3180	5,01%
CHF (franco suíço)			
Câmbio médio do período	1,3807	1,5095	8,53%
Câmbio de fim do período	1,2488	1,4827	15,78%
DKK (coroa dinamarquesa)			
Câmbio médio do período	7,4470	7,4459	(0,01%)
Câmbio de fim do período	7,4532	7,4410	(0,16%)
HUF (florim húngaro)			
Câmbio médio do período	275,0925	280,0582	1,77%
Câmbio de fim do período	277,9800	270,3500	(2,82%)
AUD (dólar australiano)			
Câmbio médio do período	1,4424	1,7722	18,61%
Câmbio de fim do período	1,3074	1,5978	18,17%
BRL (real brasileiro)			
Câmbio médio do período	2,2419	-	0,00%
Câmbio de fim do período	2,2077	-	0,00%

43. Empresas incluídas na consolidação

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido pela Semapa		
		Directa	Indirecta	Total
Empresa-mãe:				
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.	Lisboa	-	-	-
Subsidiárias:				
Seminv, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00
Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00
Seinpart, SGPS, S.A.	Lisboa	49,00	51,00	100,00
ETSA - Investimentos, SGPS, SA	Lisboa	96,00	-	96,00
Seinpar Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00
Interholding Investments B.V. (ex Semapa Investments B.V.)	Amesterdão	100,00	-	100,00
Semapa Inversiones S.L.	Madrid	100,00	-	100,00
Great Earth, SA	Lisboa	100,00	-	100,00
NSOSPE - Empreendimentos e Participações, SA*	Rio de Janeiro	100,00	-	100,00

* Sociedade constituída em 2010

Empresas subsidiárias do sub Grupo ETSA – Incluídas no consolidado pelo método integral

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido na ETSA			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Empresa-mãe:					
ETSA - Investimentos, SGPS, SA	Stº Antão do Tojal	96,00	-	96,00	96,00
Subsidiárias:					
ETSA, SGPS, S.A.	Loures	100,00	-	100,00	96,00
ABAPOR – Comércio e Indústria de Carnes, S.A	Stº Antão do Tojal	100,00	-	100,00	96,00
SEBOL – Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	Stº Antão do Tojal	100,00	-	100,00	96,00
ITS – Indústria Transformadora de Subprodutos Animais, S.A.	Coruche	100,00	-	100,00	96,00
BIOLOGICAL - Gestão de Resíduos Industriais, Lda.	Stº Antão do Tojal	95,00	5,00	100,00	96,00
AISIB – Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S.A.	Mérida	100,00	-	100,00	96,00
Transportes Carvajal, S.L.	Huelva	-	80,00	80,00	76,80

Empresas subsidiárias do sub Grupo Portucel – Incluídas no consolidado pelo método integral

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido na Portucel			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA	Setúbal	14,02	62,94	76,97	76,97
Subsidiárias:					
Soporcel - Sociedade Portuguesa de Papel, SA	Figueira da Foz	100,00	-	100,00	76,97
Soporcel Pulp - Sociedade Portuguesa de Celulose, SA*	Figueira da Foz	100,00	-	100,00	76,97
CountryTarget SGPS SA*	Setúbal	100,00	-	100,00	76,97
Sociedade de Vinhos da Herdade de Espirra - Produção e Comercialização de Vinhos, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,97
Enerforest - Empresa de Biomassa para Energia, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,97
Atlantic Forests, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,97
Viveiros Aliança - Empresa Produtora de Plantas, SA	Palmela	-	100,00	100,00	76,97
Aflomec - Empresa de Exploração Florestal, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,97
Cofotrans - Empresa de Exploração Florestal, SA	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	76,97
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	Eixo	-	94,00	94,00	72,35
PortucelSoporcel Floresta, SGPS, SA	Figueira da Foz	50,00	50,00	100,00	76,97
Portucel Florestal – Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,97
Naturfunji, ACE	Setúbal	-	50,00	50,00	38,48
PortucelSoporcel Florestal – Sociedade para o Desenvolvimento Agro-Florestal, S	Setúbal	-	100,00	100,00	76,97
Afocelca - Agrupamento complementar de empresas para protecção contra incê	Portugal	-	64,80	64,80	49,87
Bosques do Atlantico, SL	Espanha	-	100,00	100,00	76,97
PortucelSoporcel Pulp SGPS, S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	76,97
EPFF - Empresa de Pasta de Figueira da Foz, S.A.	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	76,97
CELSET - Celulose de Setúbal, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	76,97
CELCACIA - Celulose de Cacia, S.A.	Cacia	-	100,00	100,00	76,97
Portucel International GmbH	Alemanha	-	100,00	100,00	76,97
PortucelSoporcel Papel, SGPS SA	Setúbal	100,00	-	100,00	76,97
Soporcel North America Inc.	EUA	-	100,00	100,00	76,97
About the Future - Empresa Produtora de Papel, SA	Setúbal	0,01	99,99	100,00	76,97
Portucel Papel Setúbal, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	76,97
Tecnipapel – Sociedade de Transformação e Distribuição de Papel, Lda	Setúbal	56,00	44,00	100,00	76,97
PortucelSoporcel Sales & Marketing NV	Bélgica	25,00	75,00	100,00	76,97
PortucelSoporcel Fine Paper , S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	76,97
Soporcel España, SA	Espanha	-	100,00	100,00	76,97
Soporcel International, BV	Holanda	-	100,00	100,00	76,97
Soporcel France, EURL	França	-	100,00	100,00	76,97
Portucel Soporcel United Kingdom, Ltd	Reino Unido	-	100,00	100,00	76,97
Portucel Soporcel Italia, SRL	Itália	-	100,00	100,00	76,97
Soporcel 2000 - Serviços Comerciais de Papel, Soc. Unipessoal, Lda	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	76,97
Soporcel Deutschland, GmbH	Alemanha	-	100,00	100,00	76,97
Soporcel Handels, GmbH	Austria	-	100,00	100,00	76,97
PortucelSoporcel Afrique du Nord	Marrocos	-	100,00	100,00	76,97
PortucelSoporcel Poland SP Z O *	Polónia	-	100,00	100,00	76,97
PortucelSoporcel Energia, SGPS SA	Setúbal	100,00	-	100,00	76,97
SPCG – Sociedade Portuguesa de Co-geração Eléctrica, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,97
Enerpulp – Cogeração Energética de Pasta, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,97
PortucelSoporcel Cogeração de Energia, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,97
PortucelSoporcel Participações, SGPS SA	Setúbal	100,00	-	100,00	76,97
Arboser – Serviços Agro-Industriais, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,97
Empremédia - Corretores de Seguros, Lda	Lisboa	-	100,00	100,00	76,97
Socortel - Sociedade de Corte de Papel, SA	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	76,97
Cutpaper - Transformação, Corte e Embalagem de Papel, ACE	Figueira da Foz	-	50,00	50,00	38,48
Headbox - Operação e Contolo Industrial, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,97
EMA21 - Engenharia e Manutenção Industrial Século XXI, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,97
Ema Cacia - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Cacia	-	91,15	91,15	70,15
Ema Setúbal - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Setúbal	-	92,56	92,56	71,24
Ema Figueira da Foz- Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Figueira da Foz	-	91,47	91,47	70,40
ImpactValue - SGPS, SA	Setúbal	100,00	-	100,00	76,97
Portucel Moçambique - Sociedade de Desenvolvimento Florestal e Industrial, Lda	Moçambique	25,00	75,00	100,00	76,97
Portucel Florestal Brasil - Gestão de Participações, Ltda	Brasil	25,00	75,00	100,00	76,97
PortucelSoporcel Papel - Sales e Marketing, ACE	Figueira da Foz	50,00	50,00	100,00	76,97
PortucelSoporcel Logística de Papel, ACE	Figueira da Foz	33,33	66,67	100,00	76,97

* Constituída em 2010

Empresas subsidiárias do sub Grupo Secil – Incluídas no consolidado pelo método proporcional

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido na Secil			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Setúbal	6,42	44,58	51,00	51,00
Subsidiárias:					
Parcim Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00	51,00
Secilpar, SL.	Madrid	-	100,00	100,00	51,00
Somera Trading Inc.	Panamá	-	100,00	100,00	51,00
Hewbol, SGPS, Lda.	Funchal	-	100,00	100,00	51,00
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, Lda.	Praia	-	100,00	100,00	51,00
ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda.	Praia	37,50	25,00	62,50	31,88
Florimar- Gestão e Participações, SGPS, Lda.	Funchal	100,00	-	100,00	51,00
Seciment Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00	51,00
Serife - Sociedade de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de Equipamento, Lda.	Lisboa	100,00	-	100,00	51,00
Silonor, S.A.	Dunkerque - França	100,00	-	100,00	51,00
Société des Ciments de Gabès	Tunis	98,72	-	98,72	50,35
Sud- Béton- Société de Fabrication de Béton du Sud	Tunis	-	98,72	98,72	50,35
Zarzis Béton	Tunis	-	98,52	98,52	50,25
Secil Angola, SARL	Luanda	100,00	-	100,00	51,00
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	Lobito	-	51,00	51,00	26,01
Secil, Betões e Inertes, S.G.P.S., S.A. e Subsidiárias	Setúbal	91,85	8,15	100,00	51,00
Britobetão - Central de Betão, Lda.	Évora	-	82,00	82,00	41,82
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
Sicobetão - Fabricação de Betão, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
Secil Britas, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
Quimipetra - Secil Britas, Calcários e Derivados, Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
Colegra - Exploração de Pedreiras, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, Lda.	Leiria	51,19	45,81	97,00	49,47
IRP - Indústria de Rebocos de Portugal, S.A.	Santarém	-	97,00	97,00	49,47
Condind - Conservação e Desenvolvimento Industrial, Lda.	Setúbal	50,00	50,00	100,00	51,00
Ciminpart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	Lisboa	-	90,87	90,87	46,34
Ave- Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	Lisboa	-	70,00	70,00	35,70
Cimentos Costa Verde - Comércio de Cimentos, Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
Valcem - Produtos Cimentícios, Lda.	Setúbal	50,00	50,00	100,00	51,00
Prescor Produção de Escórias Moídas, Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. ("CMP")	Leiria	100,00	-	100,00	51,00
Ciments de Sibline, S.A.L.	Beirute	28,64	22,41	51,05	26,04
Soime, S.A.L.	Beirute	-	51,05	51,05	26,04
Premix Liban, S.A.L.	Beirute	-	51,05	51,05	26,04
Cimentos Madeira, Lda.	Funchal	57,14	-	57,14	29,14
Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	Funchal	-	57,14	57,14	29,14
Promadeira - Sociedade Técnica de Construção da Ilha da Madeira, Lda.	Funchal	-	57,14	57,14	29,14
Brimade - Sociedade de Britas da Madeira, S.A.	Funchal	-	57,14	57,14	29,14
Madebritas - Sociedade de Britas da Madeira, Lda. (a)	Funchal	-	29,14	29,14	14,86
Pedra Regional - Transformação e Comercialização de Rochas Ornamentais, Lda.	Funchal	-	29,14	29,14	14,86
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda.	Lisboa	50,00	-	50,00	25,50
Secil Prébetão, S.A.	Montijo	-	39,80	39,80	20,30
Teporset - Terminal Portuário de Setúbal, S.A.	Lisboa	-	50,00	50,00	25,50

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Presidente:**

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

Vogais:

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos

José Alfredo de Almeida Honório

Francisco José Melo e Castro Guedes

Carlos Maria Cunha Horta e Costa

José Miguel Pereira Gens Paredes

Paulo Miguel Garcês Ventura

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

António da Nóbrega de Sousa da Câmara

Joaquim Martins Ferreira do Amaral

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

Vitor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 3.569.649.634 euros, e um total de capital próprio de 1.243.941.595 euros, o qual inclui interesses não controlados de 310.520.846 euros e um resultado líquido de 126.720.230 euros), a Demonstração consolidada dos resultados consolidados, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração das alterações nos capitais próprios consolidados e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, as alterações no capital próprio consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação [e da aplicação do método da equivalência patrimonial]; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, as alterações no capital próprio consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 15 de Março de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS,SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Contas Consolidadas

Exercício de 2010

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei e dos estatutos da empresa, e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório anual sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2010 e dar o nosso parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a actividade da empresa e das suas filiais, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a administração. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não recebemos comunicações de quaisquer irregularidades e não deparámos com quaisquer constrangimentos.
3. Reunimos por diversas vezes com o revisor oficial de contas e auditor externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. Apreciamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, o qual merece o nosso acordo.
4. No exercício das nossas funções verificámos que:
 - a) a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração da posição financeira consolidada, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração das alterações dos capitais próprios consolidados e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados, e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus respectivos resultados;
 - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos seus resultados, tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;
 - c) o Relatório Consolidado de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa e das suas participadas incluídas na consolidação, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade.



d) O Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários.

5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da Empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:

a) seja aprovado o Relatório Consolidado de Gestão;

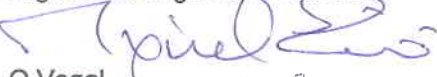
b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas;

6. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis da empresa e demais colaboradores da empresa.

Lisboa, 15 de Março de 2011

O Presidente do Conselho Fiscal

Miguel Camargo de Sousa Eiró



O Vogal

Duarte Nuno d'Orey da Cunha



O Vogal



Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS

EXERCÍCIO DE 2010

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Valores em Euros	Notas	2010	2009
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	4	2.825.760	2.904.832
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	5	181.206.112	109.278.006
Fornecimentos e serviços externos	6	(6.956.716)	(2.620.631)
Gastos com o pessoal	7	(14.975.908)	(12.461.804)
Provisões (aumentos/reduções)	8	(1.605.001)	660.796
Aumentos/reduções de justo valor	9	(2.354.722)	2.186.776
Outros rendimentos e ganhos	10	47.579	10
Outros gastos e perdas	10	(1.047.833)	(1.372.625)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		157.139.271	98.575.360
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	11	(164.825)	(161.328)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	11	(102.292)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		156.872.154	98.414.032
Juros e rendimentos similares obtidos	12	670.001	415.759
Juros e gastos similares suportados	12	(16.824.667)	(19.868.147)
Resultado antes de impostos		140.717.488	78.961.644
Imposto sobre o rendimento do exercício	13	(13.997.259)	(80.738)
Resultado líquido do exercício		126.720.229	78.880.906
Resultados por acção			
Resultados básicos por acção, Eur	14	1,10	0,68

BALANÇO INDIVIDUAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Valores em Euros	Notas	31-12-2010	31-12-2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	15	1.068.602	790.921
Goodwill	16	3.451.111	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	5	1.492.953.934	1.442.844.156
Activos por impostos diferidos	13	-	13.911.345
		1.497.473.647	1.457.546.422
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	17	419.919	130.819
Outras contas a receber	18	1.246.007	1.976.442
Diferimentos	19	204.296	79.628
Activos financeiros detidos para negociação	20	549.594	795.971
Outros activos financeiros	21	2.264.710	11.901.418
Caixa e depósitos bancários	24	95.012.083	6.630.593
		99.696.609	21.514.871
Total do activo		1.597.170.256	1.479.061.293
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	22	118.332.445	118.332.445
Ações (quotas) próprias	22	(36.765.574)	(36.765.574)
Prémios de emissão	23	3.923.459	3.923.459
Reservas legais	23	23.666.489	23.666.489
Outras reservas	23	738.890.375	689.522.224
Resultados transitados	23	25.061.217	27.759.648
Ajustamentos em activos financeiros	23	6.317.024	(7.337.065)
Outras variações no capital próprio	23	(4.827.952)	(4.465.146)
		874.597.483	814.636.480
Resultado líquido do exercício		126.720.229	78.880.906
Dividendos antecipados	23	(29.481.173)	-
Total do capital próprio		971.836.539	893.517.386
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	8	2.540.000	2.087.596
Financiamentos obtidos	24	454.224.308	415.136.967
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	25	99.931.261	90.600.253
		556.695.569	507.824.816
Passivo corrente			
Fornecedores		50.116	65.639
Estado e outros entes públicos	17	247.535	187.982
Financiamentos obtidos	24	46.434.133	61.142.089
Outras contas a pagar	26	21.900.481	16.317.498
Diferimentos	19	5.883	5.883
		68.638.148	77.719.091
Total do passivo		625.333.717	585.543.907
Total do capital próprio e do passivo		1.597.170.256	1.479.061.293

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DE 1 DE JANEIRO DE 2009 A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DESCRİÇÃO	Notas	Capital realizado	Acções próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Dividendos antecipados	Total do Capital Próprio
Valores em Euros												
Capital próprio em 1 de Janeiro de 2009 - POC		118.332.445	(36.765.574)	3.923.459	23.666.489	627.655.918	10.656.838	(32.479.479)		106.347.480	-	821.337.576
Alterações no exercício												
Primeira alteração de novo referencial contabilístico												
Reconhecimento dos subsídios ao investimento no capital próprio das subsidiárias		-	-	-	-	-	-	31.621.011	-	-	-	31.621.011
Transferências - Custo considerado		-	-	-	-	-	(858.468)	858.468	-	-	-	-
Capital próprio em 1 de Janeiro de 2009 - SNC	1	118.332.445	(36.765.574)	3.923.459	23.666.489	627.655.918	9.798.370	-	-	106.347.480	-	852.958.587
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												
Ajustamento de partes de capital em subsidiárias		-	-	-	-	-	-	(3.489.372)	-	-	-	(3.489.372)
Variação de justo valor em instrumentos financeiros derivados		-	-	-	-	-	-	-	(4.465.146)	-	-	(4.465.146)
Ganhos / (perdas) actuariais		-	-	-	-	-	2.961.280	-	-	-	-	2.961.280
Variação do valor dos subsídios ao investimento nas subsidiárias		-	-	-	-	-	-	(3.847.693)	-	-	-	(3.847.693)
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	-	-	61.866.306	15.000.001	-	-	(76.866.307)	-	-
Outros movimentos		-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	-	(3)
	2	-	-	-	-	61.866.306	17.961.278	(7.337.065)	(4.465.146)	(76.866.307)	-	(8.840.934)
Resultado líquido do exercício	3									78.880.906	-	78.880.906
Resultado integral	4=2+3									2.014.599	-	70.039.972
Operações com detentores de capital no exercício												
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	(29.481.173)	-	(29.481.173)
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.481.173)	-	(29.481.173)
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2009	6=1+2+3+5	118.332.445	(36.765.574)	3.923.459	23.666.489	689.522.224	27.759.648	(7.337.065)	(4.465.146)	78.880.906	-	893.517.386

DESCRİÇÃO	Notas	Capital realizado	Acções próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Dividendos antecipados	Total do Capital Próprio
Valores em Euros												
Capital próprio em 1 de Janeiro de 2010	6	118.332.445	(36.765.574)	3.923.459	23.666.489	689.522.224	27.759.648	(7.337.065)	(4.465.146)	78.880.906	-	893.517.386
Alterações no exercício												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	(192)	-	-	(192)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												
Ajustamento de partes de capital em subsidiárias		-	-	-	-	-	-	3.072.808	-	-	-	3.072.808
Variação de justo valor em instrumentos financeiros derivados		-	-	-	-	-	-	-	(362.614)	-	-	(362.614)
Ganhos / (perdas) actuariais		-	-	-	-	-	(2.730.013)	-	-	-	-	(2.730.013)
Variação do valor dos subsídios ao investimento nas subsidiárias		-	-	-	-	-	-	10.581.281	-	-	-	10.581.281
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	-	-	49.368.151	31.582	-	-	(49.399.733)	-	-
	7	-	-	-	-	49.368.151	(2.698.431)	13.654.089	(362.806)	(49.399.733)	-	10.561.270
Resultado líquido do exercício	8									126.720.229	-	126.720.229
Resultado integral	9=7+8									77.320.496	-	137.281.499
Operações com detentores de capital no exercício												
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	(29.481.173)	(29.481.173)	(58.962.346)
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.481.173)	(29.481.173)	(58.962.346)
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2010	6+7+8+10	118.332.445	(36.765.574)	3.923.459	23.666.489	738.890.375	25.061.217	6.317.024	(4.827.952)	126.720.229	(29.481.173)	971.836.539

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Valores em Euros	Notas	31-12-2010	31-12-2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO			
Pagamentos a fornecedores		(6.562.904)	(3.863.353)
Pagamentos ao pessoal		(8.430.238)	(9.164.141)
Caixa gerada pelas operações		(14.993.142)	(13.027.494)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(131.659)	748.637
Outros recebimentos/(pagamentos)		2.448.800	3.020.152
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(12.676.001)	(9.258.705)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(15.831)	(37.873)
Investimentos financeiros		(28.629.746)	(13.628.885)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		144.450.616	125.733.945
Juros e rendimentos similares		170.315	106.743
Dividendos		25.508.006	13.918.455
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		141.483.360	126.092.385
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		750.694.806	564.029.616
Financiamentos concedidos		16.447.906	20.870.888
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(726.262.172)	(587.045.441)
Financiamentos concedidos		(6.420.131)	(22.345.265)
Juros e gastos similares		(15.923.931)	(20.847.067)
Dividendos	23	(58.962.347)	(29.481.173)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(40.425.869)	(74.818.442)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)		88.381.490	42.015.238
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	24	6.630.593	(35.384.645)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	24	95.012.083	6.630.593

ÍNDICE DAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1.	Identificação da empresa	7	27.	Instrumentos financeiros derivados	21
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7	28.	Saldos e transacções com partes relacionadas.....	21
3.	Resumo das principais políticas contabilísticas	7	29.	Gastos suportados com auditoria e revisão legal de contas	22
3.1	Activos fixos tangíveis	7	30.	Compromissos	22
3.2	Goodwill	7	31.	Cotações utilizadas	22
3.3	Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	8			
3.3.1	Subsidiárias	8			
3.3.2	Empreendimentos conjuntos	8			
3.4	Conversão cambial.....	8			
3.4.1	Moeda Funcional e de Relato.....	8			
3.4.2	Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras	8			
3.4.3	Subsidiárias	8			
3.5	Imparidade de activos não correntes	9			
3.6	Activos financeiros.....	9			
	Activos financeiros ao custo ou ao custo amortizado	9			
	Activos financeiros detidos para negociação.....	9			
3.7	Instrumentos financeiros derivados	9			
3.8	Imposto sobre o rendimento.....	10			
3.9	Outras contas a receber	10			
3.10	Caixa e seus equivalentes.....	10			
3.11	Capital social e Acções próprias	10			
3.12	Financiamentos obtidos.....	10			
3.13	Encargos financeiros com empréstimos.....	11			
3.14	Provisões	11			
3.15	Benefícios pós-emprego e outros.....	11			
3.15.1	Planos de pensões de benefícios definidos	11			
3.15.2	Férias e subsídio de férias e prémios.....	11			
3.16	Valores a pagar correntes	11			
3.17	Locações operacionais	11			
3.18	Distribuição de dividendos.....	12			
3.19	Rédito e regime do acréscimo.....	12			
3.20	Activos e passivos contingentes.....	12			
3.21	Eventos subsequentes	12			
3.22	Gestão do Risco	12			
3.22.1	Factores do risco financeiro	12			
	Risco cambial	12			
	Risco de taxa de juro.....	12			
	Risco de crédito	13			
	Risco de liquidez.....	13			
3.22.2	Factores de risco operacional	13			
3.23	Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes	13			
3.23.1	Imparidade do Goodwill	14			
3.23.2	Pressupostos actuariais	14			
4.	Vendas e serviços prestados	14			
5.	Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	14			
6.	Fornecimento e serviços externos.....	15			
7.	Gastos com o pessoal	15			
8.	Provisões	15			
9.	Variações de justo valor	15			
10.	Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas	15			
11.	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	16			
12.	Resultados financeiros	16			
13.	Imposto sobre o rendimento.....	16			
14.	Resultados por acção	16			
15.	Activos fixos tangíveis	17			
16.	Goodwill	17			
17.	Estado e outros entes públicos	17			
18.	Outras contas a receber	17			
19.	Diferimentos.....	17			
20.	Activos financeiros detidos para negociação	18			
21.	Outros activos financeiros	18			
22.	Capital social e acções próprias.....	18			
23.	Reservas e outras rubricas do capital próprio	18			
24.	Financiamentos obtidos.....	19			
25.	Benefícios pós-emprego.....	20			
26.	Outras contas a pagar	20			

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Nas presentes notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

1. Identificação da empresa

Designação: Semapa — Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA
Sede Social: Av. Fontes Pereira de Melo, 14, Lx
Capital Social: Euros 118.332.445
N.I.P.C.: 502 593 130

A Semapa — Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA ("Empresa") foi constituída em 21 de Junho de 1991 e tem por objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, nomeadamente nos sectores da produção de cimento e derivados, de pasta e de papel e ambiente, através das suas participadas Secil — Companhia Geral de Cal e Cimento, SA e Portucel — Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA e ETSA Investimentos, SGPS, SA.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI).

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e as respectivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

A reconciliação da posição financeira e do desempenho financeiro em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009 é como segue:

Valores em Euros	31-12-2009		01-01-2009	
	Resultado líquido	Outras rubricas de capital	Capital Próprio	Capital Próprio
POC	78.849.324	786.894.744	865.744.068	821.337.576
Reconhecimento em outras rubricas de capital próprio de subsídios ao investimento atribuídos a subsidiárias	-	27.773.318	27.773.318	31.621.011
Diferença de aquisição negativa a interesses minoritários	31.582	(31.582)	-	-
SNC	78.880.906	814.636.480	893.517.386	852.958.587

A transição para o SNC não originou qualquer impacto nos fluxos de caixa nos exercícios apresentados.

3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

3.1 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (Nota 15).

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos médios de vida útil
Edifícios e outras construções	7 – 10
Equipamentos:	
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 - 8
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 3.5).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzido dos gastos de transacção e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos ou outros gastos (operacionais).

3.2 Goodwill

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias na data de aquisição (Nota 16).

O Goodwill não é amortizado e encontra-se sujeito a testes por imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do Goodwill correspondente.

3.3 Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

A rubrica “participações financeiras – método da equivalência patrimonial” inclui os investimentos numa participada na qual a Empresa exerce controlo (o que ocorre quando a Empresa controla directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detivesse o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) ou influência significativa (o que ocorreria se a empresa participasse nas decisões financeiras e operacionais da empresa o que geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma empresa).

As participações financeiras são relevadas ao método da equivalência patrimonial, subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada (Nota 5).

3.3.1 Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Empresa detém o controlo sobre outra entidade. Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das subsidiárias, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da subsidiária na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do período na rubrica “Ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”.

É feita uma avaliação dos investimentos em subsidiárias quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão à excepção do Goodwill.

Quando a participação da Empresa nas perdas da subsidiária iguala ou ultrapassa o seu investimento

nestas sociedades, a Empresa deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver incorrido em responsabilidades ou efectuado pagamentos em nome destas. Os ganhos não realizados em transacções com as subsidiárias são eliminados na extensão da participação da Empresa nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pela Empresa. Os investimentos em subsidiárias encontram-se detalhados na Nota 5.

3.3.2 Empreendimentos conjuntos

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que a Empresa tenha um interesse.

As entidades conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial, anteriormente detalhado.

3.4 Conversão cambial

3.4.1 Moeda Funcional e de Relato

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades subsidiárias são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de relato.

3.4.2 Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras

Todos os activos e passivos da Empresa expressos em moedas estrangeiras foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como rendimentos e gastos na demonstração individual dos resultados por naturezas do período.

3.4.3 Subsidiárias

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades subsidiárias que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato, para efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial, são convertidas para a moeda de relato como segue:

- (i) Os activos e passivos de cada balanço são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras;

As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada no Capital Próprio, na rubrica “Outras variações no capital próprio”.

- (ii) Os rendimentos e os gastos de cada demonstração dos resultados são convertidos pela taxa de câmbio média do período de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transacções, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções.

3.5 Imparidade de activos não correntes

Os activos não correntes que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a depreciação, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para realização de testes por imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o activo), quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada activo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com excepção das perdas por imparidade do Goodwill – ver Nota 3.2).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como rendimento operacional. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em períodos anteriores.

3.6 Activos financeiros

A Empresa classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: Ao custo amortizado e ao justo valor, com as alterações de justo valor a ser reconhecida na demonstração dos resultados. A classificação depende do objectivo na aquisição do investimento. A classificação é determinada no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e sendo essa classificação reavaliada em cada data de relato.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos

contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago e a pagar, incluindo despesas de transacção. A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

Activos financeiros ao custo amortizado

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. São originados quando a Empresa fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida.

São incluídos nos activos correntes, excepto quanto a maturidades superiores a 12 meses após a data do Balanço, sendo nesse caso classificados como activos não correntes.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são incluídos no balanço, nas rubricas “Outros activos financeiros” e “Outras contas a receber” correntes.

Activos financeiros detidos para negociação

Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores e cujo justo valor possa ser mensurado de forma fiável. Estes investimentos são mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados.

A Empresa avalia, em cada data de balanço, se há uma evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros sofreram uma perda por imparidade. Se existir uma diminuição no justo valor por um período prolongado dos activos financeiros detidos para negociação, a perda é calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente e reconhecida no resultado do período.

3.7 Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados com o objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeita.

Apesar de os derivados contratados corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, há uma parte dos mesmos que não se qualifica como cobertura contabilística. Os instrumentos derivados são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas no capital próprio ou na demonstração dos resultados, conforme sejam eficazes ou não na cobertura contabilística.

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de

opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente, nas rubricas de Valores a receber correntes e de Valores a pagar correntes.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;

ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

3.8 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de balanço (Nota 13).

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.9 Outras contas a receber

Os outros valores a receber correntes inicialmente contabilizados ao justo valor sendo subsequentemente contabilizados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado (Nota 18).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objectiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

3.10 Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor (Nota 24).

3.11 Capital social e Acções próprias

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 22).

Os gastos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os gastos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, como uma redução do capital próprio, na rubrica Acções próprias sendo os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação registados em Outras reservas. Em conformidade com a legislação comercial aplicável, enquanto as acções próprias se mantiverem na posse da sociedade, é tornada indisponível uma reserva de montante igual ao seu custo de aquisição.

Quando alguma empresa subsidiária adquira acções da empresa-mãe (acções próprias) o pagamento, que inclui os gastos incrementais directamente atribuíveis, é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas.

Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de gastos de transacção directamente atribuíveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa, em outras reservas.

3.12 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de gastos de transacção incorridos sendo, subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de gastos de transacção) e o valor de reembolso é reconhecido na demonstração de resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço (Nota 24).

3.13 Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como gastos de financiamento, de acordo com o regime de acréscimo (Nota 12).

Os encargos financeiros de empréstimos directamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda uma ano) ou produção de activos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do activo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projecto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Qualquer proveito directamente relacionado com um investimento específico é deduzido ao custo do referido activo.

3.14 Provisões

São reconhecidas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data (Nota 8).

3.15 Benefícios pós-emprego e outros

3.15.1 Planos de pensões de benefícios definidos

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos seus administradores prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, nos termos referidos na Nota 25.

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma são registadas de acordo com os critérios consagrados pela NCRF 28.

De acordo com a NCRF 28, as empresas com planos de pensões reconhecem os gastos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos beneficiários. Deste modo a responsabilidade total da Semapa é estimada, pelo menos, semestralmente, à data dos fechos intercalar e anuais de contas, por uma entidade especializada e independente de acordo com o método das unidades de crédito projectadas.

A responsabilidade assim determinada é apresentada no balanço e os gastos com pensões são registados na rubrica "Gastos com o pessoal". Os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos

utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efectivamente ocorreu são reconhecidos directamente em capitais próprios, na rubrica "Resultados transitados" (Nota 23), bem como os impactos decorrentes da alteração de pressupostos.

Os gastos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos nos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente, nas situações em que os benefícios se encontrem a ser pagos ou se encontrem vencidos.

A responsabilidade assim determinada é apresentada no Balanço, na rubrica "Responsabilidades benefícios pós-emprego", no passivo não corrente.

Os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efectivamente ocorreu (bem como de alterações efectuadas aos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos activos dos fundos e a rentabilidade real) são reconhecidos, quando incorridos, directamente em capitais próprios (Nota 25).

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

3.15.2 Férias e subsídio de férias e prémios

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 25 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

De acordo com o Sistema de Gestão de Desempenho vigente, os trabalhadores têm direito a uma gratificação no caso de cumprirem os objectivos definidos anualmente, direito esse normalmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respectivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

3.16 Valores a pagar correntes

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar correntes são registados pelo seu valor nominal, i.e., ao custo.

3.17 Locações operacionais

As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo a Empresa locatária, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efectuados nas

locações operacionais são registados como gastos na demonstração dos resultados durante o período da locação.

3.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no período em que os dividendos são aprovados pelos accionistas e até ao momento da sua liquidação.

3.19 Rédito e regime do acréscimo

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração individual dos resultados, com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço e pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo regime contabilístico do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efectiva durante o período até à maturidade.

A Empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas Outras contas a receber correntes e Outras contas a pagar correntes (Notas 18 e 26 respectivamente).

3.20 Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando

benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

3.21 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras individuais.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras individuais, se materiais.

3.22 Gestão do Risco

3.22.1 Factores do risco financeiro

Semapa enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS) desenvolve directa e indirectamente actividades de gestão sobre as suas participadas. Deste modo, o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash flows* gerados por estas. A Empresa depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das suas subsidiárias, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cash-flows* gerados por essas sociedades.

A capacidade das subsidiárias da Semapa disponibilizarem fundos à holding dependerá, em parte, da sua capacidade de geração de *cash flows* positivos e, por outro lado, está dependente dos respectivos resultados, reservas disponíveis e estrutura financeira.

A Semapa tem um programa de gestão de risco que concentra a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na sua performance financeira. A gestão do risco é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com a política aprovada Administração. Existe ainda junto da Semapa uma Comissão de Controlo Interno com funções específicas na área do controlo de riscos da actividade da sociedade.

Risco cambial

A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas pode afectar significativamente as receitas da Semapa, principalmente através das suas subsidiárias.

Risco de taxa de juro

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, a Semapa procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, nomeadamente *collars* de taxa de juro. Na selecção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

A Semapa, na sua gestão da exposição às taxas de juro, apenas realiza cobertura de fluxos de caixa. Estas operações são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para a rubrica Ganhos/Perdas por aumentos/reduções de justo valor em instrumentos financeiros em resultados financeiros líquidos na data da sua liquidação.

Se as operações de cobertura apresentarem ineficácia, esta é registada directamente em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os gastos associados aos financiamentos cobertos são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados.

O custo da totalidade da dívida financeira contraída pela Semapa está indexada a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio longo prazo). Deste modo, variações nas taxas de juro podem afectar os resultados da Empresa. Nos casos em que a Administração considera adequado, a Semapa recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados, nomeadamente *collars* de taxa de juro para a gestão do risco de taxa de juro, tendo estes instrumentos como objectivo fixar a taxa de juro dos empréstimos que obtém, dentro de determinados parâmetros.

A Semapa SGPS, durante o exercício de 2009, procedeu à contratação de três estruturas de *collars* de taxa de juro, com o objectivo de fixar uma banda de pagamento sobre os encargos financeiros relativos a dois empréstimos obrigacionistas expostos ao risco de flutuação das taxas de juro.

A Semapa utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- 1 Alterações nas taxas de juro do mercado afectam rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- 2 Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os rendimentos ou despesas de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
- 3 Alterações nas taxas de juro de mercado afectam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros;
- 4 Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos

financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores actuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Risco de crédito

O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afectem as economias locais pode resultar na incapacidade dos clientes em saldar os seus compromissos decorrentes da venda de produtos.

O seguro de crédito tem sido um dos instrumentos adoptados pelas subsidiárias da Semapa para minorar os impactos negativos deste tipo de risco.

As vendas que não estão abrangidas por um seguro de crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos predefinidos e aprovados para cada cliente.

Risco de liquidez

A Semapa gere o risco de liquidez por duas vias: (i) garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características das indústrias onde as suas subsidiárias exercem a sua actividade, e (ii) através da contratação com instituições financeiras de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

3.22.2 Factores de risco operacional

Os factores de risco operacional encontram-se essencialmente ao nível das empresas subsidiárias e das entidades conjuntamente controladas e são os seguintes:

- Abastecimento de matérias-primas
- Preço de venda
- Procura dos produtos das empresas
- Concorrência
- Legislação ambiental
- Gastos energéticos
- Gastos de contexto

3.23 Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de

aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente do Goodwill e de contas a receber, e iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

3.23.1 Imparidade do Goodwill

A Semapa testa anualmente, para efeitos de análise de imparidade do Goodwill, que regista no seu Balanço, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 3.2. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas.

3.23.2 Pressupostos actuariais

As responsabilidades referentes a planos de benefícios a empregados com benefícios definidos são calculadas com base em determinados pressupostos actuariais. Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

4. Vendas e serviços prestados

As prestações de serviços, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, nos montantes de Euros 2.825.760 e Euros 2.904.832, respectivamente, referem-se a serviços prestados pela Semapa às suas subsidiárias, nas áreas financeira, contabilística, fiscal e informática, entre outras, e foram integralmente realizadas no mercado interno (Nota 28).

5. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

O movimento ocorrido na rubrica Investimentos em subsidiárias, durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Saldo inicial	1.411.238.582	1.383.067.182
Constituições	74.000	-
Aquisições	19.932.746	13.512.940
Goodwill (Nota 16)	(3.451.111)	-
Badwill	-	31.582
Diferença de conversão cambial	(192)	-
Resultado líquido apropriado	178.022.385	103.586.136
Dividendos atribuídos	(23.164.562)	(10.904.238)
Prestações suplementares efectuadas	7.629.000	-
Reembolso de:		
Prestações suplementares	(45.786.240)	(40.806.610)
Share premium	(57.670.376)	(38.755.000)
Prestamos participativos	(40.000.000)	(22.800.000)
Ajustamento de partes de capital	13.524.054	24.306.590
Saldo final	1.460.348.286	1.411.238.582

O movimento ocorrido na rubrica Investimentos em entidades conjuntamente controladas, durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Saldo inicial	31.605.574	30.564.592
Resultado líquido apropriado	3.183.727	4.971.884
Dividendos atribuídos	(2.313.688)	(3.908.288)
Ajustamento de partes de capital	130.035	(22.644)
Saldo final	32.605.648	31.605.574

Os ganhos/perdas imputados de subsidiárias e de empreendimentos conjuntos, durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 decompõem-se como segue:

Valores em Euros	2010	2009
Resultados apropriados em subsidiárias		
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	2.462.875	2.706.975
Great Earth - Projectos, S.A.	(177)	157.491
Interholding Investments, B.V.	(41.628)	(58.223)
N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	(58.930)	-
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.	24.051.591	11.059.815
Seinpar Investments, B.V.	59.911.835	27.953.039
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	28.043.331	13.062.480
Semapa Inversiones, S.L.	30.878.881	13.036.820
Seminiv - Investimentos, SGPS, S.A.	32.774.607	35.699.321
Resultados apropriados em empreendimentos conjuntos		
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	3.183.727	5.660.288
	181.206.112	109.278.006

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Resultados apropriados em empreendimentos conjuntos inclui o montante de Euros 688.404 referente a acertos ao preço de venda de 49% da Secil à Béton Catalán, SL (Grupo CRH), ocorrida em 2004, resultantes da conclusão, nesse exercício, de processos e acontecimentos com início anterior à data de alienação e com impacto no preço da mesma.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos em balanço tinham a seguinte composição:

Valores em Euros	% detida	31-12-2010	31-12-2009
Subsidiárias			
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	96,00%	47.802.503	41.505.782
Great Earth - Projectos, S.A.	100,00%	157.316	157.491
Interholding Investments, B.V.	100,00%	6.044.247	6.085.875
N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	100,00%	14.878	-
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.	14,02%	172.809.219	155.776.365
Seinpar Investments, B.V.	100,00%	477.851.845	470.680.175
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	49,00%	209.717.524	206.402.064
Semapa Inversiones, S.L.	100,00%	216.106.487	220.330.199
Seminiv - Investimentos, SGPS, S.A.	100,00%	329.844.267	310.300.631
Empreendimentos conjuntos			
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	6,42%	32.605.648	31.605.574
		1.492.953.934	1.442.844.156

Em 31 de Dezembro de 2010 a informação financeira das empresas subsidiárias, após se efectuar os necessários ajustamentos de harmonização de políticas contabilísticas, era como segue:

31 de Dezembro de 2010					
Valores em Euros	Activos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Resultado Líquido	Rédito
Subsidiárias					
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	70.522.903	20.784.170	49.794.274	2.452.648	29.579.046
Great Earth - Projectos, S.A.	159.043	1.727	157.316	(177)	17
Interholding Investments, B.V.	6.103.647	59.400	6.044.247	(41.628)	-
N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	14.878	-	14.878	(59.930)	-
Portugal - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.	2.660.202.250	1.427.737.748	1.232.247.748	186.565.824	1.407.517.290
Seipart - Participações, SGPS, S.A.	477.864.309	12.463	477.851.846	59.911.835	59.973.652
Semapa Investimentos, S.L.	427.996.219	1.273	427.994.946	57.231.287	57.241.824
Semapa Inversões, S.L.	218.283.693	2.177.206	216.106.487	30.878.881	31.297.462
Seminiv - Investimentos, SGPS, S.A.	329.845.605	1.338	329.844.267	32.774.607	35.697.330
Empreendimentos conjuntos					
Seel - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	977.720.133	401.918.453	508.236.051	49.625.903	578.105.778

Em 31 de Dezembro de 2009 a informação financeira das empresas subsidiárias, após se efectuar os necessários ajustamentos de harmonização de políticas contabilísticas, era como segue:

31 de Dezembro de 2009					
Valores em Euros	Activos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Resultado Líquido	Rédito
Subsidiárias					
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	41.540.650	34.868	41.505.782	2.706.975	2.887.807
Great Earth - Projectos, S.A.	159.011	1.520	157.491	182.689	238.728
Interholding Investments, B.V.	6.095.176	9.301	6.085.875	(58.223)	958
N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	2.574.370.284	1.364.074.963	1.210.065.319	86.794.331	1.152.862.551
Portugal - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.	470.742.817	62.642	470.680.175	27.429.959	27.999.765
Seipart - Participações, SGPS, S.A.	421.230.942	2.240	421.228.702	26.658.122	26.668.392
Semapa Investimentos, S.L.	231.901.509	11.571.310	220.330.199	13.036.820	14.705.062
Seminiv - Investimentos, SGPS, S.A.	324.216.080	13.915.429	310.300.651	36.394.955	36.401.034
Empreendimentos conjuntos					
Seel - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	945.441.769	390.636.837	492.647.550	77.498.552	608.693.278

6. Fornecimento e serviços externos

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os gastos com Fornecimentos e serviços externos decompõem-se da seguinte forma:

Valores em Euros	2010	2009
Serviços especializados	5.751.105	1.545.256
Materiais	41.752	25.712
Energia e fluidos	39.368	34.885
Deslocações, estadas e transportes	106.802	23.988
Serviços diversos	1.128.577	1.180.975
Redêbitos de serviços externos	(110.888)	(190.185)
	6.956.716	2.620.631

7. Gastos com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Gastos com o pessoal decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 28)	4.455.754	5.343.372
Outras remunerações	1.606.085	1.412.659
Benefícios pós-emprego	8.246.199	5.111.677
Outros gastos com pessoal	667.870	594.096
	14.975.908	12.461.804

Adicionalmente o Conselho de Administração da Semapa beneficiam de planos de pensões conforme descrito na Nota 25.

O número de empregados ao serviço da Empresa em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi de 21 pessoas.

8. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as provisões de Euros 2.540.000 e Euros 2.087.596, respectivamente, referem-se a provisões para outros riscos e encargos.

No decurso do período findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Saldo inicial	2.087.596	2.748.392
Aumentos	1.605.001	528.160
Reversões	-	(1.188.956)
Utilizações	(1.152.597)	-
Saldo final	2.540.000	2.087.596

9. Variações de justo valor

No período findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, ocorreram as seguintes variações de justo valor:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos financeiros detidos para negociação - Ganhos / (perdas)	(246.377)	113.216
Instrumentos financeiros derivados - Ganhos / (perdas)	(2.108.345)	2.073.560
Saldo final	(2.354.722)	2.186.776

A variação de justo valor ocorrida na rubrica de Instrumentos financeiros detidos para negociação corresponde aos ganhos e perdas resultantes da alteração da cotação dos títulos detidos pela Semapa, conforme descrito na Nota 20.

A rubrica Ganhos/(Perdas) com instrumentos financeiros derivados acomoda as variações de justo valor registadas no período com os instrumentos descritos na Nota 27.

10. Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de Outros rendimentos e ganhos decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Diferenças de câmbio favoráveis	2.257	-
Outros	45.322	10
	47.579	10

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de Outros gastos e perdas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Impostos	(815.134)	(780.355)
Outros	(232.699)	(592.270)
	(1.047.833)	(1.372.625)

11. Amortizações, depreciações e perdas por imparidade

No decurso do período findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de Amortizações, depreciações e perdas por imparidade:

Valores em Euros	2010	2009
Depreciações de Edifícios e Equipamentos		
Edifícios	(83.852)	(79.148)
Equipamento Básico e outros tangíveis	(80.973)	(82.180)
	(164.825)	(161.328)
Perdas por Imparidade em Activos Tangíveis		
Imobilizado em curso	(102.292)	-
	(102.292)	-
	(267.117)	(161.328)

12. Resultados financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os resultados financeiros decompõem-se como segue:

Valores em Euros	2010	2009
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos de depósitos bancários	212.117	7.791
Juros de financiamentos concedidos a subsidiárias (Nota 28)	403.152	387.616
Juros obtidos de empréstimos obrigacionistas	12.959	-
Dividendos obtidos	29.756	20.352
Outros rendimentos e ganhos financeiros	12.017	-
	670.001	415.759
Juros e gastos similares suportados:		
Juros de financiamentos obtidos junto de instituições de crédito	(5.300.103)	(6.001.667)
Juros de financiamentos obtidos junto de accionistas (Nota 28)	(136.234)	(181.872)
Juros de financiamentos obtidos junto de subsidiárias (Nota 28)	(77.382)	(153.796)
Perdas com instrumentos financeiros derivados (Nota 27)	(3.552.398)	(614.906)
Juros de outros financiamentos obtidos	(5.373.569)	(10.549.387)
Outros gastos e perdas de financiamento	(2.384.981)	(2.366.519)
	(16.824.667)	(19.868.147)

A rubrica Perdas com instrumentos financeiros derivados acomoda as variações de justo valor registadas no exercício com os instrumentos descritos na nota 27.

13. Imposto sobre o rendimento

A partir do exercício com início em 1 de Janeiro de 2006, a Empresa é tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), constituído pelas empresas em que detém participação igual ou superior a 90% e que cumprem as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do IRC, possuindo, em 31 de Dezembro de 2010, prejuízos reportáveis de exercícios anteriores ao da aplicação do referido regime de tributação de Euros 8.830.887 (em 31 de Dezembro de 2009: Euros 13.951.328), sobre os quais não foram calculados impostos diferidos activos por não existirem expectativas de geração de lucro tributável no futuro.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais gerados até 2009 e a partir de 2010 são reportáveis durante um período de seis anos e quatro anos, respectivamente, após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução aos lucros fiscais gerados durante esse período.

Os ganhos e perdas imputados de empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial,

são deduzidos ou acrescidos, respectivamente, ao resultado do exercício, para apuramento da matéria colectável.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica Impostos apresenta o seguinte detalhe:

Valores em Euros	2010	2009
Imposto corrente	85.914	80.738
Imposto diferido	13.911.345	-
	13.997.259	80.738

A reconciliação da taxa efectiva de imposto nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é evidenciada como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Resultado antes de impostos	140.717.488	78.961.644
Imposto esperado	37.290.134	20.924.836
Diferenças permanentes (a)	(44.179.882)	(26.702.339)
Prejuízos fiscais recuperáveis de exercícios anteriores	-	-
Prejuízos fiscais não recuperáveis	20.801.093	5.777.503
Tributação autónoma	85.914	80.738
	13.997.259	80.738
Taxa efectiva de imposto	9,95%	0,10%
Taxa efectiva de imposto sem efeito do MEP	29,29%	29,26%

(a) Este valor respeita essencialmente a :

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Efeito da aplicação do método da Equivalência Patrimonial (Nota 1)	(181.206.112)	(108.558.020)
Badwill	-	(31.582)
Perdas por imparidade não aceites fiscalmente (Nota 11)	102.292	-
Ajustamentos e provisões tributadas (Nota 8)	1.605.001	528.160
Redução de provisões tributadas	(1.645.205)	(2.479.713)
Redução de justo valor de instrumentos financeiros derivados	2.108.345	-
Benefícios pós-emprego (Nota 25)	8.246.199	5.111.677
Dividendos obtidos	(29.756)	(20.352)
(Mais) / Menos valias contabilísticas	-	(688.404)
Outros	4.102.700	5.374.690
	(166.716.536)	(100.763.544)
Impacto fiscal (26,50%)	(44.179.882)	(26.702.339)

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período de 6 anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correcções àquelas declarações em resultado de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2010, sendo certo que já foram revistos os exercícios até 2008, inclusive.

14. Resultados por acção

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as acções da Semapa, pelo que não existe diluição dos resultados.

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Resultado atribuível aos accionistas da Semapa	126.720.229	78.880.906
Número médio ponderado de acções em circulação	115.604.470	115.604.470
Resultado básico por acção	1,10	0,68
Resultado diluído por acção	1,10	0,68

O número médio ponderado de acções encontra-se deduzido do número de acções próprias de 2.727.975 detidas pela Seminv, S.A., sociedade subsidiária da Semapa SGPS, S.A. assim como 2.720.000 acções próprias adquiridas pela própria em Julho de 2007.

15. Activos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2010 e 2009, o movimento ocorrido nos Activos fixos tangíveis bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

Valores em Euros	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	775.005	466.959	257.072	1.499.036
Aquisições	-	29.701	17.631	47.332
Transferências	-	66.562	(66.562)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	775.005	563.222	208.141	1.546.368
Aquisições	37.635	11.606	495.474	544.728
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	812.631	574.920	703.615	2.091.166
Amort. acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	(291.104)	(303.015)	-	(594.119)
Aumentos	(75.148)	(82.180)	-	(157.328)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	(378.252)	(385.195)	-	(763.447)
Aumentos	(83.852)	(89.973)	(102.292)	(276.117)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(462.104)	(475.168)	(102.292)	(1.039.564)
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2009	483.901	163.944	257.072	894.917
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009	404.753	178.027	208.141	790.921
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010	350.527	109.752	601.323	1.061.602

16. Goodwill

Em 31 de Dezembro de 2010 a rubrica Goodwill detalhava-se da seguinte forma:

Valores em Euros	Custo de aquisição	Capitais próprios proporcionais das empresas adquiridas	Diferença de compra inicial
		% Montante	(Nota 5)
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.			
Aquisições (2010)	19.932.746	1,15	14.183.585
Transferência por aquisição intragrupo			(2.296.050)
			3.451.111

Conforme preconizado pela NCRF 14, o Goodwill encontra-se sujeito a testes de imparidade efectuados numa base anual conforme política contabilística descrita na Nota 3.2.

Para efeitos de testes de imparidade, o valor recuperável das CGU's é determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados.

Os principais pressupostos utilizados para efeitos de testes de imparidade foram os seguintes:

Taxa de crescimento na perpetuidade	2,25%
Taxa de desconto	8,96%
Composição da taxa WACC*	
Taxa de juro sem risco	3,16%
Prémio de risco de mercado	5,50%
Risco País	3,67%
Taxa de Imposto	29,00%

* para efeitos de cálculo da taxa de desconto

Os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócio com a actual estrutura produtiva, sendo utilizado o orçamento para o ano seguinte e uma estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de 4 anos.

Em resultado dos testes de imparidade efectuados não foram identificadas perdas por imparidade no Goodwill afecto às diversas unidades geradoras de caixa.

17. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros Entes Públicos.

Os saldos com estas entidades detalham-se como segue:

Activos correntes

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Estado e Outros entes Públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	145.682	80.465
Imposto sobre o Valor Acrescentado	274.237	50.354
	419.919	130.819

Passivos correntes

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Estado e Outros entes Públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	205.803	120.017
Contribuições para a Segurança Social	41.732	67.965
	247.535	187.982

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas – IRC decompõe-se do seguinte modo:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Imposto sobre o rendimento do período da própria empresa	(85.914)	(80.738)
Imposto sobre o rendimento do período de subsidiárias (RETGS)	-	(53)
Pagamentos especiais por conta	61.647	50.391
Retenções na fonte a recuperar	169.949	110.865
	145.682	80.465

18. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica Outras contas a receber detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Acréscimos de rendimentos		
Juros a receber de depósitos bancários	71.131	435
Outros acréscimos de rendimentos	1.196	-
	72.327	435
Outros devedores		
Adiantamentos a fornecedores	-	26
Adiantamentos ao pessoal	-	1.260
Outros devedores - subsidiárias (Nota 28)	1.161.918	815.125
Outros devedores - empreend. conjuntos (Nota 28)	681	1.543
Outros devedores - gerais	11.081	1.158.053
	1.173.680	1.976.007
	1.246.007	1.976.442

19. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 a rubrica Diferimentos detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Gastos a reconhecer		
Fornecimentos e serviços externos	72.435	57.413
Juros antecipados	131.861	22.215
	204.296	79.628
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos	(5.883)	(5.883)
	(5.883)	(5.883)

20. Activos financeiros detidos para negociação

O movimento ocorrido nesta rubrica no período findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Justo valor no início do período	795.971	566.810
Aquisições	-	115.945
Alienações		
Transferências		
Variações de justo valor (Nota 9)	(246.377)	113.216
Justo valor no fim do período	549.594	795.971

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os Activos financeiros detidos para negociação tinham a seguinte decomposição:

Valores em Euros	Justo Valor	
	31-12-2010	31-12-2009
EDP - Energias de Portugal, S.A.	224.190	279.720
Banco Espírito Santo, S.A.	324.648	515.153
Banco Comercial Português, S.A.	756	1.098
	549.594	795.971

21. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica Outros activos financeiros era integralmente constituída por valores a receber das empresas de grupo, no montante de Euros 2.264.710 e de Euros 11.901.418, respectivamente, e referem-se a operações de tesouraria de curto prazo que vencem juros a taxas de mercado, debitados trimestralmente (Nota 28).

22. Capital social e acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2010 o capital social da Semapa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 118.332.445 acções com o valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as pessoas colectivas que detinham posições relevantes no capital da sociedade detalham-se conforme segue:

Denominação	Nº de Acções	31-12-2010	% 31-12-2009
Longapar, SGPS, S.A.	20.869.300	17,64	17,55
Sodim, SGPS, S.A.	18.842.424	15,92	15,92
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	14.106.675	11,92	11,92
Banco BPI, SA	12.009.004	10,15	10,15
Bestinver Gestión, SGIIC, S.A.	8.823.222	7,46	7,46
Banco Espírito Santo, SA	3.871.957	3,27	2,72
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	2.727.975	2,31	2,31
ESAF - Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA	2.569.232	2,17	2,17
Norges Bank (the Central Bank of Norway)	2.468.712	2,09	-
Sonaca - SGPS, S.A.	1.630.590	1,38	1,38
Cimigest, SGPS, SA	1.097.966	0,93	0,93
Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.	625.199	0,53	0,53
OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	535.000	0,45	0,44
Acções próprias	2.720.000	2,30	2,30
Outros accionistas com participações inferiores a 2%	25.435.189	21,49	24,23
	118.332.445	100,00	100,00

No dia 4 de Julho de 2007, a Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. adquiriu, através de operação realizada em bolsa, 2.720.000 acções próprias, passando a deter, directa e indirectamente, 4,6% do seu capital social.

23. Reservas e outras rubricas do capital próprio

Prémio de emissão

Este ágio não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade poderá, contudo, ser utilizado para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporado no capital.

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital, o que se verifica em 31 de Dezembro de 2010.

Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras Reservas

Correspondem a reservas livres para distribuição aos accionistas, constituídas através da transferência de resultados de períodos anteriores.

Na sequência da aquisição de 2.720.000 acções próprias no exercício de 2007 e da detenção de 2.727.975 acções pela subsidiária Seminv, foi tornada indisponível uma reserva no montante equivalente ao custo de aquisição global das referidas acções, em conformidade com a legislação comercial aplicável, reserva esta que deverá ser mantida até à alienação das referidas acções.

Lucros Retidos

Ganhos e perdas actuariais

São registados nesta rubrica os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades com benefícios pós emprego e o que efectivamente ocorreu, bem como de alterações efectuadas nos mesmos, conforme política descrita na Nota 3.15.1.

A aplicação do resultado do exercício anterior foi como segue:

Valores em Euros	Aplicação do resultado do exercício de:	
	2009	2008
Distribuição de dividendos	29.481.174	29.481.173
Outras reservas	49.368.150	61.866.307
Resultados Transitados	-	15.000.000
Resultado líquido do exercício (POC)	78.849.324	106.347.480
Dividendos por acção em circulação	0,255	0,255

Ajustamentos em activos financeiros

Esta rubrica evidencia os ajustamentos decorrentes, designadamente, da utilização do método da equivalência patrimonial nas subsidiárias.

A rubrica Ajustamentos em activos financeiros registou no período findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os seguintes movimentos:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Saldo inicial	(7.337.065)	-
Reconhecimento dos subsídios ao investimento no capital próprio das subsidiárias	10.581.281	(3.847.693)
Ganhos e perdas actuariais	(4.332.657)	5.577.752
Ações próprias adquiridas pelas empresas subsidiárias	-	231.869
Justo valor de Instrumentos financeiros	599.223	(5.020.179)
Justo valor de activos disponíveis para venda	-	(316.386)
Reserva de conversão cambial	2.900.263	(685.162)
Diferenças de aquisição intragrupo de partes de capital	3.154.011	(3.972.729)
Dividendos Semapa distribuídos à subsidiária Seminv	1.391.268	695.634
Outros movimentos	(639.300)	(171)
	6.317.024	(7.337.065)

Outras variações no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Justo valor de instrumentos financeiros	(4.827.760)	(4.465.146)
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(192)	-
	(4.827.952)	(4.465.146)

Os montantes de Euros 4.827.760 e Euros 4.465.146 negativos apresentados na rubrica Justo valor de instrumentos financeiros, correspondem à variação do justo valor dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura, cujo Mark to Market, em 31 de Dezembro de 2010, ascendia a Euros 5.395.648 negativos (Nota 26) e a componente de valor intrínseco ascendia a Euros 4.827.750, contabilizados em conformidade com a política descrita na nota 3.7.

O montante negativo de Euros 192 respeita à apropriação pela Empresa das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam fora da zona Euro, nomeadamente na conversão das demonstrações financeiras da subsidiária N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A., com sede no Rio de Janeiro, Brasil.

Dividendos antecipados

Na reunião do Conselho de Administração de 29 de Novembro de 2010 foi decidido efectuar um adiantamento sobre lucros no montante de Euros 29.481.173.

24. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Dívida a terceiros remunerada		
Não Corrente	454.224.308	415.136.967
Corrente	46.434.133	61.142.089
	500.658.441	476.279.056
Caixa e seus equivalentes		
Numerário	3.263	3.021
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	30.820	27.572
Outras aplicações de tesouraria	94.978.000	6.600.000
	95.012.083	6.630.593
Valor de mercado dos títulos em carteira	22.521.600	21.107.200
Dívida líquida remunerada	383.124.758	448.541.263

Dívida remunerada não corrente

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a dívida remunerada não corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Não correntes		
Empréstimos por obrigações	225.000.000	225.000.000
Papel Comercial	80.600.000	59.350.000
Empréstimos bancários	151.079.000	133.079.000
Encargos com emissão de empréstimos	(2.454.692)	(2.292.033)
Total de dívida remunerada não corrente	454.224.308	415.136.967

Empréstimos por obrigações

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos por obrigações não correntes detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Empréstimos por obrigações		
Semapa 2006 / 2016	175.000.000	175.000.000
Semapa 2006 / 2016	50.000.000	50.000.000
	225.000.000	225.000.000

A Semapa SGPS, SA, tem contratado dois empréstimos obrigacionistas, nos montantes de Euros 50.000.000 e Euros 175.000.000 pelo prazo de 10 anos. Este último encontra-se cotado na Euronext Lisboa sob a designação "Obrigações Semapa 2006/2016" ascendendo o seu valor unitário, em 31 de Dezembro de 2010, a Euros 96 (Euros 94 em 31 de Dezembro de 2009).

Papel Comercial

No exercício de 2006, a Semapa contratou um programa de papel comercial até ao montante máximo de Euros 175.000.000, pelo prazo de 10 anos, do qual se encontra utilizado um montante de Euros 47.400.000, em 31 de Dezembro de 2010.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a Semapa e a ETSA Investimentos (ex-Verdeoculto) contrataram um programa de papel comercial grupado até ao montante máximo de Euros 70.000.000, pelo prazo de 5 anos, do qual se encontra utilizado pela Semapa um montante de Euros 33.200.000, em 31 de Dezembro de 2010.

Prazos de reembolso dos empréstimos

Os prazos de reembolso relativamente ao saldo registado em empréstimos obrigacionistas, empréstimos bancários e outros empréstimos, de médio e longo prazo, detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
1 a 2 anos	137.079.000	73.729.000
2 a 3 anos	4.000.000	17.000.000
3 a 4 anos	4.000.000	-
4 a 5 anos	6.000.000	-
Mais de 5 anos	225.000.000	267.350.000
	376.079.000	358.079.000

Dívida remunerada corrente

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a dívida remunerada corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Correntes		
Empréstimos bancários	27.085.706	50.482.037
Dívida bancária remunerada	27.085.706	50.482.037
Empréstimos de curto prazo de accionistas	19.298.227	10.635.760
Empréstimos de curto prazo de subsidiárias	50.200	24.292
Outras dívidas remuneradas	19.348.427	10.660.052
Total de dívida remunerada corrente	46.434.133	61.142.089

Responsabilidades assumidas com Locações Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os planos de reembolso da dívida da Empresa referente a locações operacionais, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
A menos de 1 ano	103.713	108.914
1 a 2 anos	86.169	59.021
2 a 3 anos	60.980	45.388
3 a 4 anos	35.435	21.876
4 a 5 anos	10.725	1.187
Mais de 5 anos	-	-
Valor total das responsabilidades	297.022	236.386
Custos incorridos no exercício	113.072	135.572

Créditos bancários concedidos e não sacados

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os créditos bancários concedidos e não sacados, ascendiam a Euros 171.564.294 e Euros 192.417.963 respectivamente.

25. Benefícios pós-emprego

A Assembleia Geral Anual de accionistas, realizada em 30 de Março de 2005, aprovou o Regulamento de reforma dos administradores da Semapa, em execução do disposto no artigo 17º dos estatutos da sociedade.

Nos termos do referido regulamento, os administradores da Semapa têm direito ao abono de uma pensão mensal vitalícia paga 12 vezes por ano, a partir dos 55 anos de idade, se tiverem, regra geral, prestado o mínimo de 8 anos de serviço à sociedade, seguidos ou interpolados, na qualidade de administradores, o qual só poderá ser exercido quando da cessação de funções.

Esta pensão atinge um máximo de 80%, sobre o vencimento mensal à data de cessação de funções, nos casos em que estejam atingidos 20 anos ao serviço da sociedade (8 dos quais na qualidade de administrador) e um mínimo de 27,2% correspondente a oito anos nessa qualidade, sendo ainda garantidas, em caso de óbito, pensões de sobrevivência ao cônjuge ou descendentes directos menores ou incapazes correspondentes a 50% da pensão que o falecido nessa data auferisse.

A estes montantes serão no entanto subtraídos os valores de pensões recebidos pelos beneficiários através do sistema público de segurança social.

Em 31 de Dezembro de 2010 o montante de responsabilidade afecta a este plano ascende a Euros 99.931.261 (2009: Euros 89.740.615). Até à data, não foi constituído qualquer fundo de pensões para financiamento desta responsabilidade que ficou a cargo da Empresa.

As responsabilidades da Empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 registaram a seguinte evolução:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Responsabilidades no início do exercício	90.600.253	89.740.615
Movimentos no exercício:		
Gastos reconhecidos nos resultados (Nota 7)	8.246.199	5.111.677
Perdas / (ganhos) actuariais (Nota 23)	2.730.013	(2.961.280)
Pensões pagas no exercício	(1.645.204)	(1.290.759)
Responsabilidades no fim do exercício	99.931.261	90.600.253

O cálculo actuarial considera os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	31-12-2010	31-12-2009
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tabela de invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	2,25%
Taxa técnica de juro	5,00%	5,50%
Taxas de crescimento salarial	2,00%	2,50%
Taxa de reversibilidade das pensões	50%	50%
Nº de prestações anuais do complemento Semapa	12	12
Formula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio

Em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo reviu em baixa a taxa de desconto utilizada no cálculo das suas responsabilidades com pensões (ver Nota 29) de 5,5% para 5%, utilizada para efeitos da mensuração das responsabilidades a essa data. Reviu igualmente em baixa a taxa de crescimento salarial de 2,5% para 2% por entender serem aquele que mais se ajustam à actual conjuntura económica.

As alterações referidas produziram um impacto líquido, registado em capitais próprios, no montante de Euros 5.451.805.

26. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Outras contas a pagar correntes decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Subsidiárias (Nota 28)	951.638	198.750
Accionistas (Nota 28)	898	2.047
Fornecedores de investimentos c/g	95.739	26.224
Consultores e assessores	891.866	95.007
Instrumentos financeiros derivados	5.395.648	3.006.492
Outros credores	6.600.000	6.600.000
Acréscimo de gastos	7.964.692	6.388.978
	21.900.481	16.317.498

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de Acréscimos de gastos decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Acréscimo de gastos		
Custos com o pessoal	4.738.942	4.907.940
Juros a pagar	2.022.619	1.227.840
Outros	1.203.131	253.198
	7.964.692	6.388.978

27. Instrumentos financeiros derivados

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2009 e por forma a cobrir o risco de taxa de juro dos empréstimos obrigacionistas, a Semapa contratou 3 Collars: (i) Euros 175.000.000 com o Caixa BI; (ii) Euros 25.000.000 com o BPI e (iii) Euros 25.000.000 com o BES. Desta forma, a Semapa estabelece uma taxa máxima e mínima no pagamento dos fluxos de caixa dos referidos empréstimos.

Estes instrumentos, em consonância com o preconizado na NCRF 27, são registados nas demonstrações financeiras de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.7.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de Outras a pagar correntes (Nota 26), quando negativos e na rubrica Outras contas a receber correntes (Nota 18), quando positivo.

Detalhe e maturidade dos Instrumentos Financeiros Derivados

O detalhe dos montantes apresentados em balanço referentes a instrumentos financeiros, no exercício de 2010 decompõe-se conforme segue:

Valores em Euros	Moeda	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor 31-12-2010	Justo valor 31-12-2009
Instrumentos financeiros derivados detidos para negociação					
Collar de Taxa de Juro (Temporal)	EUR	175.000.000	20-Abr-16	81.096	1.368.372
Collar de Taxa de Juro (Temporal)	EUR	25.000.000	30-Nov-15	2.353	70.070
Collar de Taxa de Juro (Temporal)	EUR	25.000.000	30-Nov-15	(36.432)	20.210
Saldo no fim do período				47.017	1.458.652
Instrumentos financeiros designados como de cobertura					
Collar de Taxa de Juro (Intrinseco)	EUR	175.000.000	20-Abr-16	(4.321.056)	(3.749.335)
Collar de Taxa de Juro (Intrinseco)	EUR	25.000.000	30-Nov-15	(585.883)	(382.898)
Collar de Taxa de Juro (Intrinseco)	EUR	25.000.000	30-Nov-15	(535.726)	(332.911)
Saldo no fim do período				(5.442.665)	(4.465.144)
Total de instrumentos financeiros				(5.395.648)	(3.006.492)

No decurso do exercício de 2010, a variação do justo valor dos Instrumentos financeiros derivados, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Variação Justo valor (Negociação)	Variação Justo valor (Cobertura)	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	-	-	-
Variação de justo valor em Resultados (Nota10)	1.458.656	-	1.458.656
Variação de justo valor em Capitais	-	(4.465.146)	(4.465.146)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1.458.656	(4.465.146)	(3.006.490)
Maturidade / liquidações	-	3.634.199	3.634.199
Variação de justo valor em resultados (Nota 9)	(2.108.345)	-	(2.108.345)
Reclassificação para resultados (Nota 12)	-	(3.552.398)	(3.552.398)
Variação de justo valor em Capitais	-	(362.614)	(362.614)
Transferências	614.906	(614.906)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(34.783)	(5.360.865)	(5.395.648)

28. Saldos e transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010 os saldos com partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010			
	Outras contas a receber (Nota 18)	Outros activos financeiros (Nota 21)	Financiamentos obtidos (Nota 24)	Outras contas a pagar (Nota 26)
Accionistas				
Cimo SGPS, SA	-	-	4.600.244	-
Longapar, SGPS, SA	-	-	14.123.140	-
Sonaca SGPS, SA	-	-	574.843	898
	-	-	19.298.227	898
Subsidiárias				
Cimentospar - Participações Sociais, Lda.	154.471	-	-	1
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	834.625	52.490	-	731.356
Great Earth - Projectos, S.A.	134	-	-	90.000
Interholding Investments, B.V.	-	42.180	-	-
Portucel - Emp. Prod. de Pasta e Papel, S.A.	164.318	-	-	-
Sebol - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	16	-	-	-
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	173	-	-	-
Semapa Inversiones, S.L.	-	2.170.040	-	-
Seminiv - Investimentos, SGPS, SA	173	-	50.200	130.281
Sopocel - Soc. Portuguesa de Papel, S.A.	8.008	-	-	-
	1.161.918	2.264.710	50.200	951.638
Empreendimentos conjuntos				
Secti - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	678	-	-	-
Ciminapt - Investimentos e Participações	3	-	-	-
	681	-	-	-
Total	1.162.599	2.264.710	19.348.427	952.536

Em 31 de Dezembro de 2009 os saldos com partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2009			
	Outras contas a receber (Nota 18)	Outros activos financeiros (Nota 21)	Financiamentos obtidos (Nota 24)	Outras contas a pagar (Nota 26)
Accionistas				
Cimo SGPS, SA	-	-	198.015	-
Longapar, SGPS, SA	-	-	9.871.902	-
Sonaca SGPS, SA	-	-	565.843	2.047
	-	-	10.635.760	2.047
Subsidiárias				
Cimentospar - Participações Sociais, Lda.	626.950	255.488	-	2
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	28.388	30.000	-	638
Great Earth - Projectos, S.A.	39	-	-	90.000
Interholding Investments, B.V.	-	-	5.889	-
ITS - Indústria Transf. de Subprodutos, S.A.	45	-	-	-
Portucel - Emp. Prod. de Pasta e Papel, S.A.	158.503	-	-	-
Sebol - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	-	44.620	-	-
Seinpart Investments, B.V.	-	-	-	-
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	75	-	18.403	-
Semapa Inversiones, S.L.	-	11.571.310	-	-
Seminiv - Investimentos, SGPS, SA	575	-	-	108.110
Sopocel - Soc. Portuguesa de Papel, S.A.	550	-	-	-
	815.125	11.901.418	24.292	198.750
Empreendimentos conjuntos				
Secti - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	1.540	-	-	-
Ciminapt - Investimentos e Participações	3	-	-	-
	1.543	-	-	-
Total	816.668	11.901.418	10.660.052	200.797

Em 31 de Dezembro de 2010 as transacções ocorridas entre partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	Vendas e prestações de serviços	Rendimentos suplementares	Juros e outros rendimentos (Nota 12)	Gastos de financiamento (Nota 12)	Compras de bens e serviços	Compras de bens de investimento
Accionistas						
Cimigest, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(107.740)	-
Cimo SGPS, SA	-	-	-	(11.011)	-	-
Longapar, SGPS, SA	-	-	-	(120.908)	-	-
Sonaca SGPS, SA	-	-	-	(5.215)	-	-
	-	-	-	(136.234)	(107.740)	-
Subsidiárias						
Cimentospar - Participações, SGPS, Lda	816.960	-	5.810	-	-	-
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	485.100	-	2.485	(5.646)	-	-
Great Earth - Projectos, SA	-	-	-	-	-	-
Interholding Investments, BV	-	-	369	-	-	-
Portucel - Emp. Produtora de Pasta e Papel, SA	1.523.700	20.496	-	-	-	-
Seinpart Investments, BV	-	-	401	(67.907)	-	-
Seinpart - Participações, SGPS, SA	-	-	-	(236)	-	-
Semapa Inversiones, SL	-	-	393.773	(3.491)	-	(19.642.705)
Seminiv - Investimentos, SGPS, SA	-	-	314	(102)	-	-
Sopocel - Soc. Portuguesa de Papel, SA	-	75.078	-	-	-	-
	2.825.769	95.574	403.152	(77.382)	-	(19.642.705)
Empreendimentos conjuntos						
Secti - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	-	9.425	-	-	-	-
	-	9.425	-	-	-	-
Total	2.825.769	104.999	403.152	(213.616)	(107.740)	(19.642.705)

Em 31 de Dezembro de 2009 as transacções ocorridas entre partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	Vendas e prestações de serviços	Rendimentos suplementares	Juros e outros rendimentos (Nota 12)	Gastos de financiamento (Nota 12)	Compras da bolsa e serviços	Compras de bens de investimento
Accionistas						
Cimigest, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(107.740)	-
Cimo SGPS, SA	-	-	-	(5.011)	-	-
Longepar, SGPS, SA	-	-	-	(161.335)	-	-
Sonaca SGPS, SA	-	-	-	(15.529)	-	-
	-	-	-	(181.872)	(107.740)	-
Subsidiárias						
Cimentospir - Participações, SGPS, Lda	1.181.040	-	93.207	-	-	-
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	242.592	3.573	18.269	-	-	-
Great Earth - Projectos, SA	-	45.000	-	-	(42.000)	-
Interholding Investments, BV	-	-	-	(1.180)	-	-
Portucel - Emp. Produtora de Pasta e Papel, SA	1.481.200	45.169	-	-	-	-
Seirpar Investments, BV	-	-	758	-	-	(12.981.100)
Seirpar - Participações, SGPS, SA	-	-	4.040	(152.610)	-	-
Semapa Inversiones, SL	-	-	270.957	-	-	-
Seminiv - Investimentos, SGPS, SA	-	-	385	-	-	-
Soporel - Soc. Portuguesa de Papel, SA	-	75.779	-	-	-	-
	2.904.832	168.521	387.616	(153.796)	(42.000)	(12.981.100)
Empreendimentos conjuntos						
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	-	16.938	-	-	-	-
	-	16.938	-	-	-	-
Total	2.904.832	185.459	387.616	(335.668)	(149.740)	(12.981.100)

As remunerações dos membros dos órgãos sociais, incluindo a estimativa para o prémio de gestão, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram as seguintes:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Conselho de Administração - Remuneração	3.249.174	2.578.109
Conselho de Administração - Especialização de prémio de gestão	3.319.182	4.149.964
Conselho de Administração - Reversão do excesso de estimativa para prémio de gestão relativo ao exercício anterior	(2.187.631)	(1.437.274)
Conselho Fiscal e outros órgãos sociais	75.029	52.573
Impacto em resultados do período (Nota 7)	4.455.754	5.343.372

Adicionalmente os administradores da Semapa beneficiam de um plano de pensões conforme descrito na Nota 25.

29. Gastos suportados com auditoria e revisão legal de contas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os dispêndios com serviços de revisão legal de contas e auditorias, decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2010	31-12-2009
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	58.148	55.207
Serviços de consultoria fiscal	1.450	10.827
Outros serviços de garantia de fiabilidade	21.900	10.202
	81.498	76.236

Os serviços descritos como de assessoria fiscal consistem essencialmente em serviços de apoio na salvaguarda do cumprimento de obrigações de índole fiscal, em Portugal e no estrangeiro, bem como em serviços de levantamentos de situações relativamente a processos operacionais de negócio, dos quais não resultou qualquer tipo de consultoria de reformulação de práticas, procedimentos ou controlos existentes.

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através da definição criteriosa dos trabalhos em sede de contratação.

30. Compromissos

No decurso do exercício de 2006, a Semapa SGPS e a Semapa Inversiones, SL, na qualidade de garante, celebraram com uma instituição financeira um contrato promessa de concessão de crédito tendo como objectivo financiar a aquisição de acções cotadas na

Euronext Lisboa e que integrassem o PSI 20 e/ou aquisição de acções da Portucel.

Com a disponibilidade de fundos ao abrigo do referido contrato, a Semapa e/ou a Garante obrigam-se a dar em penhor as correspondentes acções adquiridas e/ou acções da Portucel que detenham em carteira, ou alternativamente a constituição de um depósito a prazo, suficiente para manter um rácio de cobertura do montante em dívida nunca inferior a 1,1.

Desta linha de crédito encontrava-se utilizado, em 31 de Dezembro de 2010, tal como no final de 2009, o montante de Euros 133.079.000, tendo sido dadas em penhor 68.866.199 acções da Portucel.

31. Cotações utilizadas

Os activos e passivos das subsidiárias estrangeiras foram convertidos para contravalores em euros, ao câmbio de 31 de Dezembro de 2010.

As rubricas de resultados do período foram convertidas ao câmbio médio do período. As diferenças resultantes da aplicação destas taxas comparativamente aos valores anteriores foram reflectidas na rubrica "Outras variações no capital próprio".

As cotações utilizadas no período findo em 31 de Dezembro de 2010, face ao Euro, foram as seguintes:

	31-12-2010
BRL (real brasileiro)	
Câmbio médio do período	2,2419
Câmbio de fim do período	2,2077

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

Vogais:

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos

José Alfredo de Almeida Honório

Francisco José Melo e Castro Guedes

Carlos Maria Cunha Horta e Costa

José Miguel Pereira Gens Paredes

Paulo Miguel Garcês Ventura

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

António da Nóbrega de Sousa da Câmara

Joaquim Martins Ferreira do Amaral

António Pedro de Carvalho Viana Baptista

Paulo Jorge Morais Costa
Técnico Oficial de Contas

Vitor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 1.597.170.256 euros e um total de capital próprio de 971.836.539 euros, incluindo um resultado líquido de 126.720.229 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

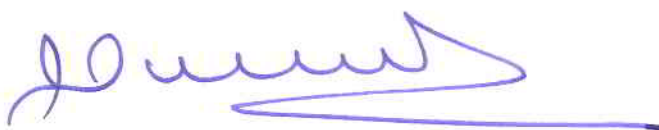
7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, as alterações no capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 15 de Março de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



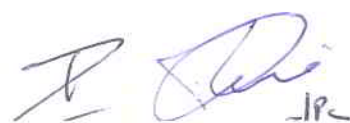
António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Contas Individuais

Exercício de 2010

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei e dos estatutos da empresa, e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório anual sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2010 e dar o nosso parecer sobre o Relatório Individual de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais apresentados pelo Conselho de Administração da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a actividade da empresa, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a administração. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não recebemos comunicações de quaisquer irregularidades e não deparámos com quaisquer constrangimentos.
3. Reunimos por diversas vezes com o revisor oficial de contas e auditor externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. Apreciamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, o qual merece o nosso acordo.
4. No exercício das nossas funções verificámos que:
 - a) o Balanço individual, a Demonstração de Resultados individual por natureza e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus respectivos resultados;
 - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e são adequados, por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos seus resultados, tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;
 - c) o Relatório Individual de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade.
 - d) O Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários.
5. Somos de parecer que a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração é adequada e devidamente fundamentada.




6. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:

- a) seja aprovado o Relatório Individual de Gestão;
- b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Individuais;
- c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração da empresa.

7. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis da empresa e demais colaboradores da empresa.

Lisboa, 15 de Março de 2011

O Presidente do Conselho Fiscal



Miguel Camargo de Sousa Eiró

O Vogal



Duarte Nuno d'Orey da Cunha

O Vogal



Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira